

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

EDUARDO ANTÔNIO PITT

**Russell: do idealismo à gênese da teoria das descrições**

Versão Corrigida

São Paulo

2022

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**EDUARDO ANTÔNIO PITT**

**Russell: do idealismo à gênese da teoria das descrições**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter

Versão Corrigida

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P688r Pitt, Eduardo Antônio  
Russell: do idealismo à gênese da teoria das descrições / Eduardo Antônio Pitt; orientador João Vergílio Gallerani Cuter - São Paulo, 2022.  
267 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Ontologia. 2. Epistemologia. 3. Idealismo. 4. Atomismo Lógico. 5. Denotação. I. Cuter, João Vergílio Gallerani, orient. II. Título.

## **Folha de Avaliação:**

PITT, Eduardo Antônio. **Russell: do idealismo à gênese da teoria das descrições.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Filosofia. São Paulo. 2022.

### **Banca examinadora:**

Orientador

Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. André da Silva Porto

Instituição: Universidade Federal de Goiás

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva Filho

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Julgamento:

Assinatura:

*Para Jessi e Ricoleta.*

*Om Tat Sat.*

## **Agradecimentos**

Muito especialmente, agradeço ao meu pai, Dorivan Antônio Pitt, e à minha mãe, Terezinha Campos Pitt, todo amor e os sacrifícios que fizeram em prol da minha educação.

À minha amada companheira Jessi, que segurou todas as pontas nos momentos mais difíceis, sempre parceira e amorosa, com quem atravesso a estrada da vida.

À Ricoleta, as longas horas dormindo ao meu lado, o ronronar relaxante e a mística companhia felina.

Ao Professor Doutor João Vergílio Gallerani Cuter, a dedicação nas orientações, as excelentes aulas, conversas, risadas e por me fortalecer quando me faltaram forças.

Aos meus laços de sangue Luciara, Rafael, Henrique e Helena, as afinidades e divergências que deixam contribuições muito maiores do que imaginam.

Não existe doutorado sem graduação. Portanto, à amiga e Professora Doutora Marilúze Ferreira de Andrade e Silva do curso de Filosofia da UFSJ, que me iniciou na filosofia analítica.

À amiga Bel, verdadeira companheira de aventuras e ótima revisora de textos, inclusive da presente peça.

Aos membros da banca Dr. Marcelo Silva de Carvalho, Dr. André da Silva Porto e Dr. Marcos Antonio da Silva Filho.

À equipe do DINTER UFAC/USP, o profissionalismo, gentileza e solicitude com que sempre me auxiliaram.

À CAPES, a concessão de bolsas que possibilitaram a realização desta tese. Que essa oportunidade se estenda ao maior número de pessoas para que o conhecimento vença o obscurantismo.

*Quando você se sente perdido  
Dentro do labirinto insondável do ser  
Vê assustado a batalha avançar  
E a dança da vida se faz perceber*

*Quando você se sente acuado  
O silêncio nunca significou tanto para você  
Assim como as palavras te fazem tremer  
As lâminas dos homens o teu peito a cortar*

*Quando você se sente sitiado  
Por sombras de lembranças vivas  
Este é o movimento dos moinhos  
Ganhando velocidade dos ventos a assobiar*

*Quando você se sente só  
Nada diferente de você fará  
A completude do tempo transparecer  
No vazio de tantos lugares onde você não está*

*Quando você se sente angustiado  
O desespero que te consome  
E o medo por trás de cada passo  
São companheiros fiéis da solidão*

*Assim somos carregados pelo tempo  
Nossos corpos cansados de lutar  
Simplesmente Inacabados*

Eduardo Antônio Pitt

## RESUMO

PITT, Eduardo Antônio. **Russell: do idealismo à gênese da teoria das descrições**. 2022. 267f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta pesquisa tem como objetivo geral oferecer uma análise genética da teoria das descrições de Russell. O presente estudo baseia-se em textos de Russell que são ignorados ou pouquíssimo explorados por importantes pesquisadores que analisam a origem da teoria das descrições. A perspectiva apresentada nesta tese é que a teoria das descrições de “On Denoting”, de 1905, é o resultado de um longo processo de desenvolvimento histórico e filosófico do pensamento de Russell. Esse desenvolvimento começou com a tentativa de construir uma filosofia idealista, mas Russell não publicou todos os seus textos desse período entre os anos de 1894 e 1902 e importantes informações ficaram perdidas. O fracasso desse projeto fez Russell romper com o Idealismo em favor do Realismo Lógico em 1899. A nova filosofia, que veio a ser construída, nasceu de uma reformulação de algumas concepções da lógica, da metafísica, da epistemologia e da semântica pressupostas na teoria de análise das proposições de *The Principles of Mathematics* de 1903. Os motivos dessa transição são identificados em alguns textos intermediários, uma vez que Russell também não publicou esses artigos entre os anos de 1903 e 1905. Dessa forma, o horizonte último desta pesquisa é argumentar que a base da teoria de “On Denoting” depende da análise histórica e da articulação filosófica entre o princípio de *acquaintance* e a noção de símbolo incompleto, além de justificar que essas duas concepções já aparecem em textos anteriores a “On Denoting”. Portanto, o ponto de vista sugerido por esta pesquisa é que o desenvolvimento filosófico de Russell permitiu a ele eliminar a noção de *indirect aboutness* e recuperar o realismo direto de *The Principles of Mathematics*, mas, principalmente, que essa reviravolta está presente no artigo “On Fundamentals”, escrito antes de “On Denoting”.

Palavras-chave: Conceito denotativo; Teoria das descrições; Realismo lógico; On Fundamentals; On Denoting.



## ABSTRACT

PITT, Eduardo Antônio. **Russell: from idealism to the genesis of the theory of descriptions**. 2022. 267f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

This research has as general objective to offer a genetic analysis of Russell's theory of descriptions. The present study is based on texts by Russell that are ignored or very little explored by important researchers who analyse the origin of the theory of descriptions. The perspective presented in this thesis is that the theory of descriptions of "On Denoting", from 1905, is the result of a long process of historical and philosophical development of Russell's thought. This development began with an attempt to build an idealist philosophy, but Russell did not publish all of his texts from this period between the years 1894 and 1902 and important information was lost. The failure of this project made Russell break away from Idealism in favor of Logical Realism in 1899. The new philosophy that came to be built was born from a reformulation of some conceptions of logic, metaphysics, epistemology and semantics presupposed in the theory of analysis of propositions of *The Principles of Mathematics*, from 1903. The reasons for this transition are identified in some intermediate texts, since Russell also did not publish these articles between the years 1903 and 1905. Thus, the ultimate horizon of this research is to argue that the basis of the theory of "On Denoting" depends on the historical analysis and the philosophical articulation between the principle of *acquaintance* and the notion of incomplete symbol, besides justifying that these two conceptions already appear in texts prior to "On Denoting". Therefore, the point of view suggested by this research is that Russell's philosophical development allowed him to eliminate the notion of *indirect aboutness* and recover the direct realism of *The Principles of Mathematics*, but mainly that this twist is already present in the article "On Fundamentals", written before "On Denoting".

Keywords: Denotative concept; Theory of descriptions; Logical realism; On Fundamentals; On Denoting.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 SINOPSE DAS SEÇÕES .....	14
<b>2 RUSSELL: DO IDEALISMO BRITÂNICO AO REALISMO LÓGICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 O INÍCIO E O FIM DA FASE IDEALISTA .....	20
2.1.1 A juventude e a graduação em Cambridge .....	21
2.1.2 A influência do idealismo britânico em Russell .....	28
2.1.2.1 Considerações a respeito da filosofia idealista de Bradley .....	30
2.1.2.2 Breves comentários sobre a dialética das ciências de Russell .....	42
2.1.3 A teoria das relações internas de Russell e a contradição da relatividade .....	62
2.1.4 A influência de Moore e as teses do realismo lógico .....	99
2.2 O REALISMO LÓGICO DE <i>THE PRINCIPLES OF MATHEMATICS</i> .....	116
2.2.1 As noções fundamentais da metafísica do realismo lógico de Russell .....	117
2.2.2 Tudo é um termo, mas nem tudo ocorre como um termo em uma proposição .....	133
2.2.3 Tudo pode ocorrer como um termo em uma proposição .....	142
2.2.4 A teoria dos conceitos denotativos .....	154
2.2.5 Considerações a respeito da suposta metafísica extravagante .....	169
<b>3 RUSSELL: OS TEXTOS INTERMEDIÁRIOS DE 1903 A 1905 .....</b>	<b>181</b>
3.1 O QUE RUSSELL APRENDEU COM A FILOSOFIA DE MEINONG .....	184
3.1.1 O desenvolvimento do princípio de <i>acquaintance</i> .....	199
3.2 O ADVENTO DA NOÇÃO DE SÍMBOLO INCOMPLETO .....	221
3.2.1 Primeiras considerações .....	223
3.2.2 O nascimento da noção de símbolo incompleto .....	232
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>253</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>262</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem como objetivo geral analisar as origens históricas, os problemas e as motivações que fizeram Russell elaborar a teoria das descrições exposta no artigo “On Denoting”, de 1905. Ao longo desta pesquisa, duas perspectivas, a filosófica e a histórica, são determinantes para a interpretação que se sugere a respeito do desenvolvimento teórico de Russell até 1905. Essas perspectivas se entrelaçam e se complementam no decorrer deste texto, uma vez que ambas são fundamentais para se entender a teoria das descrições como o resultado de um longo processo de pensamento de Russell, que começou com o seu rompimento com o idealismo britânico<sup>1</sup> em prol de criar uma nova filosofia fundamentada nos princípios do realismo lógico<sup>2</sup>.

É importante esclarecer duas ausências nesta pesquisa. A primeira é a pretensão de apresentar uma leitura completamente diferente das inúmeras abordagens sobre a famosa teoria de “On Denoting”. Na verdade, o foco não está direcionado para “On Denoting” em si mesmo, mas está direcionado aos textos de Russell que são completamente ignorados ou pouquíssimo explorados por renomados comentadores. É com essa metodologia que este estudo se concentra nas riquezas dos detalhes do projeto filosófico de Russell, que se desenvolveu ininterruptamente desde a sua fase jovial, do idealismo britânico à filosofia madura do realismo lógico. É claro que o ponto de chegada da análise aqui apresentada será a teoria das descrições de 1905. Contudo, e nisso se resume a relevância deste estudo, interessa mais compreender que essa teoria foi sendo formulada lenta e gradativamente, pois ela dependeu de uma série de soluções a problemas filosóficos que Russell se dedicara a resolver em seu projeto. O surpreendente é perceber o número elevado de detalhes dessa história que são deixados de lado pelas interpretações hegemônicas.

A segunda ausência é não explorar os aspectos lógicos da contradição das classes e da teoria dos tipos de Russell, embora se reconheça que não há dúvidas da profunda conexão entre os trabalhos de Russell e Whitehead sobre o projeto fundacional da matemática na lógica e a

---

<sup>1</sup> O idealismo britânico ou neo-hegelianismo foi um amplo movimento filosófico predominante na Inglaterra no fim do século XIX. Da primeira geração de filósofos desse movimento, Thomas Hill Green foi o mais notável. Contudo, o idealista britânico mais influente nas gerações seguintes foi Francis Herbert Bradley. A filosofia idealista deste último pode ser caracterizada principalmente pela sua metafísica monista, uma vez que a Realidade é explicada como um todo orgânico unificado e cada fenômeno particular é uma porção incompleta do Absoluto.

<sup>2</sup> O realismo lógico foi a filosofia desenvolvida por Moore e Russell depois de ambos romperem com o idealismo britânico em 1898-1899. De acordo com essa filosofia, a realidade é constituída por objetos lógicos, conceitos (termos) e proposições (verdadeiras e falsas), que possuem Ser independentemente das condições cognitivas dos sujeitos. Isso explica o motivo de Moore e Russell terem defendido teses antipsicologistas, pois esses objetos lógicos são absolutamente irreduzíveis a qualquer atividade da mente. Portanto, segundo o realismo lógico de Moore e Russell, os objetos lógicos são atemporais, imutáveis e autossubsistentes.

teoria da denotação. Isso se corrobora com a visão de dois renomados conhecedores do assunto. Alasdair Urquhart, na introdução do *Collected Papers of Bertrand Russell* (Vol. 4), comprovou, por meio das correspondências de Russell, a relação positiva entre a teoria das descrições e a solução da contradição da classe de todas as classes que não são membros de si mesmas.

A importância da teoria para Russell reside no dispositivo da definição contextual que tornou possível construir uma teoria contendo frases denotativas que evitasse a suposição de denotações para elas. Essa ideia o levou mais tarde, em 1905, a considerar teorias baseadas na eliminação radical de classes e relações. (URQUHART, 1994, pp. XXXV-XXXVI, tradução nossa)<sup>3</sup>.

O segundo comentador é Rodríguez-Consuegra, que assevera:

Isso permitiu a Russell aplicar sistematicamente um dispositivo eliminativo, primeiro às descrições definidas, depois às classes (principalmente por meio de uma teoria substitucional) e, então, às próprias proposições em favor de funções proposicionais (por meio da teoria ramificada dos tipos). Assim, o principal efeito dos paradoxos foi tornar possível para as definições de Russell não apenas *construir* as entidades definidas (por exemplo, números, como no Platonismo dos *Principles*), mas também eliminá-los como meros ‘símbolos incompletos’. (RODRÍGUEZ-CONSUEGRA, 1990, p. 100, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Nesses termos, os dois estudiosos deixam claro que a técnica utilizada por Russell em “On Denoting” também foi útil posteriormente para eliminar os objetos contraditórios que causam caos na matemática e nas leis da lógica. No entanto, esta pesquisa se propõe a explorar a gênese da teoria das descrições sob outra perspectiva, isto é, o objeto de interesse do presente estudo são os problemas de ordem metafísica, epistemológica e da filosofia da linguagem ligados ao realismo lógico de Russell. Isso significa que este estudo não ignora e tampouco desmerece os obstáculos lógicos da contradição que Russell enfrentou, mas significa apenas que é jogada luz sobre os outros obstáculos do percurso até a elaboração de “On Denoting”. Com esse viés, a intenção é apresentar uma leitura diferente das interpretações hegemônicas, e o horizonte último é oferecer uma análise genética do desenvolvimento da teoria das descrições a partir dos próprios problemas da teoria de Russell e das possíveis influências externas que o ajudaram a amadurecer a sua filosofia.

---

<sup>3</sup> No original: “The theory’s importance for Russell lay in the device of contextual definition which made it possible to construct a theory containing denoting phrases while avoiding the assumption of denotations for them. This idea led him later in 1905 to consider theories based on the radical elimination of classes and relations”.

<sup>4</sup> No original: “This allowed Russell systematically to apply an eliminative device, first to definitive descriptions, second to classes (mainly through a substitutional theory), and then to propositions themselves in favour of propositional functions (through the ramified theory of types). Thus, the main effect of the paradoxes was to make it possible for Russell’s definitions not only to *construct* the defined entities (e.g., numbers, as in the Platonism of the *Principles*), but also to eliminate them as mere ‘incomplete symbols’”.

Apesar de a teoria das descrições de Russell ser amplamente conhecida no ambiente acadêmico, a publicação dos *Collected Papers of Bertrand Russell* (volumes 1 a 4) mostrou que o pano de fundo filosófico de “On Denoting” é uma colcha de retalhos com muito mais detalhes do que se imagina. Os detalhes do desenvolvimento filosófico de Russell até 1905 estão impressos em vários textos, alguns inacabados, dessa coletânea. Por isso, ela é a fonte bibliográfica principal desta pesquisa. Com a análise dessa coletânea pode-se verificar que importantes textos de Russell são ignorados ou pouquíssimo explorados. Isto representa uma lacuna importante, pois perpetua uma compreensão incompleta do complexo desenvolvimento filosófico de Russell até 1905. Sendo assim, esta pesquisa é uma tentativa de amenizar essa injustiça histórica e filosófica com os seguintes textos de Russell: o artigo “Various notes on Mathematical Philosophy” de 1896-1898, o manuscrito *An Analysis of Mathematical Reasoning* de 1898, os artigos “The Classification of Relations” de 1899, “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” de 1903, “On the Meaning and Denotation of Phrases” de 1903, “On Functions, Classes and Relations” de 1904, “On Meaning and Denotation” de 1904 e “On Fundamentals” de 1905.

Além dos textos dos *Collected Papers of Bertrand Russell* (volumes 1 a 4), levou-se em conta também alguns relatos de memórias de Russell que se encontram nos livros *My Philosophical Development*, *Autobiography*, *Portraits from Memory and Other Essays* e *The Basic Writings of Bertrand Russell*. Com todo esse recurso bibliográfico disponível, espera-se pôr em evidência as inúmeras mudanças de pontos de vista, os experimentos conceituais fracassados e alguns bem-sucedidos que foram experimentados por Russell ao longo de 1894 a 1905. Assim, a presente tese é uma tentativa de explorar esses detalhes da filosofia de Russell, pois acredita-se que é plausível traçar um diferente fio condutor que alinha a teoria das descrições com algumas ideias originárias do seu período idealista juntamente com algumas ideias que foram incorporadas e/ou desenvolvidas no seu período do realismo lógico.

Em linhas gerais, durante os anos de 1894 a 1905, a filosofia de Russell passou por desafios e transformações. Todavia, para contextualizar melhor esta introdução, podem ser destacados dois momentos principais para a gênese da teoria das descrições. Primeiro, o rompimento de Russell com o idealismo britânico entre 1898 e 1899. Para dar conta desse acontecimento, esta pesquisa começa com a análise do desenvolvimento da filosofia idealista de Russell até chegar ao manuscrito *An Analysis of Mathematical Reasoning*, de 1898. Neste, a primeira teoria dos termos e das proposições e o antipsicologismo do realismo lógico se chocam com a teoria idealista das relações internas, a responsável por fazer a contradição da

relatividade<sup>5</sup> aparecer em quase todo o campo da matemática. Esse primeiro momento aconteceu durante o trabalho de Russell em seu ambicioso projeto idealista da dialética das ciências<sup>6</sup>. No decorrer da presente tese, é explicado o motivo de a teoria das relações internas de Russell ter sido a principal causa do seu abandono ao idealismo britânico.

O segundo acontecimento principal é o desenvolvimento da filosofia do realismo lógico entre 1899 e 1905. Essa nova filosofia foi baseada na visão pluralista e atomista dos termos, incluindo a completa irreducibilidade das relações. O texto divisor de águas é o artigo “The Classification of Relations”, de 1899, mas o livro *The Principles of Mathematics*, de 1903, reúne a segunda teoria dos termos e das proposições, além da teoria dos conceitos denotativos. Porém, devido aos vários problemas vinculados à teoria dos conceitos denotativos, notadamente por causa da mútua relação entre o significado e a denotação, Russell precisou reformular algumas concepções da lógica, da metafísica, da epistemologia e da semântica, pressupostas na teoria de análise das proposições de *The Principles of Mathematics*. Esse segundo momento está registrado em textos intermediários escritos até o ano de 1905, mas que antecedem “On Denoting”. Nesse período, destaca-se o texto intermediário “On Fundamentals”, de 1905, como o artigo originário da nova teoria das descrições. Portanto, à medida que a análise desses temas avança, as relações históricas e filosóficas que esses dois momentos significaram para a gênese da teoria das descrições são discutidas detalhadamente.

Sendo assim, a tese desta pesquisa pode ser enunciada da seguinte forma: a compreensão hegemônica a respeito da gênese da teoria das descrições de Russell é incompleta. Para fundamentar essa afirmação, ao longo deste texto é argumentado que a teoria das descrições de “On Denoting” depende fundamentalmente do desenvolvimento histórico e da articulação filosófica de duas noções que se complementam e que se tornaram centrais na filosofia posterior de Russell: o princípio de *acquaintance*<sup>7</sup> e a noção de símbolo incompleto<sup>8</sup>. Para justificar essa

---

<sup>5</sup> A contradição da relatividade é o resultado da junção de: (1) a existência de uma concepção de diferença extrínseca, pois envolve os adjetivos externos dos termos; e (2) a não existência de uma diferença de concepção intrínseca, pois todos os termos são conceitualmente iguais do ponto de vista dos seus adjetivos internos.

<sup>6</sup> O projeto idealista da dialética das ciências de Russell foi a tentativa de elaborar uma crítica epistemológica das ciências. A perspectiva geral era corrigir as incompletudes ou as inconsistências das ciências particulares em prol de um sistema único de conhecimento. Este possuiria a seguinte ordenação lógica: aritmética, geometria, física, psicologia e metafísica. Russell trabalhou nesse projeto inacabado de junho de 1894 a meados de 1898.

<sup>7</sup> O princípio de *acquaintance* é aqui entendido como uma condição epistemológica imposta ao sujeito para que ele conheça objetos ou compreenda qualquer proposição. Essa condição reivindica que o sujeito (ou a mente deste sujeito) deve ter uma relação direta, imediata e familiar com cada constituinte da proposição. Nesse sentido, a mente é completamente transparente, receptiva e não impõe condições para que o sujeito conheça objetos simples, seja ele um objeto abstrato como os números, seja ele um objeto concreto como gatos e cadeiras, ou objetos complexos como as proposições.

<sup>8</sup> A noção de símbolo incompleto foi primeiramente aplicada às expressões denotativas (descrições definidas e indefinidas) para explicar que essas expressões são entidades linguísticas que não possuem significado nelas próprias, além de não corresponderem a qualquer entidade na proposição. No entanto, cada sentença da linguagem

interpretação, esta tese precisa dar conta de explicar: (1) o longo desenvolvimento do princípio de *acquaintance*, que começou a ser elaborado em 1898 no manuscrito *An Analysis of Mathematical Reasoning*, época em que Russell ainda produzia uma filosofia com inspirações idealistas; (2) que a noção de símbolo incompleto precisou ser incorporada em 1905, no artigo “On Fundamentals”, devido à correção ontológica que Russell fez no seu realismo lógico, uma vez que ele abandonara a teoria dos conceitos denotativos por causa dos vários problemas relacionados à indissociabilidade entre o significado e a denotação; e (3) de que forma se construiu a articulação filosófica entre a noção de símbolo incompleto e o princípio de *acquaintance* na teoria das descrições de “On Denoting”. Ao se percorrer esses três passos, inevitavelmente são abordados outros temas secundários, pois eles ajudam a compor o cenário complexo dessa história.

### 1.1 SINOPSE DAS SEÇÕES

A análise da gênese da teoria das descrições de Russell que se apresenta, obviamente, dialoga com diferentes autores ao longo das seções desta tese. Alguns desses autores são citados para reforçar certos pontos de vista, mas com outros autores se estabelece um diálogo mais aprofundado, embora com eventuais discordâncias. A interpretação apresentada nesta pesquisa a respeito da gênese da teoria das descrições se apoia, principalmente, na leitura dos seguintes autores: Peter Hylton (1990) e (2005), Nicholas Griffin (1980), (1991), (1996), (2003) e (2009), Rodriguez-Consuegra (1990), (1992) e (2000) e Alasdair Urquhart (1994). Na sequência, apresenta-se uma sinopse das seções 2 e 3 e as discordâncias que as compõem.

A seção 2 é composta de uma ampla análise acerca dos trabalhos escritos por Russell de 1894 a 1903. Nesse período, encontram-se textos com duas orientações filosóficas diferentes: o idealismo britânico e o realismo lógico. A seção 2.1 é dedicada à filosofia idealista de Russell e ao seu rompimento com essa tradição filosófica. A pesquisa começa com uma breve abordagem histórica sobre o contexto familiar de Russell, as primeiras influências filosóficas e matemáticas sobre ele até a sua graduação em Cambridge, entre 1890 e 1894, além de seus primeiros contatos com Whitehead (2.1.1). Nessa época, o ambiente filosófico de Cambridge era fortemente marcado pelo idealismo, e essa atmosfera envolveu o jovem Russell em tal tradição filosófica (2.1.2). Para refletir sobre a filosofia idealista de Russell, primeiro explica-se quais são os aspectos metafísicos e epistemológicos do idealismo absoluto de Bradley que

---

natural contendo uma expressão denotativa expressa uma proposição, pois os significados dessas expressões podem ser definidos contextualmente no interior de uma linguagem lógica.

foram importantes (principalmente a interpretação do argumento ontológico) para converter Russell ao idealismo britânico em 1894 (2.1.2.1). Em seguida, analisa-se o projeto idealista inacabado de Russell para uma dialética das ciências juntamente com os principais pontos do idealismo pluralista de McTaggart e de Ward e com a metodologia inspirada em Kant, presentes nesse trabalho que foi desenvolvido até 1898 (2.1.2.2).

Ao longo dos trabalhos sobre a dialética das ciências, Russell, inspirado em Bradley, desenvolveu uma teoria das relações internas. Essa teoria, associada à primeira teoria realista dos termos e das proposições, levou o projeto da dialética das ciências ao fracasso, pois o resultado dessa junção foi a contradição da relatividade na matemática. Russell abandonou o idealismo britânico e, em 1899, voltou-se para o realismo lógico e a teoria a respeito da irreducibilidade das relações. Destaca-se que ele começara a elaborar a teoria dos conceitos denotativos e o princípio de *acquaintance* no manuscrito *An Analysis of Mathematical Reasoning*, de 1898 (2.1.3). Na ocasião do rompimento com o idealismo britânico, Russell contou com a mútua influência de Moore para o aprimoramento do realismo lógico. Sendo assim, a seção 2.1 termina com uma análise da teoria da proposição de Moore e das críticas à teoria do juízo de Bradley (2.1.4).

A seção 2.2 é exclusivamente voltada para diferentes temas que compõem a filosofia do realismo lógico de Russell de *The Principles of Mathematics*, de 1903. De início, é feita uma apresentação geral sobre os pressupostos metafísicos, epistemológicos e semânticos da teoria da proposição e da filosofia do realismo lógico de Russell. Essas características gerais representam uma ruptura total tanto com a noção de ideia no sentido lógico quanto com a teoria da Verdade como coerência de Bradley (2.2.1). Na sequência são analisadas duas teses centrais que simbolizam o desenvolvimento da teoria da proposição de Russell.

A primeira tese é que tudo é um termo, mas nem tudo ocorre como um termo nas proposições. Nesse sentido, é oportuno mostrar como a gramática filosófica de Russell se distanciou das análises semânticas de Bradley e de Frege (2.2.2). A segunda tese é que tudo pode ocorrer como termo em uma proposição. Essa tese da teoria da proposição de Russell corrobora a visão de que a sua ontologia é incompatível com a distinção categorial de Frege entre função e objeto (2.2.3). Ao se analisar a teoria dos conceitos denotativos de Russell, não somente são explicadas as características dessa teoria ligadas à lógica e à filosofia da matemática, mas também examinadas as consequências que a relação de denotação introduziu na gramática filosófica de Russell. A principal delas é que a teoria dos conceitos denotativos descaracterizou o realismo direto de Russell (2.2.4).

No fim da seção 2.2, é examinada a polêmica em torno da suposta extravagância da



metafísica do realismo lógico. Autores como David Pears (1967), Alfred Ayer (1971), Findlay (1963), Farrell Smith (1895), Quine (1966) e Hylton (1990) sugerem uma leitura de *The Principles of Mathematics* com a perspectiva de que Russell possuía uma filosofia equivalente à teoria dos objetos de Meinong. A interpretação que esta tese recomenda discorda do ponto de vista desses autores, pois, primeiro, os conceitos denotativos da classe nula demonstram que Russell não endossava os objetos impossíveis ou inexistentes de Meinong e, ainda, o verdadeiro problema está nos nomes próprios vazios, dado que Russell não explicou esses casos em *The Principles of Mathematics* (2.2.5).

A seção 3 é dedicada a analisar o amadurecimento gradual do pensamento de Russell nos textos intermediários dos anos de 1903 a 1905, que antecedem o artigo “On Denoting”. Nesses textos, a filosofia de Russell passou por diversas modificações e, da perspectiva da abordagem desta pesquisa, as mais relevantes estão associadas à epistemologia, à metafísica e à filosofia da linguagem vinculadas ao realismo lógico. Algumas noções são reelaboradas, como o princípio de *acquaintance*, outras são incorporadas na análise proposicional, como a noção de símbolo incompleto, e outras são completamente abandonadas, como os conceitos denotativos. As anomalias causadas pela teoria dos conceitos denotativos são o pano de fundo e a causa propulsora dessas mudanças. Russell resolveu essas anomalias e retomou o realismo direto do realismo lógico em 1905, mas os primeiros registros dessa reviravolta não estão no artigo “On denoting”. Compreende-se que esse passo foi dado somente quando a filosofia de Russell estava pronta para articular filosoficamente o princípio de *acquaintance* com a noção de símbolo incompleto.

A seção 3.1 trata do legado que o debate Russell-Meinong deixou para a gênese da teoria das descrições de 1905. Na interpretação aqui sugerida, em 1903, ano em que escreveu o artigo “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, Russell começou a se preocupar em refinar a sua noção de *acquaintance*. Russell nunca foi um meinongiano completo, uma vez que no seu realismo lógico não há lugar nem para os objetos inexistentes nem para os objetos imanentes de Meinong. O que se pode dizer é que um descuido, devido à falta de preocupações a respeito de problemas ligados à teoria do conhecimento, fez com que até 1903 a noção de *acquaintance* fosse usada irrestritamente. Nesse sentido, duas discordâncias são discutidas: (1) com Chrudzimski (2007), Ayer (1971) e Passmore (1966), pois estes ignoram “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” e afirmam que Russell expulsou os objetos inexistentes de Meinong somente no artigo “On Denoting”; e (2) com as leituras de Quine (1966) e de Hylton (1990) do referido artigo, tendo em vista que ambos entendem que Russell e Meinong em 1903 compartilhavam da mesma atitude ontológica em relação ao reino do Ser.

A seção 3.1.1 é composta de um estudo que explica a gradual elaboração do princípio de *acquaintance* de 1903 a 1905. O artigo “On the Meaning and Denotation of Phrases”, de 1903, é de suma importância para essa seção. Nesse texto, Russell se fez duas perguntas preciosas, pois elas se tornaram determinantes tanto para o desenvolvimento da sua teoria epistemológica quanto para as duas novidades implementadas no princípio de *acquaintance*. Além disso, também o convenceram definitivamente, ainda em 1904, de que a teoria dos conceitos denotativos deveria ser abandonada, tendo em consideração os problemas enfrentados ao tentar responder essas duas perguntas. A análise desses temas mostra que o argumento da Elegia de Gray é superestimado, caso se considere esse argumento como o argumento fatal contra a teoria dos conceitos denotativos. Ao longo dessa seção, duas discordâncias são ponderadas: (1) com Kaplan (2005) e Cartwright (1987), uma vez que ambos entendem que Russell adotou tanto o princípio de *acquaintance* quanto a distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição somente no artigo “Points about Denotation”, de 1904; e (2) com Hylton (1990 e 2005) e Griffin (1996 e 1980), pois ambos ignoram o artigo “On the Meaning and Denotation of Phrases” e, por isso, perdem detalhes importantes que ajudam a contextualizar melhor o desenvolvimento epistemológico de Russell.

Na seção 3.2, explica-se os motivos que levaram Russell a adotar a noção de símbolo incompleto na análise proposicional e de que forma essa noção se articula filosoficamente ao princípio de *acquaintance* na nova teoria das descrições de 1905. Primeiramente, na seção 3.2.1, é apresentada uma análise sobre a mudança no ponto de vista de Russell a respeito da indefinibilidade das funções denotativas, ou seja, os conceitos denotativos definidos e indefinidos. A partir dessa mudança, as funções denotativas são derivadas das funções proposicionais, mas apesar desse passo, isso ainda não foi o suficiente para Russell eliminar completamente a relação de *indirect aboutness* do seu realismo lógico.

Na seção 3.2.2 é feita uma investigação envolvendo a primeira e a segunda parte do artigo “On Fundamentals”. A análise foca sobre a primeira aparição da distinção entre as ocorrências primária e secundária, o argumento da Elegia de Gray e a adoção da noção de símbolo incompleto na análise proposicional. A primeira parte de “On Fundamentals”, chamada de *Summary of preceding*, apresenta duas mudanças radicais na filosofia de Russell: uma novidade é a correção ontológica do realismo lógico, no sentido de desconsiderar os conceitos denotativos como entidades, e a segunda novidade é a análise lógica proposicional que encontra os reais constituintes das proposições nas estruturas lógicas proposicionais pré-existentes, ou seja, nas funções proposicionais.

Essas duas novidades de *Summary of preceding* possibilitam a introdução da noção de

símbolo incompleto na segunda parte de “On Fundamentals”, mais especificamente no parágrafo 40. Neste, Russell apresentou as ideias básicas da nova teoria das descrições, que se tornaram famosas no artigo “On Denoting”. Assim, na seção 3.2.2, abre-se discordância com autores como Hylton (1990 e 2005), Rodríguez-Consuegra (2000), Kaplan (2005), Coffa (1991) e Passmore (1996), uma vez que estes não valorizam o fato de que a noção de símbolo incompleto foi incorporada pela primeira vez na filosofia de Russell em “On Fundamentals”. Com a noção de símbolo incompleto, Russell eliminou o *indirect aboutness* e recuperou o realismo direto de *The Principles of Mathematics*. No entanto, em 1905, o realismo direto foi condicionado ao *acquaintance* com funções proposicionais, variáveis e outras entidades lógicas. Portanto, conclui-se que a noção de símbolo incompleto e o princípio de *acquaintance* estão profundamente articulados e são filosoficamente o alicerce da teoria das descrições.

Por fim, nas considerações finais, apresenta-se um comentário geral e conclusivo da teoria das descrições de Russell à luz de tudo o que foi analisado anteriormente. Além disso, encerra-se esta pesquisa localizando a origem das passagens importantes de “On Denoting” nos escritos anteriores de Russell.

## 2 RUSSELL: DO IDEALISMO BRITÂNICO AO REALISMO LÓGICO

Esta seção primária aborda aspectos importantes da filosofia idealista de Russell que foram determinantes tanto para o seu rompimento com essa escola de pensamento quanto para a elaboração do livro *The Principles of Mathematics* e da teoria da denotação em 1903. Trata-se de um longo período de desenvolvimento da filosofia de Russell. Esses anos foram preciosos, pois cada acontecimento foi determinante para aguçar o seu instinto filosófico. Nesse ínterim, Russell deixou de ser um aluno brilhante do Trinity College, em Cambridge, e se transformou no ilustre filósofo que rompeu com o idealismo britânico ao instituir as bases da filosofia analítica no velho continente. Nessa ocasião, Russell desenvolveu uma teoria filosófica altamente técnica. Tal filosofia, o realismo lógico, tinha como objetivo último reduzir a matemática à lógica. Por conta disso, para abordar esse longo período de evolução da filosofia de Russell, a presente seção primária será dividida em duas seções secundárias.

Na primeira seção secundária, é analisado o desenvolvimento da filosofia idealista de Russell. O principal tema dessa seção é a teoria das relações internas e a elaboração da primeira teoria dos termos e das proposições de Russell. O objetivo é esclarecer por qual motivo a teoria das relações internas foi tanto a responsável pela contradição da relatividade quanto o principal motivo do rompimento de Russell com o idealismo britânico. Também são contextualizados alguns aspectos importantes do contexto científico e filosófico à volta de Russell, já que outras influências também o motivaram a abandonar o idealismo britânico. Em especial, é analisada a influência mútua entre Russell e Moore no desenvolvimento do realismo lógico. Sendo assim, compreende-se que a análise dessas primeiras teorias filosóficas de Russell e as suas subsequentes transformações são muito importantes, uma vez que foi ao longo desse período que ocorreu o nascimento da teoria dos conceitos denotativos e o princípio de *acquaintance*.

Na segunda seção secundária, é examinado o desenvolvimento da segunda teoria dos termos e das proposições de Russell, presentes no livro *The Principles of Mathematics*. O foco é a análise dos princípios do realismo lógico que fundamentam a lógica, a epistemologia e a metafísica da gramática filosófica desse livro. Ao longo da análise, são explicadas também as divergências entre a teoria da proposição de Russell em relação tanto à teoria do juízo de Bradley quanto à teoria da linguagem de Frege. Também é analisada a polêmica sobre se o realismo lógico possuiria uma metafísica extravagante similar à teoria dos objetos de Meinong. O objetivo, com essas comparações, é realçar as características do realismo lógico de Russell decorrentes do desenvolvimento da gramática filosófica da sua segunda teoria dos termos e das proposições. Portanto, a análise apresentada nessa seção é a base para se entender o colapso da

teoria dos conceitos denotativos depois de *The Principles of Mathematics*.

O ponto de vista geral desta tese é que a teoria das descrições de “On Denoting” foi a consequência da contínua evolução do pensamento de Russell desde a sua primeira teoria idealista. Nesse sentido, a análise presente não quer perder os problemas embrionários e as soluções intermediárias dos problemas que motivaram a elaboração final da teoria das descrições de 1905. Por isso, esta seção primária realiza a primeira parte da presente tese, isto é, a sua motivação é compreender as causas e o desenrolar da revolução que se sucedeu na filosofia de Russell na passagem do idealismo britânico ao realismo lógico. Ver-se-á que, ao desenvolver esta última filosofia no livro *The Principles of Mathematics*, Russell inaugurou os problemas de base que o levariam à teoria de “On Denoting”.

## 2.1 O INÍCIO E O FIM DA FASE IDEALISTA

Nesta seção secundária, consideram-se variados aspectos e momentos da vida de Russell. O objetivo principal é compreender o cenário em que se desenvolveu a sua primeira teoria filosófica de natureza idealista, juntamente com o seu principal problema: a teoria das relações internas. Esta última produziu a contradição da relatividade em ampla parte da matemática. Dessa forma, esta seção aborda fatos referentes à juventude de Russell: a graduação em Cambridge, a conversão ao idealismo britânico, o projeto da dialética das ciências, o desenvolvimento da sua primeira teoria dos termos e das proposições e a evolução da filosofia do realismo lógico de forma conjunta com Moore. Para tal, esta seção é dividida em quatro seções terciárias.

Na primeira seção, descreve-se, em linhas gerais, o cenário em que Russell passou os primeiros anos de vida até a sua graduação em Cambridge, entre os anos de 1890 e 1894. O objetivo é oferecer uma perspectiva das primeiras inclinações filosóficas de Russell a partir do ponto de vista das filosofias que despertaram o seu interesse e que ajudaram a traçar o seu perfil filosófico antes do ingresso em Cambridge.

Na segunda seção, é analisado o ambiente filosófico de Cambridge, fortemente influenciado pela filosofia idealista de Bradley e pela interpretação desse filósofo do argumento ontológico, que, definitivamente, converteu Russell ao idealismo britânico em maio de 1894. Ainda são esclarecidas, de modo geral, as influências de outros idealistas sobre Russell durante e após a sua graduação; principalmente, em relação ao projeto da dialética das ciências que ficou inacabado, pois este fora abandonado em 1898.

Na terceira seção, examina-se a tentativa de Russell de articular a sua primeira teoria

realista dos termos e das proposições com a sua teoria idealista das relações internas. É nesse contexto que se encontram as primeiras reflexões de Russell a respeito dos conceitos denotativos e do princípio de *acquaintance*. Nessa seção, é explicado o motivo da teoria das relações internas de Russell ter levado o seu projeto da dialética das ciências à contradição da relatividade na matemática e, conseqüentemente, ao abandono do idealismo britânico, ao desenvolvimento do realismo lógico e à teoria da irredutibilidade das relações em 1899.

A quarta seção é uma reflexão sobre o papel que Moore exerceu na transição de Russell do idealismo britânico para o realismo lógico. São analisadas a teoria da proposição do importante artigo de Moore, “The Nature of Judgement”, de 1898, e as críticas dirigidas à teoria idealista do significado de Bradley. No fim desta seção 2.1, fica claro que Russell e Moore desenvolveram a nova filosofia do realismo lógico conjuntamente. Sendo assim, é exagerada a declaração de Russell, em *The Principles of Mathematics*, de que teria herdado de Moore todos os princípios do realismo lógico.

### 2.1.1 A juventude e a graduação em Cambridge

Russell nasceu em 18 de maio de 1872 em Trellech, uma vila de Monmouthshire no sudeste do País de Gales. Russell foi uma criança saudável e nasceu em uma família nobre e ilustre, que lhe proporcionou um ambiente familiar propício para o pleno desenvolvimento nos primeiros anos de vida. O seu pai, John Russell (1842-1876), o Visconde de Amberley, e a sua mãe, Katherine Stanley (1842-1874), a Viscondessa Amberley, eram liberais tanto no aspecto político quanto nos costumes, uma vez que endossavam ideias avançadas para a época como o sufrágio feminino, o pensamento livre na religião, o controle de natalidade e as relações extraconjugais. Por essas circunstâncias, imagina-se que os pais de Russell foram indivíduos notórios na sociedade, principalmente pelas polêmicas envolvendo a defesa dos seus ideais. Para ilustrar tal situação, pode-se citar o fato de que o Visconde de Amberley chegou a perder o seu assento no Parlamento em 1868 por defender o controle da natalidade, e a Viscondessa de Amberley não deve ter causado menos incômodo na sociedade por ter se tornado feminista, influenciada por J. S. Mill, o padrinho de Russell.

Quando Russell tinha dois anos de idade, o cenário favorável começou a mudar. Sua mãe e sua irmã, Rachel, contraíram difteria e morreram em 1874, e seu pai morreu dois anos depois em 1876. Do núcleo familiar, restaram apenas Russell e o seu irmão mais velho Frank (1865-1931). De início, o plano traçado pelos pais, inclusive com medidas legais, era que os dois filhos fossem criados por dois tutores, Douglas A. Spalding e Thomas J. Cobden-

Sanderson, que se alinhavam aos ideais de pensamento livre dos Amberley<sup>9</sup>. Porém, os seus avós paternos conseguiram reverter o testamento e ficaram com a custódia das duas crianças. Assim, Russell e Frank foram morar na mansão Pembroke Lodge no bairro londrino de Richmond Park com os avós paternos Lord John Russell (1792-1878), um político que foi por duas vezes Primeiro-Ministro da Inglaterra, e Lady Russell (1815-1898). A mansão Pembroke Lodge foi concedida a Lord John Russell pela Rainha Victoria em 1847, quando ele exercia o cargo de Primeiro-Ministro. Depois de dois anos de convivência, Lord John Russell morreu e Lady Russell foi quem cuidou da educação de Russell, uma vez que Frank fora estudar em Oxford. Isso marcou a vida de Russell, pois a educação que passou a receber da sua avó foi a oposta daquela que os seus pais um dia haviam planejado.

Pelas descrições encontradas a respeito da personalidade de Lady Russell, percebe-se que a sua forma de educar o neto foi baseada no rigor da disciplina e na moralidade cristã, comuns da era victoriana. Griffin a descreve como “puritana, inflexível e dominadora [...]”. Apesar de dogmaticamente religiosa, como uma tardia convertida ao Unitarismo” (GRIFFIN, pp. 1-2, 1991, tradução nossa)<sup>10</sup>. O próprio Russell lembra-se na sua *Autobiography* de que, quando completou 14 anos, “as limitações intelectuais de minha avó passaram a ser penosas para mim, e a sua moralidade puritana começou a me parecer excessiva” (RUSSELL, p. 12, 2009a, tradução nossa)<sup>11</sup>. Assim, os anos de infância e adolescência de Russell foram desafiadores e solitários, pois apesar dos privilégios da riqueza, ele precisou se adequar à educação rigorosa proporcionada por sua avó. Por outro lado, as vantagens da nobreza foram bem usufruídas por Russell. Deixando de lado a falta de informações sobre a qualidade dos tutores escolhidos criteriosamente por sua avó, Russell teve à sua disposição a vasta biblioteca do seu avô. Isso foi uma maravilha para a sua mente curiosa e prodígia. Russell recebeu uma educação diferenciada e, ainda criança, já tinha absorvido conhecimentos sobre literatura, história, política e diferentes línguas como grego, latim, francês, alemão e italiano.

O primeiro contato de Russell com a filosofia foi através das crenças religiosas de sua avó. De certa forma, isso marcou a sua personalidade e acendeu a sua inquietação intelectual.

---

<sup>9</sup> Segundo Garciadiego, “Spalding, um amigo próximo de Charles Darwin (1808-1882) e Mill, tentou provar que o comportamento era regulado pela evolução darwiniana. Na verdade, alguns de seus experimentos e observações sobre o instinto foram realizados na residência dos Amberley, tendo a ajuda pessoal de Lady Amberley” (GARCIADIEGO, 1992, p. 43, tradução nossa). No original: “Spalding, a close friend of Charles Darwin (1808-1882) and Mill, attempted to prove that behavior was regulated through Darwinian evolution. In fact, some of his experiments and observations on instinct were carried out at the Amberley’s residence, having Lady Amberley’s personal assistance”.

<sup>10</sup> No original: “Puritanical, inflexible and domineering, [...]. Although dogmatically religious, as a late convert to Unitarianism”.

<sup>11</sup> No original: “My grandmother’s intellectual limitations became trying to me, and her Puritan morality began to seem to me to be excessive”.

Em *My Philosophical Development*, Russell diz:

Meu interesse original pela filosofia teve duas fontes. Por um lado, eu estava ansioso para descobrir se a filosofia forneceria alguma defesa para qualquer coisa que pudesse ser chamada de crença religiosa, por mais vaga que fosse; por outro lado, desejava me persuadir de que algo poderia ser conhecido, em matemática pura, senão em outro lugar. Pensei nesses dois problemas durante a adolescência, na solidão e com pouca ajuda dos livros. No que diz respeito à religião, passei a descrever primeiro no livre arbítrio, depois na imortalidade e, finalmente, em Deus. No que diz respeito aos fundamentos da matemática, não cheguei a lugar nenhum. (RUSSELL, p. 11, 1959, tradução nossa)<sup>12</sup>.

O ceticismo de Russell em relação aos dogmas cristãos não foi imediato, dado que há indícios da sua resistência até os 18 anos na crença em Deus. Em *Autobiography*, Russell relata ter se dedicado fervorosamente à busca de argumentos racionais a favor das crenças religiosas. Russell deixou as reflexões juvenis sobre a sua inquietação religiosa e sobre os seus estudos em ciências e matemática gravadas em dois manuscritos chamados *Greek Exercises* e *A Locked Diary*. Nesses diários pessoais, vê-se transparecer toda a atmosfera de um adolescente com grande capacidade intelectual, mas introspectivo e em conflito pessoal pela angústia com a gradual perda da fé. De acordo com Griffin (1991), a razão dessa tensão foi que Russell, na adolescência, esteve sempre mais próximo da razão e da ciência do que da religião, já que simpatizava com a teoria da evolução de Darwin e tinha uma compreensão mecanicista da natureza do homem, semelhante a uma máquina. No entanto, aos 17 anos, Russell ainda considerava forte o argumento da Causa Primeira a favor da existência de Deus. Contudo, um ano depois, logo antes de ingressar em Cambridge, Russell leu a *Autobiography* de J. S. Mill e encontrou um contra-argumento que parece tê-lo convencido do contrário: “a pergunta ‘Quem me fez?’ não pode ser respondida, uma vez que sugere imediatamente a outra questão ‘Quem fez Deus?’. Isso me levou a abandonar o argumento da ‘Causa Primeira’ e a me tornar ateu” (RUSSELL, p. 30, 2009a, tradução nossa)<sup>13</sup>.

J. S. Mill, sem dúvida, foi uma referência filosófica relevante para Russell até o seu ingresso em Cambridge. Russell concordou, em grande parte, com as suas teorias filosóficas a respeito de assuntos como economia política, liberdade das mulheres e utilitarismo (a teoria

---

<sup>12</sup> No original: “My original interest in philosophy had two sources. On the one hand, I was anxious to discover whether philosophy would provide any defence for anything that could be called religious belief, however vague; on the other hand, I wished to persuade myself that something could be known, in pure mathematics if not elsewhere. I thought about both these problems during adolescence, in solitude and with little help from books. As regards religion, I came to disbelieve first in free will, then in immortality, and finally in God. As regards the foundations of mathematics, I got nowhere”.

<sup>13</sup> No original: “The question ‘Who made me?’ cannot be answered, since it immediately suggests the further question ‘Who made God?’. This led me to abandon the ‘First Cause’ argument, and to become an atheist”.



ética defendida primeiro pelo padrinho de J. S. Mill, Jeremy Bentham). No entanto, Russell nunca concordou com a filosofia indutiva da matemática de J. S. Mill e com o empirismo que ela representava. De acordo com essa teoria, as proposições da matemática não poderiam ser necessariamente verdadeiras, pois tais proposições eram oriundas de generalizações indutivas produzidas pelas mentes a partir de eventos experienciados. Da mesma forma, os números seriam abstraídos de coleções de objetos empíricos de tal maneira que se pode manipular e inferir operações aritméticas do tipo adição ou subtração. Dadas essas concepções, o resultado é que a matemática depende das associações das nossas mentes, e Russell, naquela época, parece ter se convencido de que a explicação empirista arruinaria a natureza objetiva da matemática. A prova disso está em *Portraits from Memory and Other Essays*:

Li pela primeira vez a *Lógica* de Mill aos dezoito anos e, naquela época, tinha um viés muito forte a favor dele; mas mesmo então eu não podia acreditar que nossa aceitação da proposição “dois mais dois são quatro” fosse uma generalização da experiência. Eu não tinha a menor noção sobre como chegamos a esse conhecimento, mas ele parecia muito diferente de uma proposição como “todos os cisnes são brancos”, que a experiência pode refutar e, de fato, refuta. [...]. Mill, embora conhecesse um pouco de matemática, nunca aprendeu a pensar de forma matemática. (RUSSELL, pp. 124-25, 1956, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Realmente, Russell não se convenceu da filosofia empirista da matemática de J. S. Mill. Em vez disso, aos quinze anos de idade<sup>15</sup>, encontrou conforto intelectual ao estudar matemática e geometria no livro *The Common Sense of the Exact Sciences*, de William Kingdon Clifford, publicado postumamente em 1885. Em *My Philosophical Development*, Russell diz que se deleitou em adquirir a habilidade com os cálculos, mas reclamou do fato de que os seus tutores não sabiam explicar as provas válidas dos teoremas fundamentais das geometrias não-euclidianas e do cálculo infinitesimal. Russell compreendeu que os cálculos funcionavam na prática, mas não entendia por qual razão!

Além desse detalhe, há algo que explica a euforia de Russell ao estudar o livro de Clifford. Ambos compartilhavam a crença de que o avanço da matemática e do conhecimento

---

<sup>14</sup> No original: “I first read Mill’s *Logic* at the age of eighteen, and at that time I had a very strong bias in his favor; but even then, I could not believe that our acceptance of the proposition ‘two and two are four’ was a generalization from experience. I was quite at a loss to say how we arrived at this knowledge, but it felt quite different from such a proposition as ‘all swans are white’, which experience might, and in fact did, confute. [...]. Mill, although he knew a certain amount of mathematics, never learned to think in a mathematical way”.

<sup>15</sup> Vale lembrar a história contada por Russell, em *My Philosophical Development*, de que o seu primeiro contato com a matemática, especialmente com a geometria de Euclides, foi aos onze anos de idade através dos ensinamentos do seu irmão mais velho Frank. Russell ficou fascinado pelas demonstrações geométricas, apesar de ficar desapontado por ter de aceitar que os axiomas são verdades que não precisam de provas. Essa história, se verdadeira, no mínimo entrega duas características relevantes da personalidade filosófica de Russell: é uma evidência de que ele desde cedo demonstrou incrível habilidade matemática, além de apresentar um interessante ceticismo filosófico na explicação e fundamentação dessa ciência.

científico iriam ajudar na solução dos problemas filosóficos e, por consequência, produziriam bem-estar para a humanidade. A ideia por trás dessa crença é que ambos colocavam um peso moral no uso da razão. Segundo Griffin, duas características do pensamento de Clifford chamaram a atenção de Russell: “sua filosofia da matemática e sua crença nos benefícios a serem obtidos com a aplicação da ciência aos problemas sociais. Nestes, a matemática desempenharia um papel fundamental” (GRIFFIN, p. 11, 1991, tradução nossa)<sup>16</sup>. Em linhas gerais, segundo Griffin (1991), a teoria da filosofia da matemática de Clifford<sup>17</sup> baseava-se em princípios racionalistas e empiristas. De um lado, Clifford seguia Kant em separar na geometria os elementos empíricos dos *a priori*; por outro lado, seguia Riemann e Helmholtz em crer que os valores de verdade dos postulados da geometria eram determinados empiricamente. Entretanto, apesar de notar-se claramente em Russell um forte potencial e grande interesse pela filosofia e pela matemática, não é possível extrair maiores conclusões dos seus primeiros contatos com essas áreas do conhecimento. Russell estava apenas com 18 anos de idade e longe das suas maiores realizações na filosofia da matemática.

A submissão de Russell ao exame de seleção para estudar no Trinity College, em Cambridge, ocorreu em dezembro de 1889. Whitehead, que posteriormente se tornaria seu professor e amigo, foi um dos examinadores daquele ano. Muito provavelmente pela capacidade matemática de Russell, Whitehead teria ficado impressionado com o jovem e o recomendou positivamente aos outros examinadores<sup>18</sup>. Russell ingressou em Cambridge em outubro de 1890 com 18 anos e carregava consigo duas convicções consolidadas por suas experiências pessoais e intelectuais: a perda da fé em Deus e a confiança de que a matemática aplicada é mais

---

<sup>16</sup> No original: “His philosophy of mathematics and his belief in the benefits to be gained from the application of science to social problems. In the latter, mathematics played a key role”.

<sup>17</sup> Clifford está ligado à história da álgebra linear associativa por sua contribuição nessa área. O trabalho de Clifford na álgebra é citado na *História da Matemática*, de Boyer, onde se lê o seguinte trecho: “em 1870 Clifford escreveu o artigo ‘On the Space Theory of Matter’ em que se revelou um firme defensor britânico da geometria não-euclidiana de Lobachevsky e Riemann. Na álgebra, Clifford também apoiou as ideias novas, e seu nome está perpetuado nas álgebras de Clifford, de que octônions ou biquatêrnions são casos particulares. Essas álgebras não comutativas foram usadas por Clifford para estudar movimentos em espaços não-euclidianos, dos quais certas variedades são chamadas espaços de Clifford e Klein” (BOYER, 1996, p. 412). Para comentários da filosofia da matemática de Clifford, ver também Griffin (1991). Outro fator importante da influência teórica de Clifford em Russell é que o segundo aprendeu os aspectos filosóficos da abordagem de Kant à geometria com o primeiro, antes mesmo de ler Kant. Isso pode ter marcado fortemente a formação intelectual de Russell, pois, posteriormente, quando endossou o idealismo britânico, ele adotou alguns princípios da filosofia kantiana em relação à geometria. Esse tema é analisado em 2.1.2.2 adiante.

<sup>18</sup> Russell conta na sua *Autobiography*: “Fiquei sabendo depois que, no exame para bolsa de estudos, outro homem obtivera mais notas do que eu, mas Whitehead teve a impressão de que eu era o mais capaz dos dois. Ele, portanto, queimou as notas antes da reunião dos examinadores e recomendou-me em preferência ao outro homem” (RUSSELL, p. 47, 2009a, tradução nossa). No original: “I learned afterwards that in the scholarship examination another man had obtained more marks than I had, but Whitehead had the impression that I was the abler of the two. He therefore burned the marks before the examiners’ meeting and recommended me in preference to the other man”.

importante que a matemática pura porque a primeira teria mais probabilidade de promover o bem-estar humano. Russell era um típico otimista vitoriano!

A primeira impressão que Russell teve do ambiente universitário de Cambridge foi de inteira libertação e êxtase. Isso se explica pelos contatos com os colegas juntamente com a liberdade de expressão intelectual. Os três primeiros anos de Russell em Cambridge foram dedicados ao estudo da matemática no *Mathematical Tripos*<sup>19</sup>, que era dividido em duas partes, o elementar e o avançado. De início, o desejo juvenil de Russell em se dedicar à matemática aplicada foi atendido, pois, segundo Griffin (1991 e 2003), por causa da forte tradição newtoniana de Cambridge, a matemática ensinada no *Mathematical Tripos* era baseada mais na intuição geométrica e na aplicação física do que na abstração e rigor. A tradição newtoniana deixou o ensino matemático de Cambridge em desvantagem com relação à matemática feita e ensinada no continente europeu, dado que os alemães estavam mais direcionados às exigências de rigor e abstração, característicos da matemática pura do século XIX<sup>20</sup>.

Russell teria ficado desgostoso com a matemática que lhe fora ensinada no *Mathematical Tripos*. A razão disso é que o método de ensino era voltado para a obtenção de pontos nos exames, e não havia espaço para reflexões profundas sobre os problemas matemáticos contemporâneos. Uma das consequências desse desgosto de Russell é que ele completou apenas o nível elementar daqueles exames e decidiu nunca mais estudar matemática – uma decisão que logo foi abandonada – mas que o influenciou a sair do *Mathematical Tripos*. De fato, a pedagogia matemática do Trinity College pode ter significado um atraso nos trabalhos futuros de Russell a respeito da fundamentação da matemática porque ele só foi compreender as teorias de Weierstrass, Dedekind, Cantor e outros, anos mais tarde. Evidências de que os professores de matemática do *Mathematical Tripos* não deixaram boas memórias em Russell são encontradas em *Portraits from Memory and Other Essays*:

Quando comecei a aprender matemática avançada, novas dificuldades me assaltaram. Meus professores me ofereceram provas que eu considerava falaciosas e que, como descobri depois, foram reconhecidas como falaciosas. Na época, ou por algum tempo depois de deixar Cambridge, eu não sabia que provas melhores haviam sido encontradas por matemáticos alemães. Portanto, permaneci receptivo às medidas

<sup>19</sup> Para mais detalhes sobre a estrutura do *Mathematical Tripos* ver Griffin (1991, pp. 16-25).

<sup>20</sup> Segundo Boyer (1996), uma possível explicação para o afastamento entre os matemáticos ingleses e os do continente europeu foi a querela histórica entre Newton e Leibniz a respeito de quem foi o inventor do Cálculo. Hoje, sabe-se que Newton descobriu o Cálculo cerca de dez anos antes de Leibniz e que a descoberta de Leibniz foi totalmente independente da de Newton. Contudo, Leibniz tem a prioridade de publicação. A questão é que a disputa pela prioridade da descoberta do Cálculo teria exaltado os ânimos nacionalistas, fazendo com que os matemáticos ingleses se afastassem dos matemáticos do continente europeu durante boa parte do séc. XVIII. Dessa forma, a geração de matemáticos ingleses posteriores a Newton herdou o viés para a matemática aplicada no currículo do *Mathematical Tripos*, e, assim, poucos deles receberam treinamento adequado em matemática pura.

heroicas da filosofia de Kant. [...]. Fui encorajado em minha transição para a filosofia por um certo desgosto com a matemática, resultante de muita concentração e muita absorção no tipo de habilidade necessária nos exames. A tentativa de adquirir a técnica de exame me levou a pensar que a matemática consistia em esquivas engenhosas e dispositivos engenhosos e, no geral, muito parecida com palavras cruzadas. (RUSSELL, pp. 15-6, 1956, tradução nossa)<sup>21</sup>.

A exceção entre os seus professores parece ter sido Whitehead. Russell frequentou em 1890 o curso de Estática lecionado por Whitehead, e a admiração foi imediata pelo método didático inspirador e pelo caráter de um homem modesto, gentil e dedicado. As pesquisas de Whitehead em 1890 estavam direcionadas às álgebras abstratas, e o resultado pode ser constatado no livro *Universal Algebra*, de 1898. Este foi posteriormente importante para o desenvolvimento matemático de Russell, uma vez que, segundo Griffin (1991), é pouco provável que Russell tenha assistido alguma palestra de Whitehead entre 1890 e 1894 sobre a matemática pura. Dois são os possíveis motivos: primeiro, aquele assunto não se encaixava nas exigências do *Mathematical Tripos* e, segundo, naquela época, Russell valorizava mais a matemática aplicada, levado pela esperança de que esta promoveria o bem-estar social.

Whitehead também teve outro papel importante na vida acadêmica de Russell. Ele o indicou para ser membro do clube seletivo de discussões chamado *The Society*, também conhecido como *The Apostles*. Russell entrou para *The Apostles* em 27 de fevereiro de 1892 e, a partir desse momento, uma reviravolta aconteceu na sua carreira acadêmica, pois nesse grupo de discussões, ele ampliou os seus contatos com outros estudantes e professores de filosofia que eram adeptos do idealismo britânico. A entrada para o *The Apostles* foi significativa para Russell, uma vez que, apesar dos seus três primeiros anos em Cambridge terem sido dedicados ao *Mathematical Tripos*, o interesse pela filosofia nunca o havia abandonado. Com o repentino e passageiro desgosto pela matemática, Russell, nas reuniões do grupo *The Apostles*, viu o seu desejo juvenil de encontrar respostas para as questões filosóficas e religiosas reacender fortemente. Ele encontrou nas reuniões desse grupo o prazer e o entusiasmo pelo debate filosófico, além de fazer amizades que mudariam o rumo da sua vida e da sua filosofia, por exemplo, com o então acadêmico George E. Moore.

Em *My Philosophical Development*, Russell recorda-se que, por intermédio do seu tio

---

<sup>21</sup> No original: “When I began to learn higher mathematics, fresh difficulties assailed me. My teachers offered me proofs which I felt to be fallacious and which, as I learned after, had been recognized as fallacious. I did not know then, or for some time after I had left Cambridge, that better proofs had been found by German mathematicians. I therefore remained in a receptive mood for the heroic measures of Kant’s philosophy. [...]. I was encouraged in my transition to philosophy by a certain disgust with mathematics, resulting from too much concentration and too much absorption in the sort of skill that is needed in examinations. The attempt to acquire examination technique had led me to think of mathematics as consisting of artful dodges and ingenious devices and as altogether too much like a crossword puzzle”.

Rollo, conheceu Harold Joachim, um filósofo idealista de Oxford, discípulo de Bradley, que lhe pediu uma lista de livros filosóficos para ler durante o *Mathematical Tripos*. Segundo Russell, “lembro-me de apenas dois itens na lista: um era a *Lógica* de Bradley que, ele disse, era boa, mas difícil; a outra era a *Lógica* de Bosanquet, que, segundo ele, era melhor, mas ainda mais difícil” (RUSSELL, p. 37, 1959, tradução nossa)<sup>22</sup>. No entanto, de acordo com Griffin (1991), a lista era muito maior e continha sugestões de leitura de Platão, Aristóteles, Espinoza, Descartes, Leibniz, Hume, Mill, Green, Grose, Berkeley, Kant, Erdmann, Burnet, Ferrier, Lotze e Jevons. Como consequência de tudo o que foi narrado, Russell, no quarto ano de graduação em Cambridge (julho 1893-junho de 1894), mudou-se para o *Moral Sciences Tripos* e pôde dedicar-se com mais atenção à filosofia.

Enfim, durante o *Moral Sciences Tripos*, Russell frequentou os cursos de: Ética, com Henry Sidgwick; Elementos de Filosofia, também com Henry Sidgwick; Metafísica, com James Ward; História da Filosofia, novamente com James Ward; e outro curso de História da Filosofia, com George F. Stout. Todos esses professores influenciaram Russell de alguma forma. No entanto, durante os três primeiros anos em Cambridge, foi a amizade com Ellis McTaggart que aproximou Russell do idealismo britânico. Portanto, na próxima seção terciária, são analisadas, em maiores detalhes, as principais teorias idealistas britânicas que dominavam a Cambridge do período de Russell e que tiveram papel importante tanto na sua adesão ao idealismo quanto no desenvolvimento posterior da sua filosofia idealista até 1898.

### 2.1.2 A influência do idealismo britânico em Russell

O idealismo britânico, também conhecido como neo-hegelianismo, foi o movimento filosófico que predominou na Inglaterra no fim do século XIX<sup>23</sup>. Esse movimento caracterizou-se pela inspiração no idealismo alemão como contraponto metafísico diante o avanço do naturalismo e do materialismo que se desenvolveram rapidamente no continente europeu, dominando o cenário acadêmico, principalmente, depois da morte de Hegel em 1831. Dentre os idealistas britânicos, F. H. Bradley foi o principal expoente, uma vez que o seu idealismo absoluto influenciou toda uma geração de filósofos e professores tanto em Oxford quanto em Cambridge e em outras partes da Grã-Bretanha.

---

<sup>22</sup> No original: “I remember only two items in the list: one was Bradley’s Logic which, he said, was good but hard; the other was Bosanquet’s Logic which, he said, was better but harder”.

<sup>23</sup> Para aqueles que quiserem conhecer outra análise da influência do idealismo britânico sobre Russell, sugere-se a leitura de Hylton (1990).

Bradley graduou-se em Oxford e, em 1870, recebeu uma bolsa de estudos vitalícia (que incluía a desobrigação de lecionar) do Merton College de Oxford. Quando Russell ingressou no Trinity College em Cambridge em 1890, Bradley já havia publicado *The Principles of Logic*, em 1883, e Russell leu essa obra, por indicação de Harold Joachim, quando ainda cursava o *Mathematical Tripos*. No entanto, a *magnum opus* de Bradley é *Appearance and Reality*, publicada em 1893, o mesmo ano em que Russell ingressou no *Moral Science Tripos*. Apesar de Bradley ser um filósofo de Oxford, o impacto de *Appearance and Reality* em Cambridge foi considerável a ponto de, segundo Russell, fazer um dos seus professores, G. F. Stout, declarar: “esse livro alcançou tanto quanto é humanamente possível em ontologia” (RUSSELL, 1959, p. 38, tradução nossa)<sup>24</sup>. Essa declaração de Stout é uma evidência do quanto a filosofia de Bradley foi influente entre os seus contemporâneos e nas gerações posteriores de filósofos da Grã-Bretanha. Dessa maneira, Russell, uma vez submerso no ambiente acadêmico de Cambridge, naturalmente assimilou e absorveu os princípios filosóficos do idealismo britânico.

Contudo, o fato de Bradley ter sido o mais influente idealista britânico não significou que todos os professores e filósofos de Cambridge concordaram com o seu idealismo absoluto. Justamente pela audácia da sua filosofia metafísica monista e pela notoriedade de seu pensamento, Bradley ocupou o lugar de destaque na primeira geração dos idealistas britânicos e foi a referência filosófica dentre aqueles que se opuseram à explicação monista da realidade. Dentre os divergentes, daqueles que influenciaram diretamente Russell, deve-se destacar James Ward e Ellis McTaggart, que também foram idealistas, mas que adotavam uma teoria pluralista da realidade. Todavia, como ressalta Cartwright, “Kant e Hegel foram os heróis do passado” (CARTWRIGHT, p. 108, 2003, tradução nossa)<sup>25</sup> para os idealistas britânicos e, por isso, as teorias desses filósofos, incluindo Russell, em grande parcela, convergem para as teorias dos seus antigos heróis alemães. Ao mesmo tempo, não é correta a visão de que Russell logo após o seu ingresso em Cambridge foi simplesmente doutrinado e se submeteu passivamente aos princípios da filosofia idealista. Ao que parece, Russell não estava disposto a abandonar a sua inclinação ao empirismo inglês tão facilmente e, além disso, o seu ceticismo intelectual não seria vencido por qualquer novo argumento.

Portanto, é necessária uma análise de como ocorreu a conversão de Russell ao idealismo britânico e as consequências disso no decorrer da sua carreira após a graduação em Cambridge. Para tal, esta seção é dividida em duas seções quaternárias. Na primeira seção, explica-se os principais aspectos metafísicos e epistemológicos do idealismo absoluto de Bradley que

<sup>24</sup> No original: “This book accomplished as much as is humanly possible in ontology”.

<sup>25</sup> No original: “Kant and Hegel were the heroes of the past”.

influenciaram Russell e, principalmente, a interpretação de Bradley do argumento ontológico que venceu as últimas resistências de Russell a se converter ao idealismo britânico. Na segunda seção, apresenta-se as influências filosóficas do idealismo pluralista de Ellis McTaggart e James Ward sobre Russell, além de se ressaltar a relevância da filosofia de Kant para o idealismo de Russell. A análise dessa segunda seção termina em uma breve consideração sobre o projeto inacabado da dialética das ciências de Russell.

#### 2.1.2.1 Considerações a respeito da filosofia idealista de Bradley

Tendo em vista que Bradley foi o herói do presente para os idealistas britânicos, é fundamental explicar, mesmo que em linhas gerais, o seu sistema metafísico monista e a teoria do conhecimento embutida nele. Russell foi influenciado por essa filosofia ao mesmo tempo que se contrapôs a ela em certos pontos. Uma das intenções do idealismo absoluto de Bradley, se não a principal, tanto em *The Principles of Logic* quanto em *Appearance and Reality*, foi mostrar que o materialismo do séc. XIX e o empirismo inglês são teorias insuficientes para explicar o nosso conhecimento e a realidade. O ponto de partida de Bradley foi a concepção de experiência imediata. Esta é pré-relacional porque é vivenciada através de um sentimento imediato, puro, contínuo e simples, na qual a consciência humana não o distingue do objeto da consciência. Nesse sentido, a experiência imediata não consiste em um sentimento de algo ou de nós mesmos sentindo algo, mas ela é um sentimento contínuo e um estado de consciência unificado de um todo. Para Bradley, a experiência imediata da Realidade fornece à consciência o conhecimento de uma unidade que contém diversidade, mas uma diversidade anterior às relações. Esse ponto de vista soa um tanto paradoxal, mas um exemplo pode esclarecer a questão: a experiência imediata de uma mancha vermelha na parede branca. Segundo Bradley, o sentimento imediato experienciado pela consciência não é o de três qualidades (vermelho, branco e extensão) conectados de alguma forma por qualquer relação; mas é uma experiência imediata de uma unidade na diversidade. É claro que se pode analisar essa experiência imediata, porém, dessa forma, passa-se para além desse nível de experiência elementar. O pensamento e a linguagem discursiva não abandonam completamente a experiência imediata, mas abstraem dela os termos do conhecimento. Nessa etapa, a consciência se distancia do objeto para conhecê-lo, e o pensamento separa as coisas das suas qualidades para tentar explicá-las através de noções como sujeito, predicado e relações. Assim, esse segundo estágio de consciência é um conhecimento mediato e, de acordo com Bradley, uma vez que ele se originou de abstrações, é fadado a fornecer aparências, não a verdadeira Realidade. Portanto, a experiência imediata,

embora limitada, é a principal fonte do conhecimento que se pode ter da Realidade. É através desse sentimento imediato dos fenômenos contínuos, diversos e particulares que se pode ter a experiência da unidade do Absoluto.

Em *Appearance and Reality*, Bradley equilibrou a tese idealista aparentemente paradoxal da unidade na diversidade. Segundo Bradley, a Realidade é um todo unificado, onde cada fenômeno particular experienciado ordinariamente ajusta-se dentro da unidade orgânica do Absoluto. Para Bradley, “o Absoluto é um sistema, e seus conteúdos nada mais são do que experiência senciente. Será, portanto, uma experiência única e abrangente, que abarca harmoniosamente toda diversidade parcial” (BRADLEY, 1899, pp. 146-47, tradução nossa)<sup>26</sup>. Dessa forma, o Absoluto é um todo harmonioso no sentido idealista de que o Real é uma unidade inclusiva. Vê-se, nesse trecho de *Appearance and Reality*, uma fina estabilidade entre a unidade do Absoluto e a diversidade dos fenômenos que são particulares. Tal distinção é um traço fundamental da metafísica monista de Bradley, pois somente o Absoluto, sendo um todo unificado, possui o que se pode chamar de individualidade autêntica e/ou unidade universal. Em contrapartida, os fenômenos particulares, incluindo neles a natureza, o pensamento e a linguagem, compõem o real, mas não possuem a individualidade autêntica do Absoluto, pois tudo o que é meramente particular são aparências. Epistemologia e metafísica estão inter-relacionadas, uma vez que o nosso conhecimento relacional é oriundo de abstrações e, portanto, é um conhecimento parcial e imperfeito do Absoluto.

Para explicar melhor a teoria de Bradley, é preciso entender o argumento principal sobre o qual ela se sustenta. O argumento foi apresentado por Bradley em *Appearance and Reality* e consistiu na defesa de que, quando se passa do nível da experiência imediata do Absoluto para o nível do pensamento, da linguagem e do juízo que reivindica a verdade das coisas e suas qualidades e relações, inevitavelmente, o conhecimento encontra inconsistências inescapáveis. A conclusão é que tudo o que se pode conhecer e dizer sobre o mundo são meras aparências.

Bradley usou o exemplo de um torrão de açúcar. Decerto, o torrão de açúcar, nele próprio, possui uma unidade que reúne propriedades tais como brancura, doçura e rigidez, mas como se pode explicar que o açúcar “é” [is] tudo isso relacionado ao mesmo tempo? Como resolver esse dilema? Bradley argumentou que o significado do “é” parece ser duvidoso, pois se de um lado o torrão de açúcar não pode ser ao mesmo tempo cada uma de suas propriedades tomadas separadamente, uma vez que são distintas uma das outras, por outro lado, se o torrão de açúcar for considerado fora dessas propriedades, ele perde a sua unidade. Uma possível

---

<sup>26</sup> No original: “The Absolute is one system, and that its contents are nothing but sentient experience. It will hence be a single and all-inclusive experience, which embraces every partial diversity in concord”.



explicação, segundo Bradley, é que o torrão de açúcar é as suas propriedades em relação umas com as outras. Assim, pode-se dizer: a qualidade A está [*is*] relacionada com a qualidade B. Mas Bradley insistiu na questão: “O que devemos entender aqui por *é*? Não queremos dizer que ‘em relação com B’ *é* [*is*] A, mas afirmamos que A *está* [*is*] ‘em relação com B’” (BRADLEY, 1899, p. 20, tradução nossa)<sup>27</sup>. A ambiguidade do verbo “ser” é o ponto que incomoda Bradley nessa questão. Esse verbo não pode ter o significado que tem na expressão “‘em relação com B’ *é* A” porque a relação vista como um atributo não é idêntica à qualidade “A”. Ao mesmo tempo, se a resposta for: não se deve usar a expressão “*é*”, mas apenas o “*está*”, então, para Bradley, tudo o que se conseguiu foi reduzir o problema às metáforas inúteis e estéreis. Logo, a conclusão do raciocínio de Bradley foi que “parecemos incapazes de nos livrar do velho dilema: se você predica o que é diferente, você atribui ao sujeito o que ele *não é*; e se você predica o que *não é* diferente, você não diz nada” (BRADLEY, 1899, p. 20, tradução nossa)<sup>28</sup>. Não tendo chegado a lugar algum, Bradley buscou uma nova alternativa de sair do dilema e, nesse momento, apresentou o famoso argumento *ad infinitum* que negou a realidade independente das relações e das coisas:

Abstenhamo-nos de fazer da relação um atributo do relacionado e tornemo-la mais ou menos independente. “Há uma relação C, na qual A e B estão; e ela aparece com ambos”. Mas aqui, novamente, não fizemos nenhum progresso. A relação C foi admitida diferente de A e B, e não mais é predicada deles. Algo, entretanto, parece ser dito dessa relação C, e dito, novamente, de A e B. E esse algo não deve ser a atribuição de um ao outro. Nesse caso, pareceria ser outra relação, D, na qual C, de um lado, e, do outro lado, A e B estão. Mas tal improvisação leva imediatamente ao processo infinito. [...] Assim, o problema não é resolvido considerando as relações como independentemente reais. Pois, se assim for, as qualidades e sua relação se desintegram totalmente, e então não dissemos nada. Ou temos que fazer uma nova relação entre a velha relação e os termos; o que, quando feito, não nos ajuda. Ou ela mesma exige uma nova relação e assim por diante sem fim, ou nos deixa onde estávamos, enredados em dificuldades. (BRADLEY, 1899, p. 21, tradução nossa)<sup>29</sup>.

Como se pode ver, o ponto do argumento de *Appearance and Reality* foi demonstrar as

---

<sup>27</sup> No original: “What are we to understand here by *is*? We do not mean that ‘in relation with B’ *is* A, and yet we assert that A *is* ‘in relation with B’”.

<sup>28</sup> No original: “And we seem unable to clear ourselves from the old dilemma, if you predicate what is different, you ascribe to the subject what it is *not*; and if you predicate what is *not* different, you say nothing at all”.

<sup>29</sup> No original: “Let us abstain from making the relation an attribute of the related and let us make it more or less independent. ‘There is a relation C, in which A and B stand; and it appears with both of them’. But here again we have made no progress. The relation C has been admitted different from A and B, and no longer is predicated of them. Something, however, seems to be said of this relation C, and said, again, of A and B. And this something is not to be the ascription of one to the other. If so, it would appear to be another relation, D, in which C, on one side, and, on the other side, A and B, stand. But such a makeshift lead at once to the infinite process. [...] Thus, the problem is not solved by taking relations as independently real. For, if so, the qualities and their relation fall entirely apart, and then we have said nothing. Or we have to make a new relation between the old relation and the terms; which, when it is made, does not help us. It either itself demands a new relation, and so on without end, or it leaves us where we were, entangled in difficulties”.

limitações do pensamento e da linguagem no que diz respeito ao conhecimento e à expressão da unidade na diversidade do Absoluto. A unidade do Absoluto é um todo harmonioso, mas quando a reflexão analisa os fenômenos particulares como fatos de subsistência independente e faz juízos sobre as relações entre as coisas e as suas qualidades, então, o raciocínio entra em um regresso infinito por não conseguir explicar como as propriedades estão relacionadas e formam essa unidade. Uma vez que, segundo Bradley, o pensamento é sempre relacional e é o fundamento das abstrações, “concluo que uma forma de pensamento relacional – qualquer uma que se mova pelo mecanismo de termos e relações – deve dar aparência, e não verdade. É um improviso, um artifício, uma simples concessão prática, muito necessária, mas no final das contas indefensável” (BRADLEY, 1899, p. 33, tradução nossa)<sup>30</sup>. Conforme a citação, a forma de pensamento relacional é necessária por conta da dualidade entre a realidade e a unidade do Absoluto – esta última é dada na experiência imediata – versus a mera aparência e a diversidade dos fenômenos – dadas na experiência mediata e limitada pelas nossas sensações momentâneas e fluidas. Hylton aborda esse tema da filosofia de Bradley e explica que “é precisamente por causa desse caráter sequencial e sucessivo da experiência que qualquer experiência dada não é autocontida, mas está conectada com o que ela não incluiu e, portanto, aos olhos de Bradley, é inadequada” (HYLTON, 1990, p. 51, tradução nossa)<sup>31</sup>. Devido a essa inadequação, Bradley derivou as inconsistências dos fenômenos particulares, pois considerou que as aparências momentâneas e fluidas dos fenômenos particulares não representam imediatamente a individualidade do Absoluto. Como foi dito anteriormente, o monismo de Bradley está ancorado na visão de que o Absoluto é uma unidade universal e, portanto, o artifício prático do pensamento relacional torna-se indefensável, dado que essa prática do pensamento relacional mostra que o mundo natural com que a ciência se ocupa não é completamente real<sup>32</sup>. Vale

---

<sup>30</sup> No original: “The conclusion to which I am brought is that a relational way of thought – anyone that moves by the machinery of terms and relations – must give appearance, and not truth. It is a makeshift, a device, a mere practical compromise, most necessary, but in the end most indefensible”.

<sup>31</sup> No original: “It is precisely because of this sequential, successive character of experience that any given experience is not self-contained, but is connected with what it does not include, and is thus, by Bradley’s lights, inadequate”.

<sup>32</sup> No capítulo XXII de *Appearance and Reality*, Bradley diz: “vimos, até agora, que a mera Natureza não é real. A natureza é apenas uma aparência dentro da realidade; é uma manifestação parcial e imperfeita do Absoluto. O mundo físico é uma abstração que, para certos propósitos, é considerada apropriadamente por si mesma, mas que, se tomada como independente, torna-se imediatamente autocontraditória” (BRADLEY, 1899, p. 267, tradução nossa). No original: “We have seen, so far, that mere Nature is not real. Nature is but an appearance within the reality; it is a partial and imperfect manifestation of the Absolute. The physical world is an abstraction, which, for certain purposes is properly considered by itself, but which, if taken as standing in its own right, becomes at once self-contradictory”. É importante destacar que Bradley, em *Appearance and Reality*, através de argumentos similares também concluiu que o *self* e Deus são aparências porque envolvem sempre o pensamento relacional. Pode-se constatar isso no capítulo X: “seja qual for a forma em que o *self* seja tomado, ele se revelará uma aparência. Não pode, se finito, manter-se contra as relações externas. Pois estas entrarão em sua essência e assim arruinarão a sua independência. [...]. O *self* é sem dúvida a forma mais elevada de experiência que temos, mas,

ressaltar que essa conclusão de Bradley é muito familiar aos idealistas de forma geral.

Dado o alcance da conclusão a que Bradley chegou, vale a pena refletir sobre o escopo desse argumento no que diz respeito à teoria das relações que ele defendeu. Notoriamente, Bradley, no argumento *ad infinitum*, negou a realidade independente das relações externas, pois uma das consequências de relações serem externas é que a externalidade das relações torna a existência dos *relata* independentes uns dos outros, e isso, obviamente, destrói a homogeneidade e a unidade do Absoluto. Ao mesmo tempo, como bem ressaltam Galaugher (2013) e Griffin (1991), o argumento *ad infinitum* de Bradley também não afirmou que as relações devem ser reduzidas às propriedades internas de cada *relatum*, pois adotar tal tipo de redução não elimina as inconsistências, uma vez que significaria a independência dos *relata* em referência à unidade do Absoluto. Em *Appearance and Reality*, Bradley esclareceu essa questão:

As relações, como vimos, são um desenvolvimento da (e a partir da) totalidade sentida. Elas expressam inadequadamente e ainda implicam no fundo aquela unidade separada da qual a diversidade não é nada. As relações são destituídas de sentido, exceto dentro e com base em um todo substancial, e os termos relacionados, se tornados absolutos, são imediatamente destruídos. Pluralidade e relacionalidade são apenas características e aspectos de uma unidade. (BRADLEY, 1988, p. 142, tradução nossa)<sup>33</sup>.

A partir dessa explicação fica evidente que a unidade do Absoluto se sobrepõe a

---

apesar de tudo, não é uma forma verdadeira. Não nos dá os fatos como eles são na realidade; e, como ele nos dá, são aparência, aparência e erro” (BRADLEY, 1899, p. 119, tradução nossa). No original: “In whatever way the *self* is taken, it will prove to be appearance. It cannot, if finite, maintain itself against external relations. For these will enter its essence, and so ruin its independency. [...]. The *self* is no doubt the highest form of experience which we have, but, for all that, is not a true form. It does not give us the facts as they are in reality; and, as it gives them, they are appearance, appearance and error”. Em relação a Deus, Bradley diz no capítulo XXV: “Religião implica naturalmente uma relação entre o Homem e Deus. Ora, uma relação sempre é autocontraditória. [...]. Deus, novamente, é um objeto finito, situado acima e separado do homem, e é algo independente de toda relação com sua vontade e inteligência. Portanto, Deus, se tomado como um ser pensante e sentimental, tem uma personalidade particular. Mas, separado das relações que o qualificam, Deus é um vazio inconsistente; e, qualificado por sua relação com um Outro, ele é uma vaga finitude. [...]. Se você identifica o Absoluto com Deus, que não é o Deus da religião. Se você os separar novamente, Deus se torna um fator finito no Todo. [...]. Deus é apenas um aspecto, e isso deve significar apenas uma aparência, do Absoluto” (BRADLEY, 1899, pp. 445-48, tradução nossa). No original: “Religion naturally implies a relation between Man and God. Now a relation always is self-contradictory. [...]. God again is a finite object, standing above and apart from man, and is something independent of all relation to his will and intelligence. Hence God, if taken as a thinking and feeling being, has a private personality. But, sundered from those relations which qualify him, God is inconsistent emptiness; and, qualified by his relation to an Other, he is distracted finitude. [...]. If you identify the Absolute with God, that is not the God of religion. If again you separate them, God becomes a finite factor in the Whole. [...]. God is but an aspect, and that must mean but an appearance, of the Absolute”.

<sup>33</sup> No original: “Relations, we saw, are a development of and from the felt totality. They inadequately express, and they still imply in the background that unity apart from which the diversity is nothing. Relations are unmeaning except within and on the basis of a substantial whole, and related terms, if made absolute, are forthwith destroyed. Plurality and relatedness are but features and aspects of a unity”.

qualquer termo ou relação. Segundo a perspectiva de Bradley, todo juízo determina uma propriedade ao Absoluto porque todas as propriedades são intrínsecas à unidade interna do real. Dessa forma, os juízos envolvendo relações são, na verdade, aparentemente juízos relacionais, uma vez que a doutrina das relações internas que Bradley defendeu é uma teoria que elimina as relações em prol das propriedades intrínsecas do Absoluto. Bradley eliminava as relações reduzindo os juízos relacionais à forma de juízos de sujeito-predicado, na qual o sujeito último é o Absoluto. Bradley não citou exemplos de como se daria tal eliminação das relações, mas pode-se conjecturar que a sua teoria implica uma eliminação do tipo: a expressão relacional “A está à direita de B” é reduzida à expressão da forma sujeito-predicado que afirma “o Absoluto é tal que A está à direita de B”. Se não é exatamente isso o que Bradley pensava, pelo menos o exemplo encontra algum respaldo na afirmação de Bradley em *The Principles of Logic*: “o sujeito que aparece na série do tempo, e ao qual atribuímos nossas ideias como predicados, deve ser real. E, se real, não deve ser puramente adjetivo. Pelo contrário, deve ser autoexistente e individual” (BRADLEY, 1883, p. 51, tradução nossa)<sup>34</sup>. Percebe-se que Bradley caracterizou o conteúdo do juízo, isto é, o predicado, como uma ideia adjetiva que assinala uma propriedade à existência do Absoluto, o verdadeiro substantivo do ponto de vista semântico e metafísico. De acordo com essa teoria, Bradley explicou o juízo levando em conta a distinção tripartite entre a existência, o conteúdo e o significado, enquanto ideia no sentido lógico. Em *The Principles of Logic*, encontra-se a explicação dessa distinção tripartite a partir da seguinte perspectiva:

Em tudo o que é, podemos distinguir dois lados, (i) existência e (ii) conteúdo. Em outras palavras, percebemos tanto *que* ele é e *o que* ele é. Mas em qualquer coisa que é um símbolo, nós temos também um terceiro lado, a sua significação, ou aquilo que ele *significa*. [...]. Um sinal é qualquer fato que tenha um significado, e o significado consiste em uma parte do conteúdo (original ou adquirido), destacado, fixado pela mente e considerado à parte da existência do sinal. (BRADLEY, 1883, pp. 7-8, tradução nossa)<sup>35</sup>.

A dupla distinção entre existência e conteúdo baseia-se na visão comum de que existir é ser alguma coisa, caso contrário não seria nada. Além da existência do *que é*, os fatos podem ser distinguidos uns dos outros através do complexo de qualidades que cada um possui. As

---

<sup>34</sup> No original: “The subject which appears in the series of time, and to which we attribute our ideas as predicates, must itself be real. And, if real, it must not be purely adjectival. On the contrary it must be self-existent and individual”.

<sup>35</sup> No original: “In all that is we can distinguish two sides, (i) existence and (ii) content. In other words, we perceive both *that* it is and *what* it is. But in anything that is a symbol we have also a third side, its signification, or that which its *means*. [...]. A sign is any fact that has a meaning and meaning consists of a part of the content (original or acquired), cut off, fixed by the mind, and considered apart from the existence of the sign”.

propriedades que cada fato possui são o seu conteúdo, e é isso que os torna *o que* são. Essa parece ter sido a intenção de Bradley ao distinguir a existência do conteúdo, ou seja, explicar o conhecimento de um fato é reconhecer *o que* ele é, mas, além disso, *que* ele é. O terceiro elemento da distinção, o significado, é a ideia lógica universal caracterizada como uma abstração derivada do conteúdo de nossas ideias como fatos mentais. Segundo Bradley, no sentido lógico da noção de ideia, todas as ideias são sinais com significado universal e não devem ser compreendidas como fatos psíquicos, tendo em vista que, como fato psíquico, a ideia se restringe apenas ao conteúdo. Em *Appearance and Reality* Bradley diz:

Podemos entender isso mais claramente se considerarmos a natureza do juízo, pois aí encontramos o pensamento em sua forma completa. No juízo, uma ideia é predicada de uma realidade. Ora, em primeiro lugar, o que é predicado não é uma imagem mental. Não é um fato dentro de minha cabeça que o juízo deseja associar a outro fato externo. O predicado é um mero ‘o que’, uma mera característica do conteúdo, que é usado para qualificar ainda mais o ‘que’ do sujeito. E esse predicado está divorciado da sua existência psíquica em minha cabeça e usado sem nenhuma consideração por estar ali. (BRADLEY, 1988, p. 164, tradução nossa)<sup>36</sup>.

A distinção tripartite entre a existência, o conteúdo e a ideia no sentido lógico colocaram Bradley em uma posição filosófica singular. Por um lado, essa distinção é indício do posicionamento contrário de Bradley tanto em relação à tradição associacionista típica do empirismo inglês, que entendia o juízo como uma síntese de ideias ou imagens mentais associadas a fatos empíricos, quanto em relação ao movimento naturalista do séc. XIX, que motivado pelo desenvolvimento da biologia, da fisiologia e da psicologia buscava explicar todos os fenômenos psíquicos com leis físicas e químicas. Por outro lado, Bradley também rejeitou a perspectiva aristotélica de que o juízo seria formado pela cópula de um sujeito com um predicado de acordo com a ontologia baseada em substâncias e atributos. Em relação à contraposição à tradição aristotélica, Bradley foi explícito em *The Principles of Logic* ao pontuar que, na sua teoria da composição do juízo, “o leitor terá observado que falamos de um juízo afirmando *uma* ideia, ou conteúdo ideal, e que não mencionamos o sujeito e a cópula” (BRADLEY, 1883, p. 15, tradução nossa)<sup>37</sup>. Em vista disso, compreende-se que o significado lógico dos juízos é um único adjetivo ideal abstraído do *o que*, e este, por sua vez, é o conteúdo

---

<sup>36</sup> No original: “We can understand this most clearly if we consider the nature of judgment, for there we find thought in its completed form. In judgment an idea is predicated of a reality. Now, in the first place, what is predicated is not a mental image. It is not a fact inside my head which the judgment wishes to attach to another fact outside. The predicate is a mere “what”, a mere feature of content, which is used to qualify further the “that” of the subject. And this predicate is divorced from its psychical existence in my head and used without any regard to its being there”.

<sup>37</sup> No original: “The reader will have observed that we speak of a judgment asserting *one* idea, or ideal content, and that we make no mention of the subject and copula”.

mental do *que* dos fatos psíquicos. Por isso, o significado do juízo é considerado um predicado do Absoluto. Porém, uma consequência de se tipificar a ideia lógica universal com essas características é que o significado dos juízos tampouco é uma entidade exterior à mente, pois é oriundo do interior do próprio conteúdo da ideia enquanto fenômeno mental. Vale frisar que foi essa característica abstracionista e dependente do conteúdo mental que fez Moore acusar a teoria de Bradley de ser psicologista<sup>38</sup>.

Outra consequência da distinção tripartite entre a existência, o conteúdo e a ideia no sentido lógico é que, no interior da unidade do Absoluto, tal distinção resulta em categorias de realidade e de verdade. Bradley, em *Appearance and Reality* diz: “a verdade e o fato que, ao serem convertidos no Absoluto, exigiriam menos rearranjos e acréscimos, são mais reais e verdadeiros. E é isso que queremos dizer com graus de realidade e verdade” (BRADLEY, 1988, p. 364, tradução nossa)<sup>39</sup>. A afirmação de Bradley pode ser analisada tanto em referência à sua teoria metafísica quanto em relação à sua teoria da Verdade e do conhecimento. A citação, em linhas gerais, significa que, se as ciências naturais aceitam apenas a explicação mecânica do mundo, então os seus fatos e as suas verdades são de grau menor, porque somente a metafísica pode almejar alcançar a compreensão do todo e das verdades gerais. Portanto, os fenômenos naturais ajustam-se no interior do Absoluto, e a verdade correspondente a eles é maior na medida da necessidade da sua existência.

Ao mesmo tempo, a perspectiva de Bradley mostrou a sua adesão à teoria da Verdade como coerência, pois o grau de verdade do significado dos juízos foi condicionado ao grau de coerência compartilhado com a unidade do Absoluto. Pode-se entender algo mais dessa visão de Bradley a partir do trecho: “um predicado, podemos dizer, em nenhum caso é, como tal, realmente verdadeiro. Tudo estará sujeito a adição, qualificação e rearranjo. E a verdade será o grau até o qual qualquer predicado, quando tornado real, preserva seu próprio caráter” (BRADLEY, 1988, p. 396, tradução nossa)<sup>40</sup>. Dessa forma, entendido que o predicado é uma abstração, o significado do juízo possui um distanciamento do Absoluto, e o juízo apenas afirma condicionalmente a verdade ou a falsidade, pois o juízo é incompleto. Assim como os fatos, ambos estão interligados com o que não incluem.

Todavia, apesar de os fatos envolverem sempre uma questão de grau de realidade,

---

<sup>38</sup> Analisa-se as críticas de Moore e Russell à teoria do juízo de Bradley respectivamente em 2.1.4, 2.2.1 e 2.2.2.

<sup>39</sup> No original: “The truth and the fact, which, to be converted into the Absolute, would require less rearrangement and addition, is more real and truer. And this is what we mean by degrees of reality and truth”.

<sup>40</sup> No original: “A predicate, we may say, in no case is, as such, really true. All will be subject to addition, to qualification and rearrangement. And truth will be the degree up to which any predicate, when made real, preserves its own character”.

Bradley não negou que todo juízo se refere a algo real. Esse ponto de vista foi denominado por Griffin (1991) de a teoria existencial do juízo de Bradley, uma vez que a existência de algo a ser qualificado está pressuposta em qualquer juízo, inclusive nos casos de juízos que envolvem a negação. Nos casos de juízos em que não ocorrem a negação, o significado do juízo atribui uma qualidade ao Absoluto, como se pode ver neste trecho de *The Principles of Logic*: “o verdadeiro juízo afirma que S-P é imposto a nossas mentes por uma realidade  $x$ . E essa realidade, seja ela qual for, é o sujeito do juízo” (BRADLEY, 1883, p. 42, tradução nossa)<sup>41</sup>. No caso dos juízos negativos, a mesma realidade  $x$  continua presente, pois Bradley tinha como certo que negar pressupõe sempre uma realidade positiva. A explicação dessa perspectiva é que, quando se afirma o significado de um juízo negativo, a justificação positiva é a qualidade da realidade  $x$  que é incompatível com o que se afirma. Em *Appearance and Reality*, Bradley esclareceu a questão: “portanto, alguma base positiva deve estar subjacente a essas negações que mencionamos. E, em segundo lugar, devemos lembrar que o que é negado é, não obstante, de alguma forma predicado de nosso Absoluto” (BRADLEY, 1988, p. 243, tradução nossa)<sup>42</sup>. Consideradas juntas, a teoria existencial do juízo e a teoria da Verdade como coerência forneceram a Bradley as bases para ele concluir a validade do argumento ontológico<sup>43</sup>. Contudo, como um idealista absoluto, Bradley interpretou esse argumento para provar a realidade do Absoluto, e não a de Deus. A análise de Bradley do argumento ontológico encontra-se em *Appearance and Reality*:

Ora, um pensamento apenas “na minha cabeça”, ou uma simples ideia separada de toda relação com o mundo real, é uma falsa abstração. Pois vimos que afirmar um pensamento é, mais ou menos vagamente, referi-lo à Realidade. E, portanto, uma ideia, totalmente despida de referência, seria uma autocontradição. Esse resultado geral está imediatamente relacionado à prova ontológica. Evidentemente a prova deve partir de uma ideia que se refere à Realidade e a qualifica, estando também presente na Realidade determinada pelo conteúdo da ideia. E o princípio do argumento é simplesmente este, que, estando de um lado desse todo, você se encontra necessariamente movido para o outro lado. O mero pensamento, porque incompleto, sugere logicamente o outro elemento já implicado nele; e esse elemento é a Realidade que aparece na existência. (BRADLEY, 1899, p. 395, tradução nossa)<sup>44</sup>.

<sup>41</sup> No original: “The actual judgment asserts that S-P is forced on our minds by a reality  $x$ . And this reality, whatever it may be, is the subject of the judgment”.

<sup>42</sup> No original: “Hence some positive basis must underlie these negations which we have mentioned. And, in the second place, we must remember that what is denied is, none the less, somehow predicated of our Absolute”.

<sup>43</sup> Considera-se que o primeiro argumento ontológico foi criado pelo Arcebispo Anselmo (1033-1109), e é a este argumento que Bradley se refere. Segundo o argumento ontológico do Arcebispo Anselmo, Deus é aquilo que nada maior pode ser concebido e, portanto, a existência de Deus somente como uma simples ideia na minha mente deve ser descartada, porque essa concepção de Deus é menor do que a concepção de Deus existindo tanto na mente quanto na realidade. Logo, dado que Deus é aquilo que nada maior pode ser concebido, então Deus necessariamente existe.

<sup>44</sup> No original: “Now a thought only ‘in my head’, or a bare idea separated from all relation to the real world, is a false abstraction. For we have seen that to hold a thought is, more or less vaguely, to refer it to Reality. And hence

A interpretação de Bradley partiu da premissa da sua teoria existencial do juízo, segundo a qual o fundamento de todos os significados de juízos devem ser a existência em certo grau da realidade do sujeito. Na sequência do raciocínio, Bradley esclareceu que é preciso distinguir entre a ideia na minha cabeça que se refere à existência de um objeto finito e a ideia do próprio Absoluto e da Realidade como um todo orgânico infinito. Essa distinção é fundamental porque, segundo a teoria da Verdade como coerência de Bradley, é impossível uma ideia de um objeto finito ser real como tal, pois a verdade das ideias é uma questão de grau desde que esta depende do rearranjo que a ideia sofrerá ao ser complementada no interior do Absoluto. Nesse ponto, Bradley interligou a sua metafísica monista com o argumento ontológico em favor do Absoluto, pois se a necessidade da existência de uma ideia está diretamente relacionada com o grau de realidade que a ideia possui, então, as ideias gerais da metafísica contêm um grau de realidade maior, haja vista que tratam do Absoluto. Sendo assim, tendo como foco a ideia do Absoluto, Bradley concluiu:

Mas o argumento ontológico, dir-se-á corretamente, não tem a pretensão de ser aplicável a cada matéria finita. É usado para o Absoluto e, se for confinado àquele, será certamente legítimo. Somos, penso eu, obrigados a admitir essa afirmação. A ideia do Absoluto, enquanto ideia, é inconsistente consigo mesma; e descobrimos que, para se completar, ela é internamente levada a existir. [...]. Existe um sujeito e um predicado, e existe a necessidade interna, de cada lado, de identidade com o outro. (BRADLEY, 1988, p. 397, tradução nossa)<sup>45</sup>.

De acordo com Griffin (1991), a interpretação de Bradley do argumento ontológico foi, principalmente, embora não exclusivamente, o argumento racional que venceu as últimas resistências de Russell a se assumir como um idealista. Russell entrou em contato com a interpretação de Bradley do argumento ontológico em 1894 durante o curso de História da Filosofia ministrado por Stout no *Moral Sciences Tripos*. Possíveis motivos que podem ter levado Russell a se impressionar com *Appearance and Reality* foram: a própria influência direta de Stout, que admirava a filosofia de Bradley; o estilo argumentativo e a elegância do sistema

---

an idea, wholly un-referred, would be a self-contradiction. This general result at once bears upon the ontological proof. Evidently the proof must start with an idea referred to and qualifying Reality, and with Reality present also and determined by the content of the idea. And the principle of the argument is simply this, that, standing on one side of such a whole, you find yourself moved necessarily towards the other side. Mere thought, because incomplete, suggests logically the other element already implied in it; and that element is the Reality which appears in existence”.

<sup>45</sup> No original: “But the ontological argument, it will be rightly said, makes no pretence of being applicable to every finite matter. It is used of the Absolute, and, if confined to that, will be surely legitimate. We are, I think, bound to admit this claim. The idea of the Absolute, as an idea, is inconsistent with itself; and we find that, to complete itself, it is internally driven to take in existence. [...]. There is a subject and a predicate, and there is the internal necessity, on each side, of identity with the other side”.



filosófico de Bradley, que aos olhos de Russell, superava a filosofia empirista inglesa; e, por último, Russell pode ter encontrado um conforto religioso ou espiritual, perdido na juventude, no argumento ontológico de Bradley. O fato é que há evidências suficientes para demonstrar a influência da interpretação de Bradley do argumento ontológico na conversão de Russell ao idealismo britânico. A evidência mais forte parece ser um trecho do artigo “Paper on Descartes II”, de 1894, escrito por Russell a pedido de Stout. Neste trecho, Russell defendeu o argumento ontológico usando uma linguagem influenciada pela filosofia de Bradley<sup>46</sup>:

Mas aqueles que desejam manter o argumento ontológico podem responder que, quando pensamos, seja no que for, não podemos escapar da realidade; se realmente julgamos, devemos afirmar algum predicado da realidade; mesmo o juízo negativo só é possível devido a algum fundamento positivo incompatível, ou seja, deve ser baseado em uma afirmação; mas, se tentarmos negar a realidade como um todo, não sobrá nenhum fundamento positivo como base para a nossa negação. Temos que pensar o Absoluto, e a essência do Absoluto envolve a sua existência; portanto, o argumento ontológico somente pode, parece, ser enfrentado por um completo ceticismo, por se abster totalmente do juízo; o que é uma alternativa negligenciável. (RUSSELL, 1983, p. 179, tradução nossa)<sup>47</sup>.

Em seu estilo de argumentação, Russell seguiu o padrão de Bradley ao usar o argumento ontológico para provar a existência do Absoluto, e não a de Deus. Contudo, a influência mais marcante está no fato de Russell, em 1894, ter afirmado a mesma teoria existencial do juízo que Bradley defendeu em *The Principles of Logic* e em *Appearance and Reality*. A argumentação de Russell fundamentou-se em dois princípios basilares da teoria de Bradley. Primeiro, todo significado do juízo afirma um único predicado a alguma realidade que está fora do juízo, e

---

<sup>46</sup> Há outras evidências que podem ser levadas em consideração, por exemplo, o relato de Russell: “lembro-me do momento preciso, um dia em 1894, enquanto caminhava pela Trinity Lane, quando vi em um flash (ou pensei ter visto) que o argumento ontológico é válido. [...] Li Bradley nessa época com avidez e o admirei mais do que qualquer outro filósofo recente” (RUSSELL, 2009b, p. 14, tradução nossa). No original: “I remember the precise moment, one day in 1894, as I was walking along Trinity Lane, when I saw in a flash (or thought I saw) that the ontological argument is valid. I read Bradley at this time with avidity and admired him more than any other recent philosopher”. Há também uma carta enviada a Ottoline Morrell, datada de 28 de setembro de 1911, onde Russell declara: “Stout, que principalmente me ensinou, persuadiu-me de que todo [o neo-hegelianismo] estava ligado ao argumento ontológico. Esse argumento, na forma bruta inventada pelo Arcebispo Anselmo, [...] é: ‘Deus é o sujeito de todas as perfeições; a existência é uma perfeição; portanto, Deus existe’; ou ‘Deus é o Ser mais perfeito; o que existe é mais perfeito do que o que não existe; portanto, Deus existe’. O argumento foi aprimorado desde então, e agora prova o Absoluto, não Deus” (RUSSELL, 1911, apud GRIFFIN, 1991, p. 78, tradução nossa). No original: “Stout, who chiefly taught me, persuaded me that [neo-Hegelianism] all turned on the ontological argument. This argument, in the crude form invented by Archbishop Anselm [...] is: ‘God is the subject of all perfections; existence is a perfection; therefore, God exist’; or ‘God is the most perfect Being; what exists is more perfect than what does not exist; therefore, God exist’. The argument has been subtilized since, and now proves the Absolute, not God”.

<sup>47</sup> No original: “But those who wish to maintain the ontological argument may reply that whatever we think we cannot get away from reality; if we judge at all, we must affirm some predicate of reality; even negative judgment is only possible owing to some positive incompatible ground, i.e., must be based on an affirmation; but if we try to deny reality as a whole, there is no positive ground left as basis of our denial. We must think the Absolute, and its essence involves existence; hence the ontological argument can, it would seem, only be met by complete scepticism, by abstaining from judgment altogether; which is a negligible alternative”.

essa realidade na sua totalidade é o Absoluto. Segundo, os juízos negativos pressupõem uma base positiva, por isso negar a realidade do Absoluto significa tornar impossível qualquer juízo e ceder ao completo ceticismo. A interpretação de Bradley do argumento ontológico depende, sem dúvida, da concepção holística idealista do Absoluto como uma unidade orgânica de partes mutuamente vinculadas que formam um todo autocontido. Existem indícios de que Russell já havia aceitado a visão holística da realidade em 1893 e, ao compartilhar da teoria existencial do juízo de Bradley, Russell pôde concluir a validade do argumento ontológico a favor do Absoluto. Sendo assim, pode-se inferir que a interpretação de Bradley do argumento ontológico foi o argumento racional que faltava a Russell para a sua aceitação do idealismo britânico.

Os indícios mencionados acima, de que Russell endossava a visão holística da realidade durante o *Moral Sciences Tripos* encontram-se em três ensaios intitulados “Paper on Epistemology”, que Russell escreveu durante o curso sobre Metafísica ministrado por Ward. No primeiro dos três ensaios, datado de 1893, reconhecem-se marcas da influência da epistemologia de Bradley na formação da filosofia idealista de Russell:

Uma teoria do conhecimento deve aceitar os conhecimentos existentes como seus dados: seu problema deve ser unificá-los, fazer um conjunto autoconsistente das várias Ciências, interpretá-los de maneira a superar suas aparentes contradições. Cada Ciência lida necessariamente com abstrações: os seus resultados devem, portanto, ser expressões parciais e unilaterais da verdade. Esses resultados devem ser criticados pela Epistemologia, a sua unilateralidade, se possível, corrigida de modo que os resultados das diferentes Ciências possam ser exibidos como consistentes entre si e como partes de um todo do conhecimento. (RUSSELL, 1983, p. 121, tradução nossa)<sup>48</sup>.

A forma como Russell se expressou é pelo menos em dois pontos inspirada em Bradley. Primeiro, a inevitável incompletude de cada ciência ao descrever o mundo, dado que elas lidam com abstrações e expressam verdades parciais. E, segundo, uma vez que cada ciência é incompleta em si mesma, os seus resultados parciais estão crivados de contradições. A questão das contradições em cada ciência é um problema à parte do idealismo britânico porque, como alerta Griffin, “Bradley e muitos outros neo-hegelianos não distinguiam claramente entre contradição e incompletude, alegando que qualquer coisa aquém de uma descrição totalmente abrangente do Absoluto envolveria contradições” (GRIFFIN, 1991, p. 84, tradução nossa)<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> No original: “A theory of knowledge must accept existing knowledges as its data: its problem must be unified them, to make a self-consistent whole of the various Sciences, to interpreted these in such a way as to overcome their apparent contradictions. Every Science deal necessary with abstractions: its results must therefore be partial and one-sided expressions of truth. These results must be critized by Epistemology, their one-sidedness if possible corrected, so that the results of the different Sciences may be exhibited as consistent with each other and as parts of a whole of knowledge”.

<sup>49</sup> No original: “Bradley and many other of the neo-Hegelians did not distinguish clearly between contradiction

Contudo, vale ressaltar que Russell, em 1893, ainda que estivesse longe de uma compreensão nítida sobre a teoria das contradições, estava convicto da necessidade de uma epistemologia holística das ciências com o objetivo de harmonizar as suas inconsistências em prol de um sistema único do conhecimento. Nesse sentido, o trecho do ensaio citado acima pode ser a primeira manifestação registrada de Russell sobre o seu interesse em construir futuramente uma dialética das ciências.

No entanto, é preciso destacar que, no trecho acima de “Paper on Epistemology”, encontram-se também aspectos da influência do idealismo de Ward. Este também defendeu uma síntese das ciências, porém, diferente de Bradley, Ward propôs que a filosofia deveria começar com o conhecimento científico. Russell manifestou o interesse de construir a dialética das ciências em 1893, mas sabe-se que a sua dedicação a esse projeto ocorreu, principalmente, após a sua formação em Cambridge, em junho de 1894, e durou até meados de 1898. Portanto, na próxima seção quaternária, é analisada a forma como Russell desenvolveu a sua filosofia idealista não sendo exclusivamente influenciado por Bradley, tendo em vista que Russell adotou algumas ideias do idealismo pluralista de McTaggart e Ward, além de explicitamente assumir uma metodologia kantiana.

#### 2.1.2.2 Breves comentários sobre a dialética das ciências de Russell

Nesta seção quaternária, são analisadas as influências de McTaggart, Ward e Kant no desenvolvimento da filosofia idealista e do projeto da dialética das ciências de Russell, sem perder de vista a influência da filosofia de Bradley, que sempre esteve presente. Russell defendia que a dialética das ciências envolvia uma ordenação lógica determinada: aritmética, geometria, física, psicologia e, finalmente, a metafísica. Porém, a ordem histórica em que Russell trabalhou esses temas não coincidiu com a ordem lógica. Russell trabalhou primeiro a geometria e depois seguiu para a física e a psicologia. O seu trabalho sobre a matemática pura permaneceu contínuo ao longo de todo o período de 1894 a 1898. Ao final desta seção, será apresentado um panorama geral a respeito do projeto inacabado da dialética das ciências. Não se pretende detalhar os aspectos técnicos de cada ciência, pois eles não dizem respeito ao problema nuclear desta tese.

Russell conheceu McTaggart<sup>50</sup> em 1890. O encontro aconteceu logo após ele ingressar

---

and incompleteness, claiming that anything less than a fully comprehensive description of the Absolute involved contradictions”.

<sup>50</sup> O encontro foi um tanto inusitado, e deu-se o início a uma inspiradora amizade. Russell diz que: “eu ouvi uma

em Cambridge e Whitehead ter contado a McTaggart o interesse de Russell pela filosofia. McTaggart ingressou em Cambridge em 1885 e, em 1886, foi eleito para ser membro do grupo *The Apostles*. A partir de 1893, McTaggart começou a lecionar em Cambridge e ganhou fama entre os seus contemporâneos por ser o principal estudioso de Hegel dessa universidade e, também, por ser bom palestrante e um professor inspirador. Como foi explicado em 2.1.1, Russell, desde a sua adolescência, creditou maior importância à razão contra os dogmas religiosos. Isso o levou, gradativamente, à perda da crença em Deus meses antes de ingressar em Cambridge e, portanto, de conhecer McTaggart. A desilusão religiosa é novamente importante, pois Russell entrou em contato com a filosofia de Hegel através da interpretação excêntrica de McTaggart. Este professava que a dialética de Hegel era demonstrável e que provaria por dedução lógica a harmonia entre nós e o universo. Essas teses do idealismo de McTaggart proporcionaram a Russell um sentimento de conforto religioso, ou metafísico, que ele havia perdido na adolescência. O mais importante, porém, foi que Russell inspirou-se na proposta de McTaggart de elaborar uma metafísica elegante e dedutiva<sup>51</sup>. Tais traços do idealismo de McTaggart atraíram Russell, uma vez que ele não os encontrou nas influências empiristas, principalmente na filosofia de J. S. Mill.

Os detalhes da filosofia de McTaggart e sua interpretação incomum de Hegel não são de interesse desta pesquisa<sup>52</sup>. A intenção é simplesmente ter uma perspectiva geral para

---

batida na minha porta um dia – uma batida muito suave. Eu disse: ‘entre’, mas não aconteceu nada. Eu disse, ‘entre’, mais alto. A porta se abriu, e vi McTaggart de pé no capacho. Ele já era presidente do Cambridge Union e estava prestes a se tornar um Fellow e me inspirou admiração por causa de sua reputação metafísica, mas ele era muito tímido para entrar, e eu era muito tímido para pedir que entrasse” (RUSSELL, 2009a, p. 52, tradução nossa). No original: “I heard a knock on my door one day – a very gentle knock. I said: ‘Come in’, but nothing happened. I said, ‘Come in’, louder. The door opened, and I saw McTaggart standing on the mat. He was already President of The Union, and about to become a Fellow, and inspired me with awe on account of his metaphysical reputation, but he was too shy to come in, and I was too shy to ask him to come in”.

<sup>51</sup> Encontra-se, em *Portraits from Memory and Other Essays*, a seguinte declaração: “em Cambridge, fui apresentado à filosofia de Hegel que, no decorrer de dezenove volumes obscuros, professou ter provado algo que funcionaria muito bem como uma versão corrigida e sofisticada das crenças tradicionais. Hegel pensava no universo como uma unidade intimamente ligada. Seu universo era como uma geleia quanto ao fato de que, se você tocasse em qualquer parte dele, o todo estremeceria; mas era diferente de uma geleia quanto ao fato de não poder ser realmente dividido em partes. A aparência de consistir em partes, segundo ele, era uma ilusão. A única realidade era o Absoluto, que era o seu nome para Deus. Nessa filosofia, encontrei conforto por um tempo. Conforme me foi apresentada por seus adeptos, especialmente McTaggart, que era então meu amigo íntimo, a filosofia de Hegel parecia charmosa e demonstrável. Nessa filosofia, encontrei conforto por um tempo” (RUSSELL, 1956, p. 17, tradução nossa). No original: “At Cambridge I was introduced to the philosophy of Hegel who, in the course of nineteen abstruse volumes, professed to have proved something which would do quite well as an emended and sophisticated version of traditional beliefs. Hegel thought of the universe as a closely knit unity. His universe was like a jelly in the fact that, if you touched any one part of it, the whole quivered; but it was unlike a jelly in the fact that it could not really be cut up into parts. The appearance of consisting of parts, according to him, was a delusion. The only reality was the Absolute, which was his name for God. In this philosophy I found comfort for a time. As presented to me by its adherents, especially McTaggart, who was then an intimate friend of mine, Hegel’s philosophy had seemed both charming and demonstrable. In this philosophy I found comfort for a time”.

<sup>52</sup> Uma explicação detalhada pode ser encontrada em Hylton (1990). Griffin (1991) e Passmore (1966) também julgam que a interpretação de McTaggart da filosofia de Hegel é fruto de uma leitura enviesada, sem base textual.

ponderar o tamanho da influência desse filósofo sobre Russell. Em linhas gerais, segundo Passmore (1966), McTaggart pensava que, primeiro, a dialética hegeliana seria fundamental para se alcançar a harmonia entre nós e o Absoluto; e segundo, a dialética hegeliana ajudaria a demonstrar que o universo é espiritual e se desenvolve para um estado de perfeita bondade. Nesse sentido, a filosofia de McTaggart baseou-se no princípio geral de que o espírito é imortal e contém, como o seu ingrediente principal, o amor. Além do mais, McTaggart defendeu uma ramificação do idealismo britânico, que pode ser classificada como pluralista. De acordo com Griffin (1991), uma das teses centrais da metafísica de McTaggart é que o Absoluto é uma pluralidade de *selfs* imortais inter-relacionados. Esses *selfs* imortais eram considerados substâncias que possuíam qualidades ora iguais, ora diferentes. Como consequência, essa perspectiva do idealismo de McTaggart se contrapôs ao idealismo de Bradley em relação à realidade das relações porque o primeiro considerava que as relações de similaridade e de diversidade eram tão reais quanto os *selfs* e as suas qualidades. Por fim, para provar que a utilidade prática da dialética de Hegel tinha a capacidade de demonstrar a harmonia entre nós e o universo, McTaggart defendeu que, se as nossas experiências imediatas – para usar o termo de Bradley – forem amparadas pelo raciocínio metafísico da dialética hegeliana, então essas experiências imediatas da realidade não estariam condenadas a nos fornecer meras aparências do Absoluto. Portanto, sem escapar de excentricidades, McTaggart acreditou que dessa forma provaria a filosofia de Hegel.

É difícil dizer exatamente o quanto Russell absorveu da filosofia idealista de McTaggart. Griffin (1991) afirma que Russell foi fortemente seduzido pela filosofia de McTaggart quando leu *A further determination of the Absolute* em agosto de 1893. Contudo, depois do primeiro impacto, a influência de McTaggart, juntamente com a sua interpretação incomum de Hegel, foi perdendo cada vez mais a importância. Por outro lado, Hylton (1990) acredita que a influência da filosofia de McTaggart foi mais duradoura. Em 1896, Russell leu os *Studies in the Hegelian Dialectic*, e essa referência teria reverberado no projeto de Russell da dialética das ciências. Seja como for, não há dúvida de que a leitura de McTaggart contribuiu para romper o flerte de Russell com o empirismo. Assim, durante os três primeiros anos de Russell em Cambridge, McTaggart de certo modo o preparou para a conversão completa ao idealismo

---

McTaggart defendia uma utilidade, ou um valor prático, para a metafísica hegeliana. Isso afastou McTaggart da filosofia original de Hegel. Como nos diz Griffin, “o uso frequente de McTaggart de todo o mecanismo do Absoluto para resolver problemas comuns ou práticos deve ter parecido (e, sem dúvida, era e provavelmente foi concebido para ser) um pouco ridículo” (GRIFFIN, 1991, p. 55, tradução nossa). No original: “McTaggart’s frequent use of the full machinery of the Absolute to resolve commonplace or practical problems must have seemed (and no doubt was and probably was intended to be) rather ridiculous”.

britânico, que viria em 1894. Isso está claramente expresso em *My Philosophical Development*:

McTaggart tinha respostas hegelianas para o empirismo bastante rudimentares que anteriormente me satisfaziam. Ele disse que poderia provar pela lógica que o mundo é bom e a alma imortal. A prova, ele admitiu, era longa e difícil. Não se podia esperar entendê-la antes de estudar filosofia por algum tempo. Coloquei-me contra a sua influência, diminuindo gradualmente a resistência, até pouco antes do meu *Moral Sciences Tripos* em 1894, quando me inclinei completamente na direção de uma metafísica semi-kantiana, semi-hegeliana. (RUSSELL, 1959, p. 38, tradução nossa)<sup>53</sup>.

Considerando o trecho acima, pode-se inferir que, durante o *Moral Sciences Tripos*, a influência de McTaggart sobre Russell diminuiu de forma considerável, e isso, possivelmente, pode ser explicado pela convivência de Russell com os outros professores. Portanto, é difícil ponderar o tamanho da influência de McTaggart na filosofia idealista de Russell. Contudo, pode-se concluir que, por um lado, não é possível negar que Russell foi influenciado pelo idealismo pluralista de McTaggart e que a dialética hegeliana serviu de inspiração para ele desenvolver, à sua própria maneira, a dialética das ciências. Por outro lado, não seria correto atribuir a McTaggart uma importância exagerada. A reviravolta de Russell para uma filosofia “metafísica semi-kantiana, semi-hegeliana” indica as outras influências, como as de seus professores Stout e Ward. Como dito em 2.1.2.1, Stout foi um grande admirador da metafísica de *Appearance and Reality* e exerceu papel importante na conversão de Russell ao idealismo britânico por sua interpretação do argumento ontológico de Bradley. A influência de Stout sobre Russell, desse modo, já foi reconhecida. Logo, ainda resta considerar sob quais aspectos o idealismo pluralista de Ward pode ser reconhecido na filosofia idealista de Russell.

Ward possuía ampla formação intelectual em diversas áreas como teologia, fisiologia, psicologia e filosofia. A sua graduação foi obtida na Universidade de Londres, onde completou os seus estudos em Teologia em 1869 e, como prêmio, recebeu uma bolsa de estudos para estudar com Lotze na Alemanha no período entre 1869 e 1870. Quando retornou à Grã-Bretanha, Ward ingressou em Cambridge em 1873 e foi beneficiado com uma bolsa de estudos para o Trinity College. Ward defendeu a dissertação *The relation of Phisiology and Psychology* em Cambridge no ano de 1875 e, desde então, lecionou no *Moral Sciences Tripos*.

A temporada de estudos na Alemanha fez Ward se identificar com as teorias da psicologia continental daquela época e com pensadores como Lotze, Brentano, Meinong e

---

<sup>53</sup> No original: “McTaggart had Hegelian answers to the rather crude empiricism which had previously satisfied me. He said he could prove by logic that the world is good and the soul immortal. The proof, he admitted, was long and difficult. One could not hope to understand it until one had studied philosophy for some time. I stood out against his influence with gradually diminishing resistance until just before my *Moral Sciences Tripos* in 1894, when I went over completely to a semi-Kantian, semi-Hegelian metaphysic”.

outros. Por isso, Ward foi o responsável por introduzir em Cambridge o estudo desses autores e, à maneira do seu tutor Lotze<sup>54</sup>, Ward fez o contraponto inglês ao avanço das teorias materialistas na fisiologia e na psicologia. Em 1886, Ward publicou, na nona edição da Enciclopédia Britânica, o artigo intitulado “Psychology” e teceu críticas à psicologia associacionista, uma teoria psicológica ligada aos empiristas ingleses que explica os processos mentais a partir de uma compreensão da mente como uma receptora passiva de sensações, sentimentos, que opera a partir de associações entre os estados mentais. Griffin ressalta que “a tese central da psicologia de Ward é que toda experiência envolve volição por parte de um sujeito consciente em direção a um objeto” (GRIFFIN, 1991, p. 37, tradução nossa)<sup>55</sup>. A partir dessa citação, Griffin destaca duas importantes características da filosofia de Ward. Em primeiro lugar, a tese segundo a qual a atividade da mente é uma realidade intencional, não somente colocou Ward em contraposição à teoria associacionista da psicologia empirista, mas também o contrapôs ao monismo de Bradley. A filosofia idealista de Ward é também classificada como pluralista, ou personalista, tendo em vista que a sua psicologia do ato implicou a realidade dos *selves*, dos objetos para os quais os *selves* dirigem a sua atenção e das relações do tipo sujeito-ato-objeto. Através da psicologia do ato, Ward não endossou a concepção de experiência imediata de Bradley, pois a experiência imediata não pode ser pré-relacional. Logo, Ward defendeu que o monismo de Bradley era falso pelo motivo da Realidade ser constituída por uma pluralidade de *selves* que interagem mutuamente em relações reais de cooperação e discordância.

A segunda característica tem a ver com a filosofia metafísica de Ward e a teoria de que

---

<sup>54</sup> Rudolf Hermann Lotze (1817-1881) exerceu papel importante na resistência da tradição filosófica alemã contra o avanço do naturalismo científico. Lotze se colocou contrário às teorias naturalistas e materialistas da fisiologia e da biologia, criticando a psicologia por reduzir o pensamento aos processos mentais. Conforme a visão de Beiser, quanto mais o naturalismo científico avançava em suas explicações “menos espaço parecia existir para o valor no universo, isto é, para o significado, propósito, liberdade, responsabilidade e beleza. A filosofia de Lotze surgiu da tentativa de resolver essa questão, de encontrar algum lugar para o valor em um mundo naturalista” (BEISER, 2013, p. 128, tradução nossa). No original: “Less room there seemed to be for value in the universe, i.e., for meaning, purpose, freedom, responsibility and beauty. Lotze’s philosophy grew out of the attempt to address this issue, to find some place for value in a naturalistic world”. Por conseguinte, a filosofia idealista de Lotze pode ser vista como uma tentativa de conciliar o valor e a ciência, o ideal com o real. Além disso, Ward se identificou com a ampla formação intelectual de Lotze nas áreas da medicina, matemática, lógica, psicologia e fisiologia e inspirou-se na visão dele de mundo orgânica, segundo a qual a natureza forma uma unidade viva intencional, e o real é apenas uma manifestação do ideal.

<sup>55</sup> No original: “The central thesis of Ward’s psychology is that all experience involves volition on the part of a conscious subject attending to an object”. Essa tese foi primeiramente formulada por Franz Brentano, o psicólogo alemão fundador da psicologia do ato na obra *Psychology from the Empirical Standpoint*, de 1874. Brentano desenvolveu um ramo da psicologia que ele intitulou de “psicologia descritiva”, para se diferenciar das pesquisas das ciências genéticas (psicologia, biologia, fisiologia e outras) que floresceram vigorosamente no séc. XIX. Em linhas gerais, a psicologia genética traça a origem dos fenômenos mentais referindo-se a eles como processos fisiológicos, enquanto a perspectiva da psicologia descritiva de Brentano consiste em classificar de forma descritiva uma espécie de catálogo do mobiliário mental.

a Realidade é espiritual, e a natureza, uma unidade viva intencional. O resultado desse ponto de vista foi que, seguindo os passos do seu tutor Lotze, Ward adotou uma monadologia capaz de compatibilizar a explicação materialista das ciências naturais com a explicação teleológica espiritual a respeito da dinâmica da natureza em termos das volições das mônadas. No entanto, apesar de os contemporâneos de Ward o terem interpretado como um idealista pluralista por causa das teses apresentadas em *Naturalism and Agnoticism*, de 1899, e em *The Realm of Ends: Pluralism and Theism*, de 1911, o teólogo Ward, no fim, apelou a Deus como o único capaz de reunir as mônadas em uma unidade intencional. Apesar dessa última conclusão, Passmore afirma que é preciso minimizar essa decisão de Ward, pois “nas seções de sua obra em que exalta o teísmo como um ideal, ele é tão obviamente o pregador, e não o filósofo, que sua filosofia foi interpretada naturalmente como um pluralismo personalista” (PASSMORE, 1966, p. 84, tradução nossa)<sup>56</sup>. Acrescenta-se a isso o fato de ele ter admitido não ter provas da existência de Deus.

Durante o seu quarto ano de Cambridge e depois da defesa da sua dissertação, Russell manteve uma relação próxima com Ward. Este o orientou nas leituras a fazer sobre filosofia e filosofia da matemática. Seguindo indicações de Ward, Russell leu Lotze, Meinong, Poincaré, Sigwart, Kant, Cantor e Frege. No caso dos dois últimos, Russell reconheceu em sua *Autobiography* que, somente anos mais tarde, pôde compreender a profundidade do pensamento desses autores. Considerando o tamanho da influência de Ward sobre a formação idealista de Russell, Griffin (1991 e 2003) destaca dois aspectos importantes. O primeiro aspecto é que, depois da primeira influência do pluralismo de McTaggart, foi o pluralismo e a monadologia de Ward que mais influenciaram Russell durante os anos em que ele desenvolveu o projeto da dialética das ciências. Griffin ressalta que Ward, em *Naturalism and Agnoticism*, associou as mônadas a átomos-ponto, e essa perspectiva inspirou Russell na transição dialética da física para a psicologia das mônadas. Porém, Russell não chegou a elaborar essa teoria e não analisou os problemas envolvidos.

O segundo aspecto importante a se destacar é que Russell herdou de Ward o ponto de vista de que a filosofia não deve começar nem com o estudo de dados empíricos brutos, como pensavam os empiristas, nem com um sistema metafísico final, como queriam os hegelianos. De acordo com o ponto de vista de Ward, a filosofia deve ser uma crítica epistemológica do conhecimento científico. Essa influência é encontrada tanto no trecho citado em 2.1.2.1 de “Paper on Epistemology”, que Russell escreveu quando cursou Metafísica com Ward, quanto

---

<sup>56</sup> No original: “In those sections of his work in which he extols theism as an ideal he is so obviously the preacher rather than the philosopher that his philosophy has naturally been interpreted as a personalistic pluralism”.



na sequência lógica das áreas do conhecimento a serem analisadas na dialética das ciências: aritmética, geometria, física, psicologia e metafísica. De acordo com o próprio Russell:

Devemos, portanto, primeiro organizar os postulados da ciência de modo a deixar o mínimo de contradições; depois fornecer, a esses postulados ou ideias, o suplemento que irá abolir as contradições especiais da ciência em questão e, assim, passar para uma nova ciência, que pode então ser tratada de maneira semelhante. (RUSSELL, 1959, p. 53, tradução nossa)<sup>57</sup>.

Dessa forma, a intenção de Russell foi corrigir a incompletude de cada ramo do conhecimento de modo a tornar os resultados intermediários de cada ciência consistentes entre si e harmonizá-los como partes integrantes de um todo do conhecimento mais inclusivo. Vale destacar que o fato de Russell ter seguido Ward, e indiretamente Lotze, no projeto de criar um sistema metafísico com o ponto de partida científico, é um reforço a favor da interpretação da diminuição da influência de McTaggart sobre Russell em 1894. Ao contrário, a filosofia de McTaggart começava com o Absoluto e progredia “de cima para baixo”, no sentido de explicar os princípios das ciências particulares. Foi a confiança de Russell na razão para resolver os problemas filosóficos, característica aliás muito forte ao longo de toda a sua vida, que o fez crer que as ciências particulares eram o fundamento epistemológico mais confiável para se conhecer a verdadeira natureza do Absoluto. Além disso, outro indício de que a influência de McTaggart, a partir de 1894, passou a ser mais geral do que específica é o fato de o método aplicado por Russell na dialética das ciências ter sido muito mais influenciado pela filosofia de Kant do que pela de Hegel.

O engajamento de Russell no projeto da dialética das ciências deu os primeiros passos com a sua dissertação em Cambridge (o texto da dissertação encontra-se perdido). Ward o orientou a escrever sobre a filosofia da geometria, e a orientação da dissertação foi compartilhada com Whitehead. Russell graduou-se em 8 de junho de 1894, e a dissertação foi entregue e aprovada em agosto de 1895, tendo sido examinada por Whitehead e Ward, uma vez que continha uma parte matemática e uma parte filosófica. Foi a partir de então que Russell dedicou-se a desenvolver o ambicioso projeto da dialética das ciências. Segundo Griffin (1991), Russell não fez nenhum uso direto da filosofia de Hegel, exceto da inspiração geral de construir uma dialética com estágios intermediários entre as ciências e da concepção de que a ciência no estágio superior completaria a incompletude da ciência anterior por introduzir novos conceitos

---

<sup>57</sup> No original: “We have, therefore, first to arrange the postulates of the science so as to leave the minimum of contradictions; then to supply, to these postulates or ideas, such supplement as will abolish the special contradictions of the science in question, and thus pass outside to a new science, which may then be similarly treated”.

até o processo não ser mais necessário, pois o estágio final seria a completa ciência metafísica do Absoluto. Sendo assim, pode-se dizer que os filósofos idealistas que mais influenciaram Russell, entre os anos de 1895 e 1898, foram Kant, Bradley e Ward. Whitehead também merece ser citado porque sempre esteve ligado ao desenvolvimento matemático de Russell.

A principal influência de Bradley foi na epistemologia. A filosofia idealista de Russell herdou de Bradley a visão de que cada ciência particular expressa verdades parciais e que cada ciência particular é incompleta em si mesma, uma vez que lida com abstrações. A principal influência de Ward, como se acabou de ver, foi na metafísica pluralista das mônadas e a perspectiva de que a filosofia deve ser uma crítica epistemológica do conhecimento científico. A influência do idealismo transcendental de Kant, por sua vez, também pode ser reconhecida na filosofia idealista de Russell. Em primeiro lugar, na ideia de que cada ciência particular é constituída por elementos empíricos e elementos *a priori*. Kant utilizou argumentos transcendentais tanto na Estética transcendental quanto na Analítica transcendental para demonstrar as condições de possibilidade *a priori* da nossa experiência, do nosso conhecimento, dos pensamentos e dos juízos. Essa metodologia transcendental também foi adotada por Russell no decorrer do desenvolvimento da dialética das ciências, pelo fato de ele ter feito uso de argumentos transcendentais para estabelecer os elementos *a priori* de cada ciência particular. Pode-se ter uma ideia da forma que Russell usou essa metodologia transcendental na explicação encontrada em *An Essay on the Foundations of Geometry*, publicado em 1897. Esse livro foi a reelaboração do trabalho de dissertação de Russell.

Podemos partir da existência de nossa ciência como um fato e analisar o raciocínio empregado com vistas a descobrir o postulado fundamental do qual depende a sua possibilidade lógica; nesse caso, o postulado, e tudo o que se segue apenas dele, será *a priori*. Ou podemos aceitar a existência do assunto de nossa ciência como nossa base de fato e deduzir dogmaticamente todos os princípios que pudermos da natureza essencial desse assunto. Nesse último caso, entretanto, não é toda a natureza empírica do assunto, conforme revelado pelas pesquisas subsequentes de nossa ciência, que forma a nossa base; pois, se assim fosse, toda a ciência seria, é claro, *a priori*. Em vez disso, é esse elemento, no assunto, que torna possível o ramo da experiência tratado pela ciência em questão. A importância dessa distinção aparecerá mais claramente à medida que prosseguirmos. (RUSSELL, 1897, p. 5, tradução nossa)<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> No original: “We may start from the existence of our science as a fact, and analyze the reasoning employed with a view to discovering the fundamental postulate on which its logical possibility depends; in this case, the postulate, and all which follows from it alone, will be *a priori*. Or we may accept the existence of the subject-matter of our science as our basis of fact and deduce dogmatically whatever principles we can from the essential nature of this subject-matter. In this latter case, however, it is not the whole empirical nature of the subject-matter, as revealed by the subsequent researches of our science, which forms our ground; for if it were, the whole science would, of course, be *a priori*. Rather it is that element, in the subject-matter, which makes possible the branch of experience dealt with by the science in question. The importance of this distinction will appear more clearly as we proceed”.

O argumento transcendental de Russell possuía claramente dois estágios diferentes. No primeiro estágio, era feita a análise da ciência em questão para se chegar aos seus axiomas. Tomando como exemplo a análise da geometria métrica, apresentada no terceiro capítulo de *An Essay on the Foundations of Geometry*, Russell analisou as geometrias métricas dos espaços euclidianos e não euclidianos e encontrou três axiomas comuns da geometria métrica geral. Segundo o argumento transcendental de Russell, os três axiomas encontrados constituíam os elementos *a priori* da geometria métrica geral. O resultado do primeiro estágio seria, então, confirmado pelo segundo estágio do argumento transcendental, e este consistiria em uma dedução a partir do elemento empírico da ciência em questão. Voltando ao exemplo da geometria métrica, Russell considerou que o elemento de observação empírica dessa ciência é a forma de externalidade, pois o espaço de curvatura constante é a forma de externalidade necessária para a possibilidade de qualquer medida espacial. Segundo Russell, a possibilidade da geometria métrica depende de que o espaço tenha curvatura constante, mas a determinação do grau de curvatura do espaço, se este é positivo, negativo ou zero, seria uma questão a ser determinada pelas pesquisas empíricas. Assim, Russell completou o argumento transcendental deduzindo, a partir da forma de externalidade, os três axiomas *a priori* para a possibilidade de qualquer forma de externalidade quantitativamente determinável. A conclusão dos dois estágios do argumento transcendental foi que eles encontram os mesmos três axiomas, e isso assegurou que todo o processo fosse autocorretivo.

Na compreensão de Hylton (1990) e Galaugher (2013), Russell desenvolveu uma forma modificada de kantianismo, uma vez que rejeitou a suposta ligação entre o subjetivo e o *a priori* na filosofia de Kant. O motivo foi a interpretação de Russell da expressão “subjetivo”, pois na sua visão, aquela expressão possuía profundas raízes na psicologia empírica. A interpretação de Russell da filosofia de Kant é polêmica e gerou consequências importantes na forma em que ele utilizou o método transcendental. Kant, na *Estética transcendental*, utilizou o argumento transcendental para demonstrar que a geometria é um conhecimento sintético *a priori*, segundo o ponto de vista de que o espaço é uma forma *a priori* da intuição da sensibilidade. Em outras palavras, a geometria é possível porque o espaço é a forma do sentido externo encontrado *a priori* na mente. Russell, por sua vez, ao utilizar o argumento transcendental defendeu que a sua concepção de *a priori* do espaço deveria ser entendida como um critério puramente lógico<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> De fato, Russell procurou se distanciar de qualquer interpretação subjetiva da concepção de espaço. Russell diz em *An Essay on the Foundations of Geometry*: “usarei, portanto, ao longo de todo este ensaio, a palavra *a priori* sem qualquer conotação psicológica. Meu teste de *a prioricidade* será puramente lógico: a experiência seria impossível se um certo axioma ou postulado fosse negado?” (RUSSELL, 1897, p. 3, tradução nossa). No original: “I shall, therefore, throughout the present essay, use the word *a priori* without any psychological implication. My

para qualquer atividade cognitiva. Nesse sentido, o *a priori* seria independente da mente e pressuposto em qualquer tipo de experiência envolvendo uma pluralidade de coisas dadas simultaneamente.

A utilização do argumento transcendental como um critério puramente lógico ajuda a entender o fato de Russell ter adotado, ao longo de 1894 a 1898, uma metafísica “semi-kantiana, semi-hegeliana”. Russell já era um antipsicologista na lógica, mesmo na época em que foi um idealista britânico, e ele aprendeu essa lição com a lógica de Bradley. Da sua parte, Bradley se posicionou mais a favor de Hegel do que de Kant pelo fato de o *a priori* de Kant depender, em algum sentido, da mente, ao contrário da metafísica de Hegel, que desvelaria a essência universal do Absoluto. Por causa da influência de Bradley, Russell desenvolveu a dialética das ciências com o método transcendental de Kant misturado ao antipsicologismo de Bradley. Porém, como suspeita Griffin, é duvidoso que Russell tenha sido bem-sucedido, levando-se em consideração que “as conclusões de Russell são invariavelmente formuladas em termos absolutos e metafísicos, no entanto, os seus fundamentos para elas, muitas vezes, dependem das habilidades cognitivas da mente” (GRIFFIN, 2003, p. 103, tradução nossa)<sup>60</sup>. Essa foi a principal razão para Moore, em “The Nature of Judgment”, ter apontado resquícios de psicologismo na teoria de Bradley no que diz respeito à definição da ideia no sentido lógico. Não obstante, da mesma forma em “Review of Russell An Essay on the Foundations of Geometry”, Moore condenou o argumento transcendental de Russell por ele não ter conseguido separar completamente as características do mundo das condições cognitivas dadas pelas mentes<sup>61</sup>.

Enfim, essas foram as principais influências filosóficas idealistas que Russell assimilou e que são encontradas no seu ambicioso projeto da dialética das ciências. Uma vez que não é o objetivo desta tese fazer uma análise pormenorizada desse projeto de Russell, é apresentado a seguir um breve resumo da ordem lógica da transição dialética entre cada ramo das ciências particulares no interior da dialética das ciências e as suas respectivas contradições. O resumo está amplamente baseado nas análises apresentadas por Griffin em *Russell’s Idealist Apprenticeship* e “Russell’s Philosophical Background”.

O motivo principal que fez Russell adotar o método dialético foi o ponto de vista idealista de que cada ciência particular é incompleta em si mesma, e que essa incompletude

---

test of *apriority* will be purely logical: would experience be impossible, if a certain axiom or postulate were denied?”.

<sup>60</sup> No original: “Russell’s conclusions are invariably couched in absolute, metaphysical terms, his grounds for them, however, often depend upon the mind’s cognitive abilities”.

<sup>61</sup> A seguir, na seção 2.1.4, as críticas de Moore são comentadas com mais detalhes.

culmina em contradições. Para superar as inconsistências inerentes às ciências particulares, Russell pensou que somente através de uma transição dialética se pode passar de um estágio inerentemente contraditório para outro estágio superior, no qual se tem uma nova ciência, mais inclusiva e livre das contradições anteriores. Não é claro o motivo que levou Russell a associar a incompletude de cada ciência com contradições. Griffin (1991) sugere que esse é mais um traço da influência da filosofia de Bradley, pois Russell endossou o ponto de vista de que cada ciência lida com abstrações e, uma vez que as abstrações são aparências do Absoluto, então inevitavelmente as abstrações comprometem as ciências a alcançar resultados contraditórios.

A ordem lógica da dialética das ciências começou com a matemática. Quando Russell graduou-se em Cambridge, não tinha conhecimento suficiente dos avanços oriundos da aritmetização da Análise matemática do século XIX<sup>62</sup>. Isso significa que, durante os anos de 1895 a 1898, Russell estava longe das suas maiores realizações nesse campo da pesquisa. Além disso, a lógica que Russell tinha à sua disposição era a lógica algébrica desenvolvida por De Morgan, George Boole e Ernst Schröder, visto que ele, apenas anos mais tarde, iria entrar em contato com a lógica de Frege e de Peano. Somente depois de 1898, Russell abandonou a matemática do século XVIII. O livro de Whitehead, *Universal Algebra*, foi de suma importância nesse episódio, pois deu a Russell uma visão geral da unidade sistemática da matemática do século XIX. Whitehead, nessa obra, apresentou um tratamento técnico para a álgebra propondo-a como uma poderosa ferramenta de dedução de proposições, e pode-se destacar dois pontos de forte influência sobre Russell. A primeira influência foi que *Universal Algebra* apresentou a Russell uma visão da matemática como uma ciência rigorosamente fundamentada em raciocínios dedutivos e formais, que deveriam ser demonstrados com o aparato técnico algébrico da lógica simbólica e sem apelo às intuições kantianas. Além disso, Whitehead mostrou a Russell que os conceitos de número, ordem e série deveriam ser considerados mais importantes para a análise da matemática do que o conceito de quantidade. Assim sendo, os conhecimentos de Russell, tanto na matemática quanto na lógica, passaram por uma completa revolução depois de 1898. Russell passará os próximos quatro anos estudando Weierstrass,

---

<sup>62</sup> A revolução que ocorreu na matemática no séc. XIX foi decorrente da aritmetização da Análise matemática, que elevou o nível de rigor no cálculo e, conseqüentemente, o abandono do ponto de vista de que a matemática é a ciência das quantidades. Segundo Boyer (1996), a Análise matemática, entendida como o estudo de processos infinitos, esteve ligada à noção de quantidade desde que Newton e Leibniz associaram a análise das grandezas contínuas com as variações de quantidades de comprimentos, áreas, velocidades e acelerações. Nas palavras de Boyer: “vimos que a revolução na geometria teve lugar quando Gauss, Lobachevsky e Bolyai se libertaram das preconceções do espaço. Um tanto no mesmo sentido, a completa aritmetização da Análise só se tornou possível quando os matemáticos compreenderam que os números reais devem ser encarados como ‘estruturas intelectuais’, e não como grandezas intuitivamente dadas, legadas pela geometria de Euclides” (BOYER, p. 389, 1996). Por causa da completa aritmetização da Análise, a matemática pura passou a ser vista como uma “ciência formal” e a estar cada vez mais livre da ideia de “intuição geométrica”.

Cantor, Dedekind, Peano, Hilbert e Frege, entre outros.

De 1895 a 1898, Russell defendeu o que é chamado por Griffin (1991) de o “ponto de vista quantitativo” na matemática. Essa nomenclatura se deve ao fato de que “até meados do século XIX, a definição padrão da matemática era ‘a ciência da quantidade contínua e discreta’” (GRIFFIN, 1991, p. 229, tradução nossa)<sup>63</sup>. Até 1898, Russell considerou que o conceito de quantidade era um dos conceitos fundamentais da matemática e, portanto, pressuposto em todos os ramos dessa ciência. Devido à tal concepção da matemática, arraigada no século XVIII, Russell não conseguiu desenvolver nenhuma teoria relevante a respeito da fundamentação da matemática e do conceito de número. A teoria geral que Russell elaborou nessa época foi uma teoria *ratio* do número. Em linhas gerais, nessa teoria os números eram criados pela mente por um processo de abstração e usados para contar e para medir<sup>64</sup>. A quantidade numérica representava uma razão entre duas grandezas. Por exemplo, quando se usa os números para contar, o número de elementos de um conjunto expressa a *ratio* entre cada elemento e o conjunto inteiro. Da mesma forma, quando se usa os números para medir, o número expressa a *ratio* entre cada unidade da medida e a quantidade medida. O que forneceu as bases para essa perspectiva de Russell foi a confiança em que o processo de abstração garantiria um conceito quantitativo numérico de generalidade suficientemente abstrata para instanciar todos os elementos dos conjuntos que pudessem ser contados. O problema principal era explicar como os números poderiam ser usados para medir quantidades contínuas. No fim, a quantidade discreta foi relacionada aos números naturais e a quantidade contínua foi relacionada aos números reais.

Na ciência da matemática, Russell encontrou aquilo que denominou de a “contradição da quantidade”: “entre duas quantidades, temos uma concepção de diferença sem uma diferença de concepção” (RUSSELL, 1896-1898, p. 24, tradução nossa)<sup>65</sup>. Essa inconsistência na matemática explica-se pelo fato de que qualquer quantidade aritmética deve ser distinta das outras, o que exige uma concepção de diferença. Contudo, enquanto quantidades, todas elas são intrinsecamente iguais e, por isso, não existe uma diferença de concepção. A única forma de distinguir os elementos aritméticos seria através das suas *ratios* com os outros elementos, mas tais diferenças são puramente relacionais e não são fundamentadas nas qualidades intrínsecas

---

<sup>63</sup> No original: “Until well into the nineteenth century the pat definition of mathematics was ‘the science of continuous and discrete quantity’”.

<sup>64</sup> Russell começou a mudar esse ponto de vista em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, de 1898. Nesse manuscrito, Russell ainda afirmou a teoria *ratio* do número, mas há duas diferenças importantes: a concepção de número *ratio* é diferente, e o conceito de ordem passou a ser considerado mais fundamental do que o de quantidade. O desenvolvimento desses dois temas é analisado em 2.1.3.

<sup>65</sup> No original: “Between two quantities, we have a conception of difference without a difference of conception”.

desses elementos. Segundo Russell, a contradição mostrou que a matemática não é uma ciência independente, pois os conceitos de quantidade discreta e quantidade contínua pertencem ao campo da geometria. Assim, foi necessário a primeira transição dialética, a primeira *Aufhebung*<sup>66</sup> da matemática para a geometria.

Russell, em *An Essay on the Foundations of Geometry*, primeiro utilizou o argumento transcendental para deduzir os três axiomas *a priori* da geometria projetiva<sup>67</sup>. Russell iniciou a análise pela geometria projetiva porque a considerou como uma ciência puramente qualitativa e, necessariamente, anterior a qualquer ciência quantitativa. Nesses termos, ele tinha a esperança de encontrar na geometria projetiva a base qualitativa da superestrutura da geometria métrica. Segundo Russell, a geometria projetiva é a ciência que estuda o espaço como uma forma de externalidade abstrata capaz de fornecer ao pensamento uma pluralidade coexistente de objetos diferentes, mas inter-relacionados. Compreende-se melhor como Russell caracterizou essa forma de externalidade no seguinte trecho de *An Essay on the Foundations of Geometry*:

Em qualquer mundo em que a percepção nos apresenta várias coisas [...], deve haver, na percepção, pelo menos um “princípio de diferenciação”, isto é, um elemento pelo qual as coisas apresentadas são distinguidas como diversas. Esse elemento, considerado isoladamente e abstraído do conteúdo que ele diferencia, pode ser chamado de forma de externalidade. [...]. Portanto, quando abstraímos uma forma de externalidade de todo o conteúdo material e a estudamos isoladamente, a posição aparecerá, de modo necessário, como puramente relativa – uma posição não pode ter qualidades intrínsecas, [...]. Assim, obtemos o nosso postulado fundamental, a relatividade da posição, ou, como podemos dizer, a ausência completa, por parte de nossa forma, de qualquer vestígio de coisidade. (RUSSELL, 1897, pp. 136-37, tradução nossa)<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> Esse é o termo técnico hegeliano para tal tipo de transição, da “tese/antítese” para a “síntese”. Ao encontrar uma contradição no interior da aritmética, concebida estritamente como uma ciência de *ratios*, é possível “resolver” essa contradição em um conhecimento de nível superior que “ultrapassa” o primeiro, conservando-o.

<sup>67</sup> Segundo Russell, os axiomas são: “I. Podemos distinguir diferentes partes do espaço, mas todas as partes são qualitativamente semelhantes e se distinguem apenas pelo fato imediato de estarem fora uma da outra. II. O espaço é contínuo e infinitamente divisível; o resultado da divisão infinita, o zero da extensão, é chamado de ponto. III. Quaisquer dois pontos determinam uma figura única, chamada linha reta, quaisquer três em geral determinam uma figura única, o plano. Quaisquer quatro determinam uma figura correspondente de três dimensões, não obstante todas as aparências em contrário, o mesmo pode ser verdade para qualquer número de pontos. Mas esse processo termina, mais cedo ou mais tarde, com alguns pontos que determinam todo o espaço” (RUSSELL, 1897, p. 132, tradução nossa). No original: “I. We can distinguish different parts of space, but all parts are qualitatively similar, and are distinguished only by the immediate fact that they lie outside one another. II. Space is continuous and infinitely divisible; the result of infinite division, the zero of extension, is called a point. III. Any two points determine a unique figure, called a straight line, any three in general determine a unique figure, the plane. Any four determine a corresponding figure of three dimensions, and for aught that appears to the contrary, the same may be true of any number of points. But this process comes to an end, sooner or later, with some number of points which determine the whole of space”.

<sup>68</sup> No original: “In any world in which perception presents us with various things [...], there must be, in perception, at least one ‘principle of differentiation’, an element, that is, by which the things presented are distinguished as various. This element, taken in isolation, and abstracted from the content which it differentiates, we may call a form of externality. [...]. Hence, when we abstract a form of externality from all material content, and study it in

De acordo com a citação, o espaço consiste em uma estrutura lógica abstrata pressuposta pela nossa capacidade de perceber conjuntamente diferentes objetos. Segundo Russell, uma vez que o espaço é abstraído de todo o conteúdo material, a geometria projetiva é a ciência que estuda o espaço exclusivamente através das relações espaciais. Isso o levou a identificar uma primeira contradição nessa geometria: “a contradição da pura relatividade do espaço”. A relatividade do espaço significa que o espaço é homogêneo, ou seja, que as posições não possuem qualidades intrínsecas e não podem ser diferenciadas umas das outras, exceto pelas relações que elas mantêm com as outras posições. Surge aí, para Russell, uma contradição. Para se definir essas relações posicionais, seria necessário que as próprias posições fossem distintas umas das outras para servirem como ponto de referência. Essas posições, porém, não podem ser diferenciadas, uma vez que elas não possuem qualidades intrínsecas.

Além disso, Russell afirmou que “depois de hipostasiar o espaço, como a geometria é obrigada a fazer, a mente exige imperativamente elementos e insiste em tê-los, sejam eles possíveis ou não” (RUSSELL, 1897, p. 189, tradução nossa)<sup>69</sup>. Essa exigência da mente provém da necessidade de procurar por elementos abstratos que cumprem a função de serem os *relata* das relações espaciais. Dessa exigência, Russell derivou a segunda contradição na geometria projetiva: “a contradição do ponto”. Segundo Russell, a noção de ponto é contraditória, pois “um ponto deve ser espacial, caso contrário não cumpriria a função de elemento espacial; mas, novamente, não deve conter espaço, pois qualquer extensão finita é capaz de análise posterior” (RUSSELL, 1897, p. 189, tradução nossa)<sup>70</sup>. A contradição do ponto se deve ao fato de que o ponto é um elemento abstrato que, por sua própria natureza, é uma coisa no espaço, mas não tem magnitude espacial. Os pontos de que a geometria projetiva necessita são elementos que possuem uma quantidade nula de espaço. Por isso, Russell concluiu que “eles [os pontos] não têm, portanto, nenhuma propriedade intrínseca; mas são distinguidos apenas por meio de suas relações” (RUSSELL, 1897, p. 129, tradução nossa)<sup>71</sup>. Portanto, de forma idêntica às contradições anteriores, tem-se uma concepção de diferença sem uma diferença de concepção, pois todos os pontos são iguais, mas cada ponto é diferente de qualquer outro.

---

isolation, position will appear, of necessity, as purely relative – a position can have no intrinsic quality, [...]. Thus, we obtain our fundamental postulate, the relativity of position, or, as we may put it, the complete absence, on the part of our form, of any vestige of thinghood”.

<sup>69</sup> No original: “After hypostatizing space, as geometry is compelled to do, the mind imperatively demands elements, and insists on having them, whether possible or not”.

<sup>70</sup> No original: “A point must be spatial, otherwise it would not fulfill the function of a spatial element; but again, it must contain no space, for any finite extension is capable of further analysis”.

<sup>71</sup> No original: “They have, therefore, no intrinsic properties; but are distinguished solely by means of their relations”.



Essas contradições levaram Russell à análise da geometria métrica. Usando argumentos transcendentais, ele deduziu os três axiomas *a priori* dessa ciência<sup>72</sup> fundamentalmente quantitativa. Uma vez que a geometria projetiva fornecera as condições *a priori* qualitativas para qualquer forma de externalidade, então a geometria métrica forneceria as condições *a priori* para a medida espacial do espaço. Por isso, a geometria métrica foi compreendida como uma pressuposição para qualquer ciência quantitativa e, em *An Essay on the Foundations of Geometry*, Russell deixou claro a vantagem da aplicação dessa ciência para se estabelecer as diferenças entre as teorias geométricas do espaço.

Mas a geometria projetiva, apesar de suas afirmações, não é toda a ciência do espaço, como é suficientemente provado pelo fato de que ela não pode discriminar entre espaços euclidianos e não euclidianos. Para tanto, é necessária a medição espacial: somente a geometria métrica, com seus testes quantitativos, pode efetuar a discriminação. (RUSSELL, 1897, p. 147, tradução nossa)<sup>73</sup>.

Visto que somente a geometria métrica pode, por meio de comparação, efetuar a distinção entre os espaços euclidianos e não euclidianos, então os juízos quantitativos da geometria métrica devem pressupor os juízos qualitativos da geometria projetiva. Nesse sentido, segundo Russell, pode-se encontrar uma correlação entre a geometria projetiva e a geometria métrica. Esta última, “embora distinta da geometria projetiva, não é independente dela, mas a pressupõe, e surge de sua combinação com a ideia de quantidade. [...]. Finalmente, uma ideia inteiramente nova é introduzida com a quantidade, a saber, a ideia de movimento” (RUSSELL, 1897, p. 148, tradução nossa)<sup>74</sup>. Sendo assim, a introdução de novos conceitos na geometria projetiva mostra que Russell pretendeu alcançar uma ciência geométrica mais inclusiva porque os componentes *a priori* da geometria métrica incluem os componentes *a priori* da geometria projetiva. Além disso, a introdução da noção de movimento na geometria métrica deveu-se ao axioma da livre mobilidade. Russell compreendeu que não seria possível

---

<sup>72</sup> Segundo Russell, os axiomas são: I. O Axioma da Livre Mobilidade: “Magnitudes espaciais podem ser movidas de um lugar para outro sem distorção; ou, como pode ser colocado, as Formas não dependem de maneira alguma da posição absoluta no espaço” (RUSSELL, 1897, p. 150, tradução nossa). No original “Spatial magnitudes can be moved from place to place without distortion; or, as it may be put, Shapes do not in any way depend upon absolute position in space”. II. O Axioma das Dimensões: “O espaço deve ter um número inteiro finito de Dimensões” (RUSSELL, 1897, p. 161, tradução nossa). No original: “Space must have a finite integral number of Dimensions”. III. O Axioma da Distância: “Dois pontos devem determinar uma quantidade espacial única, a distância” (RUSSELL, 1897, p. 164, tradução nossa). No original: “Two points must determine a unique spatial quantity, distance”.

<sup>73</sup> No original: “But projective geometry, in spite of its claims, is not the whole science of space, as is sufficiently proved by the fact that it cannot discriminate between Euclidean and non-Euclidean spaces. For this purpose, spatial measurement is required: metrical geometry, with its quantitative tests, can alone effect the discrimination”.

<sup>74</sup> No original: “Though distinct from projective geometry, is not independent of it, but presupposes it, and arises from its combination with the idea of quantity. [...]. Finally, an entirely new idea is introduced with quantity, namely, the idea of motion”.

obter qualquer medida espacial “sem ao menos um movimento ideal de nossas figuras através do espaço” (Russell, 1897, p. 149, tradução nossa)<sup>75</sup>.

Porém, os esforços de Russell para deduzir a necessidade *a priori* do axioma da livre mobilidade como condição para a geometria métrica o levou à “contradição da livre mobilidade”. Em virtude de a geometria projetiva ter estabelecido a pura relatividade do espaço, a identificação dos pontos e das figuras espaciais dependiam necessariamente das relações que esses pontos e figuras espaciais possuíam com as outras figuras. Dessa forma, a contradição da livre mobilidade significou que não há formas de se identificar a mesma figura sendo movida de uma posição para outra no espaço, pois o movimento mudaria as relações espaciais na qual a figura era individualizada. Logo, Russell concluiu que, se o movimento sem a deformação da figura no espaço fosse uma condição *a priori* para a geometria métrica, então a geometria métrica seria incompleta e não poderia ser uma ciência independente.

No quarto capítulo de *An Essay of Foundations of Geometry*, Russell explicitou a necessidade da transição dialética da geometria para a física de acordo com a sua compreensão de que o método dialético conduz a uma ciência mais inclusiva. Segundo Russell, a física é uma ciência mais inclusiva do que a geometria geral porque a física acrescenta à geometria geral a noção de matéria, exigida pelo axioma da livre mobilidade. O fato de a geometria lidar com pontos abstratos e com o espaço vazio a deixou carente da noção de matéria e, na perspectiva de Russell, as “contradições decorrentes da relatividade e continuidade do espaço, procuramos superá-las por meio de uma referência à matéria. Essa matéria, descobrimos, deve consistir em átomos sem extensão, localizados por suas relações espaciais e aparecendo, na geometria, como pontos” (RUSSELL, 1897, p. 201, tradução nossa)<sup>76</sup>. Assim, inspirado na teoria física dos átomos-ponto de Boscovich<sup>77</sup>, Russell expandiu a sua ontologia ao introduzir átomos no lugar

<sup>75</sup> No original: “Without at least an ideal motion of our figures through space”.

<sup>76</sup> No original: “Contradictions arising out of the relativity and continuity of space, endeavoured to overcome them by a reference to matter. This matter, we found, must consist of unextended atoms, localized by their spatial relations, and appearing, in geometry, as points”.

<sup>77</sup> Segundo Griffin (1991), a teoria física dos átomos-ponto foi elaborada primeiramente pelo croata Roger Joseph Boscovich (1711-1787) e foi uma teoria bastante difundida no século XIX. Griffin ressalta que Russell teria entrado em contato com a teoria de Boscovich indiretamente, pois vários cientistas e filósofos reconheceram a influência de Boscovich, entre eles: Michael Faraday, William Thomson, Joseph Priestley, Dugald Stewart, Kant, Herbart, Cauchy, Lotze, Liebig, Fechner e Tyndall. Contudo, Griffin não descarta a possibilidade de Russell ter desenvolvido a sua teoria dos átomos-ponto de forma independente, embora as semelhanças entre as duas teorias pareçam pesar a favor de que ele foi de alguma forma influenciado por Boscovich. De fato, as semelhanças são inúmeras: a teoria do espaço relativo de Boscovich ajustou-se bem à visão de Russell do espaço; a análise cinemática de Boscovich era adequada para a transição defendida por Russell da cinemática para a dinâmica; os átomos-ponto de Boscovich eram exatamente idênticos aos de Russell, isto é, completamente sem extensão e vazios de partes; na teoria de Boscovich toda ação é à distância e com isso a teoria evitou o problema do impacto que foi um problema para as teorias físicas que defendiam um átomo estendido – Russell não previa desenvolver uma teoria da gravitação e, portanto, a sua teoria física poderia admitir a ação a distância; por fim, a teoria de Boscovich garantiu tanto a durabilidade dos átomos-ponto quanto a infinita divisibilidade do espaço, para Russell

dos pontos espaciais. Dessa maneira, pôde identificar os pontos no espaço através dos átomos que ocupavam o lugar dos pontos espaciais.

Durante 1895 a 1898, Russell não publicou nenhum livro a respeito das suas pesquisas no campo da física. O que se sabe está reunido em anotações e rascunhos. Em um desses conjuntos de notas, intitulado “Various notes on Mathematical Philosophy”, Russell determinou que a transição da geometria para a física passaria primeiro pela cinemática e a seguir pela dinâmica. O motivo é que a cinemática é o ramo da física que analisa o movimento dos corpos sem levar em conta a sua causa, enquanto a dinâmica analisa o movimento dos corpos e as causas que produzem esses movimentos. Uma vez que as causas dos movimentos podem alterar os corpos, então a transição direta da geometria métrica para a dinâmica não seria possível. Por isso, dada a natureza puramente relativa do espaço, Russell definiu a matéria cinemática como “aquilo que, embora tenha posição no espaço, pode alterar essa posição sem perda de identidade. [...]. A matéria não é uma simples relação ou adjetivo, mas uma coisa, substância ou sujeito lógico” (RUSSELL, 1896-1898, p. 21, tradução nossa)<sup>78</sup>. Nota-se que essa definição se adequou perfeitamente ao axioma da livre mobilidade e ao ponto de vista de que a matéria cinemática deve cumprir a função de fornecer os *relata* das relações espaciais.

No entanto, o problema é que Russell não estabeleceu nenhuma característica intrínseca dos átomos cinemáticos que poderiam individualizá-los. O resultado foi que a introdução da teoria dos átomos-ponto apenas reproduziu os problemas dos pontos geométricos. A consequência foi a “contradição da posição absoluta” na cinemática. Russell em “Various notes on Mathematical Philosophy” diz que o átomo cinemático é o último elemento da matéria e, por isso, “não deve conter espaço, mas ser localizado por suas relações espaciais, como pontos. Os átomos pontuais devem, para o axioma da livre mobilidade, por exemplo, realmente se mover, ou seja, mudar as suas relações espaciais, mas como eles se movem, é irrelevante” (RUSSELL, 1896-1898, pp. 14-5, tradução nossa)<sup>79</sup>. Como se pode ver, a contradição da posição absoluta pode ser explicada porque os átomos cinemáticos somente podem ser diferenciados pelas posições que ocupam no espaço, porém a relatividade do espaço implicou que posições eram homogêneas e dependiam das relações espaciais para se distinguirem. De forma idêntica às contradições que Russell encontrou nas ciências anteriores, vê-se que todos

---

essas duas eram exigências *a priori* para a possibilidade da física e da geometria.

<sup>78</sup> No original: “That which, while having position in space, can alter that position without loss of identity. [...]. Matter is not a mere relation or adjective, but a thing, substance, or logical subject”.

<sup>79</sup> No original: “Must contain no space, but be localized, by their spacial relations, as points. The punctual atoms must, for the axiom of free mobility, e.g., actually move, i.e., chance their spatial relations, but how they move, is irrelevant”.

os átomos cinemáticos são iguais, mas cada átomo cinemático é diferente um do outro. Ou seja, novamente as diferenças não eram fundamentadas nas qualidades intrínsecas dos *relata*, visto que as diferenças eram puramente relacionais.

Para resolver a incompletude da cinemática, Russell introduziu o conceito de força como uma propriedade dos átomos dinâmicos. Em “Various notes on Mathematical Philosophy”, Russell diz: “a segunda parte transformará a cinemática em dinâmica: devemos ter um mundo de nada além do que matéria e movimento, e as propriedades não espaciais da matéria devem, portanto, referir-se à outra matéria. Isso leva à interação causal da matéria, ou seja, força” (RUSSELL, 1896-1898, p. 21, tradução nossa)<sup>80</sup>. A introdução do conceito de força dinâmica foi também necessária para satisfazer a lei da causalidade (que, aparentemente, Russell tratou como um princípio *a priori*). Além disso, segundo Russell, a matéria não deve ser apenas o móvel, mas também o motor, “por isso, dizemos que o movimento da matéria é causado pela matéria: quaisquer dois pedaços de matéria têm uma relação causal recíproca que tende a mudar a sua relação espacial, ou seja, a sua distância. Essa relação é a força” (RUSSELL, 1896-1898, p. 15, tradução nossa)<sup>81</sup>. Consequentemente, o conceito de força foi tanto a causa das mudanças nas posições relativas dos átomos-ponto quanto o responsável por conferir individualidade aos átomos-ponto através dos seus poderes causais.

Mas, mais uma vez, Russell encontrou uma antinomia, que ele chamou de “contradição do movimento absoluto”. O movimento absoluto foi considerado uma exigência na dinâmica desde que Newton, através do “experimento do balde”<sup>82</sup>, acreditou falsamente ter provado por esse experimento mental que o espaço é absoluto. A dificuldade do “experimento do balde” era torná-lo verificável, mas o problema central para Russell não foi de ordem verificacionista.

---

<sup>80</sup> No original: “The second part will turn kinematics into dynamics: we are to have a world of nothing but matter and motion, and non-spatial properties of matter must therefore refer to other matter. This leads to causal interaction of matter, i.e., force”.

<sup>81</sup> No original: “Hence we say the motion of matter is caused by matter: any two pieces of matter have a reciprocal causal relation tending to change their spatial relation, i.e., their distance. This relation is force”.

<sup>82</sup> No livro *Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*, de 1687, Isaac Newton declarou tanto as suas três leis do movimento quanto a sua lei da gravitação universal. De acordo com essas leis, Newton descreveu de que forma o movimento dos corpos é explicado em relação ao espaço absoluto. Este último, entendido por Newton, como um referencial espacial inercial e imaterial em razão do qual se dão todas as acelerações dos corpos. O “experimento do balde” consistiu em suspender um balde com uma corda e encher o balde com água pela metade. Em seguida, devia-se torcer a corda e soltá-la. Na primeira situação, a água e o balde estavam inertes e a superfície da água estava plana. Na segunda situação, à medida que o balde girava, ocorria gradativamente a transmissão do movimento de rotação à água, até o ponto de ela girar junto com o balde e assumir um formato côncavo, com as suas extremidades subindo em direção às paredes do balde. Segundo a mecânica newtoniana, a mudança no formato da água dentro do balde não pode ser explicada tomando como responsável a rotação entre a água e o balde, nem entre a água e a Terra e nem entre a água e o restante do universo. Para Newton, a explicação da concavidade da superfície da água era que ela estava girando em relação ao vácuo ou espaço vazio, isto é, a causa era o espaço absoluto. Anos depois, esse argumento de Newton foi refutado por Ernst Mach e, de forma definitiva, por Albert Einstein. Informações baseadas no artigo “A experiência do balde de Newton”, de A. K. T. Assis.

Desde que a sua análise da geometria o levou a concluir que o espaço, enquanto forma de externalidade, é puramente relativo por razões *a priori*, Russell discordou do argumento de Newton por razões metafísicas. A contradição do movimento absoluto pode ser explicada levando-se em conta que Russell introduziu a matéria dinâmica para resolver as antinomias decorrentes da pura relatividade do espaço. Assim, cada átomo dinâmico seria individualizado por meio da sua força envolvida nas relações dinâmicas causais com outros átomos dinâmicos. No entanto, as diferenças entre as relações dinâmicas causais somente poderiam ser identificadas através dos efeitos das forças dos átomos dinâmicos, mas esses efeitos consistiam apenas nos movimentos relativos da matéria. Apesar de todo o esforço, Russell encontrou outra contradição, cuja origem estava em não fundamentar as diferenças dos *relata* nas suas qualidades intrínsecas, mas em bases puramente relacionais.

Com o objetivo de resolver a contradição do movimento absoluto, Russell esboçou uma tentativa de transformar os átomos dinâmicos em mônadas (*selfs*), de forma que essa perspectiva caracterizou a transição dialética da física para a psicologia das mônadas. Russell foi levado a essa situação porque as análises anteriores mostraram que cada ciência lidava com uma pluralidade de elementos, mas ele não encontrou recursos para individualizar tais elementos por meio das qualidades intrínsecas deles, isto é, toda tentativa de individualização terminou na incompletude daquelas ciências.

Restaram pouquíssimas anotações de Russell sobre a psicologia das mônadas. Ainda assim, pode-se considerar que Russell esperava resolver a contradição do movimento absoluto caso conseguisse demonstrar que: primeiro, a posição absoluta pudesse ser representada pelo *self*, independentemente de outras posições e matérias no espaço e, segundo, se a força dinâmica fosse capaz de ser caracterizada pelo conceito de conação, independentemente das relações espaciais entre os átomos dinâmicos. Em um dos poucos trechos sobre o tema, Russell diz: “talvez haja esperança em restaurar a preeminência do *aqui* como uma fonte de posição absoluta; talvez possamos substituir a força por conação e passar para a psicologia” (RUSSELL, 1896-1898, p. 16, tradução nossa)<sup>83</sup>. Segundo Griffin (1991), é nítido que o “talvez” mostre a insegurança de Russell em como realizar esse trabalho e que o “aqui” deve ser interpretado como a posição do sujeito psicológico. De qualquer forma, esse trecho mostra o quanto o pluralismo das mônadas de Ward influenciou Russell na tentativa de alcançar, no último estágio da dialética das ciências, uma metafísica baseada em alguma forma de monadologia. Por outro lado, pela carência de registros, não é possível saber se Russell desenvolveu o tema a ponto de

---

<sup>83</sup> No original: “Perhaps there may be hope in restoring the preeminence of the *here*, as a source of position absolute; perhaps we may replace force by conation and pass on into psychology”.

saber se a introdução das mônadas e da força de conação resolveriam a relatividade do nível físico ou apenas reintroduziriam os mesmos problemas no nível psicológico. De acordo com o trecho a seguir, tem-se motivos para assegurar que os problemas permaneceriam.

Distância  $AB$  é uma relação envolvendo os adjetivos  $\alpha_b$  e  $\beta_a$  em  $A$  e  $B$ . Em um movimento relativo, esses adjetivos mudam, digamos  $\alpha'_b$  e  $\beta'_a$ . Pode haver, ainda, um adjetivo de cada mônada devido à mudança, uma sensação de mudança de fato: sejam esses adjetivos  $c_{\alpha\beta}$  e  $c_{\beta\alpha}$ . Então  $c_{\alpha\beta} = f(\alpha_b - \alpha'_b)$ ,  $c_{\beta\alpha} = f(\beta_a - \beta'_a)$ . Agora, se  $A$  e  $B$  têm naturezas diferentes em qualquer aspecto,  $c_{\alpha\beta}$  pode ser diferente de  $c_{\beta\alpha}$ . Desta diferença, pode-se encontrar uma saída da perfeita reciprocidade do movimento: mas a saída é pela Psicologia das mônadas. Por exemplo, em um movimento relativo de nossos corpos, às vezes temos sensações musculares, às vezes apenas sensações oculares; e de acordo com essa diferença, decidimos se o movimento é nosso ou do objeto. (RUSSELL, 1896-1898, p. 34, tradução nossa)<sup>84</sup>.

Dado o exposto, compreende-se que o programa de Russell pressupôs que a percepção das mônadas seria a solução para todo o sistema, mas não é claro como ele conseguiria evitar que a relatividade das forças dos átomos dinâmicos não acontecesse também no nível dos estados psicológicos das mônadas. Em primeiro lugar, Russell precisaria garantir que as leis fundamentais da dialética das ciências fossem baseadas nos estados intrínsecos das mônadas, isto é, a psicologia das mônadas precisaria, necessariamente, caracterizar as percepções das mônadas em termos não relacionais. Contudo, Russell estava influenciado pela psicologia do ato de Ward e, segundo essa teoria, uma vez que a atividade do *self* é intencional, então a atividade do *self* é relacional. Esse resultado minou as intenções de Russell porque a natureza da conação do sujeito-ato-objeto transformou a sensação de mudança ou de movimento perceptivo da mônada em inerentemente relacional. Em segundo lugar, se a psicologia das mônadas de fato fundamentasse as ciências anteriores, o movimento das mônadas no espaço e a mudança de adjetivos nas mônadas deveriam estar sujeitos à medida espacial. No entanto, parece surgir uma circularidade nessa determinação quantitativa, pois a medida espacial é uma função do movimento da matéria ao mesmo tempo que o movimento da matéria é uma função da quantidade de mudança nos adjetivos das mônadas. Em terceiro lugar, Russell teria que excluir completamente da psicologia das mônadas a possibilidade do erro ou a possibilidade das mônadas estarem em estado de ilusão quanto ao movimento. Nesse sentido, os estados

---

<sup>84</sup> No original: “Distance  $AB$  is a relation involving adjectives  $\alpha_b$  and  $\beta_a$  in  $A$  and  $B$ . In a relative motion these adjectives change, say to  $\alpha'_b$  and  $\beta'_a$ . There may be, further, an adjective of each monad due to the change, a sense of change in fact: let these adjectives be  $c_{\alpha\beta}$  and  $c_{\beta\alpha}$ . Then  $c_{\alpha\beta} = f(\alpha_b - \alpha'_b)$ ,  $c_{\beta\alpha} = f(\beta_a - \beta'_a)$ . Now if  $A$  and  $B$  have different natures in any respect,  $c_{\alpha\beta}$  may differ from  $c_{\beta\alpha}$ . From this difference, a way of scape may be found from the perfect reciprocity of motion: but the way of escape is through the Psychology of monads. For example, in a relative motion of our bodies, we sometimes have muscular sensations, sometimes only ocular sensations; and according largely to this difference, we decide whether the motion is ours or the object’s”.

psicológicos das mônadas deveriam sempre estar conscientes para poderem corresponder perfeitamente a qualquer mudança na posição espacial e, conseqüentemente, nos seus adjetivos intrínsecos.

Enfim, Russell não enfrentou esses desafios porque o projeto da dialética das ciências foi abandonado em meados de 1898, quando ele estava escrevendo *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Nessa época, Russell compreendeu que as várias contradições que encontrou ao longo da dialética das ciências eram oriundas, em certo sentido, da influência de Bradley no seu pensamento. Em outras palavras, eram consequência da teoria das relações internas que Russell desenvolvera. Logo, na próxima seção terciária, a teoria das relações internas de Russell é analisada para demonstrar como essa teoria levou à contradição da relatividade. Essa foi a antinomia principal, uma vez que a origem dessa contradição é comum a todas as contradições encontradas na dialética das ciências. Além disso, a seguir, também é explicado o motivo de Russell não ter conseguido ajustar a sua primeira teoria dos termos e das proposições, apresentada em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, com a sua teoria das relações internas. Os problemas o levaram a uma nova classificação das relações e ao abandono completo do idealismo britânico.

### 2.1.3 A teoria das relações internas de Russell e a contradição da relatividade

*An Analysis of Mathematical Reasoning being an Inquiry into the Subject-Matter, the Fundamental Conceptions, and the Necessary Postulates of Mathematics* é um trabalho que Russell, provavelmente, abandonou inacabado em julho de 1898. Algumas partes desse trabalho não sobreviveram e, do que está disponível, tem-se um esboço de um índice, uma introdução e quatro livros incompletos com os títulos “A Classe”, “Número”, “Quantidade” e “O Cálculo Infinitesimal”, divididos em duas partes: um manuscrito e uma parte datilografada. Ao todo, esse trabalho mostra o pensamento de Russell na mais nítida transição do idealismo britânico para o realismo lógico de *The Principles of Mathematics*, uma vez que nele se vê desmoronar a sua última influência do idealismo britânico, a sua teoria das relações internas.

Apesar de o texto de *An Analysis of Mathematical Reasoning* não ter recebido uma redação final, do que se pode ler, percebe-se que é um divisor de águas no pensamento de Russell. Algumas características desse manuscrito dão suporte a essa afirmação. De um lado, Russell ainda está apegado à concepção da matemática como a ciência das quantidades e à ideia de que a maioria dos conceitos da matemática, por estarem submetidos às condições do espaço e do tempo, ainda dependem das nossas intuições, à moda de Kant. Por outro lado, o tamanho

da influência de Kant nesse trabalho é um ponto obscuro, pois em nenhum lugar Russell declarou ou deu amostras de ter utilizado o argumento transcendental com o objetivo de estabelecer os elementos *a priori* da matemática. É difícil afirmar, mas ao que parece, Russell havia abandonado o projeto da dialética das ciências, e *An Analysis of Mathematical Reasoning* teria sido uma nova abordagem a respeito da fundamentação da matemática. No entanto, Russell em meados de 1898 ainda estava longe de defender o logicismo, sendo incapaz de demonstrar axiomáticamente a matemática. O motivo principal foi que ele ainda desconhecia tanto a lógica simbólica de Frege quanto a de Peano. Portanto, nesse manuscrito, Russell ainda utilizara a lógica algébrica de Boole, conforme apresentada por Whitehead em *Universal Algebra* e formulada como uma teoria geral das classes.

O que realmente foi novidade e que distingue *An Analysis of Mathematical Reasoning* dos trabalhos anteriores foi o início de uma abordagem filosófica realista. Isso pode ser constatado pela forma que Russell classificou as proposições e os conceitos irreduzíveis que possuem Ser, independentemente de existirem no espaço e no tempo. Pela primeira vez, Russell utilizou o método baseado na análise das proposições. O objetivo foi alcançar os constituintes fundamentais, isto é, analisando-se o complexo proposicional para se obter os termos simples que são necessariamente pressupostos na matemática<sup>85</sup>. O interessante desse manuscrito é que Russell desenvolveu o seu pluralismo de outrora com o realismo lógico da sua primeira teoria dos termos e das proposições, mas não deixou de fora a sua teoria das relações internas de inspiração idealista. Dessa forma, Russell precisou introduzir na análise da gramática filosófica a noção de protorrelação. Contudo, as protorrelações não deram conta da análise de algumas proposições da matemática, e isso levou Russell a elaborar uma primeira classificação das relações, dividindo-as em simétricas e assimétricas. Com essa classificação das relações, Russell percebeu que a contradição da relatividade era uma consequência inevitável no contexto da teoria das relações internas. O passo decisivo para o abandono completo do idealismo apareceu no início de 1899, no artigo “The Classification of Relations”. Neste, Russell apresentou uma classificação mais elaborada das relações, mostrando-se completamente distante do idealismo e afirmando a externalidade e a irreduzibilidade das relações. Portanto, analisar essa transformação no pensamento de Russell é o objetivo desta seção porque a adoção

---

<sup>85</sup> Por se tratar de um texto de transição do idealismo britânico para o realismo lógico, Russell usou as expressões de “judgment” e “conception” ora influenciado pela escola idealista, ora por aquilo que ele iria chamar respectivamente de “proposição” e “conceito”. Pode-se ver isso logo na introdução de *An Analysis of Mathematical Reasoning*: “o objetivo do presente trabalho é descobrir aquelas concepções e aqueles juízos que são necessariamente pressupostos na matemática pura” (RUSSELL, 1898, p. 163, tradução nossa). No original: “It is the purpose of the present work to discover those conception and those judgments which are necessarily presupposed in pure mathematics”.



do realismo lógico está diretamente ligada às primeiras utilizações dos conceitos denotativos e do princípio de *acquaintance*.

Na introdução de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, Russell deixou claro que, na medida do possível, o seu trabalho seria apresentar uma taxinomia das proposições fundamentais da matemática e dos seus conceitos indefiníveis. De início, ele distinguiu duas formas de investigação dos conceitos e das proposições, que procedem da conexão lógica entre esses conceitos. A razão para essa distinção é que alguns conceitos existem condicionados pelo espaço e pelo tempo, e outros são completamente independentes de qualquer condição. Nesse sentido, levando-se em conta a forma de apreensão do significado dos conceitos e das proposições, Russell distinguiu entre o método empírico e o método *a priori*.

A distinção entre as formas de investigação determinou três tipos de conceitos e proposições. Dentre aqueles cujo significado pode ser apreendido pelo método empírico, encontram-se os conceitos empíricos e os conceitos da intuição, pois eles podem ser definidos indicando o dado ao qual se aplicam. Os conceitos empíricos dependem de algum objeto particular dentro do espaço e do tempo, e o seu significado é uma abstração dos dados dos sentidos. As proposições que envolvem esses conceitos não se aplicam universalmente e necessariamente, uma vez que sem o objeto o conceito não seria nada. Os conceitos da intuição se distinguem, uma vez que o significado de tais conceitos e proposições são aplicáveis universalmente e necessariamente. É provável que por um resquício da influência de Kant, Russell diz que a maioria dos conceitos da matemática estão nessa categoria, pois “expressam algum aspecto ou propriedade do espaço ou do tempo ou de ambos, ou do que quer que esteja no espaço ou no tempo” (RUSSELL, 1898, p. 164, tradução nossa)<sup>86</sup>. Russell fundamentou os conceitos da intuição na sua concepção de espaço como uma estrutura lógica abstrata, defendida anteriormente em *An Essay on the Foundations of Geometry*. Por conseguinte, de acordo com essa perspectiva, foi a homogeneidade do espaço e do tempo como um todo, ou de cada parte do espaço e do tempo, que forneceu as bases para a universalidade e para a necessidade dos conceitos da intuição.

O terceiro tipo de conceito são os da categoria pura, cujo significado é apreendido pelo método *a priori*. Russell usou a expressão “*a priori*” para determinar que os significados dos conceitos da categoria pura não podem ser definidos “indicando um dado ao qual se aplicam, mas devem, para que seu significado possa ser apreendido, ser eles próprios os dados indicados” (RUSSELL, 1898, p. 164, tradução nossa)<sup>87</sup>. Essa posição de Russell é relevante, pois marcou

---

<sup>86</sup> No original: “Express some aspect or property of space or time or both, or whatever is in space or time”.

<sup>87</sup> No original: “Indicating a datum to which they apply, but must, if their meaning is to be apprehended, be

o momento em que o significado, de pelo menos alguns conceitos, foram determinados realisticamente. Em outro trecho, Russell diz: “para ser breve, falarei daquelas concepções indefiníveis que não têm relação com nada análogo ao espaço ou ao tempo como *categorias puras*, ou simplesmente categorias” (RUSSELL, 1898, p. 165, tradução nossa)<sup>88</sup>. Dessa forma, o tratamento realista desses significados demonstrou que Russell começou a expressar com mais clareza o seu antipsicologismo, visto que as características dos conceitos da categoria pura são apreendidas pela mente, mas são absolutamente independentes de qualquer atividade que ocorra dentro do espaço e do tempo. O tratamento realista não se distinguiu em relação às proposições que envolvem os conceitos da categoria pura. As sentenças que expressam proposições expressam um significado universal necessário e são complexos atemporais, já que a “sua verdade deve, para um estudo bem-sucedido, ser apreendida intuitivamente; mas não se deve supor que a sua verdade dependa de tal apreensão. Pelo contrário, se são verdadeiramente fundamentais, nenhuma razão pode ser dada para a sua verdade” (RUSSELL, 1898, p. 163, tradução nossa)<sup>89</sup>. Sendo assim, também merece destaque, nessa nova abordagem realista de Russell, a forma como apreendemos intuitivamente o significado dos conceitos da categoria pura. De fato, Russell não aprofundou essa questão em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Contudo, pelo teor das suas declarações, nesta tese, entende-se que a noção de apreensão intuitiva foi a precursora do princípio de *acquaintance*. Como se viu nos trechos citados acima, a passividade da mente e o contato imediato com os significados dos conceitos da categoria pura foram uma condição *sine qua non* para a apreensão intuitiva.

Essa foi a forma como Russell caracterizou os conceitos e as proposições na introdução de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Conforme ele avançou na taxonomia das proposições, o seu distanciamento do idealismo foi se tornando cada vez mais evidente, mesmo que ainda estivesse apegado à sua teoria das relações internas e a alguma influência de Kant. Porém, antes de tratar das peculiaridades que Russell encontrou nas onze classes de proposições matemáticas, ajudará a entender os detalhes, se se esclarecer antes o seu posicionamento metafísico pluralista, a sua teoria das protorrelações e a sua teoria das relações internas.

Conforme foi tratado em 2.1.2.2, Russell seguiu a influência de Ward e defendeu uma metafísica pluralista contra o monismo de Bradley. O idealismo pluralista de Russell se

---

themselves the data indicated”.

<sup>88</sup> No original: “For the sake of brevity, I shall speak of those undefinable conceptions which have no relation to anything analogous to space or time as *pure categories*, or simply categories”.

<sup>89</sup> No original: “Their truth must, for a successful study, be intuitively apprehended; but it must not be supposed that their truth depends upon such apprehension. On the contrary, if they are truly fundamental, no reason whatever can be given for their truth”.

fundamentou na intenção de desenvolver uma teoria das mônadas como o último estágio metafísico do projeto da dialética das ciências. No entanto, o pluralismo elaborado por Russell em *An Analysis of Mathematical Reasoning* não tinha nenhuma ligação com a teoria idealista das mônadas da época da dialética das ciências, pois foi a noção de termo que estava na base do seu pluralismo. Tal noção cumpriu a função de ser o elemento simples que se alcança com a análise das proposições da matemática. Russell caracterizou como termo tudo o que ocorre como um sujeito lógico nas proposições e explicou essa noção da seguinte forma:

Algumas vezes foram feitas tentativas de restringir o sujeito lógico a certas classes de ideias. Pode-se afirmar que o sujeito deve ser uma coisa ou, com o Sr. Bradley, que deve ser a Realidade como um todo. Rejeito inteiramente esses pontos de vista. Cada ideia possível, tudo o que pode ser pensado ou representado por uma palavra, pode ser um sujeito lógico. Se digo “2 é numérico”, “número é categorial”, “antes é relativo a depois”, faço juízos que têm um sujeito e um predicado e expresso um significado que nenhuma forma com um sujeito diferente pode representar com precisão. E assim todo predicado pode se tornar um sujeito lógico. Posso dizer: “Um é predicável de qualquer sujeito”, e assim fazer de *um* sujeito. (RUSSELL, 1898, p. 168, tradução nossa)<sup>90</sup>.

A partir das palavras de Russell, pode-se afirmar que ele adotou uma metodologia baseada na análise da gramática filosófica juntamente com a sua teoria metafísica pluralista. A análise do complexo proposicional, que pode se ver no trecho acima, marcou a filosofia de Russell por vários anos seguintes porque ele precisou desenvolver os diversos aspectos dessa análise em relação às entidades e às relações semânticas que dela se originavam. A discordância com a análise dos juízos e com o monismo de Bradley é visível, pois como cada sujeito lógico é um termo, no sentido de ser um termo irreduzível, então Russell encontrou a base filosófica para uma metafísica pluralista dos termos. Além dessa característica, Russell também admitiu, na citação acima, que a distinção entre o termo sujeito e o termo predicado é apenas uma distinção de aspecto, e não uma distinção categórica, uma vez que o termo predicado pode ocupar o lugar do termo que ocorre como o sujeito lógico da proposição. Em outras palavras, vê-se aqui a tese de que tudo pode ocorrer como termo nas proposições. Todavia, para se contrapor de fato à metafísica monista de Bradley, não bastaria apenas afirmar a existência de uma pluralidade de termos, seria necessário também que esses termos possuíssem uma

---

<sup>90</sup> No original: “Attempts have sometimes been made to restrict the logical subject to certain classes of ideas. It may be held that the subject must be a thing, or, with Mr. Bradley, that it must be Reality as a whole. Such views I entirely reject. Every possible idea, everything that can be thought of, or represented by a word, may be a logical subject. If I say, ‘2 is numerical’, ‘number is categorial’, ‘before is relative to after’, I make judgments which have a subject and a predicate and express a meaning which no form with a different subject can accurately represent. And thus, every predicate may be made a logical subject. I may say: ‘One is predicable of any subject’, and thus make *one* subject”.

realidade absolutamente autônoma de qualquer condição. Compreende-se que foi esse o motivo que levou Russell a articular o pluralismo dos termos com o novo ponto de vista realista. Por isso, encontra-se, nessa nova metafísica pluralista e realista de Russell, a distinção entre Ser e existência. O motivo para essa distinção foi explicado da seguinte forma:

Escolho essa expressão porque tudo o que pode ser sujeito em um juízo verdadeiro deve ter o que, em oposição à existência, chamarei de *Ser*. Parece evidente que termos que podem ser contados, que podem diferir de outros não apenas no que diz respeito ao significado, que podem fazer parte de outros termos e, em suma, podem ser termos dos quais algo é afirmado, além da mera negação de que existem tais termos, devem ter o que parece melhor expresso pela palavra *ser*. É verdade, de fato, que *há* tais termos; e quando dizemos isso, não pretendemos meramente afirmar um fato psicológico. É verdadeiro e significativo dizer “Há um número 3” ou “Há diversidade”, embora dificilmente devêssemos dizer que tais termos existem. Ser, então, pertence a tudo o que pode ser o sujeito nos juízos verdadeiros; e toda ideia possível, ou seja, toda ideia que não envolva uma contradição, pode ser um sujeito lógico. (RUSSELL, 1898, p. 168, tradução nossa)<sup>91</sup>.

Para uma melhor compreensão é preciso relacionar o trecho acima com o que Russell disse na introdução de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Feito isso, pode ser explicado que todo termo tem Ser, mas não se deve concluir que a distinção entre Ser e existência seja excludente, visto que alguns termos possuem as duas propriedades. A noção de Ser é igualmente válida para todo termo, mas merecem destaque os conceitos da categoria pura, pois estes são significados logicamente independentes que não possuem relação nenhuma com o espaço e o tempo e, portanto, a natureza deles é de puro Ser. Em contrapartida, os conceitos da intuição e os conceitos empíricos são os termos que possuem as duas propriedades de Ser e de existência e, nesses casos, esta última torna-se um predicado daquele termo. Russell explicou que, “quando um termo tem esse predicado, ele é chamado de *existente*. Parece ser fato – embora eu não consiga ver nenhuma razão para que seja assim – que todos os existentes tenham alguma relação com alguma porção particular do espaço ou do tempo” (RUSSELL, 1898, p. 170, tradução nossa)<sup>92</sup>. Uma questão que deve ser reforçada em relação às últimas citações é que, a despeito de Russell usar as expressões “ideia” e “tudo o que pode ser pensado”, os termos não

---

<sup>91</sup> No original: “I choose this expression, because whatever can be the subject in a true judgment must have what, in opposition to existence, I shall call *Being*. It appears evident that terms which can be counted, which can differ from others not only in respect of meaning, which can form part of other terms, and, in fine, can be terms of which something is asserted beyond the bare denial that there are such terms, must have what seems to the best expressed by the word *being*. It is true, in fact, that there *are* such terms; and when we say this, we do not intend merely to assert a psychological fact. It is true and significant to say, ‘There is a number 3’, or ‘There is diversity’, though we should hardly say that such terms exist. Being, then, belongs to whatever may be the subject in true judgments; and every possible idea, i.e., every idea which does not involve a contradiction, may be a logical subject”.

<sup>92</sup> No original: “When a term has this predicate, it is called an *existent*. It appears to be the fact – though I can see no reason why it should be so – that all existents have some relation to some particular portion of space or time”.

são fatos psicológicos porque eles *são* independentemente de nós os pensarmos. O mesmo ocorre com as proposições. Russell pareceu satisfeito em usar as aspas para mencionar os termos e as proposições, mas esse recurso pode confundir o leitor e induzi-lo a compreender que essas noções são as próprias palavras<sup>93</sup>. O importante é destacar que o objeto da análise de Russell era o significado lógico expresso pelas sentenças e palavras, ou seja, a proposição e os seus termos constituintes. Dada essas duas propriedades dos termos, Russell começou a esboçar uma teoria metafísica realista e pluralista para se contrapor igualmente ao idealismo monista de Bradley e ao idealismo pluralista de Ward. A nova teoria filosófica estava lentamente surgindo!

Russell distinguiu três tipos de termos: “temos, então, três classes principais de termos, a saber, existentes, nomes para termos não especificados de classes especificadas e predicados” (RUSSELL, 1898, p. 177, tradução nossa)<sup>94</sup>. Os termos que são considerados existentes são coisas particulares reais que possuem alguma relação com o espaço e o tempo e somente podem ocorrer no lugar do sujeito lógico das proposições. Por exemplo, na proposição /Eduardo é humano/, a própria pessoa, /Eduardo/, é o termo existente. Os termos que são predicados possuem uma dualidade porque eles podem ocorrer como sujeito lógico ou como predicado nas proposições. Devido a essa dualidade, Russell preferiu usar uma nomenclatura especial: “usarei a palavra *predicado* para denotar o que quer que seja um significado, seja usado como sujeito ou como predicado, mas a palavra *significado*, restringirei aos significados como tais” (RUSSELL, 1898, p. 175, tradução nossa)<sup>95</sup>. Em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, Russell não desenvolveu as relações semânticas entre as palavras e os termos, como ele fez depois em *The Principles of Mathematics*. Assim, a expressão “denotar”, nesse trecho, não tem relação com a sua teoria da denotação. A distinção entre as expressões “predicado” e “significado” é outra distinção de aspecto e não categórica, uma vez que todo termo predicado ocorre como significado nas proposições. Mesmo assim, a distinção é útil para esclarecer se o termo predicado ocorre no lugar do sujeito lógico ou ocorre no lugar do predicado. Por exemplo: na proposição /Eduardo é humano/, o termo /humano/ deve ser chamado de “significado”, pois o termo ocorre no lugar autêntico do predicado. Na proposição /Humano é predicável de Eduardo/, o termo /humano/ ocorre como sujeito lógico e, por isso, deve ser chamado de

---

<sup>93</sup> Para evitar essa ambiguidade nesta tese, a partir de agora segue-se Griffin (1980), e serão usadas “/” quando forem mencionadas: proposições, funções proposicionais e os termos que são os constituintes proposicionais. As aspas serão utilizadas para mencionar sentenças, expressões da linguagem, títulos de artigos e citações bibliográficas.

<sup>94</sup> No original: “We have, then three main classes of terms, namely, existents, names for unspecified terms of specified classes, and predicates”.

<sup>95</sup> No original: “I shall use the word *predicate* to denote whatever is a meaning, whether used as subject or as predicate, but the word *meaning*, I shall confine to the meanings as such”.

“predicado ocorrendo como termo”. Mas, em ambas as ocorrências, é o significado do termo /humano/ que é o constituinte da proposição. A distinção entre intensão e extensão foi utilizada por Russell para ajudar a dirimir qualquer possível confusão na sua terminologia. Segundo Russell, dizer que o termo predicado tem a peculiaridade lógica de sempre ocorrer como significado nas proposições implica em afirmar que o termo predicado é uma entidade intensional, seja qual for a posição lógica em que ocorra na proposição. Ao contrário, os termos que são coisas particulares reais e ocorrem sempre como o sujeito lógico das proposições são entidades necessariamente extensionais.

O último tipo de termo é aquele que Russell classificou de forma incerta como sendo nomes para qualquer termo de uma classe. Essa categoria de termos é bastante importante, em razão de ser a antecessora dos conceitos denotativos. Russell trabalhou muito pouco essa noção de termo em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. As imprecisões que aparecem na sua apresentação são um sinal de que ele precisaria de mais tempo para chegar à forma da teoria dos conceitos denotativos apresentada em *The Principles of Mathematics*. Russell se referiu a esses termos como “conteúdos”. Conforme Russell, “conteúdo é um termo mais amplo do que predicado, pois inclui termos como *coisa, qualquer ponto, qualquer momento*” (RUSSELL, 1898, p. 176, tradução nossa)<sup>96</sup>. Em primeiro lugar, levando em consideração que Russell reconheceu que esses termos são os responsáveis pela formação de classes, há um equívoco nessa citação, pois /coisa/ não é um conceito de classe. Talvez Russell estivesse pensando nos termos /uma coisa/ ou /qualquer coisa/. Em segundo lugar, ele também se atrapalhou ao dizer que esses termos são nomes. Isso é incorreto, visto que termos não podem ser confundidos com palavras. O mais preciso seria ter explicado que os termos conteúdos são conceitos que denotam ou indeterminadamente termos da classe ou inequivocamente o único termo da classe. Russell citou como exemplo a proposição /Sócrates é um homem/ e se limitou a dizer que “o juízo de que um termo pertence a uma classe difere em significado do juízo de que um termo possui um predicado” (RUSSELL, 1898, p. 174, tradução nossa)<sup>97</sup>. Ainda que de forma prematura e pouco conclusiva, se levado em conta o que Russell disse em *The Principles of Mathematics* sobre a relação entre as sentenças e as proposições que contêm conceitos denotativos, essa citação demonstra que ele começava a perceber a singularidade lógica da relação de denotar. Enfim, de qualquer maneira, não há em *An Analysis of Mathematical Reasoning* nenhuma tentativa de classificar os diferentes significados dos termos que ele chamou de “conteúdos” e dos diferentes

---

<sup>96</sup> No original: “Content is a wider term than predicate, for it includes such terms as *thing, any point, any moment*”.

<sup>97</sup> No original: “The judgment that a term belongs to a class differs in meaning from the judgment that a term has a predicate”.

objetos denotados por esses termos.

Uma vez explicada a classificação dada por Russell aos três tipos gerais de termos, uma questão interessante a se analisar em *An Analysis of Mathematical Reasoning* é a forma como esses diferentes tipos de termos se relacionam nas diferentes unidades complexas que são as proposições da matemática. Russell, como um bom seguidor de Bradley, considerava que toda relação é interna e, por isso, não classificou as relações como termos autossuficientes, externas e irreduzíveis. No entanto, é importante ressaltar que Russell apenas se inspirou na teoria das relações internas de Bradley, mas não se furtou a desenvolver a sua própria teoria das relações internas. Como se explicou em 2.1.2.1, devido a sua teoria metafísica monista, a teoria das relações internas de Bradley é a tese de que as relações podem ser eliminadas porque todo e qualquer tipo de juízo, seja ele relacional ou não, afirma uma propriedade necessariamente interna do Absoluto, o único e o autêntico sujeito da Realidade. Assim, qualquer juízo expressa um predicado atribuído ao Absoluto. Russell, pelo contrário, tentou articular a sua metafísica pluralista e realista com a sua teoria das relações internas.

É difícil encontrar em algum texto anterior a 1898 alguma formulação explícita da definição da teoria das relações internas de Russell. A impressão que se tem é que Russell deu importância à classificação das relações somente depois que a sua dialética das ciências estava repleta de contradições. Por causa disso, a única discussão mais detalhada sobre o tema ocorreu somente na parte final de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, no livro III do material datilografado. Russell dedicou uma parte do livro III para apresentar uma primeira classificação das relações levando em conta as suas peculiaridades semânticas. Segundo Russell:

Podemos dizer, em termos gerais, que qualquer relação implica e é equivalente a (1) um adjetivo de cada um dos termos relacionados, (2) um adjetivo do todo no qual quaisquer dois termos relacionados podem ser reunidos. Omitindo (2), que não é relevante para essa discussão, podemos dizer que as relações são distinguidas de acordo com o adjetivo de qualquer termo poder ou não ser expresso sem referência ao outro termo. (RUSSELL, 1898, p. 224, tradução nossa)<sup>98</sup>.

O ponto central do pensamento de Russell em relação à eliminação das relações foi a diferença entre os adjetivos intrínsecos e os adjetivos extrínsecos dos termos. Por exemplo, dada a proposição  $aRb$ , há dois casos possíveis para que a relação  $R$  seja interna: (1) quando os adjetivos intrínsecos dos termos são idênticos e (2) quando os adjetivos intrínsecos dos termos

---

<sup>98</sup> No original: “We may say, generally, that any relation implies, and is equivalent to, (1) an adjective of each of the related terms, (2) an adjective of the whole into which any two related terms can be collected. Omitting (2), which is not relevant to this discussion, we may say that relations are distinguished according as the adjective of either term can or cannot be expressed without reference to the other term”.

são diferentes. Assim: (1) dado o adjetivo  $\psi$ , a relação  $R$  pode ser eliminada se implicar  $(\psi)a$  e  $(\psi)b$  e (2) dados os adjetivos  $\psi$  e  $\phi$ , a relação  $R$  pode ser eliminada se implicar  $(\psi)a$  e  $(\phi)b$ . Ao contrário, uma relação será considerada externa se cada um dos adjetivos dos termos fizer referência ao outro termo da relação. Por exemplo, dada a proposição  $aRb$ , a relação  $R$  será externa caso implique  $b(\psi)a$  e  $a(\phi)b$ . À medida que avançou na análise das proposições da matemática, Russell descobriu algumas relações externas e declarou: “existem juízos que afirmam os vários tipos de relações matemáticas, como maior e menor, antes e depois etc., que não são baseados em uma diferença ou identidade pontual detectável” (RUSSELL, 1898, p. 172, tradução nossa)<sup>99</sup>. Essa descoberta mostrou a Russell que a sua teoria das relações internas não se aplicava universalmente e, pior, as relações não elimináveis faziam emergir a contradição da relatividade em quase toda a matemática. Logo, caso Russell quisesse desenvolver uma forte filosofia da matemática, uma nova classificação das relações seria necessária. Porém, esse reconhecimento não se deu repentinamente porque Russell relutou em assumi-lo, tendo em vista que ele, em primeiro lugar, tentou preservar a sua teoria das relações internas articulando-a com a noção de protorrelação.

Na maior parte de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, Russell conseguiu elaborar uma taxonomia das proposições da matemática eliminando as proposições relacionais a favor de proposições da forma de sujeito e predicado, tendo como objetivo respeitar as condições (1) e (2) acima, que identificam a relação como interna. No entanto, de acordo com os exemplos apresentados por Russell, é plausível dizer que a principal ferramenta para a eliminação das relações foram as protorrelações. No início do livro I, Russell diz: “como todas as ideias de relação e conexão, as ideias matemáticas pressupõem as três ideias fundamentais de identidade, diversidade e unidade. Mas cada uma dessas ideias tem diferentes formas” (RUSSELL, 1898, p. 167, tradução nossa)<sup>100</sup>. Russell deu considerável atenção a essas três protorrelações em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, uma vez que a maioria das proposições da matemática surgem a partir de alguma combinação dos termos de acordo com a pré-condição lógica estabelecida pela protorrelação.

Antes de analisar a maneira como Russell aplicou as protorrelações em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, vale ressaltar que o surgimento dessa noção ocorreu em *An Essay on the Foundations of Geometry*. É claro que o contexto teórico em que Russell utilizou pela

---

<sup>99</sup> No original: “There are judgments asserting the various types of mathematical relations, as greater and less, before and after, etc., which are not based upon a discoverable point of difference or identity”.

<sup>100</sup> No original: “Like all ideas of relation and connection, mathematical ideas presuppose the three fundamental ideas of identity, diversity and unity. But each of these ideas has different forms”.



primeira vez a noção de protorrelação era outro, pois ele não havia adotado nem a noção de termo nem a de proposição. O trecho a seguir é um dos poucos lugares de *An Essay on the Foundations of Geometry* onde Russell abordou o referido tema das noções de identidade, diversidade e unidade:

Toda relação, podemos dizer, envolve uma diversidade entre os termos relacionados, mas também alguma unidade. A mera diversidade não dá uma base para essa interação e para essa interdependência que uma relação requer. A mera unidade deixa os termos idênticos e, assim, destrói a referência de um ao outro necessária para uma relação. A mera externalidade, tomada em abstração, fornece apenas o elemento de diversidade necessário para uma relação e é, portanto, mais abstrata do que qualquer relação real. Mas a simples diversidade não dá aquele todo indivisível em que qualquer relação real deve consistir e, portanto, quando considerada abstratamente, não está sujeita às restrições das relações comuns. (RUSSELL, 1897, p. 198, tradução nossa)<sup>101</sup>.

Foi explicado, em 2.1.2.2, que Russell, ao desenvolver a dialética das ciências, encontrou algumas contradições na geometria geral e na física por causa da sua perspectiva inicial de que o espaço vazio é uma forma de externalidade abstrata que fornece ao pensamento uma pluralidade coexistente de pontos abstratos e, no estágio posterior, de átomos-ponto inter-relacionados. É preciso lembrar que, em *An Essay on the Foundations of Geometry* e ao longo de todo o desenvolvimento da dialética das ciências, Russell defendeu a teoria das relações internas, mas é pouco provável que essa teoria estivesse amadurecida e elaborada da forma que apareceu em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Levando em consideração a citação acima, uma possível explicação para o surgimento das protorrelações é que Russell estava tentando evitar as contradições na dialética das ciências e é plausível que ele tenha pensado nas protorrelações como uma forma de se livrar da natureza relacional das contradições. Por isso, Russell começou a desenvolver a perspectiva de que as inter-relações dos pontos abstratos na geometria geral e dos átomos-ponto na física poderiam ser fundamentadas nas noções de identidade, diversidade e unidade, se essas noções não forem entendidas como genuínas relações, mas como pré-condições lógicas envolvidas em toda relação interna. Mas a verdade é que a noção de protorrelação não foi suficiente para evitar as contradições na geometria e na física, pois, uma vez que o espaço havia sido definido como homogêneo e relativo, a consequência foi que os pontos abstratos e/ou os átomos-pontos não possuíam nenhuma

---

<sup>101</sup> No original: “Every relation, we may say, involves a diversity between the related terms, but also some unity. Mere diversity does not give a ground for that interaction, and that interdependence, which a relation requires. Mere unity leaves the terms identical, and thus destroys the reference of one to another required for a relation. Mere externality, taken in abstraction, gives only the element of diversity required for a relation, and is thus more abstract than any actual relation. But mere diversity does not give that indivisible whole of which any actual relation must consist, and is thus, when regarded abstractly, not subject to the restrictions of ordinary relations”.

qualidade intrínseca, e a única forma de diferenciá-los era fazendo referência às relações que eles mantinham com os outros elementos. Portanto, conforme o entendimento de Russell sobre o que seria uma relação externa, pode-se afirmar que a sua dialética das ciências estava fadada ao fracasso. O motivo era que ela necessitava de genuínas relações externas, mas estas eram incompatíveis com o seu idealismo pluralista, com a sua noção de protorrelação e com a sua teoria das relações internas.

Em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, o estágio do desenvolvimento da teoria de Russell se encontrava mais avançado e, conseqüentemente, é possível ter uma visão mais esclarecedora das protorrelações. A partir do momento em que Russell abandonou a dialética das ciências e começou a desenvolver a teoria dos termos, a teoria das relações internas se adequou melhor à ideia das protorrelações, porque as noções de identidade, diversidade e unidade tornaram-se os adjetivos lógicos comuns pressupostos a qualquer conexão entre diferentes termos. Em comparação com as três classes de termos anteriormente explicadas, nota-se que Russell não considerou as três protorrelações como genuínos termos e, por isso, elas não ocorriam como constituintes das proposições, embora elas pré-determinassem logicamente a forma como os constituintes das proposições poderiam se inter-relacionar. Uma utilidade interessante das protorrelações foi que elas deram a Russell uma saída para o argumento *ad infinitum* de Bradley quanto à independência das relações. Russell usou o seguinte exemplo: considere uma proposição na qual os constituintes são o predicado P e os sujeitos A, B, C etc. Como P é o predicado comum a esses vários sujeitos?

Primeiramente, Russell afirmou a estranha condição: “se o predicado for considerado como algo que tem ser, a predicação envolve dois termos e, portanto, expressa uma relação entre os dois” (RUSSELL, 1898, p. 175, tradução nossa)<sup>102</sup>. Como o próprio Russell afirmara em outro trecho, a diferença entre o sujeito lógico e o predicado é uma diferença de aspecto de ocorrência porque todos os termos têm Ser. Além disso, os termos predicados sempre ocorrem como significados nas proposições e são os únicos termos que podem ocorrer no lugar do sujeito lógico e no lugar do predicado. Dessa forma, seria uma ideia insustentável se Russell estivesse afirmando que o predicado ganha ou perde Ser de acordo com a sua ocorrência na proposição. É preciso ter cautela ao analisar a estranha condição acima, pois o que está envolvido nela não é uma distinção ontológica, mas sim uma análise que pretende excluir as relações externas. Por exemplo: na proposição /Sócrates e Platão são humanos/, na visão de Russell, como o termo /humano/ não é usado como sujeito lógico, pode-se dizer que o termo possui uma aparente

---

<sup>102</sup> No original: “If the predicate be regarded as having being, predication involves two terms, and thus express a relation between the two”.

“ausência” de Ser. Se não fosse assim, o termo /humano/ ocorreria como termo, e Russell teria que incluir na proposição alguma relação independente entre os três termos /Sócrates/, /Platão/ e /humano/. Portanto, não se trata também de um problema de escassez da linguagem para explicar a diferença de ocorrência dos termos. Na verdade, nesta tese entende-se que a intenção de Russell com a rejeição da independência da relação foi tentar explicar a unidade proposicional de /Sócrates e Platão são humanos/ delegando essa responsabilidade à protorrelação de identidade de conteúdo, uma vez que os dois termos da proposição são idênticos acerca do adjetivo intrínseco conceitual /humano/.

Em segundo lugar, Russell explicou como a tentativa de incluir na proposição algum constituinte relacional entre o predicado P e cada sujeito lógico A, B, C etc. levaria a um regresso infinito, uma vez que para cada sujeito a relação de predicção seria um novo predicado de P, e isso faria surgir uma infinidade de termos. Para evitar o regresso sem fim, Russell concluiu: “não devemos, portanto, considerar o predicado comum como um termo; devemos dizer que todos os termos que têm o predicado P são iguais no que diz respeito ao significado. Essa é a interpretação da identidade de conteúdo” (RUSSELL, 1898, p. 175, tradução nossa)<sup>103</sup>. Tal conclusão reforça a questão mais interessante a respeito da natureza lógica das protorrelações, pois ela mostra que Russell não tinha a perspectiva de tratar as protorrelações como autênticos termos ou autênticos constituintes de proposições. Se protorrelações fossem constituintes proposicionais, retornariam as dificuldades do argumento de Bradley. Russell interpretou as protorrelações como pré-condições lógicas necessárias para a unidade proposicional, pois as protorrelações foram identificadas com os adjetivos lógicos intrínsecos dos constituintes das proposições. Sendo assim, foi dessa forma que Russell conseguiu classificar uma grande parte das proposições da matemática sem abdicar da sua teoria das relações internas.

Através da análise das proposições e das suas diferentes formas, Russell em *An Analysis of Mathematical Reasoning* apresentou uma taxonomia com onze tipos diferentes de proposições. O que determinou a protorrelação envolvida foi a natureza dos constituintes de cada proposição. No livro I, no capítulo intitulado “Os elementos dos Juízos”, Russell identificou as seguintes sete classes de proposições<sup>104</sup>.

A primeira classe de proposições seguiu a abordagem convencional na qual um

---

<sup>103</sup> No original: “We must not, therefore regard the common predicate as a term; we must say, all the terms having the predicate P are the same as regard meaning. This is the interpretation of identity of content”.

<sup>104</sup> Todos os exemplos citados nessas sete classes de proposições encontram-se na pág. 173 de *An Analysis of Mathematical Reasoning*.

predicado é atribuído a um sujeito. Como dito anteriormente, qualquer termo pode ocorrer como sujeito lógico nas proposições, porém existentes só podem ocorrer como sujeito lógico, e predicados sempre ocorrem como significados. Russell citou como exemplos as proposições: /Isto é vermelho/ e /Número é categórico/. Uma vez que todo termo tem Ser, se comparados entre si, todos os termos são diferenciados pela protorrelação de diversidade de Ser. Contudo, na unidade proposicional, a forma como um sujeito se relaciona a um predicado foi reduzida à protorrelação de unidade da asserção.

A segunda classe de proposições são aquelas em que dois ou mais predicados são atribuídos a um único sujeito. Visto que predicados ocorrem sempre como significados, nesse caso específico, os dois ou mais predicados são sintetizados pela protorrelação unidade de conteúdo e resultam em um único significado. Os exemplos de Russell são as proposições /Isto é vermelho e duro/ e /2 é par e primo/. O fato de vários predicados serem relacionados a um sujeito lógico foi reduzido à protorrelação de identidade de Ser.

A terceira classe de proposições são aquelas em que um único predicado é atribuído a dois ou mais sujeitos. Dado que qualquer termo pode ocorrer como sujeito lógico nas proposições, então os termos são combinados para formar um único termo através da protorrelação unidade de Ser. Os exemplos de Russell são as proposições: /Estes são vermelhos/ e /2 e 3 são primos/. O fato de vários sujeitos serem relacionados ao mesmo predicado foi reduzido à protorrelação de identidade de conteúdo.

A quarta e a quinta classes de proposições são provenientes da segunda e da terceira respectivamente. A quarta classe são de proposições que afirmam que a unidade de significados que ocorre como termo na proposição constitui, na verdade, um predicado. Russell intitulou essa classe de proposições de intensão e citou como exemplo /Cavalo alado é um predicado/. Nesse caso, a relação entre todos os termos, que por sinal ocorrem como significado na proposição, foi reduzida à protorrelação de unidade de conteúdo. A quinta classe são aquelas proposições que se originam da afirmação de que vários sujeitos juntos podem constituir um único sujeito lógico. Russell chamou essa classe de proposições de extensão e citou como exemplo /Estes formam uma coleção/. Nesse caso, teve-se a redução da relação entre os termos à protorrelação de identidade de conteúdo.

A sexta classe de proposições são as proposições existenciais. Russell subdividiu essa classe em seis tipos de proposições considerando o termo envolvido na afirmação existencial. Uma vez que todos os termos existentes necessariamente possuem alguma relação com o espaço e o tempo, os termos podem ser diferenciados pela protorrelação de diversidade material. Infelizmente, Russell não citou exemplos para todos esses casos, então tentar-se-á criar

exemplos condizentes com o conteúdo do texto. Resumidamente, os seis tipos de proposições existenciais são aqueles que afirmam: (1) A existência de alguma parte do espaço ou do tempo, porque se pressupõe que cada parte do espaço e do tempo é diferente uma da outra. Exemplo: /Este lugar [ou instante] é um existente/. (2) A existência de um predicado em alguma parte do espaço ou do tempo. Esse tipo de proposição exige que um predicado universal, como a cor vermelha, seja particularizado em uma coisa existente para que possa ser afirmado como um existente também. Russell chamou de “qualidades” os predicados capazes de tais particularizações e chamou de “atributos” o predicado particularizado. Esse segundo tipo de proposições afirma a existência de uma qualidade. Exemplo: /Vermelho neste lugar [ou instante] é um existente/. (3) A existência de uma coisa em alguma parte do espaço ou do tempo. Exemplo: /Esta coisa neste lugar [ou instante] é um existente/. (4) A existência de um predicado em um lugar é um predicado da coisa naquele lugar. Esse quarto tipo de proposições afirma a existência de um atributo. Exemplo: /Esta coisa neste lugar é vermelha/. (5) A existência de alguma relação entre partes particulares do espaço ou do tempo. Exemplos: /A área de um triângulo real/ e /O tempo entre meio-dia e meia-noite/. (6) A existência de uma relação causal entre coisas particulares ou atributos. Esse sexto tipo de proposição existencial chamou a atenção de Russell, e ele não quis discuti-lo a fundo. O motivo dessa atitude será explicado quando a contradição da relatividade for analisada. Enfim, em todos os seis tipos de proposições existenciais, as combinações entre os constituintes proposicionais foram reduzidas à protorrelação de unidade material.

A sétima classe de proposições são as proposições de intensão pura. Russell as classificou assim porque elas afirmam uma conexão necessária entre significados. Os exemplos de Russell são: /Humano implica mortal/ e /Triplo implica numérico/. Mais uma vez, a relação entre os significados foi reduzida à protorrelação de unidade de conteúdo. É interessante notar que a sétima classe de proposições antecede o tratamento dado por Russell em *The Principles of Mathematics* à implicação formal. Em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, Russell não estava preparado para desenvolver essa noção. O motivo principal foi a ausência de uma teoria da variável irrestrita na sua lógica. As noções de implicação formal e variável irrestrita são analisadas na seção terciária 2.2.4.

Ainda no livro I, no capítulo intitulado “A Classe”, Russell identificou a oitava classe de proposições: a proposição de inclusão em uma classe. Esse é um importante capítulo no contexto geral de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, visto que nele Russell apresentou a sua compreensão do que é uma classe e o que a distingue de uma simples coleção. A principal discussão girou em torno de qual é a natureza lógica da unidade de uma classe. Segundo Russell,

a unidade de uma classe não pode ser meramente a identidade de conteúdo, pois “a unidade de uma classe é a unidade de um sujeito lógico, a unidade que torna cada sujeito um” (RUSSELL, 1898, p. 179, tradução nossa)<sup>105</sup>. Nesses termos, a unidade da classe é especial porque, em primeiro lugar, a torna única, de tal modo que a classe não pode ocorrer como predicado nas proposições. Em segundo lugar, a unicidade da classe é o resultado da combinação lógica de vários termos para formar um único termo. A diferença entre a classe e os seus termos é que a classe exemplifica a unidade entre a diversidade de Ser, enquanto os seus membros são simples. Em terceiro lugar, Russell colocou a classe na categoria de sujeito lógico pelo motivo de ter explicado a unidade da classe a partir do termo predicável da classe que a definiu logicamente.

A questão do predicado definidor comum foi fundamental para Russell caracterizar a unidade de uma classe e a proposição de inclusão em uma classe. De acordo com Russell, uma classe não é uma mera reunião de termos distintos, pois o que dá à classe a sua importância na lógica e na matemática é o fato de que os membros da classe são quantificados universalmente pelo termo /todos a’s/ e, assim, “tal multiplicidade é exatamente sinônima do que, na Lógica tradicional, é chamada de a extensão de um conceito” (RUSSELL, 1898, p. 185, tradução nossa)<sup>106</sup>. Dessa forma, foi principalmente a natureza lógica do termo /todos a’s/ que deu a possibilidade de Russell estabelecer a distinção entre uma classe e uma coleção comum. No seguinte trecho, pode-se ver com mais clareza essa questão:

Assim, finalmente, pareceria que uma mera coleção, definível apenas pela especificação de seus termos, teria unidade extensiva ou aditiva, no sentido de que ela poderia ser tomada como um único sujeito, e que um número poderia ser afirmado dela. Mas uma classe, que é definível sem enumeração de seus termos, e da qual é significativo dizer “Este, aquele e aquele outro são todos os termos dessa classe” não tem apenas unidade extensiva, mas também a unidade conferida pela posse exclusiva de um predicado comum. (RUSSELL, 1898, p. 184, tradução nossa)<sup>107</sup>.

Russell estava convicto de que para a formação de uma classe era necessária a ocorrência de algum predicado definidor na proposição de inclusão em uma classe. Dessa maneira, a classe poderia ser designada indeterminadamente por alguma relação lógica entre o predicado definidor e os termos da classe. Contudo, percebe-se que a análise de Russell desse

---

<sup>105</sup> No original: “The unity of a class is the unity of a logical subject, the unity which makes every subject one”.

<sup>106</sup> No original: “Such a manifold is exactly synonymous with what, in traditional Logic, is called the extension of a concept”.

<sup>107</sup> No original: “Thus finally, it would seem that a mere assemblage, definable only by specifying its terms, has extensive or additive unity, in the sense that it may be taken as a single subject, and that a number may be asserted of it. But a class, which is definable without enumeration of its terms, and of which it is significant to say ‘This, that and the other are all the terms of this class’ has not only extensive unity, but also the unity conferred by exclusive possession of a common predicate”.

predicado definidor estava em um estágio imaturo, uma vez que não houve a preocupação em se classificar com rigor os demais termos característicos definidores de classes. Se por um lado, Russell deu um passo importante ao identificar uma classe de termos, chamada de “conteúdo”, específica para a formação de classes, por outro lado, no capítulo “A Classe”, a análise ficou centralizada no significado do termo /todos a’s/, ou seja, todos os termos de *a* considerados conjuntamente. Assim, conforme a citação acima, pode-se citar como exemplo /Humanos são todos os termos da classe animal racional/.

Russell ignorou e/ou não estava pronto para analisar os outros termos formadores de classes que ele próprio havia citado antes no capítulo “Sujeito e Predicado”. Nesse capítulo, ele disse: “conteúdos desse tipo são usados nos juízos que excluimos no início desta discussão, como ‘Sócrates é um homem’, ‘3 é um número’” (RUSSELL, 1898, p. 177, tradução nossa)<sup>108</sup>. Deve-se destacar que Russell, em nenhum lugar de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, identificou esses “conteúdos” com a noção lógica de denotar, e não há qualquer sinal de reconhecimento da importância do termo /o/ para a formação da classe unitária. Sendo assim, somente em *The Principles of Mathematics*, Russell foi capaz de fazer uma análise exaustiva do que viria a classificar de conceito-classe, conceitos de classe ou conceitos denotativos. Essas noções são analisadas na seção terciária 2.2.4. De qualquer forma, deve-se ficar registrado que as primeiras reflexões de Russell sobre os conceitos denotativos ocorreram em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Por fim, a análise das proposições de inclusão em uma classe mostrou que a relação entre os constituintes dessa proposição foi reduzida à protorrelação de unidade de uma classe.

É relevante analisar a noção de coleção porque dela se originou a nona classe de proposições: as proposições existenciais do número cardinal. O ponto central da explicação da noção de coleção é a possibilidade de distintos termos poderem ser reunidos arbitrariamente sem a presença do termo definidor /todos a’s/. A ausência do quantificador não impede, no entanto, que os diversos termos possuam algum ponto conceitual comum típico da protorrelação de identidade de conteúdo, uma vez que a coleção foi definida a partir da enumeração dos seus termos. Nesse caso, o elo em comum é a asserção de um número cardinal. No livro I, no capítulo “A Classe”, Russell exemplificou essa situação: “assim, um bule e o número 3, ou coisidade e o homem na lua, formam, cada um, uma única coleção. Podemos dizer, de cada coleção, que ela consiste em dois termos, e a afirmação de um número por si só é suficiente para mostrar que

---

<sup>108</sup> No original: “Contents of this kind are used in the judgments which we excluded at the beginning of this discussion, as ‘Socrates is a man’, ‘3 is a number’”.

nossa coleção tem uma unidade genuína” (RUSSELL, 1898, p. 180, tradução nossa)<sup>109</sup>. Porém, no livro II, no capítulo “Juízos existenciais de Número”, Russell reviu a sua posição inicial e admitiu que as classes também são essenciais para a numeração, dado que na proposição /Três são todos os homens naquele lugar/, o termo definidor da classe é /todos os homens naquele lugar/ e, claramente, a asserção da existência do número está ligada àquele termo.

A concepção de número que Russell apresentou, em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, foi bastante diferente da apresentada na época em que trabalhou na dialética das ciências. A teoria *ratio* do número ainda estava presente em 1898, e ela foi útil para explicar como os números cardinais se aplicam às classes e coleções.

Assim, o número, se pode ser considerado um adjetivo, é um adjetivo pertencente à extensão do conceito. Ele fornece uma série de qualidades, a saber, os números naturais, com os quais as extensões dos conceitos podem concordar ou diferir de maneira totalmente independente dos conceitos que são. Essas qualidades podem ser consideradas como a expressão de uma relação entre a única instância do conceito – a unidade – e toda a coleção de instâncias. Nesse sentido, o número se aproxima da *ratio*. (RUSSELL, 1898, p. 197, tradução nossa)<sup>110</sup>.

Os números, em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, não foram mais explicados como abstrações criadas pela mente utilizadas para contar e para medir, pois, segundo Russell, “os números não são qualidades abstraídas dos sentidos, como vermelho ou quente, mas são basicamente conceitos puros” (RUSSELL, 1898, p. 200, tradução nossa)<sup>111</sup>. Essa nova concepção de número definiu os números cardinais como significados logicamente independentes e, por conta disso, Russell concebeu os números como adjetivos da extensão das classes e/ou coleções. Sendo assim, assumida a concepção de significado logicamente puro, os números pertencem ao tipo dos conceitos da categoria pura e possuem Ser fora do espaço e do tempo. Portanto, na proposição existencial do número cardinal, as relações entre os constituintes dessas proposições podem ser reduzidas à protorrelação de identidade de conteúdo.

Como se viu na citação acima, Russell considerou que, na teoria *ratio*, os números

---

<sup>109</sup> No original: “Thus a teapot and the number 3, or thinghood and the man in the moon, form each a single collection. We may say, of each collection, that it consists of two terms, and the assertion of a number is alone sufficient to show that our collection has a genuine unity”.

<sup>110</sup> No original: “Thus number, if it can be regarded as an adjective, is an adjective belonging to the extension of concept. It gives a series of qualities, namely the natural numbers, as to which the extensions of concepts may agree or differ quite independently of the concepts they are. These qualities may be regarded as expressing a relation between the single instance of the concept – the unity – and the whole collection of instances. In this sense number approximates to *ratio*”.

<sup>111</sup> No original: “Numbers are not qualities abstracted from sense, like red or hot, but are primarily pure conceptions”.



cardinais sempre expressam uma relação entre as unidades e o todo da classe ou da coleção da qual o número é afirmado. Nesse aspecto, as noções de unidade e de todo poderiam ser compreendidas como pré-requisitos para a asserção do número. Todavia, como os números são logicamente independentes, Russell afirmou que essas duas noções “não são pré-requisitos para a ideia de número ou de números; essas ideias são fundamentais e simples, incapazes de análise ou derivação e não envolvem quaisquer pré-requisitos” (RUSSELL, 1898, p. 196, tradução nossa)<sup>112</sup>. Porém, esse tratamento do número não conseguiu evitar o problema oriundo da teoria *ratio*, isto é, a arbitrariedade da unidade, que surgiu da aplicação do número como um adjetivo da classe ou da coleção, de acordo com a relação descrita entre o todo e as partes. Russell discutiu esse problema no livro II de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, especialmente nos capítulos “Conexões necessárias entre inteiros cardinais” e “*Ratio*”, juntamente com a apresentação da décima classe de proposições: as proposições de conexões necessárias entre números.

As proposições de conexões necessárias entre números são as proposições que expressam as operações da aritmética e nas quais os números são relacionados entre si. Primeiramente, Russell ressaltou que sendo os números significados puros logicamente independentes, isso por si só explica como essas proposições “podem ser totalmente independentes da natureza das coisas e podem ser juízos necessários, no sentido de que conectam significados independentes da existência e não são susceptíveis de serem verificadas ou falsificadas por evidências empíricas” (RUSSELL, 1898, p. 200, tradução nossa)<sup>113</sup>. Nesse aspecto, em proposições como  $1 + 3 = 4$  e  $2 \times 3 = 6$ , “o signo da igualdade não deve ser entendido como expressão de identidade absoluta, mas sim, visto que se trata de puros conteúdos, como expressão de conexões necessárias de conteúdos” (RUSSELL, 1898, p. 200, tradução nossa)<sup>114</sup>. Por conta disso, a relação entre os conceitos da categoria pura e os constituintes da proposição pode ser reduzida a uma protorrelação de unidade de conteúdo.

Uma das consequências da teoria da *ratio* é que a noção pura de número transformou cada número particular em um conteúdo absolutamente único e não analisável em suas partes. Contudo, nas proposições necessárias da aritmética, os números sofrem operações como adições, divisões etc. Então, como explicar que  $2$ , indivisível enquanto conteúdo puro, possui

---

<sup>112</sup> No original: “Are not prerequisites for the idea of number or of numbers; these ideas are fundamental and simple, incapable of analysis or derivation, and not involving any prerequisites whatever”.

<sup>113</sup> No original: “Can be wholly independent of the nature of things, and can be necessary judgments, in the sense that they connect meanings independent of existence and are not liable to be either verified or falsified by empirical evidence”.

<sup>114</sup> No original: “The sign of equality must not be taken as expressing absolute identity, but rather, since it is pure contents which are dealt with, as expressing necessary connexions of contents”.

uma conexão necessária com  $1 + 1$ ? Como compatibilizar essas condições excludentes? A necessidade de explicar as operações da aritmética levou Russell a adotar uma estratégia que o afastou da sua primeira apresentação das proposições de conexões necessárias entre números. Russell levou em conta as proposições existenciais dos números nas quais estes são adjetivos predicáveis de classes ou de coleções. Sendo que as classes ou as coleções são formadas por termos considerados unidades, então, Russell entendeu que era razoável afirmar que são sempre as unidades, e nunca os números predicáveis dessas unidades, que se envolvem nas operações da aritmética. Russell usou como exemplo a adição:

Tome, por exemplo,  $2 + 3 = 5$ . Se adicionarmos o termo que possui a propriedade 2 ao termo que possui a propriedade 3, devemos apenas obter dois termos. Devemos dividir os termos em suas respectivas unidades e substituir  $1 + 1$  por 2,  $1 + 1 + 1$  por 3. Devemos então combinar todas as unidades assim obtidas para formar um novo sujeito que possui a propriedade 5. De modo geral, não são números, mas os termos enumerados que são adicionados. (RUSSELL, 1898, p. 204, tradução nossa)<sup>115</sup>.

De acordo com a primeira explicação de Russell, o sinal de igualdade deveria expressar a conexão necessária entre a adição dos adjetivos  $/2/$  e  $/3/$  com o proveniente adjetivo  $/5/$ , independentemente de quaisquer condições existenciais. Todavia, na citação acima, Russell remeteu a fundamentação da operação aritmética ao desmembramento da classe ou coleção em suas unidades e, muito estranhamente, condicionou a combinação entre os diversos termos a alguma relação “desenvolvida plenamente no espaço e no tempo, segundo a qual, se houver uma relação entre dois termos, podemos combiná-los para formar um único termo do qual a relação é um adjetivo” (RUSSELL, 1898, p. 202, tradução nossa)<sup>116</sup>. De fato, não é claro porque Russell fez essa afirmação, pois classes e coleções podem ser formadas tanto por conceitos da categoria pura quanto por conceitos da intuição ou conceitos empíricos. Talvez a explicação esteja no fato de que *An Analysis of Mathematical Reasoning* é um texto de transição no pensamento de Russell, e esse ponto de vista pode demonstrar alguma resistência em abandonar completamente a epistemologia de Kant. No entanto, apesar da incompatibilidade das afirmações, do que sobreviveu do texto, não é possível saber como Russell adequaria a universalidade das proposições da aritmética com a dependência aos termos existentes.

Outra consequência da teoria *ratio* foi a descoberta de Russell de que a sua noção de

---

<sup>115</sup> No original: “Take, for example,  $2+3=5$ . If we added the term which has the property 2 to the term which has the property 3, we should merely get two terms. We must break up the terms into their respective units, and substitute  $1+1$  for 2,  $1+1+1$  for 3. We must then combine all the units so obtained, to form a new subject which has the property 5. Generally speaking, it is not numbers, but the terms numbered, which are added”.

<sup>116</sup> No original: “Developed fully in space and time, according to which, if there is a relation between two terms, we may combine them to form a single term of which the relation is an adjective”.

número seria um grave empecilho para a sua teoria das relações internas. Russell esperava que todas as relações fossem eliminadas em favor dos adjetivos intrínsecos dos termos, mas devido à arbitrariedade da unidade, a noção de número necessariamente envolvia uma relação entre o todo da classe e as suas unidades. A origem do problema estava na arbitrariedade da unidade, pois o todo da classe pode legitimamente ser considerado uma unidade, assim como cada unidade que o compõe, e de acordo com a teoria *ratio*, o número expressa uma relação entre quaisquer unidades. Russell analisou um exemplo oriundo da operação aritmética da multiplicação expressada na proposição /uma libra é 20 vezes um xelim/. Nesse caso, ele percebeu que /20/ expressa uma relação referente às duas unidades, o todo e a parte, e essa relação afeta a natureza dos adjetivos de cada uma dessas duas unidades.

Temos aqui três coisas a considerar, a saber, a própria relação e os adjetivos que ela confere a cada um dos termos. A própria relação pode ser expressa ao dizer que se o xelim é 1, a libra é 20 ou, simbolicamente, a relação é 1:20 ou 20:1. A relação é de um tipo que permeia toda a Matemática, ou seja, ela não pode ser inferida de quaisquer adjetivos intrínsecos dos termos entre os quais se mantém, e ela confere aos termos adjetivos que diferem uns dos outros e só podem ser expressos, para qualquer um dos termos, por referência ao outro termo. (RUSSELL, 1898, p. 207, tradução nossa)<sup>117</sup>.

A primeira coisa a ser ressaltada é: a natureza da relação envolvida não tornou a *ratio* arbitrária. A *ratio* permaneceu inalterada, o que é arbitrário são os adjetivos que se escolhe para expressar a proporção entre o todo e a parte, considerados como autênticas unidades. Por exemplo, a *ratio* é a mesma independentemente se a expresso simbolicamente por /1:20/ ou /20:1/. O que se alterou foi a ordem dos termos, pois, no primeiro símbolo, expressou-se a proporção do xelim para a libra e, no segundo símbolo, expressou-se a proporção da libra para o xelim. O segundo destaque é: essa relação dificilmente pode ser eliminada em prol das protorrelações, pois a relação envolvida implica em adjetivos externos para cada uma das unidades. Esse foi o primeiro desafio que Russell encontrou para a sua teoria das relações internas. A proposição /uma libra é 20 vezes um xelim/ expressa uma relação na qual o adjetivo atribuído ao xelim faz referência externa à libra e vice-versa, ou seja, o adjetivo conferido à libra é que ela é /20 vezes o xelim/, e o adjetivo conferido ao xelim é que ele é /1/20 da libra/. Com isso, de acordo com o ponto de vista de Russell sobre as condições para se eliminar

---

<sup>117</sup> No original: “We have here three things to consider, namely the relation itself, and the adjectives which it confers on each of the terms. The relation itself may be expressed by saying, that if the shilling is 1, the pound is 20, or symbolically, the relation is 1:20 or 20:1. The relation is of a type which pervades all Mathematics, namely it cannot be inferred from any intrinsic adjectives of the terms between which it holds, and it confers on the terms, adjectives which differ from each other, and can only be expressed, for either term, by reference to the other term. Thus, the adjective conferred on the sovereign is that it is 20 times the shilling; that conferred on the shilling is that it is 1/20th of the pound”.

relações, nesse caso, a eliminação estava bloqueada. Russell percebeu esse contraexemplo à sua teoria das relações internas no final do livro II de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, mas não analisou a fundo o problema a ponto de declarar a contradição da relatividade. A sua análise pormenorizada a respeito das relações ocorreu somente no livro III, quando Russell analisou a décima primeira classe de proposições.

É frustrante o fato de que os capítulos do livro III, no qual Russell declarou a contradição da relatividade em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, tenham sobrevivido de forma incompleta. As principais seções são o capítulo I, “A transição do número para a quantidade”, e o capítulo II, “Igualdade e Desigualdade”. Nesses dois capítulos, Russell completou a sua taxonomia das proposições. A última classe de proposições analisadas foram as que expressam quantidade; proposições tais: /A é maior que B/, /A é igual a B/, /A é o dobro que B/ etc. Russell caracterizou a noção de quantidade de maneira essencialmente relacional e pressuposta pela teoria *ratio* do número. Contudo isso não significou que quantidade fosse derivada do número, pois ambos foram classificados como termos independentes da categoria pura. Com o desenrolar da análise, Russell descobriu propriedades intrínsecas no conceito de quantidade que, uma vez relacionadas aos números, significaram um enorme problema para a sua teoria das relações internas. Segundo Russell:

Veremos que a quantidade é totalmente caracterizada pelas duas relações de igualdade e desigualdade, com os adjetivos correlatos, pertencentes à última, de maior e menor. [...]. Todas as contradições devidas à relatividade serão consideradas, como acontece com todas as concepções matemáticas, inevitáveis. (RUSSELL, 1898, p. 214, tradução nossa)<sup>118</sup>.

O que levou Russell a essa afirmação foi a conexão necessária entre a teoria *ratio* e o conceito de quantidade aplicado aos termos de uma classe. Em uma classe qualquer de termos numericamente comparáveis entre si, cada termo em si próprio possui uma *ratio* específica com a unidade arbitrária da classe, que simbolicamente é representada por 1:1. Levando-se em conta o pluralismo e o realismo de termos de Russell, sabe-se que cada termo possuía a propriedade intrínseca de ser uma entidade única e irreduzível e, por isso, todos os termos são conceitualmente iguais. Entretanto, considerando as *ratios* entre as quantidades numéricas dos termos dessa classe, vê-se que os termos possuem uma diferença em virtude da qual eles têm números diferentes. Devido à essa relatividade, Russell voltou a usar aquela explicação

---

<sup>118</sup> No original: “We shall find that quantity is wholly characterized by the two relations of equality and inequality, with the correlated adjectives, belonging to the latter, of greater and less. [...]. All the contradictions due to relativity will be found, as with all mathematical conceptions, to be unavoidable”.

envolvendo o problema da contradição da diferença entre dois termos, sem uma diferença nas concepções aplicáveis a eles. Aparentemente, não há contradição em se afirmar que dois termos de uma classe são idênticos em seus adjetivos intrínsecos, mas diferem segundo às suas relações. O que tornou o problema uma contradição foi a teoria das relações internas de Russell, pois o princípio basilar dessa teoria era de que os termos deveriam ser diferenciados somente pelos seus adjetivos intrínsecos, e não por suas relações. Ao longo da dialética das ciências, todas as contradições encontradas se originaram dessa mesma fonte de relatividade. Assim, não à toa, Russell, em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, reuniu e representou todas as contradições anteriores no formato único da contradição da relatividade.

A teoria das relações internas de Russell foi bem-sucedida até esse ponto. Até aqui, Russell conseguiu eliminar as relações aplicando protorrelações para conectar os adjetivos intrínsecos dos termos segundo as noções lógicas fundamentais de unidade, diversidade e identidade. A verdade é que Russell não tinha outro critério que não fosse baseado nas propriedades intrínsecas de cada termo. Pode-se constatar esse fato com a seguinte classificação de Russell da quantidade como uma propriedade intrínseca: “a propriedade  $x$  é uma propriedade intrínseca da unidade, cuja posse comum por dois termos torna esses termos *iguais*. Dois termos que diferem quanto à propriedade  $x$  são *desiguais*; além disso, aquele que tem o maior número é *maior*, o outro é *menor*” (RUSSELL, 1898, p. 214, tradução nossa)<sup>119</sup>. Porém, Russell encontrou nas proposições que expressam quantidade relações que impediam a aplicação das protorrelações, tendo em vista que os adjetivos delegados aos termos faziam referência externa ao outro termo da relação. Ao considerar a *ratio* numérica entre os termos /A/ e /B/ de uma classe, Russell compreendeu que a concepção de diferença quantitativa entre esses termos não era um adjetivo intrínseco nem de /A/ e nem de /B/. Portanto, não existia uma diferença de concepção conceitual intrínseca entre /A/ e /B/. No entanto, ainda havia uma concepção de diferença quantitativa entre /A/ e /B/, mesmo que essa diferença fosse fundamentada em adjetivos extrínsecos aos termos. Essa foi a razão para Russell ter declarado a contradição da relatividade: a existência de uma concepção (extrínseca) de diferença sem haver uma diferença de concepção (intrínseca) entre os termos. Detectado o problema, Russell elaborou uma nova classificação das relações, na qual explorou as características das duas relações primordiais da quantidade, isto é, as relações de igualdade e desigualdade.

Pode-se encontrar as primeiras reflexões de Russell a respeito das propriedades formais

---

<sup>119</sup> No original: “The property  $x$  is an intrinsic property of the unity, whose common possession by two terms makes these terms *equal*. Two terms which differs as to the property  $x$  are *unequal*; moreover, the one which has the higher number is *greater*, the other is *less*”.

das relações em dois lugares de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. O primeiro trecho faz parte do livro I, no capítulo V, “The Logical Calculus”:

O que todos os casos de equivalência têm em comum é principalmente a marca de uma relação *simétrica*, a saber, os dois axiomas: se  $A = B$ , então  $B = A$ ; se  $A = B$  e  $B = C$ , então  $A = C$ . Esses dois juntos nos permitem provar que  $A = A$ . Pois seja  $A = B$ , portanto  $B = A$ ; portanto,  $A = B$  e  $B = A$ , portanto  $A = A$ . As relações que atendem a essas condições serão chamadas de simétricas; todas as outras relações serão chamadas de assimétricas. (RUSSELL, 1898, p. 191, tradução nossa)<sup>120</sup>.

O segundo trecho faz parte do livro III, no capítulo II, “Equality and Inequality”:

Pois a igualdade é uma relação simétrica e se mantém, como essas relações devem, entre quaisquer dois termos assim relacionados a um terceiro termo. Assim, se  $A = B$ , então  $B = A$ ; se  $A = B$  e  $B = C$ , então  $A = C$ . Destes, segue-se que  $A = A$ : para  $A = B$ , portanto  $B = A$ .  $A = B$ ,  $B = A$ , portanto,  $A = A$ . Assim, a relação de igualdade tem todas as propriedades daquelas relações que surgem da identidade de conteúdo. [...]. Mas uma consideração da desigualdade mostrará que essa visão é falaciosa. (RUSSELL, 1898, p. 223, tradução nossa)<sup>121</sup>.

Essas duas classificações das relações mostram que Russell identificou corretamente e tomou como axiomas as duas propriedades de simetria e transitividade, o que lhe permitiu provar a propriedade reflexiva das relações. Contudo, Russell enganou-se ao ter definido a relação de equivalência como uma relação simétrica, pois segundo a classificação atual das relações, a simetria é apenas uma das três propriedades da relação de equivalência. É claro que se tratou de duas classificações imaturas de Russell, porque para ele as relações se dividiam em simétricas, as que envolviam a igualdade, e assimétricas, as que se referiam à desigualdade. Todavia, essa classificação das relações significou um grande passo para Russell, pois o permitiu identificar a classe específica de relações que, juntamente com a sua teoria das relações internas, era a fonte da contradição da relatividade. A análise principal de Russell sobre as relações está contida no capítulo “Equality and Inequality”, cuja maior parte está perdida. Mas, do pouco que sobreviveu do manuscrito, pode-se ver um aprofundamento das duas reflexões acima, pois Russell evoluiu para uma classificação em quatro classes de relações<sup>122</sup>:

<sup>120</sup> No original: “What all cases of equivalence have in common, is mainly the mark of a *symmetrical* relation, namely, the two axioms: if  $A=B$ , then  $B=A$ ; if  $A=B$ , and  $B=C$ , then  $A=C$ . These two together allow us to prove that  $A=A$ . For let  $A=B$ , therefore  $B=A$ ; thus  $A=B$  and  $B=A$ , therefore  $A=A$ . Relations which fulfil these conditions will be called symmetrical; all other relations will be called asymmetrical”.

<sup>121</sup> No original: “For equality is a symmetrical relation, and holds, as such relations must, between any two terms so related to a third term. Thus, if  $A=B$ , then  $B=A$ ; if  $A=B$ , and  $B=C$ , then  $A=C$ . From these it follows that  $A=A$ : for  $A=B$ , therefore  $B=A$ .  $A=B$ ,  $B=A$  therefore  $A=A$ . Thus, the relation of equality has all the properties of those relations which arise from identity of content. [...]. But a consideration of inequality will show that this view is fallacious”.

<sup>122</sup> Essa classificação se encontra nas págs. 223-24 de *An Analysis of Mathematical Reasoning*.

- 1°. relação de Identidade de Conteúdo: a relação é inferida dos adjetivos idênticos dos termos;
- 2°. relação de Diferença de Conteúdo: a relação é inferida dos adjetivos diferentes dos termos;
- 3°. relação de Igualdade: adjetivos iguais para cada termo são inferidos da relação;
- 4°. relação de Desigualdade: adjetivos diferentes para cada termo são inferidos da relação.

Levando-se em conta o texto que sobreviveu e a completa ausência de exemplos da parte de Russell, não é possível afirmar qual foi o raciocínio que o levou a essa classificação. Mas, analisando-se as características semânticas das quatro classes, nota-se que o critério da distinção foi o princípio basilar no qual se deve distinguir as relações de acordo com o adjetivo de qualquer termo poder ou não ser expresso sem referência ao outro termo. Por isso, Russell fez a importante separação entre as relações de adjetivos, a primeira e a segunda classes, e os adjetivos de relações, a terceira e a quarta classes. Não é difícil perceber que a primeira e a segunda classes não são as responsáveis pela contradição da relatividade, pois nesses casos os adjetivos dos termos são intrínsecos e logicamente anteriores à relação. Essas duas classes de relações se ajustavam perfeitamente à teoria das relações internas de Russell, visto que a identidade e a diferença de conteúdos eram protorrelações. Logo, não é de se estranhar que Russell tenha dado importância a essas duas classes em razão de os dois adjetivos serem considerados como o fundamento da relação, e isso explica a declaração: “ora, esta análise deve, sem dúvida, aplicar-se a todas as relações: todas devem ser relações de adjetivos” (RUSSELL, 1898, p. 224, tradução nossa)<sup>123</sup>. Em outras palavras, a contradição da relatividade não se originou da primeira classe porque os adjetivos são idênticos em ambos os termos e, dessa maneira, não se tinha nem a concepção de diferença e nem a diferença de concepção. Na segunda classe, apesar dos adjetivos serem diferentes em ambos os termos, eles continuam sendo intrínsecos e, novamente, a contradição da relatividade foi bloqueada porque temos tanto uma concepção de diferença quanto uma diferença de concepção.

A terceira e a quarta classe de relações são aquelas oriundas das proposições que expressam quantidade, isto é, a terceira classe são as relações simétricas e transitivas, e a quarta classe são as relações assimétricas. O fato de Russell tê-las classificado como adjetivos de relação significou que a relação é logicamente anterior aos adjetivos, e isso, pelo ponto de vista

---

<sup>123</sup> No original: “Now this analysis ought, no doubt, to apply to all relations: they ought all to be relations of adjectives”.

de Russell, queria dizer que os adjetivos envolvidos são extrínsecos porque cada um faz referência ao outro termo da relação. Essa característica formal pode ser facilmente inferida da terceira classe, uma vez que Russell deixou explícito que a igualdade é uma relação simétrica e transitiva, e necessariamente nenhuma relação transitiva pode conferir adjetivos intrínsecos aos seus termos. Ainda assim, “relações como igualdade ou simultaneidade, que atribuem o mesmo adjetivo a ambos os termos, não parecem envolver essa dificuldade, pois não temos aqui uma concepção de diferença, mas de identidade” (RUSSELL, 1898, p. 225, tradução nossa)<sup>124</sup>. Portanto, a contradição da relatividade também não se originou da terceira classe de relações, pois de acordo com a citação anterior, a relação de igualdade possui as propriedades da identidade de conteúdo, posto que os adjetivos dos termos da relação são iguais.

A questão é completamente diferente da quarta classe de relações de desigualdade. Para provar que a contradição da relatividade é sempre possível com as relações assimétricas, Russell primeiro citou o exemplo da relação de causalidade entre dois termos existentes. Os adjetivos envolvidos na relação de causalidade são diferentes para cada existente, pois um é a causa, e o outro é o efeito. Mas /ser uma causa/ ou /ser um efeito/ não são propriedades intrínsecas de qualquer termo, uma vez que esses dois adjetivos da relação são inferidos, necessariamente, da relação de causalidade e, somente em função dela, os termos relacionados são diferenciados. Dessa forma, os termos não são distintos por quaisquer propriedades intrínsecas nas quais diferem, mas dependem logicamente da relação. Outro exemplo seriam as relações entre os termos existentes que ocupam posições diferentes no espaço e no tempo. Da relação /A está à esquerda de B/, pode-se inferir imediatamente que o termo /B está à direita de A/. Porém fora da relação, /A/ e /B/, enquanto termos, não diferem em nada nas concepções intrínsecas aplicáveis a eles. Logo, a relação de causalidade e a relação entre posições no espaço e no tempo fornecem uma concepção de diferença; a diferença entre os adjetivos de /causa/ e de /efeito/ ou a diferença entre os adjetivos /de estar à esquerda/ e /de estar à direita/, sem conferir, separado da relação, qualquer diferença de concepção. Russell explicou que a contradição da relatividade é encontrada na matemática através da distinção dos sinais dos termos.

Supõe-se que temos aqui dois termos A e B com uma relação R que os transforma em  $A\beta$  e  $B\alpha$ .  $\beta$  é um adjetivo que faz referência a B e  $\alpha$ , similarmente, faz referência a A. Nenhum dos dois pode ser expresso sem essa referência, e  $\alpha$  e  $\beta$  diferem em conteúdo. Mas A e B, considerados sem referência à relação R, não têm diferenças de concepção correspondentes às diferenças  $\alpha$ ,  $\beta$ . Ou  $\alpha$  ou  $\beta$  isoladamente, porém, podem ser considerados como expressão de uma diferença entre A e B:  $\beta$ , de fato, dá a A o adjetivo de diferir de B de uma certa maneira, e  $\alpha$  expressa a mesma diferença com B.

<sup>124</sup> No original: “Such relations as equality or simultaneity, which confer the same adjective on both terms, do not seem to involve this difficulty, for we have not here a conception of difference, but of identity”.



Temos, portanto, uma diferença entre A e B, a saber, aquela expressa por  $\alpha$  ou  $\beta$ , mas não temos um ponto correspondente de diferença. (RUSSELL, 1898, p. 225, tradução nossa)<sup>125</sup>.

O trabalho de Russell em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, para explicar a contradição da relatividade, não significou o seu abandono do idealismo, mas, sem dúvida, foi um passo necessário para esse acontecimento. A partir da explicação acima, pode-se crer que a questão para Russell ficou entre decidir ou abandonar a sua teoria das relações internas, ou tentar elaborar uma filosofia da matemática sem envolver as relações assimétricas, tendo em vista que ambas tomadas conjuntamente eram contraditórias. Do que sobreviveu de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, é correto afirmar que a teoria das relações internas permaneceu intacta até as últimas páginas desse manuscrito. O capítulo “Equality and Inequality” terminou com a afirmação de que a contradição da relatividade pertencia a todas as relações assimétricas, e as “relações desse tipo permeiam quase toda a Matemática, uma vez que estão envolvidas no número, na ordem, na quantidade e no espaço e no tempo. A importância fundamental dessa contradição para a Matemática é, assim, imediatamente provada e explicada” (RUSSELL, 1898, p. 226, tradução nossa)<sup>126</sup>. Apesar de o restante desse capítulo não ter sobrevivido, esse trecho mostra o caminho que Russell iria tomar, pois a análise das relações assimétricas elevou a sua filosofia da matemática a outro patamar porque o fez perceber que não seria possível desenvolver uma forte filosofia da matemática sem essas relações.

---

<sup>125</sup> No original: “We are supposed here to have two terms A and B with a relation R which transforms them into  $A\beta$  and  $B\alpha$ .  $\beta$  is an adjective which has a reference to B, and  $\alpha$  similarly has a reference to A. Neither can be expressed without this reference, and  $\alpha$  and  $\beta$  differ in content. But A and B, considered without reference to the relation R, have no differences of conception corresponding to the differences  $\alpha$ ,  $\beta$ . Either  $\alpha$  or  $\beta$  alone may, however, be considered as expressing a difference between A and B:  $\beta$ , in fact, gives to A the adjective of differing from B in a certain manner, and  $\alpha$  express the same difference with B as starting-point. We have thus a difference between A and B, namely that expressed by either  $\alpha$  or  $\beta$ , but we have no corresponding point of difference”. Russell voltou a explicar a contradição da relatividade em outros textos posteriores a *An Analysis of Mathematical Reasoning*. A primeira aparição foi no capítulo II, “Ordinal Numbers”, do manuscrito de 1899, *On the Principles of Arithmetic*. Curiosamente, Russell não citou a contradição da relatividade em outro manuscrito de 1899, *The Fundamental Ideas and Axioms of Mathematics*. No entanto, o assunto voltou à tona no capítulo III, “On Asymmetrical Relations”, de *The Principles of Mathematics – Draft of 1899-1900*. O texto desse manuscrito é o mesmo de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, porém, Russell modificou o argumento para provar por *reductio ad absurdum* a contradição da relatividade. Também se encontra a discussão sobre a contradição da relatividade no artigo “On the Notion of Order”, de 1900. Por fim, em *The Principles of Mathematics*, na parte IV, “Order”, do capítulo XXVI, “Asymmetrical Relations”, encontra-se a refutação daquilo que Russell chamou de a teoria monadista, defendida por Leibniz e Lotze, e a teoria monista, defendida por Spinoza e Bradley. Russell argumentou que essas duas teorias das relações reduzem todas as proposições à forma de sujeito e predicado e, portanto, tornam as relações assimétricas ininteligíveis, mas a contradição da relatividade é fruto particularmente da teoria monadista das relações. A conclusão de Russell, em *The Principles of Mathematics*, é que devido à importância das relações assimétricas, essas duas teorias são incapazes de fornecer uma filosofia da matemática satisfatória.

<sup>126</sup> No original: “Relations of this type pervade almost the whole of Mathematics, since they are involved in number, in order, in quantity, and in space and time. The fundamental importance of this contradiction to Mathematics is thus at once proved and accounted for”.

Quando Russell avançou para a análise dos números ordinais, um tema que ele não havia tratado antes de 1898, as relações assimétricas, tornou-se fundamental, porque são as relações transitivas assimétricas que geram ordem em uma série numérica. A reflexão sobre a noção de ordem e a distinção de sinais entre os números positivos e negativos levou Russell a compreender que os sinais simbolizam a diferença de adjetivos que inevitavelmente ocorrem nas relações assimétricas. Russell tratou sobre a diferença entre os sinais dos números no livro III de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Na primeira parte do capítulo IV, “On the Distinction of Sign”, Russell associou os sinais numéricos às quantidades extensivas:

Mas o sinal se aplica aos números apenas quando estes são considerados como expressão de quantidades e, portanto, implica a própria teoria *ratio* dos números. [...]. Mas, se considerarmos os números como somas de mais ou menos 1's, podemos transformá-los em quantidades: e as suas diferenças em relação a essa propriedade serão quantidades positivas ou negativas. (RUSSELL, 1898, pp. 218-19, tradução nossa)<sup>127</sup>.

Como a passagem sugere, Russell entendia que os sinais numéricos tinham a capacidade de simbolizar os números positivos e negativos através da combinação das noções de quantidade e de ordem. Nesse sentido, as posições dos números em uma série dependem dos sinais dos números, uma vez que a diferença desses sinais representa as quantidades positivas e as negativas. Os sinais numéricos em si, por exemplo -1 e +1, não correspondem aos números cardinais puros, tendo em vista que esses são conceitos logicamente independentes, mas traduzem a relação assimétrica implicada pelos adjetivos /menor/ e /maior/, por meio dos quais as quantidades são ordenadas. Na segunda parte do capítulo “On the Distinction of Sign”<sup>128</sup>, Russell estendeu a distinção de sinais para todas as relações assimétricas envolvidas na contradição da relatividade, por exemplo, as relações entre /leste/ e /oeste/, /direita/ e /esquerda/, /antes/ e /depois/ etc. Todas essas relações implicam uma diferença de dois sentidos, uma diferença da qual o significado é expresso na matemática pela distinção de sinais.

Pode-se sustentar que só podemos denotar nossos termos por sinais positivos e negativos quando eles são quantidades, mas devemos sustentar, penso eu, que o que é fundamental sobre a distinção de sinais não é aplicável apenas a quantidades. Pois a

<sup>127</sup> No original: “But sign applies to numbers only when these are considered as expressing quantities, and thus implies itself the ratio theory of number. [...]. But if we regard numbers as the sums of more or fewer 1's, we may transform them into quantities: and their differences in respect of this property will be positive or negative quantities”.

<sup>128</sup> O texto dessa parte do capítulo “On the Distinction of Sign” foi incluído na parte III, “Order”, do manuscrito *The Fundamental Ideas and Axioms of Mathematics*, de 1899. Depois, o texto apareceu integralmente na parte IV, “Order”, de *The Principles of Mathematics – Draft of 1899-1900*. Porém, o texto foi reescrito e encontra-se na parte IV, de mesmo nome, “Order”, do capítulo XXVII, “Difference of Sense and Difference of Sign”, de *The Principles of Mathematics*.

asserção é que o tipo de oposição que existe entre positivo e negativo é o tipo que sempre existe quando temos uma diferença que não é uma diferença de adjetivos, embora atribua-se a cada termo um adjetivo de diferença. A diferença entre os dois adjetivos de diferença é então a diferença entre positivo e negativo. (RUSSELL, 1898, pp. 226-27, tradução nossa)<sup>129</sup>.

O fundamental é que os esforços de Russell para compreender a aplicação dos sinais deu-lhe a compreensão de que a distinção dos sinais na matemática depende necessariamente das relações. Por isso, não é surpreendente que o trecho acima contenha uma paráfrase da contradição da relatividade, uma vez que os sinais não atribuem aos termos uma diferença de adjetivos intrínsecos, mas um adjetivo de diferença que só existe em função da relação. O fato a se destacar é: Russell, em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, passou a dar maior atenção às relações que ele chamou de assimétricas, mas, na verdade, tratava-se de relações transitivas assimétricas. Isso porque a propriedade essencial que conecta essas relações à matemática é que “os termos com sinal expressam relações de diferença entre termos que têm ordem” (RUSSELL, 1898, p. 230, tradução nossa)<sup>130</sup>. Como Russell explicou, na análise da contradição da relatividade, a característica principal das relações transitivas assimétricas é o fato de não ser possível eliminar a referência externa em prol de adjetivos intrínsecos dos termos e, por conseguinte, a estratégia de eliminar essas relações em prol de protorrelações havia fracassado.

*An Analysis of Mathematical Reasoning* marcou um momento singular no desenvolvimento da filosofia da matemática de Russell, pois vê-se nesse manuscrito um claro conflito entre a teoria idealista das relações internas de um lado e o pluralismo dos termos e o antipsicologismo do realismo lógico do outro. Portanto, no fim, esse conflito mostrou a Russell que a sua abordagem filosófica sobre os fundamentos da matemática exigia dele que a teoria

---

<sup>129</sup> No original: “It may be held that we can only denote our terms by positive and negative signs when they are quantities, but we must hold, I think, that what is fundamental about the distinction of signs is not only applicable to quantities. For the contention is, that the kind of opposition which exists between positive and negative is the kind which always exists where we have a difference which is not a difference of adjectives, though giving to each term an adjective of difference. The difference between the two adjectives of difference is then the difference between positive and negative”.

<sup>130</sup> No original: “The terms with sign express relations of difference between terms which have order”. Depois de 1898, à medida que Russell aprofundou o seu conhecimento na aritmetização da Análise matemática, a noção de ordem passou a estar no centro da sua filosofia da matemática. Suas pesquisas sobre os avanços da matemática moderna o fizeram abandonar o ultrapassado ponto de vista de que a matemática é a ciência das quantidades. Russell foi gradativamente entendendo a importância e a profundidade dos trabalhos de matemáticos como Weierstrass, Cantor, Dedekind e outros sobre a teoria dos números, as noções de infinito e continuidade para a filosofia da matemática. Por outro lado, em meados de 1900, Russell entrou em contato, e teve uma ótima impressão, com a lógica de Peano e sua escola. Russell ficou impressionado com o poder e o alcance da lógica na fundamentação da matemática pura, ao mesmo tempo que ficou impressionado com o alto grau de rigor que os métodos axiomáticos impunham nas demonstrações. Tudo isso levou Russell a desenvolver o instrumental lógico simbólico de Peano para outras áreas, principalmente para a lógica das relações. Para aqueles que quiserem saber mais sobre esse desenvolvimento do pensamento de Russell que antecedeu *The Principles of Mathematics*, sugere-se a leitura dos seguintes artigos: “On the Notion of Order”, de 1900, “Recent Italian Work of The Foundations of Mathematics”, de 1900 e “Recent Work on The Principles of Mathematics”, de 1901.

dos termos fosse reformulada no sentido de ampliar o pluralismo e o realismo a ponto de admitir a completa irredutibilidade e externalidade das relações.

A reformulação da teoria dos termos aconteceu logo após *An Analysis of Mathematical Reasoning* e, com ela, completou-se a revolução no pensamento de Russell. O texto que marca essa transformação é o artigo “The Classification of Relations”, de 1899. Nesse artigo, nota-se claramente que a teoria idealista das relações internas havia sido absolutamente abandonada. O próprio Russell descreveu essa reviravolta no desenvolvimento da sua filosofia em *My Philosophical Development*: “há uma divisão principal em meu trabalho filosófico: nos anos de 1899-1900, adotei a filosofia do atomismo lógico e a técnica de Peano na lógica matemática” (RUSSELL, 1959, p. 11, tradução nossa)<sup>131</sup>. A principal consequência metafísica dessa nova perspectiva filosófica foi a elaboração de uma teoria mais complexa das relações, na qual não havia mais espaço para as protorrelações porque as relações foram elevadas ao nível dos termos com o mesmo grau de realidade e irredutibilidade. Essa expansão do pluralismo dos termos e do realismo lógico foi, sem dúvida, motivada pela contradição da relatividade, mas outro fortuito acontecimento que reforçou a necessidade do rompimento com o idealismo foi o estudo de Russell sobre a filosofia de Leibniz, que o ocupou de meados de 1898 a 1900. Russell foi convidado a dar uma série de palestras sobre a filosofia de Leibniz em Cambridge, e as suas pesquisas acabaram se transformando no livro *A Critical Exposition of the Philosophy of Leibniz*, de 1900. Em relação a esse episódio, Russell fez a seguinte declaração em *My Philosophical Development*:

Percebi, pela primeira vez, a importância da questão das relações quando estava trabalhando sobre Leibniz. Descobri que livros sobre Leibniz não conseguiram deixar claro que sua metafísica era explicitamente baseada na doutrina de que toda proposição atribui um predicado a um sujeito e (o que parecia a ele quase a mesma coisa) que todo fato consiste em uma substância que possui uma propriedade. Descobri que essa mesma doutrina está subjacente aos sistemas de Spinoza, Hegel e Bradley, que, na verdade, todos desenvolveram a doutrina com mais rigor lógico do que é mostrado por Leibniz. (RUSSELL, 1959, p. 61, tradução nossa)<sup>132</sup>.

É preciso ter cautela com a afirmação de Russell de que foi o estudo de Leibniz que o mostrou a importância das relações. Isso não pode ser completamente correto, uma vez que, em

<sup>131</sup> No original: “There is one major division in my philosophical work: in the years 1899-1900 I adopted the philosophy of logical atomism and the technique of Peano in mathematical logic”.

<sup>132</sup> No original: “I first realized the importance of the question of relations when I was working on Leibniz. I found what books on Leibniz failed to make clear that his metaphysic was explicitly based upon the doctrine that every proposition, attribute a predicate to a subject and (what seemed to him almost the same thing) that every fact consists of a substance having a property. I found that this same doctrine underlies the systems of Spinoza, Hegel and Bradley, who, in fact, all developed the doctrine with more logical rigour than is shown by Leibniz”.

*An Analysis of Mathematical Reasoning*, tem-se um considerável material sobre as relações e a contradição da relatividade. Por isso, concorda-se com Griffin que “a lição mais importante que Russell parece ter aprendido com Leibniz foi que a ontologia de substância-atributo estava intimamente ligada à questão da redutibilidade das relações” (GRIFFIN, 1991, p. 342, tradução nossa)<sup>133</sup>. As críticas que Russell fez em *A Critical Exposition of the Philosophy of Leibniz* confrontaram a filosofia de Leibniz em diversas frentes e não se tratará delas aqui<sup>134</sup>. No entanto, vale destacar que Griffin tem razão no seu ponto de vista porque Leibniz defendeu uma metafísica monadista da substância e, de alguma forma, comprometeu-se com a redução das proposições à forma de sujeito e predicado. A compreensão de Russell de que Leibniz aderiu à visão tradicional do juízo como sujeito e predicado não é sem evidência. Galaugher mostra que, em uma carta datada de 14 de julho de 1686, Leibniz afirmara a Arnauld: “em toda proposição verdadeira afirmativa, necessária ou contingente, universal ou singular, o conceito do predicado está incluído no do sujeito, *praedicatum inest subject*” (LEIBNIZ, apud GALAUGHER, 2013, p. 44, tradução nossa)<sup>135</sup>. Portanto, Russell pode ter inferido dessa afirmação de Leibniz que este endossava a visão de que todas as proposições são, em última análise, da forma sujeito e predicado. Sendo assim, uma vez que Russell encontrara inconsistências lógicas na filosofia de Leibniz, isso também reforçou a necessidade de abandonar o idealismo e admitir a realidade das relações. Na conclusão do artigo “The Classification of Relations”, Russell justificou a sua insatisfação com as teorias metafísicas tradicionais (a tradição que ele próprio fez parte enquanto foi um idealista britânico) por justamente esses filósofos não terem elaborado uma teoria lógica das relações que fosse capaz de explicar a realidade de forma rigorosa, sem perder o elo vital com a metafísica. Nessa passagem, Russell disse:

Quando se considera que quase toda a Metafísica sistemática, até agora, utilizou ou a Substância ou o Absoluto, e que qualquer um, quando tomado como conceito fundamental da Metafísica, implica a primazia de sujeito e predicado entre as formas de proposições, torna-se evidente o quão profunda é a dependência da Metafísica da Lógica e quanto aquela deve ser reformulada se uma doutrina mais complexa das relações for admitida. (RUSSELL, 1899, p. 146, tradução nossa)<sup>136</sup>.

---

<sup>133</sup> No original: “The most important lesson Russell seems to have learnt from Leibniz was that the substance-attribute ontology was closely linked with the question of the reducibility of relations”.

<sup>134</sup> Àqueles que quiserem conhecer os detalhes da análise que Russell fez a respeito da filosofia de Leibniz, sugere-se as leituras de Galaugher (2013) e de Hylton (1990).

<sup>135</sup> No original: “In every affirmative true proposition, necessary or contingent, universal or singular, the concept of the predicate is included in that of the subject, *praedicatum inest subject*”.

<sup>136</sup> No original: “When it is considered that almost all systematic Metaphysics, hitherto, has used either Substance or the Absolute, and that either, when taken as the fundamental concept of Metaphysics, implies the preeminence of subject and predicate among forms of propositions, it becomes evident how far-reaching and profound is the dependence of Metaphysics upon Logic, and how much must be reformed if a more complex doctrine of relations be admitted”.

Esse trecho é interessante, pois entende-se que Russell conseguiu expressar com mais clareza o ponto de vista de que a lógica matemática não é simplesmente um recurso técnico. Ao contrário, uma vez que os resultados da lógica matemática possuem implicações filosóficas profundas, por exemplo, a negação das teorias metafísicas que defendem a ontologia de substância e atributo e/ou de teorias que defendem a redutibilidade das relações. O principal desse trecho, no entanto, é que Russell começou a expressar com convicção a tese, fortemente presente em *The Principles of Mathematics*, de que a lógica e a metafísica são essencialmente interligadas, considerando-se que os avanços técnicos nas áreas da lógica e da matemática são relevantes para a solução de problemas filosóficos.

“The Classification of Relations” contém uma classificação formal de quatro classes de relações. Nitidamente essa classificação das relações teve como base aquela apresentada em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, pois, exceto o fato de excluir a propriedade reflexiva das relações, Russell manteve os dois axiomas da simetria e da transitividade, que possibilitaram a ele, anteriormente, distinguir as relações de igualdade e de desigualdade. Porém, há diferenças interessantes tanto no que diz respeito à técnica para simbolizar as relações quanto à classificação formal das propriedades das relações, visto que a classificação foi além da dupla simétrica e assimétrica<sup>137</sup>. Apesar de ser um trecho longo, vale a pena citá-lo integralmente:

---

<sup>137</sup> Primeiramente, Russell apresentou uma nova classificação das relações na nota XVII, “Notes for ‘The A Priori Concepts of Mathematics’”, de “Various Notes on Mathematical Philosophy”, de 1896-1898. Essa classificação lhe serviu de base para a classificação posterior das relações apresentada em “The Classification of Relations”. É importante perceber que, nessa nota, Russell já afirmara a irredutibilidade das relações: “As relações são de quatro tipos, conforme satisfazem um, ambos ou nenhum dos seguintes axiomas: (a) Se  $A \wedge B$ ,  $B \wedge A$ ; (b) Se  $A \wedge B$ , e  $B \wedge C$ , então  $A \wedge C$ . Aquelas que satisfazem o primeiro axioma, eu chamo de *recíprocas*; aquelas que satisfazem o segundo, eu chamo de *transitivas*; aquelas que satisfazem ambos são *simétricas*, e aquelas que não satisfazem nenhum são *unilaterais*. Os exemplos são: *apenas Recíproca*: diversidade de todos os tipos; *apenas Transitiva*: relações de diferença quanto ao todo e à parte, ordem ou quantidade; *Simétrica*: identidade de conteúdo, igualdade, simultaneidade etc., e *Unilateral*: sujeito e predicado – se esta for uma relação. Apenas relações simétricas podem ser consideradas como resultantes de adjetivos de ambos os termos. *Outro*, por exemplo, não é um adjetivo do que é outro, pois se fosse, todos os termos que são outros teriam, por isso, identidade de conteúdo, o que é um absurdo. Mesmo com relações simétricas, a análise não é válida. A igualdade, por exemplo, não envolve nenhum conteúdo comum além da capacidade para relações quantitativas – qualquer que seja essa capacidade. Um prazer pode ser igual, e um pé também: mas eles concordam apenas em ser quantidades. As relações devem ser consideradas como conceitos tais que, se a relação for primitiva, são tão simples e não analisáveis quanto os seus termos” (RUSSELL, 1896-1898, pp. 27-8, tradução nossa). No original: “Relations are of four kinds, according as they satisfy one, both, or neither of the following two axioms: (a) If  $A \wedge B$ ,  $B \wedge A$ ; (b) If  $A \wedge B$ , and  $B \wedge C$ , then  $A \wedge C$ . Those which satisfy the first axiom I call *reciprocal*; those which satisfy the second, I call *transitive*; those which satisfy both are *symmetrical*, and those which satisfy neither are *one-sided*. Instances are: *Reciprocal only*: diversity of all kinds; *Transitive only*: relations of difference as to whole and part, order, or quantity; *Symmetrical*: identity of content, equality, simultaneity etc. and *One-sided*: subject and predicate – if this be a relation. Only symmetrical relations can be regarded as resulting from adjectives of both terms. *Other*, e.g., is not an adjective of what is other, for if it were, all terms which are other would on that ground have identity of content, which is absurd. Even with symmetrical relations, the analysis is not valid. Equality, for example, involves no common content beyond capacity for quantitative relations – whatever this capacity may be. A pleasure may be equal, and so may a foot: but they agree only in being quantities. Relations must be regarded as concepts which, if the relation be an ultimate

No que diz respeito às relações entre dois termos, eles podem ser divididos em quatro classes, conforme possuam ou não possuam um ou ambos os atributos. Tomemos, por exemplo, as relações de quantidade. A *Igualdade* possui os dois atributos que, se  $A=B$ , então  $B=A$ ; e  $A=B$  e  $B=C$ , então  $A=C$ . A *Desigualdade* possui o primeiro destes: se  $A \neq B$ ,  $B \neq A$ ; mas não possui o segundo: se  $A \neq B$  e  $B \neq C$ , não segue que  $A \neq C$ . *Maior* possui o segundo atributo, mas não o primeiro: se  $A > B$ ,  $B \not> A$ , mas se  $A > B$  e  $B > C$ , então  $A > C$ . Finalmente, a relação entre qualquer coisa que tem magnitude, e a magnitude que ela tem não possui nenhuma dessas qualidades. Assim, todas as relações podem ser formalmente divididas em quatro classes. Se denotarmos a relação entre A e B por r, temos: (1) Relações tais que, se  $ArB$ , então  $BrA$ , e se  $ArB$  e  $BrC$ , então  $ArC$ . Chamarei essas relações de *simétricas*. Os exemplos são igualdade, simultaneidade, identidade de conteúdo em geral. (2) Relações tais que, se  $ArB$ , então  $BrA$ , mas se  $ArB$  e  $BrC$ , não segue que  $ArC$ . Chamarei essas relações de *recíprocas*. Os exemplos são desigualdade, separação espacial ou temporal, diversidade de conteúdo em geral. (3) Relações tais que, se  $ArB$  e  $BrC$ , então  $ArC$ ; mas se  $ArB$ , é falso que  $BrA$ . Chamo essas relações de *transitivas*. Os exemplos são todo, parte, antes, depois, maior, menor, causa, efeito. (4) Relações das quais nenhuma dessas propriedades é válida. Tais relações, por falta de um nome melhor, chamo de *unilaterais*. Os únicos exemplos em que consigo pensar são sujeito e predicado, ou seja, a relação de predicação e ocupação de um tempo ou de um lugar. (RUSSELL, 1899, pp. 138-39, tradução nossa)<sup>138</sup>.

No que diz respeito à classificação formal das relações, percebe-se que a teoria das relações de Russell em 1899 ainda estava longe da teoria das relações que se encontra nos livros de lógica atualmente. No entanto, se comparada com a classificação das relações de “Various Notes on Mathematical Philosophy”, vê-se um avanço no sentido de Russell ter deixado de usar o símbolo “ $\wedge$ ”<sup>139</sup> e começado a utilizar variáveis relacionais entre os termos. Outro avanço é que Russell ampliou para quatro o número de relações, apesar de haver um desacordo formal com a classificação atual das relações. Pode-se elencar as seguintes discrepâncias: (1) para Russell, as relações simétricas deveriam ser tanto simétricas quanto transitivas. Atualmente, uma relação simétrica é aquela que satisfaz a condição  $xRy$  implica  $yRx$ , independentemente

---

one, are as simple and unanalyzable as their terms”.

<sup>138</sup> No original: “As regards relations between two terms, they may be divided into four classes according as they possess or do not possess either or both of two attributes. Take, for example, relations of quantity. *Equality* possesses the two attributes that, if  $A=B$ , then  $B=A$ ; and  $A=B$  and  $B=C$ , then  $A=C$ . *Inequality* possesses the first of these: if  $A \neq B$ ,  $B \neq A$ ; but does not possess the second: if  $A \neq B$ , and  $B \neq C$ , it does not follow that  $A \neq C$ . *Greater* possesses the second attribute, but not the first: if  $A > B$ ,  $B \not> A$ , but if  $A > B$  and  $B > C$ , then  $A > C$ . Finally, the relation between anything which has magnitude, and the magnitude which it has, possesses neither of these qualities. Thus, all relations may be formally divided into four classes. If we denote the relation between A and B by r, we have: (1) Relations such that, if  $ArB$ , then  $BrA$ , and if  $ArB$  and  $BrC$ , then  $ArC$ . Such relations I shall call *symmetrical*. Instances are equality, simultaneity, identity of content generally. (2) Relations such that, if  $ArB$ , then  $BrA$ , but if  $ArB$  and  $BrC$ , it does not follow that  $ArC$ . Such relations I shall *reciprocal*. Instances are inequality, spatial or temporal separation, diversity of content generally. (3) Relations such that, if  $ArB$  and  $BrC$ , then  $ArC$ ; but if  $ArB$ , it is false that  $BrA$ . Such relations I call *transitive*. Instances are whole, part, before, after, greater, less, cause, effect. (4) Relations of which neither of these properties hold. Such relations, for want of a better name, I call *one-sided*. The only instances I can think of are subject and predicate, i.e., the relation of predication, and occupation of a time or a place”.

<sup>139</sup> Segundo Griffin (1991), o símbolo “ $\wedge$ ” foi herdado de Whitehead e Grassmann e simbolizava a síntese de dois elementos de uma classe para formar um terceiro elemento.

de ser transitiva ou não; (2) as relações recíprocas de Russell atualmente são chamadas de simétricas não transitivas; (3) as relações transitivas de Russell atualmente são classificadas como transitivas assimétricas; (4) a relação unilateral de Russell é aquela que nem é simétrica e nem é transitiva. Atualmente a predicação não é considerada formalmente uma relação; (5) Russell não considerou a relação reflexiva e, portanto, não classificou a relação de equivalência como aquela relação que é ao mesmo tempo reflexiva, simétrica e transitiva. Enfim, essas considerações formais das relações foram importantes na análise lógica e filosófica que se seguiu, permitindo a Russell afirmar a irredutibilidade e a externalidade das relações.

Russell, em “The Classification of Relations”, rejeitou totalmente o ponto de vista de que as noções de unidade, diversidade e igualdade seriam protorrelações. Efetivamente, tendo em vista que esse artigo é amplamente comprometido com a irredutibilidade e a externalidade das relações, então tanto a sua noção de protorrelação quanto a sua teoria das relações internas foram absolutamente rejeitadas. A maior parte do artigo é voltada para responder negativamente a seguinte questão: “as relações são sempre redutíveis à identidade e diversidade de conteúdo?” (RUSSELL, 1898, p. 139, tradução nossa)<sup>140</sup>. As justificativas da resposta negativa de Russell encontram-se na análise lógica e filosófica das seis proposições:

(1) Que a identidade de conteúdo pode ter um de dois significados e, em nenhum dos casos, expressa uma relação. (2) Que o segundo desses significados pressupõe a noção de predicação. (3) Que a predicação é uma relação. (4) Que a diversidade de conteúdo é a pré-condição de todas as relações, mas não pode ser o tipo de todas as relações. (5) Que nenhuma relação é equivalente a um par de predicados dos termos relacionados. (6) Que as relações são conceitos tão últimos e fundamentais quanto os predicados. (RUSSELL, 1898, pp. 139-40, tradução nossa)<sup>141</sup>.

As proposições (1) e (2) foram o primeiro golpe na noção de protorrelação. Segundo Russell, a identidade de conteúdo no primeiro sentido afirma a autoidentidade de um termo com ele mesmo e, por isso, não pode expressar uma relação. A base para esse ponto de vista de Russell é que “aqui não temos sequer a condição formal das relações, a saber, a pluralidade dos termos” (RUSSELL, 1899, p. 140, tradução nossa)<sup>142</sup>. Agora pode-se compreender o motivo de Russell não ter reconhecido a autenticidade da propriedade reflexiva das relações, pois ele estava sob o efeito do dogma de que uma genuína relação deve ser necessariamente afirmada

<sup>140</sup> No original: “Are relations always reducible to identity and diversity of content?”.

<sup>141</sup> No original: “(1) That identity of content may have one of two meanings, and in neither case express a relation. (2) That the second of these meanings presupposes the notion of predication. (3) That predication is a relation. (4) That diversity of content is the precondition of all relations but cannot be the type of all relations. (5) That no relation is equivalent to a pair of predicates of the related terms. (6) That relations are concepts just as ultimate and fundamental as predicates”.

<sup>142</sup> No original: “Here we have not even the formal condition of relations, namely plurality of terms”.



entre dois ou mais termos diferentes. No segundo sentido de identidade de conteúdo, tem-se a protorrelação expressando a conexão de dois ou mais sujeitos a um único predicado. De acordo com Russell, o que verdadeiramente ocorre nesse segundo sentido é que os sujeitos têm a mesma relação de predicção com o único predicado. Nesse sentido, a relação de predicção é pressuposta logicamente pela identidade de conteúdo, e esta última “não pode, evidentemente, ser fundamental para todas as relações” (RUSSELL, 1899, p. 140, tradução nossa)<sup>143</sup>. Portanto, a nova perspectiva adotada por Russell reverteu o princípio base das protorrelações porque retirou delas a primazia de serem uma pré-condição lógica para as conexões entre os termos. Quer dizer, ao expandir o pluralismo e o realismo dos termos, Russell adotou a tese de que tudo irrestritamente é um termo e, por isso, a relação de predicção passou a ser logicamente anterior à identidade de conteúdo.

Na sequência, para provar que a predicção é uma autêntica relação, Russell argumentou que a definição de juízo analítico e de juízo sintético esclarece o ponto central da questão. A reflexão principal pode ser resumida nas duas frases: (a) se pelo menos algumas proposições são sintéticas, então os termos sujeito e predicado são distintos, e a proposição expressa uma relação de predicção entre os dois termos; e (b) se todas as proposições são analíticas, então o significado do termo predicado é parte do significado do termo sujeito, e assim têm-se uma proposição relacional de todo e parte. Dessa forma, a proposição (3) é um tratamento atípico da predicção, mas compreende-se necessário, pois o radical pluralismo e realismo de termos de Russell estava comprometido com o seu afastamento das teorias metafísicas tradicionais que analisam o predicado como um mero atributo inerente à alguma substância.

A rejeição da tradição metafísica baseada na distinção entre a substância e o atributo também está por trás da justificativa da proposição (4). Segundo Russell, não considerar o predicado um autêntico termo é um erro das metafísicas tradicionais porque elas analisam o predicado como um mero adjetivo ou qualidade do sujeito. A metafísica do realismo lógico de Russell se contrapôs a essa explicação tradicional do juízo por causa dos seus dois princípios fundamentais: tudo é um termo e todo termo pode ocorrer como o sujeito lógico nas proposições. Sendo assim, os conceitos que ocorrem no lugar do predicado são autênticos termos, e “assim, exigimos, como termos de relações, não necessariamente coisas, substâncias ou existentes, mas qualquer tipo de conceitos. O que exigimos é algum tipo de diversidade” (RUSSELL, 1899, p. 141, tradução nossa)<sup>144</sup>. Dessa maneira, novamente se vê que a

---

<sup>143</sup> No original: “It cannot, evidently, be fundamental for all relations”.

<sup>144</sup> No original: “Thus we require, as the terms of relations, nor necessarily things, substances, or existents, but any kind of concepts. What we do require, is diversity of some kind”.

justificativa se amparou no princípio de que a diversidade numérica de termos é a condição formal para todas as relações. Para Russell, não há relações sem ao menos dois termos envolvidos, por isso a asserção de diversidade numérica de termos está sempre implícita em qualquer tipo de relação, seja ela simétrica, recíproca, transitiva ou unilateral.

Além disso, entende-se que a justificativa da proposição (4) também mostrou que Russell havia abandonado de vez a noção de protorrelação porque ele passara a considerar a própria noção de diversidade uma genuína relação recíproca. Segundo Russell, “‘A é diferente de B’ expressa algo que não pode ser dito de um ou de outro isoladamente, nem analisado em um predicado de A *mais* um predicado de B” (RUSSELL, 1899, p. 141, tradução nossa)<sup>145</sup>. Como se pode inferir, o novo ponto de vista do realismo lógico de Russell exigia que /é diferente de/ fosse tomado como um autêntico constituinte da proposição, além de expressar um significado que não é eliminável pelos adjetivos intrínsecos nem de /A/ e nem de /B/, pois isso seria uma futilidade, uma vez que recriaria a mesma relação de diferença ao afirmar que /A/ e /B/ divergem em relação aos seus adjetivos intrínsecos. Assim, a asserção /A é diferente de B/ envolve logicamente o significado /diversidade/ aos termos /A/ e /B/, e essa unidade lógica é a proposição. Isto posto, a justificativa da proposição (4) demonstrou que Russell havia rejeitado definitivamente as protorrelações porque o significado lógico de /diversidade/, /identidade/ e /unidade/ foram admitidos irreversivelmente como genuínos termos.

Apesar de ter posto fim à noção de protorrelação na proposição (4), Russell ainda não havia descartado completamente a sua teoria das relações internas, uma vez que ainda era supostamente possível eliminar a proposição relacional transformando-a em duas proposições que afirmam um par de predicados dos termos relacionados. Por esse motivo, Russell dedicou a proposição (5) para a total rejeição da sua teoria idealista das relações internas e para poder finalmente afirmar que a sua nova tese seria que todas as relações são termos externos. Para justificar a proposição (5), Russell utilizou um princípio declarado no início do artigo “The Classification of Relations”: “uma análise lógica não pode alterar as propriedades formais das relações” (RUSSELL, 1899, p. 139, tradução nossa)<sup>146</sup>. Nesse aspecto, endossa-se a análise de Griffin (1991) de que esse princípio se tornou um forte argumento contra qualquer teoria das relações internas, pois se uma proposição relacional deve ser eliminada ou reduzida à outra proposição que não contenha a relação, então tanto a proposição original quanto aquela para a qual ela foi reduzida devem ser equivalentes em relação às suas propriedades formais.

---

<sup>145</sup> No original: “‘A is different from B’ expresses something which cannot be said of either singly, nor analyzed into a predicate of A *plus* a predicate of B”.

<sup>146</sup> No original: “A logical analysis cannot alter the formal properties of relations”.

O argumento de Russell começou contra a teoria das relações internas de Bradley, segundo a qual todas as relações são eliminadas porque qualquer juízo é um predicado do Absoluto. Basicamente, Russell mostrou que uma vez admitida a predicação como uma genuína relação, a teoria de Bradley já estava prontamente descartada. Contudo, o mais interessante do argumento de Russell foi que ele não só atingiu as bases da teoria de Bradley, mas a sua própria teoria das relações internas, pois se uma proposição relacional equivale a duas proposições de sujeito e predicado, então a operação de eliminação da relação acabou de produzir duas novas proposições relacionais, e, se mantiver a operação, o resultado será um regresso sem fim. Além disso, o ponto mais importante quanto ao princípio acima é: nenhuma análise lógica das relações, com o propósito de eliminá-las, irá alcançar uma nova proposição que preserve as mesmas propriedades formais da original. Russell classificou formalmente as quatro classes de relações conforme elas atendam ou não as condições das propriedades de simetria e de transitividade. Por consequência, a conclusão segue-se imediatamente, visto que cada uma das relações se distingue das demais justamente por causa das suas propriedades formais. Mesmo que a análise alcance uma proposição de sujeito e predicado, tem-se novamente uma proposição relacional que não é equivalente à proposição que foi o ponto de partida da análise. Logo, qualquer teoria das relações internas está destinada ao fracasso.

As justificativas anteriores das proposições de (1) a (5) implicaram automaticamente a proposição (6), isto é, as relações são termos absolutamente irreduzíveis porque elas são últimas e fundamentais como qualquer outro termo que ocorra no lugar dos predicados. Russell novamente afirmou que cada proposição contém no mínimo uma relação entre diversos termos. Isso confirmou a importância da teoria das relações para a filosofia e para a lógica, pois “a classificação das relações é, portanto, a classificação dos tipos de proposições” (RUSSELL, 1899, p. 145, tradução nossa)<sup>147</sup>. Sendo assim, pode-se afirmar que o artigo “The Classification of Relations” marca o fim da fase idealista de Russell. A teoria das relações internas foi a última perspectiva idealista que Russell abandonara do seu longo e confuso projeto da dialética das ciências e da primeira elaboração da teoria dos termos e das proposições de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Ao mesmo tempo, “The Classification of Relations” significa também o início de outro processo de desenvolvimento da filosofia de Russell, que culminou em *The Principles of Mathematics*. O resultado desse desenvolvimento é analisado na seção 2.2 a seguir, com o foco nas consequências para a gênese da teoria das descrições. Para terminar a análise da transição de Russell do idealismo britânico ao realismo lógico, é feita justiça a outro

---

<sup>147</sup> No original: “The classification of relations is, therefore, the classification of the types of propositions”.

personagem fundamental para o desenvolvimento desta tese. Na próxima seção terciária, é analisada a influência de Moore e o célebre artigo “The Nature of Judgment”.

#### 2.1.4 A influência de Moore e as teses do realismo lógico

O artigo “The Nature of Judgment”, de 1898, está entre os textos filosóficos que marcaram um momento de transição na história da filosofia de um paradigma filosófico a outro<sup>148</sup>. Não por acaso, esse artigo transformou-se para muitos filósofos tanto em uma fonte de inspiração quanto em uma fonte de discordâncias, que posteriormente originou novas transformações nos paradigmas até então estabelecidos. O motivo desta tese analisar esse artigo de Moore explica-se pela importância histórica desse texto no surgimento da filosofia analítica, pois a contundência e a clareza teórica dos seus argumentos representam claramente as novas teses do realismo lógico no contexto histórico do rompimento de Moore e Russell com o idealismo britânico.

O objetivo de Moore, em “The Nature of Judgment” foi, de um lado, contrapor-se à explicação do idealismo absoluto de Hegel e de Bradley porque tais teorias explicam a realidade como uma unidade orgânica na qual o único ser autêntico é o Absoluto. Por outro lado, Moore também se contrapôs às teorias do juízo de Bradley e de Kant pelo motivo de ter encontrado nessas teorias um resquício de psicologismo, dado que a fundamentação última dos conceitos e dos juízos (proposições) dependem de alguma atividade da mente. Portanto, a análise a seguir tem como objetivo esclarecer em que aspectos Moore influenciou Russell no processo de rompimento com o idealismo. Nessa questão, a investigação apresentará evidências presentes em outros textos de Moore. Além disso, pretende-se aproveitar as teses defendidas em “The Nature of Judgment” para demonstrar exatamente como os princípios filosóficos do realismo lógico romperam com o idealismo britânico, principalmente com a teoria do juízo de Bradley.

Difícilmente pode-se negar a influência que Moore exerceu sobre o desenvolvimento filosófico de Russell. Este último reconheceu tal fato em *My Philosophical Development* quando afirmou: “foi no final de 1898 que Moore e eu nos rebelamos contra Kant e Hegel. Moore liderou o caminho, mas eu segui de perto os seus passos. Penso que a primeira abordagem publicada da nova filosofia foi o artigo de Moore na *Mind* sobre ‘A Natureza do

---

<sup>148</sup> Por exemplo, John Passmore (1966) e Hylton (1990) são defensores desse ponto de vista, pois colocam o artigo “The Nature of Judgment” em posição de destaque dentre os vários artigos que Moore apresentou após o seu rompimento com o idealismo britânico.

Juízo” (RUSSELL, 1959, p. 54, tradução nossa)<sup>149</sup>. Entretanto, a tarefa difícil é equilibrar a interpretação de declarações como essa, pois se não forem interpretadas com cuidado, podem levar à conclusão inexata de que Russell não contribuiu em nada para o desenvolvimento da filosofia do realismo lógico e para o rompimento de Moore com o idealismo. Sabe-se que o artigo “The Nature of Judgment” foi retirado da segunda dissertação de Moore intitulada *The Metaphysical Basis of Ethics*, de 1897-1898. Também não é novidade que Russell teve acesso a esses textos apenas nos meses de novembro ou dezembro de 1898. Esse é um fato histórico importante, pois, como se mostrou em 2.1.3, quando Russell, em julho de 1898, abandonou *An Analysis of Mathematical Reasoning*, ele já havia apresentado teses similares às de Moore antes mesmo de ter lido “The Nature of Judgment”. Contudo, a análise de 2.1.3 também mostrou que *An Analysis of Mathematical Reasoning* deve ser lido como um trabalho de transição porque foi o último texto no qual Russell defendeu a sua teoria idealista das relações internas.

Nesse sentido, o mais correto parece ser que Moore e Russell, no ano de 1898, desenvolveram conjuntamente o realismo lógico, e não houve uma influência vertical de Moore sobre Russell. As evidências mais fortes em favor desse ponto de vista são encontradas nas correspondências datadas de 11 e 13 de setembro trocadas entre Moore e Russell, nas quais ambos concordaram a respeito da composição das proposições a partir de conceitos e relações metafisicamente independentes, externas e irreduzíveis a qualquer outro elemento da realidade. Encontram-se em Griffin (1991) e Galaugher (2013) trechos dessas cartas. Em uma delas, Moore conta a Russell: “os elementos últimos de tudo o que existe são conceitos, e uma parte deles, quando combinados de maneira especial, forma o mundo existente. [...]. Seria necessário, eu acho, vários tipos de relações últimas entre conceitos – cada uma, é claro, necessária” (MOORE, 1898, apud GRIFFIN, 1991, p. 300, tradução nossa)<sup>150</sup>. Em sua resposta Russell diz: “concordo enfaticamente com o que você diz sobre os vários tipos de relações necessárias entre conceitos e acho que a descoberta delas é o verdadeiro encargo da Lógica (ou Metafísica, se você quiser)” (RUSSELL, 1898, apud GRIFFIN, 1991, p. 301, tradução nossa)<sup>151</sup>. Levando-se em consideração que essas correspondências de setembro de 1898 foram trocadas após Russell ter abandonado *An Analysis of Mathematical Reasoning* e após Moore ter submetido a sua

---

<sup>149</sup> No original: “It was towards the end of 1898 that Moore and I rebelled against both Kant and Hegel. Moore led the way, but I followed closely in his footsteps. I think that the first published account of the new philosophy was Moore’s article in *Mind* on ‘The Nature of Judgement’”.

<sup>150</sup> No original: “The ultimate elements of everything that is are concepts, and a part of these, when compounded in a special way, form the existent world. [...]. There would need, I think, to be several kinds of ultimate relation between concepts – each, of course, necessary”.

<sup>151</sup> No original: “I agree most emphatically with what you say about the several kinds of necessary relations among concepts, and I think their discovery is the true business of Logic”.

segunda dissertação em Cambridge, então parece razoável compreender que ambos caminhavam juntos na direção de se libertarem do idealismo britânico.

Todavia, o fato de Russell ter creditado a Moore a liderança no processo de rompimento com o idealismo talvez tenha algum fundamento. Pode-se indicar dois motivos. Primeiro, Russell já era um pluralista quando tentou desenvolver o projeto da dialética das ciências, mas esse projeto desembocou na contradição da relatividade em todo o campo da matemática. Dessa forma, a influência de Moore pode ter ajudado Russell a entender que a única forma de resolver a contradição da relatividade seria abandonar a sua teoria idealista das relações internas e admitir que as relações também são externas e irreduzíveis aos adjetivos intrínsecos dos *relata*. Em segundo lugar, Moore também pode ter mostrado a Russell o quanto a sua epistemologia era dependente da de Kant, e isso, no entender de Moore, era uma influência ruim. Tal defesa foi um passo decisivo para o nascimento da filosofia analítica, pois Moore entendeu que, para se livrar definitivamente do idealismo, seria necessário considerar o objeto do conhecimento inteiramente independente das intuições e conceitos *a priori* da mente conhecedora. Essa posição era necessária, caso o contrário, o realismo lógico ficaria sujeito às mesmas interpretações que enxergam lastros de psicologismo em algumas filosofias idealistas.

A preocupação de Moore ficou evidente nas críticas que ele dirigiu a Russell em 1899 no artigo “Review of Russell *An Essay on the Foundations of Geometry*”. Uma de suas críticas foi que Russell não conseguira se livrar por completo do psicologismo, apesar deste, como dito em 2.1.2.2, ter considerado o seu teste do *a priori* puramente lógico. Moore, em “Review of Russell *An Essay on the Foundations of Geometry*”, apontou duas semelhanças entre a filosofia de Russell e a de Kant.

O Sr. Russell nos diz, para começar, que o seu teste de *a prioricidade* será puramente lógico: “A experiência seria impossível se um certo axioma ou postulado fosse negado?”. Esse teste, ele considera, exclui “qualquer implicação psicológica” da palavra *a priori*. Mas o significado do teste depende obviamente do que se entende por a possibilidade de experiência; e o Sr. Russell parece realmente usar essa concepção de forma a incorrer em ambas as objeções que podem ser levantadas contra a distinção de Kant entre *a priori* e empírico, a saber (1) que a distinção não é absoluta, (2) que o *a priori* é confundido com o objeto da experiência psicológica. (MOORE, 1899, p. 399, tradução nossa)<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> No original: “Mr. Russell tells us, to begin with, that his test of *apriority* will be purely logical: ‘Would experience be impossible if a certain axiom or postulate were denied?’. This test, he considers, excludes ‘any psychological implication’ from the word *a priori*. But the meaning of the test obviously depends on what is to be meant by the possibility of experience; and Mr. Russell seems actually to use this conception in such a way as to incur both the objections which can be urged against Kant’s distinction between *a priori* and empirical, namely (1) that the distinction is not absolute, (2) that the *a priori* is confused with the object of psychological experience”.

Moore criticou Russell porque a noção de *a priori* deste último era no fundo kantiana. Na perspectiva de Moore, isso deixou o argumento transcendental de Russell para a possibilidade da experiência dependente das condições psicológicas e dos nossos métodos de cognição. Ou seja, na visão de Moore, isso era suficiente para uma teoria ser acusada de flertar com o psicologismo. Apesar dessa crítica, Moore deu créditos à filosofia de Kant, pois entendeu que este respondeu definitivamente aos empiristas e aos céticos no sentido de ter demonstrado a existência de pelo menos algumas categorias necessárias para se ter acesso às proposições. Porém, como as teses do realismo lógico exigiam a total independência dos conceitos e das proposições em relação à consciência, Moore entendeu que Kant apenas demonstrou que as categorias são simplesmente condições psicológicas impostas à nossa cognição. Dito de outra forma, as categorias kantianas não devem ser interpretadas como condições lógicas restritivas sobre o que o mundo realmente deve ser. Sendo assim, o argumento de Kant e, por conseguinte, o de Russell não eram totalmente válidos. Talvez, por conta dessas críticas, a influência de Moore tenha sido tão importante para Russell dar o próximo passo para se libertar dos problemas que o impediam de avançar nas pesquisas da fundamentação da matemática e da lógica. Portanto, os dois motivos destacados acima podem ser considerados como a principal herança filosófica que Moore deixou a Russell.

O artigo “The Nature of Judgment” contém duas partes com objetivos distintos. Enquanto uma parte destina-se às críticas que Moore fez à filosofia idealista, de modo especial a Bradley e a Kant<sup>153</sup>, a outra parte é voltada exclusivamente para a apresentação e defesa das teses filosóficas trazidas pelo realismo lógico. Principalmente por dois motivos, a análise a seguir se concentra nas críticas de Moore à teoria do juízo de Bradley.

---

<sup>153</sup> O presente estudo não irá analisar os argumentos que Moore dirigiu à filosofia de Kant. Contudo, entende-se que Moore não queria romper definitivamente com Kant, apesar de ter admitido haver “uma grande semelhança entre a descrição de Kant sobre o seu ‘Begriff’ e a do Sr. Bradley sobre a sua ‘ideia lógica’. Também para Kant, é a ‘unidade analítica da consciência’ que transforma uma ‘Vorstellung’, ou ‘ideia’, em um ‘conceptus communis’ ou ‘gemeinsamer Begriff’” (MOORE, 1898, p. 177, tradução nossa). No original: “a great similarity between Kant’s description of his ‘Begriff,’ and Mr. Bradley’s of his ‘logical idea’. For Kant, too, it is the ‘analytical unity of consciousness’ which makes a ‘Vorstellung’ or ‘idea’ into a ‘conceptus communis’ or ‘gemeinsamer Begriff’”. A verdade foi que Moore queria estabelecer novas bases lógicas e epistemológicas entre a relação das mentes e os objetos, por isso, a distinção defendida por Kant entre as proposições empíricas e as proposições *a priori*, baseada na natureza dos juízos segundo a universalidade e a necessidade, não mais se aplicaria. O critério que Moore entendia ser válido para distinguir as proposições empíricas e as proposições *a priori* baseou-se nas características dos constituintes das proposições, isto é, nos conceitos enquanto entidades lógicas independentes da mente. Segundo Moore, “devemos, portanto, supor que, a fim de obter uma definição clara do que Kant quis dizer com proposições empíricas, devemos fundamentá-la na natureza dos conceitos usados nessas proposições. Conceitos empíricos são aqueles que podem existir em partes do tempo. Essa parece ser a única maneira de distingui-los. E qualquer proposição na qual um conceito empírico entra pode ser chamada de empírica” (MOORE, 1898, pp. 186-87, tradução nossa). No original: “We must, therefore, suppose that in order to obtain a clear definition of what Kant meant by empirical propositions, we must base it upon the nature of the concepts used in them. Empirical concepts are those which can exist in parts of time. This would seem to be the only manner of distinguishing them. And any proposition into which an empirical concept enters may be called empirical”.

Em primeiro lugar, conforme se destacou em 2.1.2.1, Bradley exerceu enorme importância filosófica no cenário acadêmico inglês em que Moore e Russell foram formados. Nesse sentido, o cenário filosófico de Cambridge no início dos anos de 1890, especialmente em 1893, ano em que Bradley lançou a sua audaciosa obra *Appearance and Reality*, respirava muito a lógica e a metafísica de Bradley<sup>154</sup>. Além disso, com um pouco de atenção, nota-se o que não é necessariamente irrelevante: o nome do artigo de Moore foi uma resposta inspirada no nome do primeiro capítulo de *The Principles of Logic* de Bradley. Este nomeou o capítulo de “The General Nature of Judgment”, e, como se sabe, Moore iniciou “The Nature of Judgment” citando exatamente trechos desse capítulo. Dessa forma, a conjectura entre a ligação desses dois textos parece bastante forte.

Em segundo lugar, possivelmente, Moore escreveu “The Nature of Judgment” tendo como referência principal o livro de Bradley *The Principles of Logic*. Nesse aspecto, endossa-se a opinião de John Passmore (1966) de que Moore criticou Bradley por ele não ter sido suficientemente eficaz contra a doutrina empirista de Locke a respeito dos juízos serem sobre as ideias no sentido psicológico. Na mesma direção, Galaugher (2013) entende que os alvos de Bradley eram a psicologia associacionista de Mill e o tratamento naturalista das ideias como fenômenos mentais. Porém, inusitadamente, Bradley teria deixado entrar na sua teoria algum rastro de psicologismo. Essas acusações merecem atenção especial, pois um dos ataques que Bradley fez em *The Principles of Logic* foi exatamente à tradição empirista inglesa, uma vez que esta tratou as ideias como fenômenos psíquicos particulares.

Todavia, se é verdade que a intenção de Bradley era mesmo se afastar da tradição empirista inglesa, por que Moore o escolheu como o alvo de suas críticas? Se um dos pilares do realismo lógico foi a postulação de significados lógicos universais, qual o motivo de Moore ter acusado Bradley de “estar infectado pelo mesmo erro que o deles, tanto no seu fracasso preliminar em distinguir claramente se é do símbolo ou do simbolizado que se está falando, e em sua descrição final da ‘ideia, como significado’, quando ele definitivamente decidiu a seu favor”? (MOORE, 1898, p. 177, tradução nossa)<sup>155</sup>. O ponto da questão parece ter relação com as perspectivas de John Passmore e Galaugher referidas anteriormente. Bradley teve a intenção, mas não conseguiu executá-la de forma completa por causa da sua filosofia idealista. Para

---

<sup>154</sup> Hylton (1990) cita trechos de Moore e Russell onde os dois reconhecem a importância que a filosofia de Bradley teve para a formação do pensamento de ambos. Nesses trechos, Moore e Russell exteriorizam a admiração e a profunda influência filosófica a respeito da visão metafísica do mundo que herdaram de Bradley naquela época.

<sup>155</sup> No original: “To be infected by the same error as theirs, alike in his preliminary failure to distinguish clearly whether it is the symbol or the symbolised of which he is speaking, and in his final description of the ‘idea, as meaning’, when he has definitely decided in its favour”.



esclarecer essa questão é preciso, primeiro, entender as duas críticas que Moore dirigiu à teoria do juízo de Bradley e, depois, esclarecer os princípios que sustentam as teses da filosofia do realismo lógico.

Moore, em “The Nature of Judgment”, apresentou argumentos que foram contrários aos princípios centrais do idealismo, por exemplo, como aqueles que defendem que as estruturas da realidade dependem, de certa forma, das estruturas necessárias do pensamento, ou que a realidade constitui uma unidade orgânica. Moore rompeu radicalmente com essas teses idealistas em “The Nature of Judgment” de tal forma que o artigo se tornou um dos textos célebres do surgimento da filosofia analítica. Moore iniciou o artigo “The Nature of Judgment” com breves citações de *The Principles of Logic*, juntamente com uma sucinta explicação da teoria do juízo de Bradley. Logo em seguida, Moore estabeleceu as bases em que pretendia travar o debate e definiu como o ponto de partida a seguinte questão:

A doutrina do Sr. Bradley, como esboçada acima, pressupõe que quando eu tenho uma ideia (*Vorstellung*) de algo, esse algo é, ele próprio, parte do conteúdo da minha ideia. Essa doutrina, por enquanto, estou disposto a admitir; minha pergunta agora é se quando tenho uma ideia de algo, esse algo *também* não deve ser considerado como algo que não seja parte do conteúdo da minha ideia. (MOORE, 1898, p. 177, tradução nossa)<sup>156</sup>.

Colocada a questão inicial, Moore estabeleceu duas características centrais do realismo lógico. A primeira é que Moore colocou em debate a tese a respeito da separação radical entre o objeto do conhecimento e a mente que o conhece. Com o propósito de se contrapor aos princípios idealistas, Moore colocou em dúvida as razões de não se admitir que o objeto seja absolutamente independente e exterior ao conteúdo das nossas mentes. Contra a teoria do juízo de Bradley, Moore defendeu a tese filosófica de que mesmo que o objeto faça parte do conteúdo das ideias, não significa que o Ser do objeto dependa das atividades interiores ou das condições restritivas da mente. Na questão inicial acima, Moore afirmou que quando se tem uma ideia de algo, é verdade que se tem a consciência daquela ideia e que tal consciência é um conteúdo interior da minha mente. Porém, o fato de ter uma ideia de algo é motivo para acreditar que aquele algo também possui um Ser exterior à mente. É nesse sentido que John Passmore destaca que a noção de Ser no realismo lógico deve ser radicalmente entendida como “Ser, seja lá o que for, é ser independente” (PASSMORE, 1966, p. 207, tradução nossa)<sup>157</sup>. Compreende-se que

---

<sup>156</sup> No original: “Mr. Bradley’s doctrine, as above sketched, presupposes that, when I have an idea (*Vorstellung*) of something, that something is itself part of the content of my idea. This doctrine, for the present, I am ready to admit; my question now is whether, when I have an idea of something, that something must not *also* be regarded as something other than part of the content of my idea”.

<sup>157</sup> No original: “To be at all is to be independent”.

essa frase de Passmore é uma ótima síntese da tese de Moore para atacar a Bradley e ao idealismo de forma em geral. Isto é, o realismo lógico de Moore foi a favor da total separação entre a mente e o objeto, e esse ponto de vista deu suporte filosófico para explicar a realidade como constituída por uma pluralidade de objetos autossuficientes, com relações independentes entre si e incondicionalmente exteriores às mentes. Essa tese do realismo lógico certamente contrariou qualquer teoria metafísica idealista.

A segunda característica do realismo lógico que se pode notar na citação acima é o forte posicionamento de Moore contra o psicologismo na lógica. Mais uma vez, a frase de John Passmore, citada anteriormente, adequa-se muito bem ao posicionamento de Moore contra Bradley e o idealismo em geral. Uma vez que no realismo lógico Ser é ser independente, o Ser dos objetos lógicos deve possuir uma natureza ontológica absolutamente independente das estruturas internas necessárias das nossas mentes ou do próprio conteúdo das nossas ideias. Por causa desse forte antipsicologismo, Moore foi capaz de identificar traços de psicologismo na teoria idealista de Bradley, apesar deste último ter tentado evitar o psicologismo. Moore mostrou, no artigo “The Nature of Judgment”, que o psicologismo expulso pela porta da frente acabou entrando pela porta dos fundos na teoria de Bradley em função da passagem obrigatória por uma operação de abstração da mente.

Para mostrar que a teoria do juízo de Bradley não era suficiente para evitar o psicologismo na lógica, Moore apresentou dois argumentos contra a noção de ideia analisada no sentido lógico. No primeiro argumento, Moore atacou a definição de ideia enquanto uma abstração dos conteúdos dos fenômenos mentais. A crítica de Moore mostrou que a natureza abstrativa da ideia no sentido lógico tem como consequência inevitável a impossibilidade de qualquer juízo em geral. Moore colocou o problema da seguinte forma:

Mas a minha questão é, se podemos cortar uma parte do caráter de nossas ideias e atribuir essa parte a outra coisa, a menos que já saibamos, pelo menos em parte, qual é o caráter da ideia da qual devemos cortar a parte em questão. Se não, então já fizemos um juízo em relação ao caráter da nossa ideia. (MOORE, 1898, p. 178, tradução nossa)<sup>158</sup>.

A intenção de Moore com esse argumento foi criticar a natureza abstrativa da ideia no sentido lógico da teoria do juízo de Bradley. Este definiu a ideia no sentido lógico como uma parte absolutamente interior e dependente do conteúdo mental de nossas ideias enquanto

---

<sup>158</sup> No original: “But my question is, whether we can thus cut off a part of the character of our ideas, and attribute that part to something else, unless we already know, in part at least, what is the character of the idea from which we are to cut off the part in question. If not, then we have already made a judgment with regard to the character of our idea”.

fenômenos psicológicos. Para entender o argumento de Moore, deve-se lembrar que, segundo Bradley, toda ideia, enquanto um fenômeno psicológico, possui existência e conteúdo, porém confinada a essas duas características, a ideia não possui ainda o significado universal necessário ao uso da lógica. De acordo com a perspectiva de Bradley, a ideia no sentido lógico e os juízos da lógica são uma parte abstraída do conteúdo mental, e somente assim essa parte peculiar abstraída teria um significado universal. Mas, na citação acima, Moore chamou a atenção para o fato de que, se a ideia no sentido lógico depender de todo esse processo, o resultado será absurdo, pois para se fazer qualquer juízo na lógica, será necessário realizar anteriormente outro juízo para identificar a parte do conteúdo mental em questão que deverá ser abstraído, sob pena de não ter juízo nenhum.

Assim, o ponto do argumento de Moore é desmascarar o resquício psicologista embutido na filosofia de Bradley. Moore mostrou que, segundo Bradley, para se ter um juízo na lógica, há a necessidade de se fazer uma série de prévios juízos para identificar as partes do conteúdo mental que possuam o significado universal, que são inerentes a qualquer ideia ou juízo da lógica. Porém, contra-argumentou Moore, esse processamento mental levaria a um seguimento de abstrações *ad infinitum*, e isso tornaria qualquer juízo impossível, pois a teoria de Bradley “exige a realização de um número infinito de juízos psicológicos antes que qualquer juízo possa ser feito” (MOORE, 1898, p. 178, tradução nossa)<sup>159</sup>. Portanto, visto que Moore defendeu a total independência dos objetos da lógica em relação à mente, a conclusão da primeira crítica à teoria do juízo de Bradley é “que a ‘ideia usada no juízo’ deve ser algo diferente de uma parte do conteúdo de qualquer ideia minha” (MOORE, 1898, p. 178, tradução nossa)<sup>160</sup>.

No segundo argumento, Moore criticou a explicação de Bradley sobre a identidade de conteúdo das ideias no sentido lógico. Moore explicou que a teoria de Bradley nos oferece duas alternativas como respostas, mas que nenhuma era boa o suficiente porque ambas reduziam o conteúdo das ideias no sentido lógico às partes interiores de fatos psicológicos. Uma vez consideradas assim, o conteúdo das ideias no sentido lógico perde por completo a sua natureza lógica universal. Moore apresentou o problema da seguinte maneira:

A teoria do Sr. Bradley pressupõe que eu possa ter duas ideias que tenham parte de seu conteúdo em comum; mas ele ao mesmo tempo nos obriga a descrever essa parte comum do conteúdo como parte do conteúdo de alguma terceira ideia. Mas o que se ganha com essa descrição? (MOORE, 1898, p. 178, tradução nossa)<sup>161</sup>.

<sup>159</sup> No original: “Demand the completion of an infinite number of psychological judgments before any judgment can be made at all”.

<sup>160</sup> No original: “That the ‘idea used in judgment’ must be something other than a part of the content of any idea of mine”.

<sup>161</sup> No original: “Mr. Bradley’s theory presupposes that I may have two ideas, that have a part of their content in

Segundo Moore, os conteúdos da lógica possuem uma universalidade *sui generis*. Isso implica que os conteúdos lógicos são irreduzíveis a qualquer fato mental e/ou empírico. Nesse sentido, as ideias usadas na lógica possuem uma natureza lógica universal incondicional e, por conta dessa natureza primitiva e irreduzível, qualquer explicação da identidade de conteúdo deve pressupor essas características lógicas. Isso esclarece as razões de Moore ter colocado em dúvida a utilidade em se explicar a identidade de conteúdo entre duas ideias no sentido lógico comparando-as com alguma outra terceira parte de alguma ideia. A questão central da crítica de Moore é que, de acordo com a teoria de Bradley, essa terceira ideia no sentido lógico seria apenas alguma outra parte abstraída de algum fato mental. Consequentemente, a terceira ideia no sentido lógico seria, da mesma forma, privada de universalidade lógica como as duas primeiras ideias. Logo, dado a natureza psicológica das três ideias, a primeira alternativa que a teoria de Bradley sugere não dá conta de explicar a identidade de conteúdo universal dos juízos da lógica.

Na segunda alternativa que a teoria de Bradley nos oferece, de acordo com Moore, também tem o preço de perder-se a universalidade *sui generis* da ideia no sentido lógico. A alternativa seria explicar a identidade de conteúdo das duas primeiras ideias comparando-as com alguma parte existente dessas ideias. Parece que Moore se refere agora à própria existência das ideias como um fato mental particular, e não mais àquela parte do conteúdo que é uma abstração no sentido lógico. Mas, se assim for, a particularidade psicológica existente de cada ideia não permitiria que houvesse uma parte comum universal a ambas porque, dificilmente, dois fatos psicológicos distintos possuem o mesmo conteúdo mental existente. Por isso, mais uma vez, malogra a explicação de Bradley a respeito da identidade de conteúdo universal da lógica. Portanto, devido à natureza universal *sui generis* da ideia no sentido lógico, a conclusão da segunda crítica de Moore à teoria de Bradley é que “a ideia usada no juízo é realmente um ‘significado universal’; mas não pode, por essa mesma razão, ser descrita como parte do conteúdo de qualquer ideia psicológica” (MOORE, 1898, p. 178, tradução nossa)<sup>162</sup>.

Os dois argumentos de Moore em “The Nature of Judgement” contra a teoria do juízo de Bradley parecem ter minado a definição da ideia no sentido lógico. Além disso, os dois argumentos iluminam os motivos pelos quais Bradley não conseguiu evitar o psicologismo na

---

common; but he would at the same time compel us to describe this common part of content as part of the content of some third idea. But what is gained by such a description?”.

<sup>162</sup> No original: “The idea used in judgment is indeed a ‘universal meaning’; but it cannot, for that very reason, be described as part of the content of any psychological idea whatever”.

lógica. Dessa forma, as portas estavam abertas para Moore estabelecer os novos parâmetros filosóficos do realismo lógico. Este foi fundamentado na visão pluralista da realidade e pode ser explicado a partir das noções primárias de conceito, proposição, verdade e falsidade.

A primeira noção elementar do realismo lógico de Moore é a noção de conceito<sup>163</sup>. Com o objetivo de contrapor-se irrestritamente às explicações das metafísicas monistas, como por exemplo à de Bradley, Moore defendeu que a realidade não é um todo unificado, mas é constituída por conceitos que são completamente independentes das atividades internas e das abstrações das mentes. Pode-se deduzir isso da afirmação: “parece necessário, então, considerar o mundo como formado de conceitos. Estes são os únicos objetos do conhecimento. Eles não podem ser considerados fundamentalmente como abstrações nem das coisas nem das ideias” (MOORE, 1898, p. 182, tradução nossa)<sup>164</sup>. A partir disso, compreende-se que a noção de conceito foi determinante para o rompimento de Moore com o idealismo. A filosofia do realismo lógico considerou os conceitos como os elementos últimos da realidade, e a natureza completamente independente dos conceitos em relação à mente que os conhece fundamentou teses que uma filosofia idealista não seria capaz de endossar. Na citação abaixo, encontram-se as principais características metafísicas e epistemológicas dos conceitos.

Conceitos são possíveis objetos do pensamento; mas isso não é a definição deles. Isso apenas afirma que eles podem entrar em uma relação com um pensador; e para que eles *possam* fazer qualquer coisa, eles já devem *ser* algo. É indiferente para a natureza deles se alguém pensa neles ou não. Eles são incapazes de mudança; e a relação na qual eles entram com o sujeito conhecedor não implica ação ou reação. É uma relação única que pode começar ou acabar com uma mudança no sujeito; mas o conceito não é a causa nem o efeito de tal mudança. A ocorrência da relação tem, sem dúvida, suas causas e efeitos, mas estes são encontrados apenas no sujeito. (MOORE, 1898, p. 179, tradução nossa)<sup>165</sup>.

Como se pode ver, os conceitos para Moore possuíam certas características metafísicas e epistemológicas bastante peculiares, que podem ser reunidas na seguinte frase: os conceitos<sup>166</sup>

---

<sup>163</sup> Moore, no início de “The Nature of Judgment”, explicou que o uso do termo “conceito” é muito mais apropriado para uma investigação lógica a respeito do significado universal dos objetos da lógica do que o termo “ideia”, dado que historicamente a noção de ideia envolve ambiguidades filosóficas difíceis de serem evitadas.

<sup>164</sup> No original: “It seems necessary, then, to regard the world as formed of concepts. These are the only objects of knowledge. They cannot be regarded fundamentally as abstractions either from things or from ideas”.

<sup>165</sup> No original: “Concepts are possible objects of thought; but that is no definition of them. It merely states that they may come into relation with a thinker; and in order that they *may* do anything, they must already *be* something. It is indifferent to their nature whether anybody thinks them or not. They are incapable of change; and the relation into which they enter with the knowing subject implies no action or reaction. It is a unique relation which can begin or cease with a change in the subject; but the concept is neither cause nor effect of such a change. The occurrence of the relation has, no doubt, its causes and effects, but these are to be found only in the subject”.

<sup>166</sup> Em 2.2 é analisado como a noção de conceito de Moore foi desenvolvida em maiores detalhes no interior do realismo lógico de Russell em *The Principles of Mathematics*. Após o seu rompimento com o idealismo, Russell reelaborou a gramática filosófica que havia apresentado em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, uma vez que

são objetos lógicos atemporais e imutáveis do conhecimento porque têm Ser independente de nós os pensarmos e independente das suas relações com o espaço e o tempo. Diante de tais características dos conceitos, Hylton descreve que o realismo lógico de Moore é uma teoria filosófica que compreendeu a realidade como “um universo estático atemporal, composto de conceitos relacionados atemporalmente entre si de várias maneiras” (HYLTON, 1990, p. 140, tradução nossa)<sup>167</sup>. Nesse sentido, Hylton (1990) classifica a teoria metafísica subjacente às teses do realismo lógico de Moore e de Russell de uma “metafísica atemporal do Ser”<sup>168</sup>, pois o Ser dos conceitos são entidades incondicionalmente autossuficientes.

Para analisar as características da metafísica do realismo lógico de Moore, deve-se dar relevância à noção de Ser dos conceitos. De todas as qualidades elencadas, a noção de Ser é a que garantiu a tese filosófica de que todos os conceitos são atemporais, imutáveis e autossuficientes. Moore, em “The Nature of Judgment”, trabalhou implicitamente com a distinção entre Ser e existência<sup>169</sup>. Para explicar essa distinção, dois pontos de vista são fundamentais: a visão do universo estático e atemporal juntamente com a visão de que o mundo é formado de conceitos, incluindo relações.

Em primeiro lugar, a distinção entre Ser e existência não é uma distinção absoluta porque os conceitos que momentaneamente existem no mundo são somente casos especiais da categoria universal de conceitos. Em segundo lugar, quando Moore afirmou que o mundo é formado de conceitos, deve-se ter em mente que os conceitos não são diferentes dos objetos existentes<sup>170</sup>. A razão disso é que “a oposição entre conceitos e existentes desaparece, uma vez que um existente é considerado apenas um conceito, ou complexo de conceitos, que mantém uma relação única com o conceito de existência” (MOORE, 1898, pp. 182-83, tradução nossa)<sup>171</sup>. Dessa forma, nota-se que a noção de existência incluiu instantes específicos do tempo, pontos determinados do espaço, e deve ser considerada como um conceito qualquer que pode eventualmente se relacionar logicamente com outros conceitos. Quando esse nexos lógico

---

precisou ajustar a gramática filosófica ao novo ponto de vista de que as relações são externas e irreduzíveis.

<sup>167</sup> No original: “A static atemporal universe, made up of concepts atemporally related to one another in various ways”.

<sup>168</sup> Nesta tese não é adotada essa nomenclatura, mas se concorda com a descrição de Hylton.

<sup>169</sup> A distinção entre Ser e existência implícita em “The Nature of Judgment” é, em linhas gerais, a mesma teoria que Russell apresentou em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, com a exceção de que Russell ainda estava comprometido com a teoria das relações internas.

<sup>170</sup> Portanto, os conceitos são os constituintes do mundo. Dizer que um conceito é o objeto existente significa dizer que não há entidades intermediárias entre os conceitos e os objetos. Não há ideias lógicas e nem sentidos fregeanos que estabelecem a relação lógica entre o conceito e o objeto, mesmo porque estes não são duas entidades diferentes que necessitam de uma entidade lógica-semântica que os conecte.

<sup>171</sup> No original: “The opposition of concepts to existents disappears, since an existent is seen to be nothing but a concept or complex of concepts standing in a unique relation to the concept of existence”.

de conceitos é um fato no mundo, tem-se um conceito complexo que tem Ser e existência. Caso esse nexos lógico de conceitos não inclua nele próprio o conceito de existência, esse nexos lógico tem apenas Ser. Assim, absolutamente todos os conceitos têm Ser, independente de se eventualmente relacionam-se com o conceito de existência. Nessa acepção, a categoria do Ser abrange todos os objetos de forma incondicional, pois em “The Nature of Judgment” não se encontra distinções entre os objetos do pensamento. Em outras palavras, a noção de Ser de Moore incluiu tanto os objetos abstratos, como os números e as relações, quanto os objetos concretos existentes, como as mesas e as cafeteiras<sup>172</sup>. Essa perspectiva parece derivar da visão de que o universo é estático e atemporal porque o Ser de todos os conceitos são irreduzíveis a qualquer coisa existente e são imutáveis pelo motivo de não deixarem de Ser ao perderem o nexos lógico com o conceito de existência. Por conseguinte, a distinção entre Ser e existência da metafísica do realismo lógico é essencial para o pluralismo defendido em “The Nature of Judgment”, uma vez que necessariamente ele está ligado à explicação da realidade como uma pluralidade de conceitos numericamente diversos e logicamente independentes uns dos outros.

Do ponto de vista epistemológico, a metafísica do realismo lógico de Moore postulou os conceitos como autênticos objetos do pensamento ou do conhecimento. Dessa forma, os conceitos não têm as suas naturezas alteradas quando entram em relação com a mente do conhecedor. Mais uma vez, essa peculiaridade dos conceitos pode ser explicada levando-se em conta a natureza autossuficiente, atemporal e imutável dessas entidades, porque elas não dependem nem de nenhuma atividade da mente para constituí-las, nem de alguma unidade orgânica que as constitua como partes necessárias de um todo unificado. Em primeiro lugar, a natureza autossuficiente dos conceitos está relacionada diretamente à imutabilidade e atemporalidade dessas entidades, tendo em vista que os conceitos somente poderiam causar mudança caso fossem entidades psicológicas particulares e, por outro lado, se fossem afetados por alguma causa, não seriam imutáveis. Em segundo lugar, a natureza autossuficiente dos conceitos também está relacionada ao entendimento de Moore de que a mente é completamente passiva em relação ao conhecimento dos conceitos e, por isso, a relação entre a mente e o conceito não implica ação ou reação, dada a absoluta inoperância da mente na constituição do conceito. Nesse sentido, compreende-se que o realismo lógico pressupõe uma mente

---

<sup>172</sup> A categoria de objetos lógicos, para Moore e Russell, parece ser única pela razão de que os objetos não abstratos são apenas casos especiais de objetos lógicos em geral. Há objetos que serão sempre abstratos, por exemplo, os números, mas há objetos, como mesas e cafeteiras, que também podem existir concretamente em certos momentos do tempo e em certos pontos do espaço. Nos objetos existentes, a “concretude” (a materialidade, a palpabilidade etc.) de tais objetos seriam, talvez, traços constitutivos a que o conceito da cafeteira-em-tal-lugar-e-tal-tempo se refere.

completamente receptiva à externalidade e ao Ser incondicional dos conceitos, isto é, dos objetos do conhecimento. Portanto, a separação radical entre a mente e o objeto, sem dúvidas, foi um traço primordial do antipsicologismo do realismo lógico, como se notou nas críticas de Moore à teoria do juízo de Bradley.

Ainda em relação à distinção entre Ser e existência, tudo o que foi afirmado acima sobre os conceitos vale igualmente para os conceitos complexos. No realismo lógico, os conceitos complexos são a outra noção elementar, isto é, são as proposições, entendidas como unidades lógicas formadas por um nexos lógico de conceitos. Para analisar a noção de proposição de Moore, convém citar um trecho importante de “The Nature of Judgment”.

Quando, portanto, digo ‘Esta rosa é vermelha’, não estou atribuindo parte do conteúdo da minha ideia à rosa, nem mesmo atribuindo partes do conteúdo das minhas ideias de rosa e vermelho a algum terceiro sujeito. O que estou afirmando é uma conexão específica de certos conceitos que formam o conceito total ‘rosa’ com os conceitos ‘isto’ e ‘agora’ e ‘vermelho’; e o juízo é verdadeiro se tal conexão existe. Da mesma forma, quando digo ‘A quimera tem três cabeças’, a quimera não é uma ideia em minha mente, nem qualquer parte dela. O que pretendo afirmar não é nada sobre os meus estados mentais, mas uma conexão específica de conceitos. Se o juízo é falso, não é porque as minhas *ideias* não correspondem à realidade, mas porque essa conjunção de conceitos não é encontrada entre os existentes. Com isso, então, abordamos a natureza de uma proposição ou juízo. Uma proposição não é composta de palavras, nem mesmo de pensamentos, mas de conceitos. (MOORE, 1898, p. 179, tradução nossa)<sup>173</sup>.

A noção filosófica de proposição dispensou absolutamente tanto o papel de nossas ideias enquanto partes de conteúdos mentais quanto a visão de que a verdade ou a falsidade das proposições dependem de qualquer tipo de relação delas com a realidade. Segundo Moore, uma vez que as proposições verdadeiras e as proposições falsas são formadas por conceitos, então as proposições também são entidades lógicas que têm Ser imutável, atemporal e autossuficiente. Pode-se averiguar isso na seguinte afirmação: “uma proposição é uma síntese de conceitos; e, assim como os conceitos são imutavelmente aquilo que são, eles mantêm entre si uma infinidade de relações igualmente imutáveis” (MOORE, 1898, p. 180, tradução nossa)<sup>174</sup>. A

---

<sup>173</sup> No original: “When, therefore, I say ‘This rose is red’, I am not attributing part of the content of my idea to the rose, nor yet attributing parts of the content of my ideas of rose and red together to some third subject. What I am asserting is a specific connexion of certain concepts forming the total concept ‘rose’ with the concepts ‘this’ and ‘now’ and ‘red’; and the judgment is true if such a connexion is existent. Similarly, when I say ‘The chimera has three heads’, the chimera is not an idea in my mind, nor any part of such idea. What I mean to assert is nothing about my mental states, but a specific connexion of concepts. If the judgment is false, that is not because my *ideas* do not correspond to reality, but because such a conjunction of concepts is not to be found among existents. With this, then, we have approached the nature of a proposition or judgment. A proposition is composed not of words, nor yet of thoughts, but of concepts”.

<sup>174</sup> No original: “A proposition is a synthesis of concepts; and, just as concepts are themselves immutably what they are, so they stand in infinite relations to one another equally immutable”.



diferença entre os conceitos e as proposições é que a proposição é um conceito complexo, pois pode ser analisada em suas partes constituintes, além do fato de que somente as proposições possuem a qualidade lógica de serem Verdadeiras ou Falsas<sup>175</sup>.

Da mesma forma que os conceitos, algumas proposições também podem ser classificadas como proposições existenciais. Novamente a distinção entre Ser e existência é fundamental para a análise presente. Segundo a metafísica do realismo lógico de Moore, todas as proposições, sejam verdadeiras ou falsas, são entidades lógicas que têm Ser, isto é, são entidades lógicas objetivas, imutáveis, atemporais e autossuficientes. Consequentemente, como uma proposição é uma síntese lógica de conceitos, eventualmente essa síntese lógica de conceitos pode incluir, como um dos seus constituintes, o conceito mesmo de existência. Nesses casos, a proposição existiria como um fato do mundo sem deixar de Ser uma entidade lógica objetiva. É nesse sentido que Moore analisou a proposição /Esta rosa é vermelha/ segundo um juízo que, se verdadeiro, afirma um nexó lógico entre certos conceitos, e tal unidade proposicional existe como um fato do mundo<sup>176</sup>. Em “The Nature of Judgment”, Moore declarou com certa satisfação a tese de que o mundo é percebido por meio de proposições existenciais verdadeiras.

Mesmo a descrição de um existente como uma proposição (uma proposição existencial verdadeira) parece perder a sua estranheza quando nos lembramos que uma proposição é entendida não como algo subjetivo – uma asserção ou afirmação de algo – mas como a combinação de conceitos que é afirmada. Pois estamos familiarizados com a ideia de afirmar ou “postular” um existente, de conhecer objetos bem como proposições; e a dificuldade até agora foi descobrir em que ponto os dois processos são semelhantes. (MOORE, 1898, p. 183, tradução nossa)<sup>177</sup>.

<sup>175</sup> Moore em “Truth and Falsity”, escrito provavelmente em 1899 e publicado no *Dictionary of Philosophy and Psychology*, explicou: “‘Verdadeiro’ e ‘falso’, conforme aplicado a proposições, denotam propriedades anexadas a proposições que estão relacionadas entre si de tal forma que toda proposição deve ser verdadeira ou falsa, e que a cada proposição verdadeira corresponde uma falsa, e para toda proposição falsa uma proposição verdadeira, diferindo dela apenas como sendo sua negação” (MOORE, 1993, p. 20, tradução nossa). No original: “‘True’ and ‘false’, as applied to propositions, denote properties attaching to propositions which are related to one another in such a way that every proposition must be either true or false, and that to every true proposition there corresponds a false one, and to every false proposition a true one, differing from it only as being its negation”.

<sup>176</sup> É preciso reconhecer que Russell e Frege, respeitadas as diferenças filosóficas entre as suas filosofias, também defenderam a tese de Moore de que o mundo é constituído por proposições ou pensamentos verdadeiros. Em 2.2.1, é analisado o desenvolvimento do realismo lógico de Russell em *The Principles of Mathematics* e será necessário retornar a esse tema com mais detalhes. Em relação ao realismo lógico de Frege, pode-se encontrar a defesa dessa tese em dois textos. No artigo “Logic”, de 1897, Frege disse: “exemplos de pensamentos são leis da natureza, leis matemáticas e fatos históricos: todos esses encontram expressão em frases assertóricas” (FREGE, 1979, p. 131, tradução nossa). No original: “Examples of thoughts are laws of nature, mathematical laws and historical facts: all these find expression in assertoric sentences”. No artigo “The Thought”, de 1918, Frege também declarou: “Um fato é um pensamento que é verdadeiro” (FREGE, 1997, p. 342, tradução nossa). No original: “A fact is a thought that is true”. Por causa dessas declarações, deve-se entender que para Frege os fatos são um tipo peculiar de Pensamento, a saber, os Pensamentos verdadeiros, uma vez que os Pensamentos falsos não são fatos, mas continuam sendo Pensamentos. Por isso, os fatos estariam no reino das objetividades, e não no reino das efetividades como os objetos concretos existentes.

<sup>177</sup> No original: “Even the description of an existent as a proposition (a true existential proposition) seems to lose

Por conta da descoberta acima, entende-se as razões pelas quais Moore dispensou completamente qualquer teoria da Verdade como correspondência ou como coerência. A explicação é que não há necessidade de havê-las, uma vez que o mundo é constituído por proposições existenciais verdadeiras. No caso de proposições falsas, como “A quimera tem três cabeças”, a falsidade da proposição não dispensa o Ser<sup>178</sup> dos conceitos envolvidos, apenas significa que a síntese lógica envolvida na respectiva proposição é falsa. Logo, a proposição falsa está impossibilitada de existir como um fato do mundo simplesmente por não possuir qualquer relação lógica com o conceito de existência. Contudo, a unidade proposicional falsa continua sendo uma entidade imutável, atemporal e autossuficiente.

Moore tratou as próprias noções de Verdade e Falsidade como noções elementares, absolutas e indefiníveis na metafísica do realismo lógico<sup>179</sup>. Enquanto noções elementares e

---

its strangeness, when it is remembered that a proposition is here to be understood, not as anything subjective – an assertion or affirmation of something – but as the combination of concepts which is affirmed. For we are familiar with the idea of affirming or “positing” an existent, of knowing objects as well as propositions; and the difficulty hitherto has been to discover wherein the two processes were akin”.

<sup>178</sup> No artigo “The Nature of Judgment”, Moore passou por cima das dificuldades envolvidas na tese que delega Ser a conceitos como /quimera/, /Apolo/ e similares. Se interpretada literalmente, essa teoria se identificaria com a teoria de Meinong, que considerou a falha referencial uma ilusão. No entanto, como em “The Nature of Judgment” não se encontra nenhuma análise aprofundada a respeito desse tipo de comprometimento ontológico, então essa polêmica é analisada apenas na seção 2.2.5. A análise é feita dentro do contexto teórico da gramática filosófica da teoria da proposição de Russell de *The Principles of Mathematics*.

<sup>179</sup> As questões envolvidas nas discussões a respeito das teorias da Verdade incluem vários argumentos interessantes, a ponto de não se poder passar direto pelo assunto sem deixar alguma impressão. Essa nota tem a pretensão de contribuir com a discussão, pois quer-se ressaltar que, novamente, guardadas as justas diferenças filosóficas, é preciso reconhecer que Russell e Frege defenderam teses similares às de Moore. Esses três autores defenderam, em momentos distintos de suas carreiras, que a Verdade era indefinível e foram críticos da definição da Verdade como correspondência. Quanto à teoria de Russell, a análise é feita em 2.2.1 em relação à concepção de Verdade defendida em *The Principles of Mathematics*. No que diz respeito a Frege, é fundamental lembrar que, em “Logic” e em “The Thought”, ele argumentou a favor da indefinibilidade da Verdade e, por conseguinte, contra a noção de Verdade como correspondência. Para maiores detalhes desses argumentos de Frege, sugere-se a análise feita por Ulrich Pardey em *Frege on Absolute and Relative Truth: an introduction to the practice of interpreting philosophical texts*, de 2012, pois ele apresenta uma minuciosa explicação dos argumentos fregeanos e mostra os motivos que Frege tinha para considerar a noção de Verdade como indefinível. A análise de Pardey mostra com detalhes que, apesar de indefinível, a Verdade científica para Frege tem as características de ser Absoluta, Perfeita e Independente. Ao passo que as outras teorias que tentam definir a Verdade pressupõem uma Verdade Relativa, Imperfeita e Dependente. Nesse sentido, possivelmente a noção de Verdade de Frege era a mesma concepção de Verdade de Moore da época de “The Nature of Judgment”, tendo em vista que ambos não admitiram que a Verdade estivesse sujeita a qualquer tipo de correspondência, seja entre uma ideia e aquilo que ela representa, seja entre uma sentença e um fato. Para reforçar esse ponto de vista, vale a pena conferir as palavras de Moore em “Truth and Falsity”, nas quais ele critica a teoria da Verdade como correspondência: “é comumente suposto que a verdade de uma proposição consista em alguma relação que ela mantém com a realidade; e falsidade na ausência dessa relação. A relação em questão é geralmente chamada de ‘correspondência’ ou ‘concordância’ e parece ser geralmente concebida como uma semelhança parcial; mas deve-se notar que apenas as proposições podem ser ditas verdadeiras em virtude da sua semelhança parcial com outra coisa e, portanto, é essencial para a teoria que uma verdade deve diferir de algum modo específico da realidade, em relação à qual a sua verdade deve consistir, em todos os casos, exceto naqueles em que a própria realidade é uma proposição. É a impossibilidade de encontrar qualquer diferença entre uma verdade e a realidade à qual ela supostamente corresponde que refuta a teoria” (MOORE, 1993, pp. 20-1, tradução nossa). No original: “It is commonly supposed that the truth of a proposition consists in some relation which it bears to reality; and falsehood in the absence of this relation. The relation in

absolutas, a Verdade e a Falsidade foram compreendidas como qualidades lógicas atemporais das proposições, “pois, nossa conclusão é que a verdade é em si mesma um conceito simples; e que ela é anterior logicamente a qualquer proposição” (MOORE, 1898, p. 182, tradução nossa)<sup>180</sup>. Para Moore, o ponto da questão é que se a proposição existencial verdadeira for uma entidade distinta do fato do mundo, ou se a sua verdade depender do grau de coerência da proposição com o todo do Absoluto, então a Verdade dessa proposição não poderá ser absoluta, perfeita e independente. Moore explicou que, no realismo lógico, “mantém-se apenas que a existência seja logicamente subordinada à verdade; que a verdade não pode ser definida por referência à existência, mas a existência apenas por uma referência à verdade” (MOORE, 1898, p. 180, tradução nossa)<sup>181</sup>. Em vista disso, deve-se compreender que afirmar uma proposição existencial verdadeira significa afirmar um constituinte existente do mundo e, portanto, não há nenhum existente particular distinto da proposição ou, ainda, não há nenhuma dependência em relação à unidade do Absoluto que possa fazê-la Verdadeira ou Falsa.

Infelizmente, Moore em “The Nature of Judgment” não analisou em detalhes a natureza da unidade lógica da proposição. Segundo Hylton (1990), parece que tanto Moore quanto Russell<sup>182</sup> sabiam do problema envolvido aqui, ou seja, a explicação da unidade lógica interna da proposição implicaria em ter de admitir a existência de alguma relação interna entre os seus constituintes. Porém, essa explicação não se ajustava bem ao realismo lógico, pois o pluralismo postulava a necessidade de relações externas, e a unidade proposicional parecia ser um caso à parte de relação interna. Logo, a forma que Moore encontrou para tratar o assunto em “The Nature of Judgment” foi simplificá-lo: “que tipo de relação torna verdadeira uma proposição, que falsa, é algo que não pode ser adicionalmente definido, mas deve ser imediatamente reconhecido” (MOORE, 1898, p. 180, tradução nossa)<sup>183</sup>.

Ao longo do artigo “The Nature of Judgment”, Moore demonstrou ter consciência da peculiaridade da sua nova filosofia e do perigo de que as suas teses corriam de serem acusadas

---

question is generally called a ‘correspondence’ or ‘agreement’, and it seems to be generally conceived as one of partial similarity; but it is to be noted that only propositions can be said to be true in virtue of their partial similarity to something else, and hence that it is essential to the theory that a truth should differ in some specific way from the reality, in relation to which its truth is to consist, in every case except that in which the reality is itself a proposition. It is the impossibility of finding any such difference between a truth and the reality to which it is supposed to correspond which refutes the theory”.

<sup>180</sup> No original: “For our conclusion is that truth is itself a simple concept; that it is logically prior to any proposition”.

<sup>181</sup> No original: “It is only maintained that existence is logically subordinate to truth; that truth cannot be defined by a reference to existence, but existence only by a reference to truth”.

<sup>182</sup> As dificuldades que Russell enfrentou para explicar a unidade proposicional são analisadas na seção 2.2.3.

<sup>183</sup> No original: “What kind of relation makes a proposition true, what false, cannot be further defined, but must be immediately recognized”.

de paradoxais, ou até mesmo de desprezíveis. Mas nota-se que uma das características marcantes do realismo lógico foi a confiança demonstrada por Moore na eficácia da lógica em resolver problemas filosóficos. Moore estava convicto de que, uma vez aceitas as regras da lógica, a sua teoria não poderia ser acusada de ser inconsistente, pois a natureza última dos conceitos, das proposições e da Verdade impediriam que a conclusão dos seus argumentos fossem circulares em razão dessas entidades lógicas serem primitivas.

Eu tenho apelado o tempo todo às regras da lógica; se alguém as rejeitasse, eu não teria muito a temer de seus argumentos. Um apelo aos fatos é inútil. Pois para que um fato possa ser posto na base de um argumento, ele deve primeiro ser colocado na forma de uma proposição, e, além disso, essa proposição deve ser considerada verdadeira; e, então, o dilema de saber se as regras da lógica devem ser aceitas ou rejeitadas deverá se repor. E essas regras, uma vez aceitas, parecem oferecer elas próprias uma confirmação da nossa teoria. Pois toda inferência verdadeira deve ser inferência de uma proposição verdadeira; e que a conclusão que se segue da premissa, deve ser também uma proposição verdadeira: de modo que, também aqui, parece que a natureza de uma proposição verdadeira é o *datum* final. (MOORE, 1898, p. 181, tradução nossa)<sup>184</sup>.

O ponto principal do argumento de Moore é que as entidades primitivas do realismo lógico eram pressupostas em qualquer demonstração lógica. Nesse aspecto, são as teorias filosóficas que definem os conceitos a partir de existentes, ou que postulam a Verdade dos juízos com alguma dependência de algo distinto dela própria, que fazem definições circulares. Mais uma vez, a teoria de Bradley foi colocada à prova por postular que tanto o conteúdo ideal no sentido lógico quanto a Verdade dos juízos dependem de alguma relação, visto que eles não são completamente independentes. Segundo Moore, “uma vez que ele [conceito] é pressuposto na concepção de um existente” (MOORE, 1898, p. 181, tradução nossa)<sup>185</sup>, tais teorias, como a de Bradley, incorrem no erro da circularidade por seus teóricos não compreenderem que a noção de conceito está implícita na noção de existente. Por isso, ao definirem o conceito – a ideia no sentido lógico – a partir da abstração do conteúdo do existente, esses teóricos não se dão conta da circularidade da definição. O mesmo erro se repete ao tentar definir a Verdade dos juízos da lógica com base na relação de coerência. Moore constatou a circularidade da definição de Verdade na teoria de Bradley, pois nesta a Verdade deve ser um juízo verdadeiro em função

---

<sup>184</sup> No original: “I have appealed throughout to the rules of logic; nor, if anyone rejects these, should I have much to fear from his arguments. An appeal to the facts is useless. For, in order that a fact may be made the basis of an argument, it must first be put in the form of a proposition, and, moreover, this proposition must be supposed true; and then there must recur the dilemma, whether rules of logic are to be accepted or rejected. And these rules once accepted, would seem themselves to offer a confirmation of our theory. For all true inference must be inference from a true proposition; and that the conclusion follows from the premiss must again be a true proposition: so that here also it would appear that the nature of a true proposition is the ultimate *datum*”.

<sup>185</sup> No original: “Since it is presupposed in the conception of an existent”.

da coerência compartilhada por esse juízo com a unidade do Absoluto. Assim, pelo mesmo motivo a circularidade reaparece, pois, de acordo com Moore, “a verdade desta não pode, certamente, ser estabelecida sem um círculo vicioso mediante a exibição de sua dependência de um existente” (MOORE, 1898, p. 181, tradução nossa)<sup>186</sup>. Portanto, por mais contestáveis que as teses do realismo lógico poderiam parecer à luz das teorias idealistas, a inconsistência lógica não foi o “calcanhar de Aquiles” da teoria. Talvez a teoria possa ser acusada de um realismo extremado, mas se essa foi a única forma que Moore e Russell encontraram para romper definitivamente com o psicologismo e o idealismo, compreende-se a decisão, dado o sentido de liberdade e os benefícios que ela proporcionou filosoficamente a ambos.

Dessa forma, completa-se a análise da transição de Russell do idealismo britânico ao realismo lógico. Na próxima seção secundária, a pesquisa se concentra no livro *The Principles of Mathematics*. É apresentada uma análise detalhada a respeito dos vários aspectos desenvolvidos na segunda teoria dos termos e das proposições de Russell de *The Principles of Mathematics*, dado a reelaboração da gramática filosófica de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Além disso, são analisadas as críticas que Russell fez à teoria do juízo de Bradley e contrapostos alguns aspectos importantes entre a teoria da proposição do primeiro e a teoria da linguagem de Frege. Enfim, informações importantes dessas análises são fundamentais para localizar o desenvolvimento da teoria das descrições de Russell.

## 2.2 O REALISMO LÓGICO DE *THE PRINCIPLES OF MATHEMATICS*

Nesta seção secundária, é apresentado o desenvolvimento das principais teses do realismo lógico de Russell por meio da análise da teoria da proposição que foi aperfeiçoada no livro *The Principles of Mathematics*, de 1903. A presente pesquisa mostra que, além da indiscutível semelhança com os princípios gerais da teoria da proposição de Moore, há diferenças quanto aos detalhes no que diz respeito à análise da gramática filosófica. É evidente que a teoria da proposição de Russell vai muito além da teoria da proposição de Moore e, sem dúvida, pode ser considerada como um desenvolvimento particular das teses do realismo lógico. A análise em tela também destaca os pontos de divergência entre a teoria da proposição de Russell de *The Principles of Mathematics* e a teoria do juízo de Bradley, como ainda alguns pontos da teoria da proposição de Russell que divergem da teoria da linguagem de Frege. Portanto, com o objetivo de explicitar as características da teoria da proposição de Russell de

---

<sup>186</sup> No original: “And the truth of this can certainly not be established, without a vicious circle, by exhibiting its dependence on an existent”.

1903, são desenvolvidos tópicos que abordam temas metafísicos, epistemológicos, lógicos e semânticos presentes na gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*. Para realizar esse objetivo, esta seção é dividida em cinco seções terciárias.

Na primeira seção, descreve-se o desenvolvimento das noções da metafísica do realismo lógico de Russell, tendo como referência a primeira teoria dos termos e das proposições de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. O objetivo é mostrar o quanto a filosofia de Russell avançou no amadurecimento do realismo lógico e no aperfeiçoamento da análise proposicional com a reelaboração da gramática filosófica. Isso correspondeu às diferenças no que dizem respeito à noção de ideia no sentido lógico e à teoria da Verdade como coerência de Bradley.

Na segunda seção, apresenta-se uma análise sobre uma das teses desenvolvidas na gramática filosófica do realismo lógico de Russell. A tese de que tudo é um termo, mas nem tudo ocorre como um termo nas proposições. É explicado o que significa ocorrer como um termo e quais são as entidades que só podem ocorrer como termos nas proposições. Ao mesmo tempo, na análise, leva-se em conta a relação semântica de indicação e as diferenças entre as teorias de Russell, Frege e Bradley, no que diz respeito aos constituintes proposicionais que ocorrem como termos nas proposições.

A terceira seção é sobre outra tese importante da gramática filosófica de Russell. A tese de que tudo pode ocorrer como termo em uma proposição. É destacado que essa tese colocou a metafísica de Russell em oposição à de Frege quanto à distinção entre as entidades completas e incompletas que constituem as proposições.

Na quarta seção, analisa-se a teoria dos conceitos denotativos de Russell. Nessa seção, é apresentada uma análise sobre as características lógicas e as características semânticas da relação de denotação. O objetivo é explicar que a teoria dos conceitos denotativos introduziu uma anomalia no realismo direto de Russell. Além disso, essa seção estabelece a base teórica para se analisar o posterior desenvolvimento da teoria das descrições de Russell.

Por fim, a quinta seção é uma reflexão sobre a polêmica a respeito da suposta metafísica extravagante de *The Principles of Mathematics*. A intenção é ponderar se Russell assumiu ou não uma teoria semelhante à teoria dos objetos de Meinong.

### 2.2.1 As noções fundamentais da metafísica do realismo lógico de Russell

Russell, em *The Principles of Mathematics*<sup>187</sup>, apresentou uma articulação muito

---

<sup>187</sup> Para aqueles que quiserem conhecer mais detalhes sobre o desenvolvimento passo a passo, entre os anos de 1900 e 1903, do projeto de Russell que culminou no livro *The Principles of Mathematics*, sugere-se a leitura do

engenhosa entre as técnicas da lógica matemática e os princípios metafísicos do realismo lógico. Nessa obra, ele relacionou o argumento logicista, que consiste na tentativa da redução dos princípios da matemática pura a partir de conceitos fundamentalmente lógicos, com a metafísica do realismo lógico. A busca pela fundamentação dos princípios da matemática pura foi um projeto no qual Russell trabalhou desde a época em que era um idealista britânico. Conforme se analisou em 2.1.2 e 2.1.3, a filosofia de Russell evoluiu gradativamente desde a sua graduação em Cambridge, em 1894, até a grande transformação entre os anos de 1898 e 1899. Ressaltou-se que, durante esse longo período, vários foram os acontecimentos determinantes que levaram Russell à redação final de *The Principles of Mathematics*. Entre aqueles mais importantes para o avanço das pesquisas de Russell no campo da fundamentação da matemática pode-se citar: o abandono da teoria idealista das relações internas e a adoção do realismo lógico. Entretanto, também merece destaque a evolução matemática de Russell, que compreendeu a relevância dos trabalhos de Cantor, Dedekind e Weierstrass e outros, além do desenvolvimento da lógica de Peano e sua escola. Todas essas realizações deram suporte para a perspectiva de que a lógica matemática identificada com a metafísica do realismo lógico fosse a única filosofia capaz de responder pelo significado das noções mais fundamentais da matemática pura. Assim, Russell se expressou em *The Principles of Mathematics*:

A filosofia pergunta à matemática: o que isso significa? A matemática no passado era incapaz de responder, e a filosofia respondeu introduzindo a noção totalmente irrelevante de mente. Mas agora a matemática é capaz de responder, pelo menos até reduzir a totalidade de suas proposições a certas noções fundamentais da lógica. Nesse ponto, a discussão deve ser retomada pela filosofia. (RUSSELL, 1903, p. 4, tradução nossa)<sup>188</sup>.

A confiança que se nota nas palavras de Russell é merecedora de alguma explicação. Possivelmente, Russell estava se referindo criticamente às teorias filosóficas que outrora lhe influenciaram. De um lado, os empiristas ingleses, por exemplo J. S. Mill, e do outro, os idealistas, como Kant e Bradley. Para Russell, o ponto de vista empirista arruinaria a natureza objetiva e atemporal da matemática, visto que a condiciona às associações das mentes. Por sua vez, o ponto de vista idealista arruinaria a natureza objetiva e atemporal da matemática quando a condiciona às pré-condições da mente ou a concebe como uma ciência intermediária e um degrau abaixo da metafísica. Portanto, de acordo com o realismo lógico de Russell, as teorias

---

artigo “How did Russell write *The Principles of Mathematics* (1903)?” de Grattan-Guinness.

<sup>188</sup> No original: “Philosophy asks of Mathematics: What does it mean? Mathematics in the past was unable to answer, and Philosophy answered by introducing the totally irrelevant notion of mind. But now Mathematics is able to answer, so far at least as to reduce the whole of its propositions to certain fundamental notions of logic. At this point, the discussion must be resumed by Philosophy”.

empiristas e idealistas produzem o falso resultado de que a matemática não é incondicionalmente verdadeira.

A filosofia do realismo lógico de Russell endossou a tese de que as verdades matemáticas são incondicionalmente independentes de toda e qualquer atividade da mente. O projeto logicista de redução da aritmética à lógica foi uma estratégia para demonstrar isso. Russell acreditava que as verdades lógicas eram absolutas e irrestritas, isto é, eram verdades independentes das noções de espaço e de tempo. Nesse sentido, Russell considerava a lógica uma ciência universal, uma ciência que trata da sistematização de todo e qualquer raciocínio, pois as proposições da lógica se aplicam a tudo o que há irrestritamente. Por fim, para levar esse projeto adiante, Russell precisou associar de tal maneira a lógica matemática com a metafísica do realismo lógico que elas se tornaram homogêneas na obra *The Principles of Mathematics*. O rompimento com as influências filosóficas do passado realmente significou a libertação de Russell dos velhos problemas que bloqueavam a sua filosofia da matemática. O próprio Russell deixou isso claro no prefácio de *The Principles of Mathematics*:

Em questões fundamentais da filosofia, minha posição, em todas as suas principais características, deriva do Sr. G. E. Moore. Aceitei sua concepção sobre a natureza não existencial das proposições (exceto as que afirmam existência) e a independência delas de qualquer mente que conhece; também o pluralismo que considera o mundo, tanto o dos existentes quanto o das entidades, como composto por um número infinito de entidades mutuamente independentes, com relações que são últimas, e não redutíveis a adjetivos de seus termos ou do todo que esses termos compõem. Antes de aprender esses pontos de vista com ele, eu me vi completamente incapaz de construir qualquer filosofia da aritmética, enquanto a aceitação deles provocou uma libertação imediata de muitas dificuldades que eu considero, de outro modo, insuperáveis. (RUSSELL, 1903, p. XVIII, tradução nossa)<sup>189</sup>.

O trecho acima mostra a revolução da filosofia da matemática de Russell desde *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Depois desse manuscrito, juntamente com Moore, Russell passou a desenvolver a metafísica do realismo lógico como o fundamento último da explicação da realidade. Como dito anteriormente, segundo essa metafísica, a realidade é constituída por conceitos e proposições com total independência da mente do conhecedor. Dessa forma, a principal característica do realismo lógico foi o *status* ontológico que Moore e Russell

---

<sup>189</sup> No original: “On fundamental questions of philosophy, my position, in all its chief features, is derived from Mr. G. E. Moore. I have accepted from him the non-existential nature of propositions (except such as happen to assert existence) and their independence of any knowing mind; also, the pluralism which regards the world, both that of existents and that of entities, as composed of an infinite number of mutually independent entities, with relations which are ultimate, and not reducible to adjectives of their terms or of the whole which these compose. Before learning these views from him, I found myself completely unable to construct any philosophy of arithmetic, whereas their acceptance brought about an immediate liberation from a large number of difficulties which I believe to be otherwise insuperable”.



delegaram a essas entidades, pois os conceitos, os termos e as proposições foram considerados entidades lógicas objetivas, atemporais e imutáveis, que têm Ser acima de qualquer eventual possibilidade de existirem no espaço e no tempo<sup>190</sup>.

No entanto, Russell desenvolveu essa perspectiva elaborando uma gramática filosófica que não se encontra na teoria da proposição de Moore. Entende-se que o uso da lógica matemática como uma ciência universal pressupôs muito da metafísica do realismo lógico, tendo em vista que a linguagem lógica se aplicaria a entidades que estão incondicionalmente fora do espaço e do tempo. Assim, o logicismo foi um forte argumento contra as filosofias da matemática da época porque Russell pretendeu mostrar que a matemática pura, uma vez reduzida às leis puramente lógicas, também era uma ciência absolutamente verdadeira e completamente independente das condições restritivas das mentes. A premissa colocada pelo realismo lógico, em relação à constituição da realidade como uma pluralidade de objetos mutuamente independentes e com relações irreduzíveis aos adjetivos intrínsecos desses objetos, visou estabelecer de forma definitiva a natureza exterior dos objetos em relação à mente do conhecedor. Do ponto de vista epistemológico, na visão de Russell, a mente não cumpria qualquer função na constituição dos objetos, pois com a separação radical entre a mente e o objeto não restou papel algum a ser cumprido pela mente no sentido de colocar condições àquilo que se pode conhecer ou estar em *acquaintance*.

Na época de *The Principles of Mathematics*, Russell pareceu não estar preocupado em aprofundar as discussões sobre epistemologia, ou em elaborar alguma teoria complexa sobre o processo de conhecimento dos objetos. Não obstante, concorda-se com Hylton a respeito do

---

<sup>190</sup> A título de informação, Hylton denominou a filosofia adotada por Moore e Russell, depois de ambos abandonarem o idealismo, de “Atomismo Platônico”. A explicação é: “expresso-me dessa maneira porque a distinção entre objetos abstratos e objetos não abstratos no Atomismo Platônico não pode ser vista como se estivesse dada de antemão. Discutirei isso em detalhes mais adiante, mas vale ressaltar que Moore e Russell parecem não ter mais dificuldades em aceitar objetos abstratos do que em aceitar objetos não abstratos. Naturalmente, é por causa dessa aceitação pacífica de objetos abstratos que me refiro a esse ponto de vista como ‘Atomismo Platônico’. Isso não quer dizer que ele tenha muito em comum com o de Platão. Em particular, os objetos abstratos de Platão são bastante diferentes em espécie dos objetos não abstratos, enquanto no Atomismo Platônico, os objetos não abstratos são, por assim dizer, apenas casos especiais de objetos em geral (os restantes são abstratos). O termo ‘platonismo’, no entanto, foi adotado como um rótulo para qualquer visão que aceite livremente objetos abstratos (especialmente na filosofia da matemática), e eu sigo esse uso” (HYLTON, 1990, p. 112, tradução nossa). No original: “I put it in this way because the distinction between abstract objects and non-abstract objects in Platonic Atomism is one that cannot be taken for granted. I shall discuss this in detail later, but it is worth pointing out that Moore and Russell seem to see no more difficulty in accepting abstract objects than they do in accepting non-abstract objects. It is, of course, because of this untroubled acceptance of abstract objects that I refer to the view as ‘Platonic Atomism’. This is not to say that the view in fact has very much in common with Plato's. In particular, Plato's abstract objects are quite different in kind from non-abstract objects, whereas in Platonic Atomism non-abstract objects are, so to speak, just special cases of objects in general (the rest of which are abstract). The term ‘platonism’ has, however, been adopted as a label for any view that freely accepts abstract objects (especially in the philosophy of mathematics), and I concur in this usage”. Nesta tese não é adotada essa nomenclatura, mas se concorda com a descrição de Hylton.

ponto de vista de que “uma epistemologia fundacionalista está implícita nos pontos de vista gerais de Russell. Ele assume que todo conhecimento é baseado sobre a nossa *acquaintance* com certos objetos, alguns deles abstratos” (HYLTON, 2005, p. 178, tradução nossa)<sup>191</sup>. Russell deu indicações de ter assumido como pressuposto que a relação entre a mente e o objeto era algo trivial, isto é, familiar, direto e imediato. No prefácio de *The Principles of Mathematics*, Russell tratou brevemente dessa noção. Russell apresentou a seguinte descrição, na qual sugere que a mente tem de entrar em contato, ou seja, um tipo de relação especial com o objeto exterior a ela para que possa ter conhecimento dele.

A discussão dos indefiníveis – que constitui a parte principal da lógica filosófica – é o esforço de ver claramente e fazer com que os outros vejam claramente as entidades envolvidas para que a mente possa ter o mesmo tipo de *acquaintance* com elas que possui com a vermelhidão ou com o gosto do abacaxi. (RUSSELL, 1903, p. XV, tradução nossa)<sup>192</sup>.

A descrição é um tanto inusitada, mas a simplicidade da explicação diz bastante sobre o que Russell estava querendo dizer sobre o tipo de relação em que a mente tem com o objeto conhecido. Em primeiro lugar, alertou-se em 2.1.3 que o princípio de *acquaintance* estava implícito em *An Analysis of Mathematical Reasoning* através da apreensão intuitiva do significado dos conceitos da categoria pura em determinadas proposições. Em *The Principles of Mathematics*, Russell reforçou essa noção, mesmo quando o seu uso foi de certa forma genérico. Isso aconteceu porque, em 1903, a noção de *acquaintance* não possuía ainda a relevância filosófica que passaria a ter nos anos subsequentes da filosofia de Russell<sup>193</sup>. De qualquer forma, o fato é que Russell já fazia uso dessa noção muito antes de “On Denoting”. Rodríguez-Consuegra acompanha essa interpretação. Este afirma que “é claro que a distinção era apenas a adaptação da primeira entre conhecimento intuitivo e não intuitivo, que pode ser encontrada nos *Principles* e em escritos anteriores, embora nesse livro possamos até encontrar a palavra-chave ‘*acquaintance*’” (RODRÍGUEZ-CONSUEGRA, 1990, p. 114, tradução

---

<sup>191</sup> No original: “A foundationalist epistemology is thus implicit in Russell’s general view. He assumes that all knowledge is based on our acquaintance with certain objects, some of them abstract”.

<sup>192</sup> No original: “The discussion of indefinables – which forms the chief part of philosophical logic – is the endeavour to see clearly, and to make others see clearly, the entities concerned, in order that the mind may have that kind of acquaintance with them which it has with redness or the taste of a pineapple”.

<sup>193</sup> Russell, no final do artigo “On Denoting”, expressou que o princípio de *acquaintance* era um interessante resultado da teoria das descrições de 1905. Nesta tese, pressupõe-se que essa declaração de Russell não significa literalmente que o princípio de *acquaintance* seja uma novidade oriunda da teoria das descrições de “On Denoting”. Mas entende-se que Russell estava se referindo ao princípio de *acquaintance* que resultou de um longo processo de desenvolvimento após *An Analysis of Mathematical Reasoning* e *The Principles of Mathematics*. Quer-se dizer com isso que “On Denoting” afirmou o princípio de *acquaintance*, contudo a noção de *acquaintance* de “On Denoting” não é a mesma noção dos anos anteriores. A discussão sobre o desenvolvimento posterior do princípio de *acquaintance* é feita na seção 3.

nossa)<sup>194</sup>. Contudo, vale a pena destacar que a noção de *acquaintance* cumpriu ali um papel de coadjuvante, em um cenário onde o principal objetivo era eliminar qualquer ação da mente na constituição dos objetos do conhecimento. Se quiser ir além, o fato de Russell não ter elaborado a noção de *acquaintance* da forma que fez nos anos seguintes pode ser explicado levando-se em conta a trivialidade da relação, ou seja, entendendo que a mente é completamente passiva e possui um caráter puramente receptivo na relação com os objetos do conhecimento. Logo, se a mente estabelece com o objeto apenas uma relação de conhecimento, e nunca de agente reguladora da natureza dele, pode-se assumir que Russell tomou como trivial essa relação e não viu a necessidade de desenvolver o princípio de *acquaintance* com restrições.

Hylton também enfatiza o aspecto trivial da noção de *acquaintance* presente em *The Principles of Mathematics*. Segundo Hylton, “nada precisa ou pode ser dito sobre *como* conhecemos, apenas conhecemos; portanto, minha ênfase na relação ser ‘direta’ e ‘imediate’” (HYLTON, 1990, p. 111, tradução nossa)<sup>195</sup>. A forma com que Hylton explica a relação de *acquaintance* tenta deixar claro o caráter indubitável da relação epistêmica entre a mente e o objeto, pois o fato de a relação epistêmica ser direta e não evidencial significa que não faz sentido perguntar “que evidências temos?” para dizer que se conhece algo, quando esse conhecimento é por *acquaintance*. Consequentemente, a natureza passiva e receptiva da mente na relação de *acquaintance* diz muito sobre o antipsicologismo de Russell, pois ao esvaziar as funções da mente em relação à constituição da realidade, Russell deixou o caminho aberto para considerar as entidades lógicas como autossuficientes e imunes às restrições da mente.

Em segundo lugar, a forma como Russell se expressou na citação acima deixou margem para se supor que a noção de *acquaintance* utilizada em *The Principles of Mathematics* era uma noção irrestrita. Pelo fato de Russell não ter desenvolvido uma teoria epistemológica complexa nessa obra, fica-se carente de explicações sobre o que realmente significava a mente ter a capacidade de possuir *acquaintance* com objetos de naturezas diferentes. A citação anterior é justamente inusitada, pois parece que Russell defendia que a mente seria capaz de ter *acquaintance* com fenômenos do tipo como cores e sabores de frutas, mas, ao mesmo tempo, também seria capaz de ter *acquaintance* com fenômenos do tipo dos objetos abstratos

---

<sup>194</sup> No original: “Of course, the distinction was only the adaptation of the former one between intuitive and non-intuitive knowledge, which can be found in the *Principles* and earlier writings, although in that book we even find the key word ‘acquaintance’”. Russell Wahl é outro autor que reafirma essa visão: “a primeira teoria dos conceitos denotativos de Russell andava de mãos dadas com o princípio de *acquaintance*” (WAHL, 2007, p. 7, tradução nossa). No original: “Russell’s earlier theory of denoting concepts went hand in hand with the principle of *acquaintance*”.

<sup>195</sup> No original: “Nothing needs to be said, or can be said, about *how* we know, we just do know; hence my stress on the relation being ‘direct’ and ‘immediate’”.

matemáticos, as relações, variáveis etc. Assim, o significado da noção de *acquaintance* apresentado por Russell transmitiu o recado de que a mente seria uma receptora passiva capaz de ter uma relação especial, isto é, de conhecimento direto, familiar e imediato com uma pluralidade de objetos independentes e de suas relações de forma irrestrita.

O caso paradigmático é o das proposições. No entender de Russell, apesar de a realidade ser constituída por uma pluralidade de termos independentes uns dos outros, eventualmente ou quase sempre, esses termos formam complexos proposicionais passíveis de serem conhecidos pelas mentes. Isto é, a forma com que a mente entra em *acquaintance* com esses objetos sempre se dá por meio de proposições. Isso significa dizer que a mente tem *acquaintance* com algum número por meio de alguma proposição do tipo /Há um número primo par/. Da mesma forma, com alguma qualidade de algum objeto por meio de alguma proposição do tipo /Sócrates é sábio/. E também pode-se ter *acquaintance* com relações entre objetos através de proposições do tipo /Dois é menor do que cinco/. Dito de outra forma, na visão de Russell, a realidade, no sentido geral, é constituída por proposições verdadeiras e falsas com as quais se têm *acquaintance*. Porém, os fatos que se apresentam à percepção são dados sob a forma de proposições verdadeiras. Portanto, essa é aquela tese do realismo lógico que postulou a proposição verdadeira como um fato da realidade e descartou a explicação da Verdade segundo alguma correspondência entre ambos.

Para exemplificar essa tese do realismo lógico, vale voltar ao artigo “The Nature of Judgment” para se constatar a natureza da relação perceptiva por meio das proposições existenciais. Segundo Moore, “parece agora que a percepção deve ser considerada filosoficamente como o conhecimento de uma proposição existencial” (MOORE, 1898, p. 183, tradução nossa)<sup>196</sup>. Ou seja, o pensamento subjacente à fala de Moore – e não se tem motivos nenhum para duvidar de Russell ter pensado o mesmo – é que se conhece os fenômenos por meio da relação de *acquaintance* que as mentes estabelecem com as proposições e com os objetos que são os constituintes dessas últimas. Nesse sentido, Russell viu a necessidade de elaborar uma gramática filosófica em *The Principles of Mathematics* com o objetivo de desenvolver uma lógica correta e uma teoria capaz de classificar todas as ocorrências lógicas dos constituintes das proposições com as quais se tem *acquaintance*.

Antes de entrar propriamente na análise da gramática filosófica formulada por Russell, vale destacar que o interesse em tal procedimento não se deu meramente pela intenção de elaborar uma filosofia da linguagem ordinária ou tampouco de desenvolver uma lógica que

---

<sup>196</sup> No original: “It now appears that perception is to be regarded philosophically as the cognition of an existential proposition”.

meramente manipulasse sinais e não expressasse conteúdo objetivo algum. Ao contrário, a razão para tal procedimento aparenta ser que, naquela época, Russell acreditava que a sentença espelhasse fielmente a forma lógica da proposição expressada por ela. Por isso, uma forma confiável de entender o funcionamento lógico dos constituintes das proposições seria por meio da análise das posições que as palavras ocupam no interior das sentenças. A estratégia foi desenvolver uma gramática filosófica que correspondesse às ocorrências das entidades não linguísticas constituintes da proposição. Russell começou a elaborar essa forma de análise proposicional no manuscrito *An Analysis of Mathematical Reasoning*. No entanto, foi o desenvolvimento daquela primeira teoria dos termos e das proposições que proporcionou a Russell tanto o aperfeiçoamento da análise quanto maior clareza sobre as vantagens associadas a ela. Em *The Principles of Mathematics*, Russell explicou essa questão:

A correção de nossa análise filosófica de uma proposição pode, portanto, ser utilmente verificada pelo exercício de atribuir o significado de cada palavra na sentença que expressa a proposição. No geral, a gramática me parece muito mais próxima de uma lógica correta do que as opiniões atuais dos filósofos; e no que se segue a gramática, embora não seja a nossa mestra, ainda será tomada como nossa guia. (RUSSELL, 1903, p. 42, tradução nossa)<sup>197</sup>.

Quando se pensa em gramática, ou em análise gramatical, geralmente se refere ao conjunto de regras que prescrevem a maneira correta de utilizar qualquer língua, seja na forma escrita, seja na forma falada. Todavia, é de suma importância ter clareza e reconhecer que as sentenças das diferentes línguas e suas respectivas gramáticas são frutos de evoluções culturais oriundas de convenções e desenvolvimentos históricos. Nesse sentido, quando alguém pronuncia ou afirma cotidianamente alguma sentença, estabelece com a respectiva sentença (a entidade linguística) uma relação psicológica, pragmática, comportamental, temporal etc. Seguramente não era esse o objeto de estudo de Russell. De fato, o não interesse por essas relações de fundo subjetivo e temporal sustentava a convicção de que a gramática filosófica deveria servir apenas como uma simples guia a ser seguida sem, contudo, assumir a importância de mestra na investigação. O que interessava a Russell era a proposição, pois a proposição é a entidade lógica não linguística que a sentença expressa. Como dito anteriormente, a proposição ocupou um lugar de destaque no realismo lógico de Moore e de Russell. O objetivo final de ambos foi desenvolver uma análise lógica da proposição afirmada no sentido lógico atemporal,

---

<sup>197</sup> No original: “The correctness of our philosophical analysis of a proposition may therefore be usefully checked by the exercise of assigning the meaning of each word in the sentence expressing the proposition. On the whole, grammar seems to me to bring us much nearer to a correct logic than the current opinions of philosophers; and in what follows, grammar, though not our master, will yet be taken as our guide”.

pois são a essas entidades lógicas que se anexam a Verdade ou a Falsidade enquanto propriedades lógicas imutáveis. Provavelmente, foi essa perspectiva que levou Russell a considerar a gramática filosófica a melhor guia para a elaboração de uma lógica correta. Quer dizer, pode ter sido a convicção de que o conhecimento das proposições e a articulação lógica de seus constituintes podem ser elaborados através da análise das sentenças que as expressam.

É importante ressaltar que, na última citação, Russell usou a palavra “significado” no amplo sentido do termo. Dessa maneira, o próprio Russell considerou a noção de significado “uma noção confusamente composta de elementos lógicos e psicológicos” (Russell, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>198</sup>, uma vez que todas as palavras no uso ordinário são usadas pelos falantes com o objetivo de simbolizar algo para além delas próprias. Nesse amplo sentido de significado, a natureza lógica do termo pode se descaracterizar, já que as palavras são usadas envoltas em ideias e elementos psicológicos. Russell não deixou passar despercebido que Bradley cometera esse equívoco, tendo em vista que, “na teoria da lógica do Sr. Bradley, todas as palavras representam ideias que tem o que ele chama de significado” (RUSSELL, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>199</sup>. Assim como Moore, Russell também criticou a definição de Bradley da ideia no sentido lógico porque a ideia lógica fora definida pelo último como uma abstração da parte do conteúdo das nossas ideias enquanto fenômenos mentais. Muito possivelmente, a crítica de Russell a Bradley foi motivada pela perspectiva de que a natureza subjetiva e abstrata do significado da ideia era uma noção psicologista e, “assim significado, no sentido em que palavras têm significado, é irrelevante para a lógica” (RUSSELL, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>200</sup>. Russell não aceitou a forma como Bradley definiu a noção de ideia lógica, dado que aquela definição privilegiava a natureza subjetiva e psicológica das ideias. Logo, isso minava completamente a compreensão da lógica como uma ciência universal e atemporal.

Da mesma forma que fez em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, Russell, em *The Principles of Mathematics*, fundamentou o pluralismo e o realismo na noção última de termo<sup>201</sup>. Em 1903, ele definiu a noção de termo da forma mais abrangente do ponto de vista lógico, metafísico e epistemológico. Essa noção serviu de base para Russell desenvolver a gramática

---

<sup>198</sup> No original: “A notion confusedly compounded of logical and psychological elements”.

<sup>199</sup> No original: “Into the theory of Mr. Bradley’s Logic, that all words stand for ideas having what he calls meaning”.

<sup>200</sup> No original: “Thus meaning, in the sense in which words have meaning, is irrelevant to logic”.

<sup>201</sup> Russell, em nota de rodapé de *The Principles of Mathematics*, forneceu outra evidência de que ocorreu uma influência mútua entre ele e Moore. Segundo Russell, “a noção de termo aqui estabelecida é uma modificação da noção de *conceito* do Mr. G. E. Moore em seu artigo ‘On the Nature of Judgment’, *Mind*, N. S. Nº 30, diferindo dela, porém, em alguns aspectos importantes” (RUSSELL, 1903, p. 44, tradução nossa). No original: “The notion of a term here set forth is a modification of Mr. G. E. Moore’s notion of a *concept* in his article ‘On the Nature of Judgment’ *Mind*, N. S. No. 30, from which notion, however, it differs in some important respects”.

filosófica, a julgar pela posição lógica dos termos no interior das proposições.

Qualquer coisa que possa ser um objeto de pensamento, ou possa ocorrer em qualquer proposição verdadeira ou falsa, ou possa ser contada como *um*, eu chamo de *termo*. Essa, então, é a palavra mais ampla do vocabulário filosófico. Usarei como sinônimas dela as palavras unidade, indivíduo e entidade. As duas primeiras enfatizam o fato de que cada termo é *um*, enquanto a terceira é derivada do fato que cada termo tem ser, ou seja, *é* em algum sentido. (RUSSELL, 1903, p. 43, tradução nossa)<sup>202</sup>.

O *status* ontológico subjacente à noção de termo foi baseado no ponto de vista de que necessariamente cada uma das entidades é idêntica consigo mesma e diversa de todas as demais. Como dito em 2.1.4, essa visão pluralista e realista dos termos foi o fundamento filosófico do realismo lógico de Moore e Russell, uma vez que cada um dos termos tem Ser no sentido de ser completamente independente de nós o pensarmos e das suas relações com o espaço e o tempo. Assim, a noção de termo na metafísica do realismo lógico de Russell cumpriu a função de caracterizar cada entidade imutável e indestrutível que ocorra nas proposições.

Pode-se acusar essa forma de caracterizar os termos de controversa, pois a mutabilidade das coisas no espaço e no tempo não se ajusta adequadamente bem à tese de que os termos são imutáveis e atemporais. Contudo, vale lembrar que a questão pode ser apaziguada se levar-se em consideração que o realismo lógico de Moore e Russell foi sustentado por uma metafísica que incluiu os termos em uma única categoria abrangente de tudo o que há. A característica principal dessa metafísica foi justamente a independência do Ser, mesmo quando os termos possuíam momentaneamente alguma relação com o conceito de existência ou com algum ponto do espaço ou com algum momento do tempo. O fundamento último da metafísica do realismo lógico de Russell em 1903 foi a noção filosófica de termo, e é a esta, irrestritamente independente das mentes, que coube a categoria de Ser. Para entender melhor esse ponto de vista metafísico do realismo lógico basta lembrar a distinção entre as noções de Ser e existência apresentada em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Russell fez questão de explicitá-la também em *The Principles of Mathematics*.

*Ser* é aquilo que pertence a todo termo concebível, a todo objeto de pensamento possível, em resumo, a tudo o que possa ocorrer em qualquer proposição, verdadeira ou falsa, e a todas essas proposições. Ser pertence a tudo que pode ser contado. Se *A* for qualquer termo que possa ser contado como um, é claro que *A* é algo e, portanto, que *A* é. [...]. *Existência*, pelo contrário, é prerrogativa de apenas alguns entre os seres. Existir é ter uma relação específica com a existência – uma relação, a propósito, que

---

<sup>202</sup> No original: “Whatever may be an object of thought, or may occur in any true or false proposition, or can be counted as *one*, I call a *term*. This, then, is the widest word in the philosophical vocabulary. I shall use as synonymous with it the words unit, individual, and entity. The first two emphasize the fact that every term is *one*, while the third is derived from the fact that every term has being, i.e., *is* in some sense”.

a própria existência não possui. (RUSSELL, 1903, p. 449, tradução nossa)<sup>203</sup>.

Esse foi o tratamento dado por Russell a todos os termos e a qualquer constituinte de proposições. A distinção entre Ser e existência não precisa ser entendida como uma distinção ontológica categórica, uma vez que a existência é apenas uma possibilidade lógica do Ser. Em *The Principles of Mathematics*, Russell abandonou a distinção entre os conceitos empíricos, os conceitos da intuição e os conceitos da categoria pura, que marcaram presença em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Essa rejeição é uma forte evidência do afastamento completo da epistemologia de Kant e da dependência das intuições para o conhecimento. Sendo assim, todos os termos passaram a pertencer ao mesmo patamar ontológico e, da mesma forma, estavam sujeitos a possíveis combinações por meio de relações igualmente irredutíveis e autossuficientes. A engenhosidade da teoria é algo surpreendente, pois ela permitiu a Moore e a Russell explicarem sem inconsistências de que forma a mutabilidade das coisas se adequa à imutabilidade dos termos.

A mudança se deve, em última análise, ao fato de muitos termos terem relações com algumas partes do tempo que não têm com outras. Mas, todo termo é eterno, atemporal e imutável; as relações que ele pode ter com partes do tempo são igualmente imutáveis. É apenas o fato que diferentes termos estão relacionados em diferentes momentos que faz a diferença entre o que existe em um tempo e o que existe em outro. E embora um termo possa deixar de existir, ele não pode deixar de ser; ele ainda é uma entidade, que pode ser contada como *uma*, e sobre a qual algumas proposições são verdadeiras e outras falsas. (RUSSELL, 1903, p. 471, tradução nossa)<sup>204</sup>.

Como dito anteriormente, essa forma extremada de realismo implícita na metafísica do realismo lógico foi elaborada justamente por ser um forte argumento contra o psicologismo na lógica. E, de fato, o argumento foi bem-sucedido, pois o ponto de vista psicologista na lógica e na matemática caracteriza-se por explicar as entidades dessas ciências a partir das leis inerentes ao pensar, o que lhes garante uma natureza subjetiva e psicológica. Por isso, mesmo que pareça uma forma extremada de realismo, a distinção entre Ser e existência assegurou tanto à lógica quanto à matemática a natureza pura e *a priori*. Tais características foram fundamentais para o

---

<sup>203</sup> No original: “*Being* is that which belongs to every conceivable term, to every possible object, of thought in short to everything that can possibly occur in any proposition, true or false, and to all such propositions themselves. *Being* belongs to whatever can be counted. If *A* be any term that can be counted as one, it is plain that *A* is something, and therefore that *A* is. [...] *Existence*, on the contrary, is the prerogative of some only amongst beings. To exist is to have a specific relation to existence – a relation, by the way, which existence itself does not have”.

<sup>204</sup> No original: “The change is due, ultimately, to the fact that many terms have relations to some parts of time which they do not have to others. But every term is eternal, timeless, and immutable; the relations it may have to parts of time are equally immutable. It is merely the fact that different terms are related to different times that makes the difference between what exists at one time and what exists at another. And though a term may cease to exist, it cannot cease to be; it is still an entity, which can be counted as *one*, and concerning which some propositions are true and others false”.



argumento logicista de Russell, pois a lógica, enquanto uma ciência universal que se aplica às entidades objetivas e atemporais, não poderia, em qualquer sentido filosófico, ser reduzida nem a conceitos empíricos, nem a imagens mentais.

Em suma, a metafísica do realismo lógico que Russell desenvolveu em *The Principles of Mathematics* é praticamente a mesma que Moore defendeu em “The Nature of Judgment”. Ambos consideraram a proposição um objeto *sui generis*, seja ela verdadeira ou falsa. A proposição é uma entidade lógica atemporal, eterna, imutável e constituída pelos termos e relações com o mesmo *status* ontológico. Quando eventualmente um dos constituintes da proposição for o conceito de existência, juntamente com algum instante particular do tempo e com algum ponto específico do espaço, a proposição é um fato da realidade que, no futuro, poderá deixar de existir sem perder o *status* de Ser uma entidade lógica atemporal e objetiva. Entretanto, apesar das várias semelhanças com a filosofia de Moore, Russell, desde a época de *An Analysis of Mathematical Reasoning*, foi muito além na análise lógica das proposições, e há diferenças importantes entre as duas análises proposicionais. A principal diferença é que Russell desenvolveu uma gramática filosófica com o cuidado de classificar os termos de acordo com a posição lógica que eles ocupam no interior das proposições, enquanto Moore tratou de forma genérica os constituintes das proposições, classificando-os como conceitos.

Ainda assim, mesmo que o interesse de Russell fosse a proposição, e não a sentença, o entendimento de que a forma sentencial espelha a forma proposicional o levou a tratar das relações semânticas entre as palavras e os termos. O risco assumido ao se tratar dessas relações linguísticas é o fato de ser difícil desassociar os elementos subjetivos do significado das palavras, pois de uma forma geral, nas relações cotidianas, é natural que elementos psicológicos se misturem ao conteúdo das entidades linguísticas. Ciente dessa dificuldade, Russell sabia que “todas as *palavras* têm significado, no simples sentido de que elas são símbolos que representam algo diferente delas mesmas” (Russell, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>205</sup>. Todavia, isso não o impediu de separar o significado no sentido lógico do significado no sentido psicológico. Essa é uma característica importante da gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*, pois Russell definiu duas noções semânticas de significado. Isso não é novidade entre os comentadores de Russell. Por exemplo, Rodríguez-Consuegra tem a mesma percepção que corrobora o ponto de vista apresentado.

Um primeiro resultado foi uma distinção importante que geralmente é mal

---

<sup>205</sup> No original: “Words all have meaning, in the simple sense that they are symbols which stand for something other than themselves”.

compreendida. Existem dois tipos de significado. O primeiro se aplica às palavras e afirma uma relação psicológica e linguística, segundo a qual as palavras representam ou *indicam* outras coisas ou conceitos que não são símbolos. O segundo se aplica apenas a certos conceitos e afirma uma *relação* lógica (*denotação*) entre esses conceitos e coisas, ou seja, consiste na designação ou descrição de um termo por um conceito. (RODRÍGUEZ-CONSUEGRA, 1990, p. 101, tradução nossa)<sup>206</sup>.

A duplicidade da noção de significado mostra que Russell tratou também de relações psicológicas da linguagem. Mas, de maneira alguma, a sua abordagem arruinou as suas pretensões de elaborar uma análise lógica objetiva das proposições. Não custa lembrar que o próprio Russell alertara que a gramática filosófica seria utilizada apenas como uma guia para se alcançar as proposições. Com esse objetivo em mente, Russell foi cuidadoso ao distinguir na gramática filosófica as relações semânticas relevantes para a elaboração de uma lógica correta. Portanto, esses elementos psicológicos que permeiam as relações linguísticas não contaminaram a teoria lógica da proposição de Russell e devem, com certa cautela, ser desconsiderados, porque a linguagem, uma vez sujeita à análise, não passa de uma roupagem linguística para as legítimas entidades lógicas que são as proposições.

No âmbito geral da gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*, Russell distinguiu duas diferentes relações semânticas. Uma é a relação de indicação, que ocorre entre uma entidade linguística e uma entidade não linguística, ou seja, entre uma palavra e um termo. A outra é a relação de denotação, mais complexa porque ocorre entre entidades não linguísticas. O diferencial da relação de denotação é que nela podem ocorrer três situações. Digo, um termo pode denotar inequivocamente um único termo; um termo pode denotar ambigualmente uma classe de termos; e um termo pode denotar termo nenhum. Vendo por essa perspectiva, a relação de indicação é mais simples e direta entre a palavra e o termo, enquanto, a relação de denotação possui um elemento intermediário, dado que existe a presença da palavra, do significado e da denotação, quando houver. De acordo com a classificação dos termos, a classificação apresentada em *The Principles of Mathematics* é mais organizada do que aquela de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Em 1903, Russell distinguiu os termos entre as coisas e os conceitos. Segundo Russell, “os primeiros são os termos indicados pelos nomes próprios, os segundos, os indicados por todas as outras palavras” (RUSSELL, 1903, p. 44, tradução nossa)<sup>207</sup>. Além disso, entre os conceitos, Russell promoveu novamente uma distinção entre

---

<sup>206</sup> No original: “A first result was an important distinction which is usually misunderstood. There are two kinds of meaning. The first applies to words and states a psychological and linguistic relation according to which words stand for or *indicate* other things or concepts which are not symbols. The second applies only to certain concepts and states a *logical* relation (*denotation*) between those concepts and things, i.e., it consists in the designation or description of a term by a concept”.

<sup>207</sup> No original: “The former are the terms indicated by proper names, the latter those indicated by all other words”.

dois tipos, “aqueles indicados pelos adjetivos e aqueles indicados pelos verbos. O primeiro tipo geralmente será chamado de predicados ou conceitos-classe; os últimos são sempre, ou quase sempre, relações” (RUSSELL, 1903, p. 44, tradução nossa)<sup>208</sup>. Apesar dessas distinções lógicas, todas essas entidades foram consideradas termos e estão no mesmo nível lógico de acordo com a teoria da metafísica do realismo lógico. As diferentes classificações entre elas foi apenas o resultado da análise da posição lógica que essas entidades ocupam no interior das proposições.

Como exemplo, será usada a sentença simples que expressa a proposição /Sócrates é humano/. Nessa sentença, o próprio Russell diz: “é uma proposição contendo somente um termo” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>209</sup>. O nome próprio “Sócrates” indica o único termo constituinte da proposição que, por sua vez, é o próprio indivíduo /Sócrates/. As duas palavras restantes, o predicado e o verbo, indicam conceitos. Na proposição /Sócrates é humano/, o predicado “humano” indica o conceito /humano/, que é relacionado por meio do verbo “é” ao indivíduo /Sócrates/ na proposição. A identificação dos conceitos indicados pelos predicados nas proposições, pelo menos nos casos paradigmáticos, é um tanto simples, dado que os “predicados, então, são conceitos que não são verbos e ocorrem em proposições com apenas um termo ou sujeito” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>210</sup>. Contudo, na gramática filosófica, Russell considerou os predicados como termos diferentes dos demais, pois predicados possuem uma relevante posição, porquanto “o estudo dessas várias noções é absolutamente vital para qualquer filosofia da matemática” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>211</sup>. A importância dos predicados se deve ao fato de que alguns predicados ou conceitos-classe dão origem a uma série de palavras cognatas que possuem a propriedade lógica de denotar, uma relação completamente diferente da relação de indicação como já se mencionou acima. Devido a essa característica dos conceitos-classe ser tão importante para a presente pesquisa, é dedicada a seção 2.2.2.4 para tratar especificamente da teoria da denotação.

Em relação ao verbo, considerando a proposição /Sócrates é humano/, apesar de comumente essa proposição ser caracterizada como tendo um sujeito e um predicado, a gramática filosófica mostra que a sua análise deve ser diferente. Segundo Russell, “o verdadeiro verbo lógico em uma proposição pode ser sempre considerado como afirmando uma relação”

---

<sup>208</sup> No original: “Those indicated by adjectives and those indicated by verbs. The former kind will often be called predicates or class-concepts; the latter are always or almost always relations”.

<sup>209</sup> No original: “Is a proposition having only one term”.

<sup>210</sup> No original: “Predicates, then, are concepts, other than verbs, which occur in propositions having only one term or subject”.

<sup>211</sup> No original: “The study of these various notions is absolutely vital to any philosophy of mathematics”.

(RUSSELL, 1903, p. 49, tradução nossa)<sup>212</sup>. Por conta disto, o verbo “é”, na proposição em questão, indica uma relação entre /Sócrates/ e o conceito /humano/, ainda que sob um determinado ponto de vista, pois de acordo com Russell, “embora se distinga de outras relações, pelo fato de não permitir que ela mesma seja considerada como uma asserção que diz respeito a qualquer um dos seus termos indiferentemente, mas apenas como uma asserção relativa ao referente” (RUSSELL, 1903, p. 49, tradução nossa)<sup>213</sup>. Essa forma de analisar as proposições, com a perspectiva que privilegiou o aspecto relacional entre os termos, não foi novidade de *The Principles of Mathematics*, pois foi mostrado que Russell já o defendera em 1899 no artigo “The Classification of Relations”. Para a filosofia do realismo lógico, tal convicção filosófica significou que as relações são entidades lógicas necessárias, externas e independentes dos termos, possuindo o mesmo grau de Ser que os demais termos das proposições.

Como se sabe, a autossuficiência e a externalidade das relações fizeram parte de uma das teses fundamentais do realismo lógico de Moore e Russell. Essa tese significou o rompimento radical de ambos com a tradição filosófica que analisava os juízos de acordo com a metafísica de substância e atributo. Levando-se em conta a influência filosófica de Bradley na formação do pensamento de Moore e Russell, a teoria das relações do realismo lógico se contrapôs completamente à teoria do juízo de Bradley. Em 2.1.2.1, analisou-se os principais pontos da teoria do juízo de Bradley e destacou-se que os significados dos juízos são predicados, na acepção de serem uma ideia no sentido lógico que atribui ao sujeito, o Absoluto, uma propriedade ideal adjetiva. Em *The Principles of Mathematics*, Russell fez questão de marcar a sua posição crítica em relação ao monismo idealista de Bradley.

É habitual considerar todas as proposições como tendo um sujeito e um predicado, isto é, como tendo um imediato *isto*, e um conceito geral associado a ele por meio de uma descrição. [...]. Essa doutrina se desenvolve, por necessidade lógica interna, na teoria exposta na *Lógica* do Sr. Bradley, segundo a qual todas as palavras representam ideias que ele chama de *significado*, e que em todo juízo existe um algo, o verdadeiro sujeito do juízo, que não é uma ideia e não tem significado. (RUSSELL, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>214</sup>.

O que está por trás das palavras de Russell é uma boa descrição da teoria do juízo de

<sup>212</sup> No original: “The true logical verb in a proposition may be always regarded as asserting a relation”.

<sup>213</sup> No original: “Although it is distinguished from other relations in that it does not permit itself to be regarded as an assertion concerning either of its terms indifferently, but only as an assertion concerning the referent”.

<sup>214</sup> No original: “It is customary to regard all propositions as having a subject and a predicate, i.e., as having an immediate *this*, and a general concept attached to it by way of description. [...]. This doctrine develops by internal logical necessity into the theory of Mr. Bradley’s *Logic*, that all words stand for ideas having what he calls *meaning*, and that in every judgment there is a something, the true subject of the judgment, which is not an idea and does not have meaning”.

Bradley. Como se analisou em 2.1.2.1, a filosofia de Bradley parte do pressuposto de que todo fato pode ser dividido entre existência e conteúdo. Além disso, todas as ideias no sentido lógico são uma abstração de alguma parte desse conteúdo, que é um fato mental. Assim, o juízo projeta um significado ideal à realidade e, de acordo com a teoria da Verdade como coerência de Bradley, o conteúdo do juízo está mais próximo da verdade ou da falsidade a depender do quanto o conteúdo ideal se ajusta à unidade do Absoluto. A relação entre o significado do juízo e o Absoluto nunca é de identidade total, haja vista que nenhum juízo é totalmente verdadeiro ou falso. Dessa forma, para Bradley, mesmo que o significado do juízo não seja uma síntese de ideias, no sentido da filosofia empirista inglesa, o juízo deve ser entendido como uma unidade ideal, visto que todo significado é uma unidade abstrata que se destina a adjetivar o Absoluto. Portanto, o Absoluto nunca é uma ideia ou conteúdo ideal, pois o Absoluto deve ser entendido como a plena existência de um todo unificado.

Na época de *The Principles of Mathematics*, não havia motivo algum para Russell corroborar com teorias que defendiam que a Verdade dos juízos depende de qualquer correspondência ou de coerência entre as nossas ideias e a realidade, ou mesmo entre a proposição e a realidade. Sabe-se que, na metafísica do realismo lógico, não havia lugar algum para se definir a Verdade como essas teorias propõem. O ponto de vista de Russell não podia ser diferente. A proposição contém, ela mesma, os termos constituintes da realidade e, portanto, a proposição verdadeira é o fato afirmado. As noções de Verdade e Falsidade foram consideradas noções absolutas e indefiníveis, além de o verdadeiro portador da Verdade, a Proposição, possuir uma relação lógica necessária com o Verdadeiro ou o Falso. Em decorrência disso, a relação do portador da Verdade com o Verdadeiro e o Falso é estabelecida atemporalmente, sendo completamente alheia a qualquer tipo de definição. Portanto, pode-se concluir que as diferenças entre o monismo idealista de Bradley e o realismo lógico de Moore e Russell eram mesmo intransponíveis.

Nas próximas três seções terciárias, são analisados aspectos centrais que foram desenvolvidos por Russell a partir da gramática filosófica de *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Esses temas estão diretamente ligados à ocorrência lógica do termo na proposição. As análises desses aspectos fornecem uma ampla compreensão do estágio do desenvolvimento da teoria da proposição e, é claro, da teoria das descrições em *The Principles of Mathematics*. Ao mesmo tempo, ao abordar esses temas, é destacada a contraposição de algumas características da teoria da proposição de Russell à teoria da linguagem de Frege e à teoria do juízo de Bradley.

### 2.2.2 Tudo é um termo, mas nem tudo ocorre como um termo em uma proposição

Quando se analisa a gramática filosófica desenvolvida por Russell e se observa as características lógicas e metafísicas da noção de termo, de imediato uma pergunta vem à tona: se tudo é um termo, por que a proposição /Sócrates é humano/ contém apenas um termo? A pergunta é oportuna, pois ela permite explicar detalhes mais profundos da gramática filosófica que conduziram Russell a encontrar um critério lógico que determinou a forma de definir logicamente, entre os constituintes da proposição, aqueles termos sobre os quais a proposição *é sobre* [*is about*]. Dito de outra forma, Russell classificou a noção de termo em uma proposição para delimitar aquele termo que ocorre como o sujeito lógico da proposição e considerou que os demais constituintes da proposição têm a função de dizer algo a respeito do termo que a proposição *é sobre*.

A noção termo é toda inclusiva, pois diz respeito a qualquer entidade que possa ser um constituinte de uma proposição. Nesse aspecto, tanto as coisas como os conceitos são termos no amplo sentido lógico e metafísico do realismo lógico. No entanto, um dos objetivos da gramática filosófica foi especificar a ocorrência de um termo na proposição como aquela ocorrência lógica que possui a especial característica de ser o sujeito *sobre* o qual a proposição diz algo a respeito. Por isso, nem tudo ocorre como um termo em uma proposição, porque a entidade que ocorre como termo possui a particularidade de a proposição dizer algo *sobre* ela. Russell determinou a ocorrência singular de um termo em uma proposição da seguinte forma: “falarei dos *termos* de uma proposição como aqueles termos, por mais numerosos que sejam, que ocorrem em uma proposição e podem ser considerados como os sujeitos sobre os quais a proposição é” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>215</sup>. Por causa dessa perspectiva, na proposição /Sócrates é humano/, o único termo da proposição é /Sócrates/, o indivíduo mesmo, uma vez que ele ocupa o lugar do sujeito lógico da proposição e, quando alguém expressa essa sentença, a proposição diz algo *sobre* /Sócrates/. A proposição diz algo a respeito do sujeito, o que é dito *é sobre* o indivíduo mesmo, a saber, que ele possui um nexos lógico com o conceito /humano/ e que esse complexo é um fato verdadeiro.

A mesma análise é feita nos casos de proposições do tipo /Sócrates é diferente de Platão/. Russell analisou essa proposição de tal modo que “uma relação entre dois termos é um conceito que ocorre em uma proposição em que existem dois termos não ocorrendo como conceitos, e na qual o intercâmbio dos dois termos nos dá uma proposição diferente” (RUSSELL, 1903, p.

---

<sup>215</sup> No original: “I shall speak of the *terms* of a proposition as those terms, however numerous, which occur in a proposition and may be regarded as subjects about which the proposition is”.

95, tradução nossa)<sup>216</sup>. Nos casos de relações, Russell denominou os termos da relação segundo o sentido da relação. Dessa forma, Russell entendeu que “podemos distinguir o termo *do* qual a relação procede como o *referente* e o termo *para* o qual ela procede como o *relatum*. O sentido de uma relação é uma noção fundamental, que não é capaz de definição” (RUSSELL, 1903, p. 96, tradução nossa)<sup>217</sup>. No caso desta última citação, a análise da proposição relacional  $/aRb/$  seria diferente da proposição  $/bRa/$ , pois o *referente* e o *relatum* ocupam posições lógicas diferentes, mas ambas as proposições continuam dizendo algo *sobre a e b*. Isso significa que o *referente* e o *relatum* ocorrem como termos nas duas proposições<sup>218</sup>. No entanto, as relações não se limitam a dois termos. Na proposição */Sócrates e Platão são dois/*, tem-se uma relação entre os três termos, */Sócrates/*, */Platão/* e */dois/*. Portanto, a proposição relacional tem a peculiaridade lógica de afirmar um nexo lógico entre um número indeterminado de termos.

Desde *An Analysis of Mathematical Reasoning*, Russell já havia afirmado que há entidades que só podem ocorrer como termos em proposições. Essas entidades parecem ser aquelas indicadas pelos nomes próprios na sentença. Em *The Principles of Mathematics*, Russell deu o seguinte exemplo: “Sócrates é uma coisa porque Sócrates nunca pode ocorrer a não ser como um termo em uma proposição” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>219</sup>. Dessa forma, os nomes próprios cumprem uma função importante na gramática filosófica porque a ocorrência de um nome próprio na sentença indica diretamente que a entidade nomeada ocorre como termo na proposição. Devido a relação de indicação ser direta, a palavra indica o termo diretamente, uma vez que Russell não admitiu significados intermediários entre os nomes próprios e os termos indicados. Esse é um dos motivos de Russell ter afirmado que “mas a proposição, a menos que seja linguística, não contém palavras: ela contém as entidades indicadas pelas palavras” (RUSSELL, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>220</sup>. Tal trecho estabelece uma diferença significativa entre Russell e duas teorias semânticas importantes para o contexto

---

<sup>216</sup> No original: “A relation between two terms is a concept which occurs in a proposition in which there are two terms not occurring as concepts, and in which the interchange of the two terms gives a different proposition”.

<sup>217</sup> No original: “We may distinguish the term *from* which the relation proceeds as the *referent* and the term *to* which it proceeds as the *relatum*. The sense of a relation is a fundamental notion, which is not capable of definition”.

<sup>218</sup> Russell não descartou a possibilidade de se poder analisar uma proposição relacional de formas diferentes. Ele diz: “em uma proposição relacional, digamos ‘*A é maior do que B*’, nós podemos considerar *A* como o sujeito, e ‘*é maior do que B*’ como a asserção, ou *B* como o sujeito e ‘*A é maior do que*’ como a asserção” (RUSSELL, 1903, p. 44, tradução nossa). No original: “In a relational proposition, say ‘*A is greater than B*’ we may regard *A* as the subject, and ‘*is greater than B*’ as the assertion, or *B* as the subject and ‘*A is greater than*’ as the assertion”. Entende-se que esse trecho não distorce a teoria de Russell porque, com a mudança proporcionada pela análise, não se perdeu a natureza relacional da proposição. Como se mostrou em 2.1.3, Russell classificou essa relação de unilateral.

<sup>219</sup> No original: “Socrates is a thing, because Socrates can never occur otherwise than as term in a proposition”.

<sup>220</sup> No original: “But a proposition, unless it happens to be linguistic, does not itself contain words: it contains the entities indicated by words”.

filosófico de *The Principles of Mathematics*. As duas teorias semânticas são completamente diferentes uma da outra, mas convergem para um único ponto: a conotação das palavras nas sentenças. Aqui se alude às teorias de Bradley e de Frege.

A intenção de trazer esse tema à tona é realçar a discordância de Russell, em *The Principles of Mathematics*, com ambos os autores em relação ao ponto de vista segundo o qual os nomes próprios se relacionam com os objetos nomeados de forma indireta. Para Russell, a relação de indicação entre o nome próprio e o termo indicado é de referência direta. Russell excluiu completamente a possibilidade da relação entre o nome próprio e o termo indicado ser via um conteúdo ideal, ou via um sentido, ou via um significado, que teria a função de intermediar a relação entre a palavra e o objeto. Como Frege e Bradley defenderam teorias semânticas completamente diferentes, analisa-se primeiro como Bradley entendeu a questão.

Em *The Principles of Logic*, Bradley definiu o juízo no sentido lógico do termo como uma unidade ideal fruto de abstrações dos conteúdos das nossas ideias. Uma vez que todo o juízo é uma única unidade ideal, cada constituinte do juízo é em si mesmo uma ideia no sentido lógico que contribui respectivamente para o todo do conteúdo ideal do juízo. Nesse sentido, os nomes próprios que ocorrem nas sentenças devem expressar um conteúdo ideal; portanto, Bradley defendeu que os nomes próprios não designam diretamente o objeto nomeado, mas fazem isso através de intensão. O trecho a seguir sugere que Bradley pensava nessa direção.

Há uma curiosa ilusão, agora amplamente difundida, envolvendo o tema dos nomes próprios. Acharmos que está estabelecido que um nome próprio não tem *conotação* ou, para usar o termo técnico mais comum, que ele não tem *intensão*. Na linguagem comum, ele *representa* algo, mas não *significa* nada. Se isso fosse verdadeiro, seria difícil entender o que se quer dizer com um juízo como “John está dormindo”. (BRADLEY, 1883, p. 59, tradução nossa)<sup>221</sup>.

A questão é que, segundo Bradley, o nome “John” não é o sujeito real do juízo. Contudo, o nome expressa algum conteúdo ideal da mesma forma que fazem os demais constituintes da sentença. De acordo com a teoria do juízo de Bradley, “se *existe* uma ideia transmitida pelo nome sempre que ele é usado, então certamente ele significa alguma coisa ou, caso se prefira dizer assim, ele deve ser ‘conotativo’” (BRADLEY, 1883, p. 60, tradução nossa)<sup>222</sup>. Sendo assim, uma vez que os nomes próprios designam através da conotação algum objeto dentre os

<sup>221</sup> No original: “There is a curious illusion, now widely spread, on the subject of proper names. We find it laid down that a proper name has not got *connotation*, or, to use the more common technical term, it has no *intension*. In ordinary language, it *stands* for something but does not *mean* anything. If this were true, it would be hard to understand what is signified by such judgments as ‘John is asleep’”.

<sup>222</sup> No original: “If there *is* an idea conveyed by the name, whenever it is used, then it surely means something, or, in the language which pleases you, it must be ‘connotative’”.



demais, Bradley precisou explicar como o conteúdo ideal do nome próprio era capaz de ser um sinal característico, mesmo que arbitrário, do objeto nomeado. Aqui está a resposta.

Ora, não é possível que um sinal seja desprovido de significado. Originalmente imposto como uma marca *arbitrária*, esse mesmo processo, que o torna um sinal e o associa firmemente à coisa que ele significa, deve associar a ele também algumas qualidades e caracteres daquilo que ele representa. (BRADLEY, 1883, p. 60, tradução nossa)<sup>223</sup>.

Portanto, do ponto de vista de Bradley, os nomes próprios expressam conteúdos ideais, e esses conteúdos devem ser entendidos como as intensões dos nomes, tendo em vista que é através dessas intensões que se identifica o objeto nomeado. Essas intensões nada mais são do que algumas das qualidades e características dos objetos. Para usar uma expressão comum a Russell, pode-se dizer que, para Bradley, os nomes próprios expressam um conteúdo ideal similar a uma descrição definida do objeto indicado. Russell, em *The Principles of Mathematics*, respondeu a Bradley:

Mas quando o significado é assim entendido, a entidade indicada por *John* não tem significado, como o Sr. Bradley afirma; e até mesmo entre os conceitos, somente aqueles que denotam têm significado. A confusão se deve em grande parte, acredito, à noção de que as *palavras* ocorrem nas proposições, que, por sua vez, se deve à noção de que proposições são essencialmente mentais e devem ser identificadas com cognições. (RUSSELL, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>224</sup>.

Logo, pode-se afirmar que Russell, nessa época, descartou completamente a possibilidade de que os nomes próprios expressassem algum significado. Conforme foi mencionado anteriormente, os nomes próprios se relacionam com os termos pela relação de indicação, e a marca característica dessa relação semântica é a referência direta entre o nome próprio e o objeto indicado. Assim, o objeto indicado pelo nome próprio é o real constituinte da proposição. Sendo assim, isso explica tal discordância entre Russell e Bradley.

O outro autor que corrobora com o ponto de vista de que os nomes próprios expressam um sentido intermediário entre a palavra e o objeto nomeado é Frege. Esse lógico e matemático alemão também defendeu o argumento logicista. De forma similar a Russell, Frege assumiu o

<sup>223</sup> No original: “Now a sign cannot possibly be destitute of meaning. Originally imposed as an *arbitrary* mark, that very process, which makes it a sign and associates it firmly with the thing it signifies, must associate with it also some qualities and characters of that which it stands for”.

<sup>224</sup> No original: “But when meaning is thus understood, the entity indicated by *John* does not have meaning, as Mr. Bradley contends; and even among concepts, it is only those that denote that have meaning. The confusion is largely due, I believe, to the notion that *words* occur in propositions, which in turn is due to the notion that propositions are essentially mental and are to be identified with cognitions”.

posicionamento do realismo lógico<sup>225</sup> em relação aos objetos matemáticos e a algumas entidades lógicas, tais como, os Pensamentos. A presente tese não se ocupará da teoria semântica de Frege da época que compreende os anos de 1879 a 1890, pois essa fase inicial da sua filosofia desenvolveu-se e deu lugar a sua teoria semântica madura, que perpassou os anos de 1891 a 1925. Contudo, apenas para marcar a diferença central entre essas duas teorias semânticas, é emprestada uma expressão de Alberto Coffa para associar essas características às duas teorias de Frege. Alude-se ao fato de Alberto Coffa (1991) dizer que a primeira semântica de Frege era monista, enquanto a segunda semântica era dualista. Em síntese, pode-se dizer que Alberto Coffa define uma semântica monista<sup>226</sup> como aquela que a cada item gramatical se associa apenas uma entidade semântica, e tal entidade semântica se encontra no mundo. Ao passo que uma semântica dualista é aquela que a cada item gramatical se associam duas entidades semânticas, uma é o que a sentença diz, e a outra é aquilo sobre o que a sentença trata. No caso de Frege, interessa a esta tese a semântica dualista, justamente porque ela rivaliza diretamente com a análise que Russell fez das proposições, exceto das que contêm conceitos denotativos. Assim, as teorias distintas que aqui se compara consistem nas relações de sentenças que indicam termos versus a distinção de Frege entre o sentido e a referência.

Frege, a partir de 1891, assumiu uma semântica dualista para todos os itens gramaticais da linguagem, não somente para os nomes próprios. É costume assegurar que essa semântica

---

<sup>225</sup> Na filosofia de Frege, essa forma de realismo lógico se manifestou, principalmente, através do semanticismo platônico que está implícito na sua teoria semântica lógica e que é fundamentado em uma distinção entre três domínios ontológicos mutuamente exclusivos e conjuntamente exaustivos daquilo que há. Pode-se considerar que essa teoria se desenvolveu subjacente a toda a obra de Frege, mas foi definitivamente declarada no artigo “The Thought”, de 1918. Nesse artigo, Frege diz: “portanto, o resultado parece ser: os pensamentos não são nem coisas do mundo exterior, nem ideias. É preciso admitir um terceiro domínio” (FREGE, 1997, p. 336, tradução nossa). No original: “So the result seems to be: thoughts are neither things in the external world nor ideas. A third realm must be recognized”. No artigo “The Thought”, Frege defendeu que esse terceiro domínio é totalmente distinto do domínio das entidades psicológicas e do domínio das entidades empíricas. Sendo assim, concorda-se com Pardey (2012), segundo o qual a principal tese de “The Thought” foi estabelecer a distinção rigorosa entre esses três domínios porque Frege quis mostrar que os Pensamentos sendo objetivos, eternos e atemporais não são nem coisas sensorialmente perceptíveis e muito menos uma ideia subjetiva. Dessa forma, classifica-se esses três domínios como: o domínio das subjetividades (os estados mentais), o domínio das efetividades (os objetos espaço-temporais ligados por cadeias causais) e o domínio das objetividades (as entidades objetivamente válidas que têm Ser, como os Pensamentos, os fatos, os sentidos dos componentes dos Pensamentos, os valores de verdade, os números, os conceitos, as funções e as relações). Por fim, além das aparências teóricas, alguém pode levantar a questão: Frege leu Bolzano em algum momento da sua vida? Sobre esse tema, sugere-se a leitura do artigo “When, and why, did Frege read Bolzano?”, de 2000, de Göran Sundholm. Nesse texto, Sundholm declara que há fortes evidências de que o contato de Frege com a *Wissenschaftslehre* de Bolzano tenha ocorrido entre o final de 1905 e o início de 1906, motivado pelos debates filosóficos que Frege manteve com os filósofos e os matemáticos daquela época, principalmente, Alwin Korselt.

<sup>226</sup> No caso da semântica de Frege ao longo dos anos de 1879 a 1890, considera-se que as principais obras são os livros *Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete formelsprache des reinen Denkens*, de 1879, e *The Foundations of Arithmetic: a logico-mathematical enquiry into the concept of number*, de 1884. A semântica dessa época é definida como monista porque a cada item gramatical do tipo sentença, termo conceitual e nome próprio se associava apenas uma entidade semântica, respectivamente, as noções de conteúdo judicável, conceito e objeto.

dualista foi apresentada por Frege nos três artigos: “Function and Concept”, de 1891, “On Sinn and Bedeutung”, de 1892, e “On Concept and Object”, de 1892. O texto mais citado é “On Sinn and Bedeutung”, no qual Frege fez uma análise a respeito da identidade ser uma relação entre os objetos ou entre os sinais dos objetos. O raciocínio de Frege foi o seguinte: se a identidade é uma relação entre os objetos, como explicar as diferenças nos valores cognitivos das sentenças  $a=a$  e  $a=b$ , sendo  $a=b$  verdadeira? E, por outro lado, se a identidade é uma relação entre os sinais dos objetos, ela seria uma relação arbitrária e não expressaria nenhum tipo de conhecimento? Dado o problema, Frege concluiu que, na maioria dos casos, o nosso objetivo com a relação de identidade é expressar algum tipo de conhecimento e, no caso das expressões  $a=a$  e  $a=b$ , sendo  $a=b$  verdadeira, “uma diferença pode surgir apenas se a diferença entre os sinais corresponder a uma diferença no modo de apresentação da coisa designada” (FREGE, 1997, p. 152, tradução nossa)<sup>227</sup>. Dessa forma, Frege abriu as portas para a distinção entre o sentido e a referência.

É natural, agora, pensar que exista conectado a um sinal (nome, combinação de palavras, marcas escritas), além daquilo que o sinal designa, que pode ser chamado da *Referência* do sinal, o que eu gostaria de chamar também de o *sentido* do sinal, onde o modo de apresentação está contido. Em nosso exemplo, consequentemente, a *Referência* das expressões “o ponto de interseção entre *a* e *b*” e “o ponto de interseção entre *b* e *c*” seria a mesma, mas não os seus sentidos. A *referência* de “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã” seria a mesma, mas não o sentido. (FREGE, 1997, p. 152, tradução nossa)<sup>228</sup>.

Não se entrará em todos os detalhes da teoria semântica dualista de Frege. Esta envolve vários pontos que para serem devidamente abordados merecem uma seção à parte. Tal empreendimento não será possível, pois levaria para muito longe do objetivo principal. Apesar disso, vale a pena citar o esboço que Frege desenhou em uma correspondência enviada a Husserl datada de 24 de Maio de 1891 (FREGE, 1997, p. 149, tradução nossa). A simplicidade do esboço ilustra muito bem como Frege entendeu as relações semânticas do seu sistema.

<sup>227</sup> No original: “A difference can arise only if the difference between the signs corresponds to a difference in the mode of presentation of the thing designated”.

<sup>228</sup> No original: “It is natural, now, to think of there being connected with a sign (name, combination of words, written marks), besides that which the sign designates, which may be called the *Bedeutung* of the sign, also what I should like to call the *sense* of the sign, wherein the mode of the presentation is contained. In our example, accordingly, the *Bedeutung* of the expressions ‘the point of intersection of *a* and *b*’ and ‘the point of intersection of *b* and *c*’ would be the same, but not their sense. The *Bedeutung* of ‘Evening Star’ would be the same as that of ‘Morning Star’, but not the sense”.

Sentença	Nome Próprio (NP)	Termo Conceitual (TC)	
↓	↓	↓	
Sentido da Sentença (Pensamento)	Sentido do NP	Sentido do TC	
↓	↓	↓	
Referência da Sentença (Valor de Verdade)	Referência do NP (Objeto)	Referência do TC (Conceito)	→ Objetos caindo sob o Conceito

Frege estabeleceu uma correspondência semântica dualista entre os itens linguísticos (sentença, nomes próprios e termos conceituais) com as outras duas entidades semânticas correspondentes, isto é, o sentido e a referência. Como na comparação anterior com Bradley, se se concentrar especificamente no caso dos nomes próprios, é notório que Russell, em *The Principles of Mathematics*, discordou de Frege. E a crítica de Russell a Frege apareceu exatamente no apêndice A dessa obra, na qual o primeiro dedicou algumas páginas para analisar a teoria da linguagem do último. Russell comparou a sua teoria com a de Frege:

Essa teoria da indicação é mais abrangente e geral do que a minha, como se pode ver no fato de que *todo* nome próprio deve ter os dois lados. Parece-me que só podemos dizer que têm significado os nomes próprios derivados de conceitos por meio do *o*, e que palavras como *John* meramente indicam sem significar. (RUSSELL, 1903, p. 502, tradução nossa)<sup>229</sup>.

Russell se mostrou consciente de que as diferenças entre a sua teoria semântica e a de Frege iam muito além dos significados dos nomes próprios. O fato de Frege ter uma semântica dualista significou que a noção de Pensamento, isto é, o sentido das sentenças, fosse composta pelos sentidos das partes constituintes da sentença. Dessa forma, Frege estabeleceu uma relação intermediária entre a sentença e a sua referência, a saber, o seu valor de verdade. Frege usou a noção de sentido como um elo intensional entre o sinal e a referência, sendo ainda que a mesma referência poderia ser designada por diferentes intensões. Por isso, compreende-se que a noção de sentido tem um papel importante para o conhecimento, pois a cada vez que a mesma referência for designada por um sentido diferente, ocorre a apreensão de um novo valor cognitivo. Em uma correspondência enviada a Russell, datada de 13 de novembro de 1904, Frege explicitou a função epistêmica da noção de sentido.

Um sinal precisa, portanto, estar conectado com algo diverso do seu significado, algo

---

<sup>229</sup> No original: “This theory of indication is more sweeping and general than mine, as appears from the fact that *every* proper name is supposed to have the two sides. It seems to me that only such proper names as are derived from concepts by means of *the* can be said to have meaning, and that such words as *John* merely indicate without meaning”.

que pode ser diferente para sinais com a mesma designação. Sinais não somente designam algo; eles também expressam algo. Isso é o sentido. [...]. O valor cognitivo, portanto, não depende somente do significado; o sentido é justamente essencial. Sem este último não teríamos nenhum conhecimento. (FREGE, 1980, pp. 164-65, tradução nossa)<sup>230</sup>.

Essa explicação de Frege joga luz sobre os motivos que o levou a elaborar a sua semântica dualista e, conseqüentemente, a defesa de que nós temos uma relação de conhecimento intermediário com os objetos. Como o trecho acima mostra, o conhecimento para Frege passaria necessariamente pelos sentidos das expressões, e através dos valores cognitivos, alcança-se a referência delas. Além disso, na mesma correspondência de 1904, Frege explicou a Russell como entendia a composição do Pensamento e a forma como, através da diferença dos valores cognitivos dos sentidos, pode-se reconhecer a identidade.

Assim como o Mont Blanc com os seus campos de neve não é ele mesmo uma parte componente do pensamento que Mont Blanc tem mais de 4.000 metros de altura. [...]. O sentido da palavra “Lua” é uma parte componente do pensamento que a Lua é menor do que a Terra. A Lua, ela mesma (isto é, o significado da palavra “Lua”), não é parte do sentido da palavra “Lua”; pois então ela iria ser também parte componente daquele pensamento. Nós podemos mesmo assim dizer: “A Lua é idêntica ao corpo celeste mais próximo da Terra”. O que é idêntico, no entanto, não é uma parte componente, mas o significado das expressões “a Lua” e “o corpo celeste mais próximo da Terra”. [...]. A identidade não é uma identidade de sentido, nem de parte do sentido, mas de significado. (FREGE, 1980, p. 163, tradução nossa)<sup>231</sup>.

A resposta de Russell a Frege ocorreu em 12 de dezembro de 1904. O teor da resposta não poderia ser mais esclarecedor, já que deixou claro a enorme discordância entre ambos os pontos de vista. Russell tratou a noção de Pensamento como uma noção simplesmente psicológica, uma vez que o seu interesse foi o objeto do pensamento. Assim, mostrou que estava em dissonância conceitual com Frege, porque, para este, a noção de Pensamento era um objeto abstrato tido como uma entidade lógica atemporal objetiva. Além disso, Russell também marcou uma posição contrária a Frege em relação à composição das proposições. Russell deixou claro que a própria noção de conhecimento tinha como pressuposto uma relação direta

---

<sup>230</sup> No original: “A sign must therefore be connected with something other than its meaning, something that can be different for signs with the same designation. Signs do not just designate something; they also express something. This is the sense. [...]. The cognitive value therefore does not depend only on the meaning; this sense is just as essential. Without the latter we should have no knowledge at all”.

<sup>231</sup> No original: “Just as Mont Blanc with its snowfields is not itself a component part of the thought that Mont Blanc is more than 4.000 meters high. [...]. The meaning of the word ‘Moon’ is a component part of the thought that the Moon is smaller than the Earth. The Moon itself (i.e., the meaning of the word ‘Moon’) is not part of the sense of the word ‘Moon’; for then it would also be a component part of that thought. We can nevertheless say: ‘The Moon is identical with the heavenly body closest to the Earth’. What is identical, however, is not a component part but the meaning of the expressions ‘the Moon’ and ‘the heavenly body closest to the Earth’. [...]. The identity is not an identity of sense, nor of part of sense, but of meaning”.

e imediata, a noção de *acquaintance*.

Eu acredito que apesar de seus campos de neve, o Mont Blanc é ele mesmo uma parte componente do que é realmente afirmado na proposição “o Mont Blanc tem mais de 4.000 metros de altura”. Nós não afirmamos o pensamento, pois este é uma questão psicológica privada: nós afirmamos o objeto do pensamento, e este é, para mim, um certo complexo (uma proposição objetiva, podemos dizer) em que o Mont Blanc é ele mesmo uma parte componente. Se não admitirmos isso, chegaremos à conclusão de que não sabemos nada sobre o Mont Blanc. (RUSSELL, 1980, p. 169, tradução nossa)<sup>232</sup>.

Essa característica peculiar das proposições de Russell ajuda a entender o motivo pelo qual a proposição verdadeira é um fato da realidade. A razão subjacente à última citação é que, quando um indivíduo afirma alguma proposição, significa que esse indivíduo está na relação de *acquaintance* com cada constituinte dessa proposição. Nesse sentido, quando se declara a proposição /Sócrates é humano/, afirma-se um complexo de entidades relacionadas logicamente entre si. Essas entidades não se distinguem das coisas mesmas, isto é, a proposição /Sócrates é humano/ significa o fato da existência de um nexos lógico entre o indivíduo /Sócrates/, o conceito /existência/, o conceito /humano/ e alguns instantes de tempo. Essa forma filosófica de explicar a relação entre a mente e a proposição foi chamada por Hylton de “realismo direto”, justamente pela “insistência de Russell sobre uma relação direta e não mediada entre a mente e o objeto conhecido” (HYLTON, 2005, p. 159, tradução nossa)<sup>233</sup>. Nesta tese, considera-se que Hylton tem razão, e essa nomenclatura será adotada daqui em diante, pois a sua explicação destaca o fato de que, nos casos de proposições simples como /Sócrates é humano/ ou /Sócrates é diferente de Platão/, a relação de *acquaintance* com a proposição é direta, e não há a presença de entidades intermediárias entre a sentença e os elementos da proposição. Portanto, no caso da relação semântica de indicação, as proposições são *sobre* os termos que elas contêm. E nesse sentido específico da gramática filosófica de Russell, têm-se o conhecimento imediato sobre o qual a proposição é *sobre*.

A seguir é analisado o segundo aspecto central desenvolvido na gramática filosófica da teoria da proposição de Russell. É esclarecida a ausência de distinções entre categorias na metafísica do realismo lógico de Russell em contraposição à distinção ontológica de Frege entre conceito e objeto.

<sup>232</sup> No original: “I believe that in spite of all its snowfields Mont Blanc itself is a component part of what is actually asserted in the proposition ‘Mont Blanc is more than 4000 meters high’. We do not assert the thought, for this is the private psychological matter: we assert the object of the thought, and this is, to my mind, a certain complex (an objective proposition, one might say) in which Mont Blanc is itself a component part. If we do not admit this, then we get the conclusion that we know not of all about Mon Blanc”.

<sup>233</sup> No original: “Russell’s insistence on a direct and unmediated relation between the mind and the known object”.

### 2.2.3 Tudo pode ocorrer como um termo em uma proposição

De acordo com a metafísica do realismo lógico, cada termo é sinônimo de unidade, indivíduo e entidade. Por conseguinte, na gramática filosófica da teoria da proposição de Russell, não há restrições sobre aquilo que pode ocorrer como termo em uma proposição. Quando se analisou anteriormente a proposição /Sócrates é humano/, mostrou-se que, segundo Russell, a característica peculiar dos nomes próprios rendeu às entidades extensionalmente indicadas o *status* de serem as únicas que só podem ocorrer como termos nas proposições. Por outro lado, todos os conceitos, sejam os adjetivos (predicados ou conceitos-classe) ou os verbos (relações), possuem uma natureza ambígua, pois qualquer conceito tanto pode ocorrer como conceito quanto pode ocorrer como termo nas proposições. Uma das teses importantes da gramática filosófica de Russell é que, independentemente da posição lógica em que ocorram nas proposições, os conceitos não perdem a natureza lógica de serem conceitos. Essa tese já havia sido anunciada em *An Analysis of Mathematical Reasoning*, visto que os conceitos são sempre uma entidade intensional. Em *The Principles of Mathematics*, Russell não abandonou essa tese, uma vez que dada a proposição /Humanidade pertence a Sócrates/, a proposição é *sobre* o termo /humanidade/, e “isso indica que humanidade é um conceito, não uma coisa” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>234</sup>. Portanto, vale ressaltar que, na gramática filosófica, o conceito pode ocorrer como termo em uma proposição, sem precisar se transformar em nome próprio.

A questão agora é: por que a proposição /Sócrates é humano/ é similar, mas não idêntica à proposição /Humanidade pertence a Sócrates/? As diferenças gramaticais entre as sentenças que expressam essas proposições dizem respeito à duplicidade dos conceitos, que podem ocorrer no lugar do sujeito lógico ou no lugar do predicado. Uma vez identificada essa diferença gramatical, a curiosa afirmação de Russell, “Sócrates não é suscetível daquele curioso uso duplo que está envolvido em *humano* e *humanidade*” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>235</sup>, deixa mais clara a diferença gramatical das ocorrências dos termos nas proposições. Quando se ressalta que se trata apenas de uma diferença gramatical, leva-se em conta que nas duas proposições acima /humano/ e /humanidade/ pertencem a complexos proposicionais diferentes, mas a diferença em questão não altera a natureza lógica conceitual do termo. Isso ocorre devido à característica metafísica imutável dos termos. Esta preserva a natureza intensional dos

<sup>234</sup> No original: “This indicates that humanity is a concept, not a thing”.

<sup>235</sup> No original: “Socrates is not capable of that curious twofold use which is involved in *human* and *humanity*”.

conceitos, mesmo quando estes ocorrem como termos em alguma proposição.

A mesma duplicidade está presente nos conceitos que são verbos. Os verbos, da mesma forma que os adjetivos, podem ocorrer tanto como verbos nas proposições quanto como substantivos verbais. Segundo Russell, “é claro, para começar, que o conceito que ocorre como nome verbal é o mesmo que ocorre como verbo. [...]. Assim, o mesmo verbo que ocorre como verbo pode ocorrer também como sujeito” (RUSSELL, 1903, p. 48, tradução nossa)<sup>236</sup>. Como exemplo, pode-se pensar nas proposições /Sócrates é mortal/ e /Ser mortal é a condição humana/. Na primeira proposição, o verbo “é”, como Russell o classificou, ocorre como um autêntico verbo porque estabelece um tipo de relação unilateral entre /Sócrates/ e /mortalidade/. Na segunda proposição, o verbo “ser” ocorre como parte de um substantivo verbal e, por isso, ocorre como termo na proposição. Contudo, o conceito é o mesmo nas duas proposições, e as diferenças gramaticais das expressões simplesmente mostram que o mesmo conceito possui nexos relacionais diferentes em cada proposição. Logo, vale novamente frisar que, do ponto de vista de Russell, os conceitos não perdem a sua natureza lógica conceitual quando ocorrem como termos nas proposições, porque o conceito, seja um adjetivo ou um verbo, é a mesma entidade intensional imutável e atemporal em todas as suas ocorrências lógicas.

Esse ponto de vista de Russell deu singularidade à sua forma de análise das proposições em *The Principles of Mathematics*. A ausência de restrições sobre o que pode ocorrer como termo em uma proposição modificou o método tradicional de análise lógica proposicional. Russell se contrapôs ao ponto de vista passado adiante pela tradição filosófica que analisou as proposições como sujeito e predicado, haja vista que, segundo essa tradição, o sujeito lógico das proposições deve ser designado por nomes próprios. Possivelmente, uma das intenções de Russell ao ter afirmado que “é uma característica dos termos de uma proposição que qualquer um deles possa ser substituído por qualquer outra entidade sem que deixemos de ter uma proposição” (RUSSELL, 1903, p. 45, tradução nossa)<sup>237</sup>, fosse justamente atingir criticamente essa tradição. Sendo assim, compreende-se que a teoria da proposição de Russell se diferenciou dessa tradição pela razão de que, no realismo lógico, todos os termos estão no mesmo nível ontológico. Portanto, isso permitiu que entidades intensionais ou extensionais ocorram no lugar do sujeito lógico.

Dada a natureza lógica dos conceitos, Russell destacou que, além da diversidade

---

<sup>236</sup> No original: “It is plain, to begin with, that the concept which occurs in the verbal noun is the very same as that which occurs as verb. [...]. Thus, the very verb which occurs as verb can occur also as subject”.

<sup>237</sup> No original: “It is a characteristic of the terms of a proposition that any one of them may be replaced by any other entity without our ceasing to have a proposition”.



numérica, que é uma característica metafísica geral dos termos, os conceitos também possuem diversidade conceitual, que é essencialmente intensional. Para Russell, a diversidade conceitual é a fonte de pluralidade de significados e tem relevância em uma teoria lógica geral, pois além de ela implicar diversidade numérica, “toda a possibilidade de fazer afirmações diferentes sobre um determinado termo, ou conjunto de termos, depende da diversidade conceitual, que é, portanto, fundamental na lógica geral” (RUSSELL, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>238</sup>. Russell não aprofundou sua análise a respeito da diversidade conceitual, mas, no contexto geral da gramática filosófica, essa peculiaridade da linguagem pode ter duas relevâncias. Do ponto de vista lógico, ela é importante porque através dela pode-se conhecer a classe das asserções que são verdadeiras ou falsas *sobre* determinada coisa ou classe. E, do ponto de vista linguístico, que envolve raízes psicológicas, pode-se estudar como cada falante constrói afirmações *sobre* determinadas coisas. Por exemplo, dadas as proposições /Sócrates é humano/ e /Sócrates é um bípede implume/, ambas podem ser estudadas pelos dois pontos de vista acima e é inegável que, de acordo com cada um deles, a diversidade conceitual tem a sua relevância filosófica.

Tendo essas concepções como base, Russell se colocou contrário à visão de que há uma distinção entre as naturezas dos conceitos usados como conceitos e dos conceitos usados como termos. Russell usou um argumento de redução ao absurdo para defender que tal distinção produziria inevitavelmente uma teoria autocontraditória. Mesmo não citando o nome de Frege, parece que, tacitamente, Russell vislumbrou a teoria deste no horizonte de sua crítica.

Pois, suponha que *um* como adjetivo difere de 1 como termo. Nessa declaração, *um* como adjetivo foi transformado em um termo; portanto, ou tornou-se 1; nesse caso, a suposição é autocontraditória; ou há alguma outra diferença entre *um* e 1, além do fato de que o primeiro denota um conceito, e não um termo, enquanto o segundo denota um conceito, que é um termo. Mas, nessa última hipótese, deve haver proposições relativas a *um* como termo, e ainda teremos de manter proposições relativas a *um* como adjetivo por oposição a *um* como termo; todavia, todas essas proposições devem ser falsas, uma vez que uma proposição sobre o *um* como adjetivo torna o *um* sujeito e, portanto, é realmente sobre o *um* como termo. (RUSSELL, 1903, p. 46, tradução nossa)<sup>239</sup>.

É de certa forma óbvio que Russell expressou essa crítica porque, para a gramática

---

<sup>238</sup> No original: “But the whole possibility of making different assertions about a given term or set of terms depends upon conceptual diversity, which is therefore fundamental in general logic”.

<sup>239</sup> No original: “For suppose that *one* as adjective differed from 1 as term. In this statement, *one* as adjective has been made into a term; hence either it has become 1, in which case the supposition is self-contradictory; or there is some other difference between *one* and 1 in addition to the fact that the first denotes a concept not a term while the second denotes a concept which is a term. But in this latter hypothesis, there must be propositions concerning *one* as term, and we shall still have to maintain propositions concerning *one* as adjective as opposed to *one* as term; yet all such propositions must be false, since a proposition about *one* as adjective makes *one* the subject, and is therefore really about *one* as term”.

filosófica de *The Principles of Mathematics*, era inadmissível que alguma entidade não pudesse ocorrer como termo em alguma proposição. De forma geral e irrestrita, tudo foi considerado um termo e, portanto, sinônimo de unidade, indivíduo e entidade. Por consequência, tudo poderia ocorrer como termo em uma proposição. Essa tese é incompatível com teorias que não permitem que conceitos ocorram como termo em uma proposição, além de jogar luz sobre uma contradição interna de tais teorias. Quer dizer, o impedimento implica em um paradoxo de autorreferência. Este aparece facilmente pela simples suposição de que uma expressão, como um conceito, não possa ocorrer como termo em uma proposição. Por exemplo, suponha que /X/ seja um conceito e pense na proposição /X não pode ocorrer como termo em uma proposição/. A suposição, de imediato, tornou /X/ o termo da proposição. Logo, de acordo com Russell, nenhuma teoria poderia impedir que qualquer termo ocorresse como termo em proposições.

Assim, a teoria de que existem adjetivos ou atributos ou coisas ideais, como quer que possam ser chamados, que são de alguma forma menos substanciais, menos autossubsistentes, menos idênticos entre si do que os verdadeiros substantivos, parece ser totalmente errônea e é facilmente redutível a uma contradição. Os termos que são conceitos diferem daqueles que não são, não em relação à autossubsistência, mas em virtude do fato de que, em certas proposições verdadeiras ou falsas, eles ocorrem de uma maneira que é diferente de um modo indefinível da maneira que os sujeitos ou os termos de uma relação ocorrem. (RUSSELL, 1903, p. 46, tradução nossa)<sup>240</sup>.

Por essa ótica, novamente se quer destacar que o horizonte da crítica de Russell foi a teoria de Frege. O motivo é que este partiu da análise da realidade considerando-a constituída por duas categorias ontológicas absolutamente irreduzíveis e completamente exaustivas: função e objeto<sup>241</sup>. A estratificação da realidade em função e objeto perpassou a obra de Frege e, por

---

<sup>240</sup> No original: “Thus the theory that there are adjectives or attributes or ideal things, or whatever they may be called, which are in some way less substantial, less self-subsistent, less self-identical, than true substantives, appears to be wholly erroneous, and to be easily reduced to a contradiction. Terms which are concepts differ from those which are not, not in respect of self-subsistence, but in virtue of the fact that, in certain true or false propositions, they occur in a manner which is different in an undefinable way from the manner in which subjects or terms of relations occur”.

<sup>241</sup> A distinção ontológica de base era realmente entre função e objeto. Mas é preciso admitir que Frege, já na *Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete formelsprache des reinen Denkens*, de 1879, admitiu estratificações ainda superiores para explicar a generalidade. Digo, as funções de ordem superior, como o quantificador universal. No artigo “Function and Concept”, de 1891, Frege explicou: “agora, assim como a função é fundamentalmente diferente dos objetos, também as funções cujos argumentos são e devem ser funções são fundamentalmente diferentes das funções cujos argumentos são objetos e não podem ser outra coisa. Estas últimas denomino de funções de primeiro nível, e as outras, funções de segundo nível. Do mesmo modo, faço distinção entre conceitos de primeiro e segundo nível” (FREGE, 1997, p. 146, tradução nossa). No original: “Now just as functions are fundamentally different from objects, so also functions whose arguments are and must be functions are fundamentally different from functions whose arguments are objects and cannot be anything else. I call the latter first-level, the former second-level functions. In the same way, I distinguish between first-level and second-level concepts”. Dessa forma, uma expressão conceitual de primeiro nível, do tipo “( ) é ímpar” é saturada por um objeto, enquanto uma expressão conceitual de segundo nível do tipo “Todo ( )”, é saturada por um conceito de primeiro nível, e assim por diante.

meras questões terminológicas, a dicotomia apareceu às vezes como função e argumento<sup>242</sup>, mas também como conceito<sup>243</sup> e objeto. Diferentemente de Russell, talvez por causa da sua formação principal ter sido na matemática e menos profunda na filosofia, não se encontra na teoria de Frege a preocupação de ter elaborado uma teoria epistemológica. Essa carência torna difícil o acesso ao pensamento de Frege, da mesma forma que não se sabe ao certo como ele daria conta de explicar a natureza do conhecimento ou da relação epistêmica com os objetos da lógica e da matemática ou dos objetos físicos do espaço e do tempo. Do ponto de vista de Hylton, “Frege parece, ao contrário, pensar que a tarefa filosófica é antes de mais nada a de sistematizar o conhecimento, estabelecendo as relações de justificação que existem entre os vários itens que conhecemos” (HYLTON, 2005, p. 178, tradução nossa)<sup>244</sup>. Sabe-se, ou pode-se supor, seguindo Hylton, que Frege tenha tentado realizar a tarefa de sistematizar o conhecimento por meio do argumento logicista. Frege começaria pela aritmética e alcançaria as outras ciências. A metodologia estava determinada, o método axiomático de condução de provas e o uso de axiomas lógicos garantiriam a exclusão de qualquer apelo à intuição, pois a justificação verdadeira dos teoremas da aritmética dependia exclusivamente da verdade dos axiomas, das definições e das regras de inferência contidas no sistema. Entretanto, Frege foi obrigado a interromper o seu projeto e, pela visão geral da sua obra, pode-se dizer que ele esteve

---

<sup>242</sup> A terminologia “argumento” apareceu pela primeira vez na *Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete formelsprache des reinen Denkens*, de 1879. Ela pode ser explicada devido ao uso matemático dessa noção que serviu claramente de inspiração para Frege, que era, antes de tudo, um matemático. A distinção de Frege entre função e objeto tem origem nas equações matemáticas do tipo “ $y=f(x)$ ”, na qual se lê,  $y$  é o valor da função  $f$  para o argumento  $x$ . Uma das contribuições originais de Frege, que elevou o seu nome a ser considerado como um dos grandes lógicos de todos os tempos, foi o esclarecimento de que se pode expandir o uso matemático das noções de função e argumento. Assim, Frege permitiu o uso dessas noções também nas análises das sentenças da linguagem natural e das expressões da lógica.

<sup>243</sup> A terminologia conceito e objeto ficou famosa porque, primeiro, Frege a usou em *The Foundations of Arithmetic: a logico-mathematical enquiry into the concept of number*, de 1884, para expressar um dos seus princípios fundamentais: “nunca perder de vista a distinção entre conceito e objeto” (FREGE, 1960, p. XXII, tradução nossa). No original: “Never to lose sight of the distinction between concept and object”. Segundo, a terminologia ganhou o nome de um interessante artigo semântico de Frege, “On Concept and Object”, de 1892, no qual a natureza irredutível da distinção foi colocada em dúvida por Benno Kerry, mas prontamente refutada por Frege. No que diz respeito à sua natureza filosófica, pode-se dizer que a dicotomia entre conceito e objeto é uma derivação das noções de função e objeto. Em “Function and Concept”, de 1891, Frege explicou que as noções de conceito e relação usados na lógica são casos especiais de função porque “um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor de verdade” (FREGE, 1997, p. 139, tradução nossa). No original: “A concept is a function whose value is always a truth value”. E também, “em  $x > y$  temos uma função com dois argumentos, um dos quais indicados por ‘ $x$ ’, e o outro por ‘ $y$ ’; e em  $3 > 2$ , temos o valor dessa função para os argumentos 3 e 2. Temos aqui uma função cujo valor é sempre um valor de verdade. Nós chamamos tais funções de um só argumento de conceitos; as funções com dois argumentos denominamos de relações” (FREGE, 1997, p. 146, tradução nossa). No original: “In  $x > y$  we have a function with two arguments, one indicated by ‘ $x$ ’ and the other by ‘ $y$ ’; and in  $3 > 2$  we have the value of this function for arguments 3 and 2. We have here a function whose value is always a truth value. We called such functions of one argument concepts; we call such functions of two arguments relations”.

<sup>244</sup> No original: “Frege seems, rather, to think of the philosophical task as primarily one of systematizing knowledge, setting out the relations of justification which hold among the various items we know”.

mais preocupado na correção desse método de condução de provas do que em elaborar uma teoria epistemológica a respeito do conhecimento em geral.

O fato é que Frege nunca perdera de vista a divisão irreduzível entre função e objeto, pois essa separação foi um dos pilares do seu sistema lógico e substituiria, na notação conceitual, a tradicional análise das sentenças como sujeito e predicado. Frege apresentou essa distinção pela primeira vez no § 9 da *Begriffsschrift*:

Se, em uma expressão (cujo conteúdo não precisa ser um conteúdo asserível), um sinal simples ou complexo ocorre em um ou mais lugares, e se o pensarmos como substituível em todas, ou em algumas de suas ocorrências, por outro sinal (mas em todos os lugares pelo mesmo sinal), então chamamos a parte da expressão que parece invariante de função, e a parte substituível chamamos de argumento. (FREGE, 1997, p. 67, tradução nossa)<sup>245</sup>.

Ao propor essa forma de análise das expressões, Frege ofereceu aos lógicos uma maneira de se livrarem da análise gramatical entre sujeito e predicado. Logo, com a análise lógica em função e argumento, abriu-se a possibilidade de que o mesmo conteúdo conceitual pudesse ser analisado logicamente por diferentes argumentos, conceitos e relações. Na *Begriffsschrift*, Frege utilizou como exemplo o conteúdo conceitual não asserível: “a circunstância de que o dióxido de carbono é mais pesado que o hidrogênio” (FREGE, 1997, p. 66, tradução nossa)<sup>246</sup>. Abaixo, considerando os parênteses que marcam o lugar da expressão do argumento, pode-se mostrar algumas das possíveis análises de expressões funcionais:

1. “A circunstância de que () é mais pesado que o hidrogênio”.
2. “A circunstância de que o dióxido de carbono é mais pesado que ()”.
3. “A circunstância de que () é mais pesado que ()”.

Essa explicação é suficiente para se entender os propósitos de Frege com a distinção entre função e objeto. Mas o que mais interessa a esta pesquisa é a natureza metafísica desses elementos. São as características peculiares e as suas respectivas diferenças que fizeram Russell discordar completamente da distinção categorial de Frege entre função e objeto. Na época em que apresentou essas noções na *Begriffsschrift*, Frege não entrou em detalhes sobre o *status* ontológico das noções de função e objeto, mas em “Function and Concept” encontra-se,

---

<sup>245</sup> No original: “If, in an expression (whose content need not to be a judgeable content), a simple or complex symbol occurs in one or more places and we think of it as replaceable at all or some of its occurrences by another symbol (but everywhere by the same symbol), then we call the part of the expression that on this occasion appears invariant the function, and the replaceable part its argument”.

<sup>246</sup> No original: “The circumstance that carbon dioxide is heavier than hydrogen”.

claramente o que distinguia uma função (conceito ou relação) de um objeto.

Declarações em geral, assim como equações ou desigualdades ou expressões do cálculo superior, podem ser imaginadas como divididas em duas partes; uma completa em si mesma, e outra que precisa de suplementação, ou insaturada. Assim, por exemplo, dividimos a frase “César conquistou a Gália” em “César” e “conquistou a Gália”. A segunda parte é insaturada – contém um local vazio; somente quando esse local é preenchido com um nome próprio, ou com uma expressão que substitui um nome próprio, é que aparece um sentido completo. Aqui também dou o nome “função” à *Referência* dessa parte não saturada. Nesse caso, o argumento é César. (FREGE, 1997, p. 139, tradução nossa)<sup>247</sup>.

No trecho acima, encontra-se a distinção entre o par saturado e insaturado, ou completo e incompleto, que é a característica metafísica principal da distinção de Frege entre objeto e função. Esta, por assim dizer, foi a fonte da discórdia com Russell. É importante salientar que Frege não limitou essa dicotomia ao plano das expressões, pois o par saturado e insaturado também estava presente no nível dos sentidos e das referências das expressões. Se comparada com a metafísica do realismo lógico e a noção ampla e irrestrita de termo de Russell, é fácil entender como foi impossível para este ter admitido um termo que não fosse completo e autossuficiente em si mesmo. Frege considerava as noções de função e objeto como primitivas e indefiníveis, enquanto, por outro lado, para Russell, tudo era um termo no sentido de unidade, indivíduo e entidade. De fato, as ontologias subjacentes aos pensamentos de Russell e Frege eram incompatíveis.

Mas pode-se ainda apontar outro motivo para Russell não ter admitido na sua metafísica uma entidade incompleta como as funções de Frege. Para o primeiro, a noção de função proposicional foi um dos termos primitivos e indefiníveis do seu sistema. Por isso, as funções matemáticas de Frege foram explicadas a partir delas. Por exemplo, no apêndice A de *The Principles of Mathematics*, Russell esclareceu que, para se compreender a noção de função matemática, deve-se pressupor a noção de função proposicional, pois a expressão funcional “ $f(x)$ ” possui o valor  $y$  para algum valor de  $x$ , caso satisfaça a função proposicional  $/y=f(x)/$ . Russell deixou claro que as funções proposicionais são termos indefiníveis do seu sistema, mas isso não o impediu de tentar explicá-las.

Podemos explicar (mas não definir) essa noção da seguinte forma;  $\phi x$  é uma função

---

<sup>247</sup> No original: “Statements in general, just like equations or inequalities or expressions in Analysis, can be imagined to be split up into two parts; one complete in itself, and the other in need of supplementation, or unsaturated. So, e.g., we split up the sentence ‘Caesar conquered Gaul’ into ‘Caesar’ and ‘conquered Gaul’. The second part is unsaturated – it contains an empty place; only when this place is filled up with a proper name, or with an expression that replaces a proper name, does a complete sense appear. Here too I give the name ‘function’ to the *Bedeutung* of this unsaturated part. In this case the argument is Caesar”.

proposicional se, para cada valor de  $x$ ,  $\phi x$  é uma proposição determinada quando  $x$  é dado. Assim, “ $x$  é um homem” é uma função proposicional. Em qualquer proposição, por mais complicada, que não contenha variável real, nós podemos imaginar um dos termos que não seja um verbo ou um adjetivo sendo substituído por outros termos: em vez de “Sócrates é um homem”, nós podemos colocar “Platão é um homem”, “o número 2 é um homem”, e assim por diante. Dessa forma, nós encontramos sucessivas proposições concordando em tudo, exceto naquele termo variável. Colocando  $x$  no lugar do termo variável, “ $x$  é um homem” expressa o tipo de todas essas proposições. Uma função proposicional em geral será verdadeira para alguns valores da variável e falsa para outros. (RUSSELL, 1903, pp. 19-20, tradução nossa)<sup>248</sup>.

De acordo com Russell, a função proposicional é um termo não linguístico. Isso significa que funções proposicionais são objetos abstratos com uma ou mais variáveis. Essas entidades abstratas representam um padrão, ou uma forma esquemática, que é instanciada por uma classe de proposições que possuem aquele formato. Segundo Hylton (1990 e 2005), o motivo que levou Russell a adotar as funções proposicionais como primitivas, diferentemente das funções matemáticas de Frege, é que as funções proposicionais se ajustam melhor à metafísica de Russell. Hylton afirma que uma função matemática possui uma complexidade semântica que não é encontrada no valor da função. Assim, uma das maneiras de se explicar a ligação entre a função e o seu valor seria recorrendo a algo análogo à distinção de Frege entre o sentido e a referência, que Russell queria evitar a todo custo. A afirmação de Hylton parece ser razoável ao se traduzi-la para um exemplo: imagine a expressão da função matemática “ $z = x + y$ ”. A forma de explicar como essa função, para os pares de argumentos (2 e 3) e (1 e 4), alcança o valor 5 seria recorrendo à ideia de que ambas as equações se referem ao número 5 por meio de sentidos diferentes. Dito de outra forma, são nomes diferentes para o mesmo objeto numérico.

Por outro lado, no caso das funções proposicionais, a explicação parece ser muito mais simples. A preferência pelas funções proposicionais se explica porque a função proposicional tem como valor uma proposição, e o valor da função proposicional contém como um dos seus constituintes o argumento usado na função proposicional. Por exemplo, suponha a função proposicional / $x$  é humano/ para o termo /Sócrates/. O valor da função proposicional será a proposição /Sócrates é humano/, o que significa dizer que a função proposicional possui a mesma complexidade semântica que o seu valor. Portanto, a proposição reflete diretamente a

---

<sup>248</sup> No original: We may explain (but not define) this notion as follows;  $\phi x$  is a propositional function if, for every value of  $x$ ,  $\phi x$  is a proposition, determinate when  $x$  is given. Thus, ‘ $x$  is a man’ is a propositional function. In any proposition, however complicated, which contains no real variables, we may imagine one of the terms, not a verb or adjective, to be replaced by other terms: instead of ‘Socrates is a man’ we may put ‘Plato is a man’, ‘the number 2 is a man’, and so on. Thus, we get successive propositions all agreeing except as to the one variable term. Putting  $x$  for the variable term, ‘ $x$  is a man’ expresses the type of all such propositions. A propositional function in general will be true for some values of the variable and false for others”.

estrutura semântica da função proposicional, e pode-se explicar esse fenômeno semântico sem recorrer às noções de sentido e de referência.

Entretanto, devido a distinção categorial entre função e objeto, Frege pensou não ser possível que um termo funcional ocorresse no lugar de um nome próprio na sentença. Exceto se o termo funcional perdesse a sua natureza lógica predicativa e se transformasse em um nome próprio. Essa discussão marcou o artigo “On Concept and Object”. Nele, Frege debateu com Benno Kerry sobre o caráter irreduzível dessa distinção. O ponto de vista de Kerry era “que existem conceitos que também podem ser objetos” (FREGE, 1997, p. 183, tradução nossa)<sup>249</sup>. Disso, Kerry defendeu que as noções de conceito e objeto não implicavam a incondicional diferença entre essas duas noções. O exemplo curioso da discussão é o da sentença “o conceito ‘cavalo’ é um conceito de fácil apreensão”. O ponto de vista de Kerry foi que, nessa sentença, o conceito /cavalo/ fez o papel de objeto que complementa a expressão funcional “x é um conceito de fácil apreensão”. Porém Frege discordou, pois, no seu modo de entender a distinção entre conceito e objeto, ele adotara o critério de utilizar o artigo definido para transformar a expressão conceitual em um nome próprio do tipo “o conceito cavalo”. Portanto, para Frege, não havia a possibilidade de Kerry ter a razão, isto é, que um conceito seria capaz de ser às vezes um conceito e às vezes um objeto, dada a distinção absoluta entre função e objeto. Apesar disso, Frege sabia que, eventualmente, uma expressão que aparentemente referisse a um conceito poderia aparecer no lugar do sujeito lógico. Nesse caso, segundo Frege, o artigo definido, ao anteceder a expressão conceitual, a substitui por um nome de um objeto.

Nas discussões lógicas, frequentemente é preciso dizer algo sobre um conceito e assim expressá-lo da forma usual para tais predicacões, de modo que o que é dito sobre o conceito seja o conteúdo do predicado gramatical. Consequentemente, esperar-se-ia que a *referência* do sujeito gramatical fosse o conceito; mas o conceito enquanto tal não pode desempenhar esse papel; em virtude de sua natureza predicativa, ele deve primeiro ser convertido em um objeto, ou, mais precisamente, um objeto deve fazer as vezes dele. Designamos esse objeto prefixando as palavras “o conceito”, exemplo: “o conceito *homem* não é vazio”. (FREGE, 1997, p. 185, tradução nossa)<sup>250</sup>.

Russell, sem dúvida, contestou esse ponto de vista de Frege por dois motivos. Primeiro, porque ele implica simplesmente que um conceito não é uma entidade autossuficiente para

<sup>249</sup> No original: “That there are concepts that can also be objects”.

<sup>250</sup> No original: “In logical discussions one quite often needs to say something about a concept, and to express this in the form usual way for such predications – viz. to make what is said about the concept into the content of the grammatical predicate. Consequently, one would expect that the *Bedeutung* of the grammatical subject would be the concept; but the concept as such cannot play this part; in view of its predicative nature; it must first be converted into an object, or, more precisely, an object must go proxy for it. We designate this object by prefixing the words ‘the concept’, e.g.: ‘the concept *man* is not empty’”.

aparecer como um termo da proposição. Segundo, porque o ponto de vista pressupõe a possibilidade de se alterar a natureza lógica de um termo ao se colocar o artigo definido na frente da sua expressão. Russell concordaria com Frege que uma expressão do tipo “a atual Rainha da Inglaterra” representa algo parecido a um nome próprio por denotar uma e apenas uma mulher. Mas Russell certamente não corroborou com a ideia de que conceitos podem ou devem ser substituídos por objetos para poderem ocorrer como termos nas proposições. Essa era uma questão absoluta para Russell, e não um mero obstáculo linguístico, segundo Frege, digno de um grão de sal do leitor.

Por outro lado, a natureza insaturada da função deixou Frege em certa vantagem, pois o livrou de não ter uma explicação para a unidade do Pensamento. O fato de uma parte do Pensamento completar a outra serviu como uma justificativa de como as partes se articulam para formar o todo intensional. Frege em “On Concept and Object” explicou a necessidade de se considerar a natureza insaturada do conceito ou da relação para a unidade do todo: “pois nem todas as partes de um pensamento podem ser completas; pelo menos uma delas deve ser insaturada ou predicativa; de outra forma, elas não se articulariam entre si” (FREGE, 1997, p. 193, tradução nossa)<sup>251</sup>. Frege possuía princípios metafísicos que davam conta da unidade do Pensamento através da união de um objeto completo e um conceito incompleto. Segundo Frege, “somente quando elas são complementadas nesse duplo aspecto, temos um sentido completo, um pensamento” (FREGE, 1997, p. 193, tradução nossa)<sup>252</sup>. Logo, sob esse aspecto, o par saturado e insaturado deixou Frege em certa vantagem em relação a Russell, tendo em vista que o último encontrou dificuldades para explicar a unidade da proposição.

Na gramática filosófica desenvolvida por Russell em *The Principles of Mathematics*, os verbos indicam relações. Mas, ao contrário da teoria de Frege, as relações eram termos completos, pois não havia lugar na metafísica do realismo lógico para termos que fossem incompletos ou insaturados. É importante lembrar, mais uma vez, que para Russell, a noção de termo era sinônimo de unidade, indivíduo e entidade de tal maneira que essas características parecem não se adequar à perspectiva de que um termo fosse insaturado. Mesmo assim, ao analisar os verbos, Russell enfrentou duas dificuldades e confessou abertamente que não sabia como lidar com elas satisfatoriamente.

A primeira dificuldade tem a ver com a unidade da proposição. De acordo com a

---

<sup>251</sup> No original: “For not all the parts of a thought can be complete; at least one must be unsaturated or predicative; otherwise, they would not hold together”.

<sup>252</sup> No original: “Only when they have been supplemented in this twofold respect do, we get a complete sense, a thought”.



metafísica do realismo lógico, a proposição foi considerada uma entidade complexa constituída por entidades simples relacionadas logicamente entre si. Essa articulação lógica de entidades simples dava origem a uma unidade objetiva, atemporal e imutável. Segundo essa perspectiva, a análise da proposição /A difere de B/ mostra que os seus constituintes são os termos /A/, /diferença/ e /B/, mas Russell sabia que “esses constituintes, assim colocados lado a lado, não reconstituem a proposição” (RUSSELL, 1903, p. 49, tradução nossa)<sup>253</sup>. Russell reconheceu que, colocados lado a lado, o que se encontra é uma lista de termos independentes e autossuficientes que não formam uma unidade proposicional. O problema parece ter origem no fato de que “o verbo, quando usado como verbo, incorpora a unidade proposicional e é assim distinguível do verbo considerado como um termo, embora eu não saiba como dar uma explicação clara da natureza precisa dessa distinção” (RUSSELL, 1903, p. 50, tradução nossa)<sup>254</sup>. Nesse caso, pode-se conjecturar que Russell tinha alguma consciência de que a unidade proposicional dependeria, de alguma forma, do nexó lógico causado pelo verbo na proposição. Apesar de Russell não ter clareza de como explicar tal fato, ele sabia que a diferença estava entre considerar uma relação em si mesma e uma relação relacionada. Segundo Russell, o verbo em uma lista de termos é apenas uma relação em si mesma. Ele aparece na lista como um termo completo e independente. Ao passo que, quando se analisa o verbo no interior da proposição, ele aparece como uma relação relacionada a outros termos, e seria essa conexão lógica atemporal e imutável que daria, supostamente, a unidade da proposição. No entanto, o problema que, possivelmente, afligiu Russell foi encontrar uma explicação para essa unidade proposicional que se adequasse à sua visão pluralista da realidade constituída por termos independentes e autossuficientes<sup>255</sup>.

---

<sup>253</sup> No original: “These constituents, thus placed side by side, do not reconstitute the proposition”.

<sup>254</sup> No original: “The verb, when used as a verb, embodies the unity of the proposition, and is thus distinguishable from the verb considered as a term, though I do not know how to give a clear account of the precise nature of the distinction”.

<sup>255</sup> Segundo Hylton (1990 e 2005), Moore e Russell não explicaram a unidade da proposição porque qualquer explicação que eles dessem iria contrapor-se à metafísica do realismo lógico de 1903. Hylton afirma, “ora, em um caso desse tipo, a proposição é constituída claramente pelas entidades de alguma maneira; mas *de que* maneira? Como as entidades se combinam para formar a proposição? Russell admite que ele não tem resposta para essa pergunta; mas, de fato, a situação é pior do que ele sugere. O problema é, em princípio, insolúvel dentro da estrutura metafísica que ele estabelece” (HYLTON, 2005, p. 15, tradução nossa). No original: “Now in a case of this sort, the proposition is clearly made up from the entities in some way; but in *what* way? How do the entities combine to form the proposition? Russell admits that he has no answer to this question; but in fact, the situation is worse than he suggests. The problem is in principle unsolvable within the metaphysical framework which he establishes”. De acordo com esse ponto de vista de Hylton, a teoria de Russell estava sujeita ao argumento *ad infinitum* de Bradley. Contudo, nesta pesquisa, concorda-se com a visão de Lebens que, por sua vez, discorda de Hylton. Para Lebens, Russell não teria resolvido o problema da unidade, mas teria respondido a ele. Segundo Lebens, a resposta de Russell foi: “a propriedade que uma relação pode ter de realmente relacionar seus *relata* é a propriedade responsável por produzir a unidade. *Essa* propriedade é primitiva e não analisável” (LEBENS, 2010, p. 61, tradução nossa). No original: “The property that a relation can have of actually relating its *relata* is the property responsible for bringing about unity. *This* property is primitive and unanalysable”. Nesse sentido, em 1903, Russell

A segunda dificuldade tem a ver com a relação interna com a verdade que o verbo parece possuir quando ocorre como verbo em uma proposição. Desta vez, o problema não parece se enquadrar naqueles casos simples de diferenças gramaticais, como se explicou antes, onde o mesmo adjetivo ou verbo pode ocorrer como termo ou não em proposições sem que tenha alterado a sua natureza lógica de conceito. O problema é mais complicado, e Russell deu sinais de que sabia disso quando perguntou: “que diferença lógica é expressa pela diferença da forma gramatical?” (RUSSELL, 1903, p. 48, tradução nossa)<sup>256</sup>. Russell estava consciente de que, com os verbos, alguns casos de diferenças gramaticais implicavam uma transformação na natureza lógica do termo, pois o verbo precisava ser transformado em um sujeito lógico.

A conversão do verbo em um sujeito lógico ocorreu por meio de um procedimento análogo ao que Frege adotara em “On Concept and Object”. Russell explicou o problema da seguinte forma: “ao transformar o verbo, como ocorre em uma proposição, em um substantivo verbal, toda a proposição pode ser transformada em um único sujeito lógico, não mais afirmado e não mais contendo em si a verdade ou a falsidade” (RUSSELL, 1903, p. 48, tradução nossa)<sup>257</sup>. Os exemplos usados por Russell foram /César morreu/ e /a morte de César/. Nesses casos, a conversão gramatical do verbo alterou a sua natureza lógica e não se pode mais dizer que o mesmo conceito ocorre nas duas expressões. A prova disso é que, enquanto na proposição /César morreu/ existe um elemento assertivo interno, do outro lado, /a morte de César/ não possui esse elemento assertivo interno pelo fato de ela ter sido convertida em um único sujeito lógico. O que se está dizendo é que se mudou a natureza lógica do termo porque o que era antes o responsável pela unidade proposicional foi transformado em um dos casos classificados por Russell de conceitos denotativos.

O problema é exatamente explicar como duas entidades completamente diferentes, uma proposição e um conceito denotativo, significam o mesmo fato. Além disso, a primeira parece ter uma relação interna com a verdade ou a falsidade como um dos seus elementos. Mais uma vez, a noção de verbo cumpriu aqui um papel fundamental, pois, segundo Russell, “parece haver uma noção última de asserção, dada pelo verbo, que é perdida assim que o substituímos por um substantivo verbal” (RUSSELL, 1903, p. 48, tradução nossa)<sup>258</sup>. Contudo, Russell foi ainda

---

respondeu ao problema da unidade proposicional apelando para a indefinibilidade da propriedade das relações relacionarem os *relata*. Contudo, a partir de 1906, essa resposta foi abandonada juntamente com a noção de proposição ao longo do desenvolvimento da teoria do juízo como relação múltipla.

<sup>256</sup> No original: “What logical difference is expressed by the difference of grammatical form?”.

<sup>257</sup> No original: “By transforming the verb, as it occurs in a proposition, into a verbal noun, the whole proposition can be turned into a single logical subject, no longer asserted, and no longer containing in itself truth or falsehood”.

<sup>258</sup> No original: “There appears to be an ultimate notion of assertion, given by the verb, which is lost as soon as we substitute a verbal noun”.

mais a fundo no problema ao compreender que a mesma noção de asserção dada pelo verbo também “é perdida quando a proposição em questão é transformada em sujeito de alguma outra proposição” (RUSSELL, 1903, p. 48, tradução nossa)<sup>259</sup>. Desta vez, o exemplo dado por Russell foi /*César morreu* é uma proposição/. Nesse segundo exemplo, Russell mostrou mais uma vez que não se tratava apenas de uma diferença na forma gramatical, pois /*César morreu*/ ocorreu como um termo na proposição e perdeu o seu elemento assertivo interno. Essas dificuldades levaram Russell à inesperada conclusão: “assim, a contradição que deveria ser evitada, de uma entidade que não pode ser feita um sujeito lógico, parece ter se tornado aqui inevitável. Essa dificuldade, que parece ser inerente à própria natureza da verdade e da falsidade, é algo com que eu não sei lidar satisfatoriamente” (RUSSELL, 1903, 48, tradução nossa)<sup>260</sup>.

Sendo assim, supõe-se que Russell percebeu que Frege tinha alguma razão nos casos específicos de verbos, pois parece que não é sempre possível transformar um verbo em um sujeito lógico sem que se altere a sua natureza lógica de conceito. Russell parece ter notado que em alguns casos, quando se transforma um verbo em um substantivo verbal, ele perde a sua natureza lógica de conceito e assume uma forma análoga a um nome próprio. Porém, mesmo que se esteja certo, não há sinais que corroborem essa interpretação, tendo em vista que Russell deixou o problema em aberto.

A seguir, é analisado o terceiro aspecto principal desenvolvido pela gramática filosófica de Russell: a importante teoria dos conceitos denotativos. Finalmente, é analisada a relação semântica de denotação e é visto o que a teoria dos conceitos denotativos significou para o realismo lógico e para a teoria das descrições de Russell.

#### 2.2.4 A teoria dos conceitos denotativos

A teoria dos conceitos denotativos é um dos temas mais importantes do desenvolvimento da gramática filosófica de Russell em *The Principles of Mathematics* por dois motivos centrais. Em primeiro lugar, os conceitos denotativos possuem uma utilidade instrumental diretamente ligada à lógica e à filosofia da matemática e, dessa forma, foram fundamentais para o programa logicista de Russell. Em segundo lugar, a relação de denotação introduziu um elemento semântico diferente na gramática filosófica, e o resultado foi que a

---

<sup>259</sup> No original: “And is lost when the proposition in question is made the subject of some other proposition”.

<sup>260</sup> No original: “Thus the contradiction, which was to have been avoided, of an entity which cannot be made a logical subject, appears to have here become inevitable. This difficulty, which seems to be inherent in the very nature of truth and falsehood, is one with which I do not know how to deal satisfactorily”.

relação de denotação destoou do realismo direto de Russell. Nesta seção, primeiro é analisada a perspectiva lógica da teoria dos conceitos denotativos. Em seguida, a análise tem como foco os aspectos semânticos ligados à gramática filosófica. A partir dos problemas inerentes à teoria dos conceitos denotativos, depois de *The Principles of Mathematics*, Russell precisou rever várias teses da gramática filosófica do realismo lógico. Essa nova evolução da filosofia de Russell foi determinante para a elaboração da teoria das descrições de “On Denoting”.

A articulação feita por Russell entre a lógica matemática e a metafísica do realismo lógico teve reflexos diretos no argumento logicista. Concorde-se com Hylton a respeito do ponto de vista de que “o uso filosófico que Russell fez do logicismo é um guia para o modo como ele pensava a lógica” (HYLTON, 1990, p. 200, tradução nossa)<sup>261</sup>. Dito de outra forma, a concepção de lógica adotada por Russell estava fundamentada na perspectiva de que a lógica é uma linguagem universal e, por consequência, as proposições da lógica devem ter um alcance irrestrito. Nesse sentido, compreende-se que a lógica formulada em *The Principles of Mathematics* foi elaborada a partir do pressuposto metafísico da noção lógica de termo, isto é, se tudo é um termo, o discurso da lógica deve ser um discurso universal porque é um discurso *sobre* termos. Foi assim que a metafísica do realismo lógico se articulou muito bem com o uso filosófico da lógica matemática, pois as verdades lógicas eram tidas como necessariamente absolutas e irrestritas. As verdades lógicas eram verdades independentes das noções de espaço e de tempo, e os constituintes das proposições da lógica se aplicariam a todo e qualquer raciocínio e a todo e qualquer termo fora do espaço e do tempo. Por conseguinte, o argumento logicista se contrapôs às filosofias da matemática da época, uma vez que Russell quis demonstrar que a matemática pura tinha o mesmo *status* metafísico do que a lógica. Portanto, se o programa logicista houvesse sido bem-sucedido, não haveria dúvidas de que a matemática pura é incondicionalmente verdadeira e alheia a restrições mentais ou empíricas.

A teoria dos conceitos denotativos foi desenvolvida por Russell pela necessidade de representar algumas noções básicas da lógica e da matemática pura. Como se pode ver, a compreensão de Russell era que a teoria da denotação “é de vital importância para a filosofia da matemática, uma vez que a natureza tanto do número quanto da variável gira exatamente em torno desse ponto” (RUSSELL, 1903, p. 55, tradução nossa)<sup>262</sup>. A forma como Russell concebeu a definição da matemática pura para poder reduzi-la a princípios puramente lógicos

---

<sup>261</sup> No original: “The philosophical use that Russell makes of logicism is a guide to the way in which he thought of logic”.

<sup>262</sup> No original: “Is of vital importance to the philosophy of mathematics, since the nature both of number and of the variable turns upon just this point”.

foi a melhor demonstração do procedimento que articulou a lógica e a metafísica do realismo lógico. Russell iniciou o primeiro capítulo de *The Principles of Mathematics* com a seguinte afirmação: “a Matemática Pura é a classe de todas as proposições da forma ‘p implica q’, em que p e q são proposições que contêm uma ou mais variáveis, a mesma nas duas proposições, e nem p nem q contêm constantes, exceto constantes lógicas” (RUSSELL, 1903, p. 3, tradução nossa)<sup>263</sup>.

Essa declaração mostrou que a lógica elaborada em *The Principles of Mathematics* reduziu todos os conectivos vero funcionais a um único conectivo lógico, o da implicação. Assim, todas as relações entre /p/ e /q/, sendo /p/ e /q/ proposições verdadeiras ou falsas, ou sendo /p/ e /q/ funções proposicionais, seriam reduzidas à relação de implicação, simbolizada por  $p \supset q$ . No simbolismo dessa lógica, uma proposição foi definida como qualquer entidade que implica a si mesma. Segundo Russell, “portanto, dizer que ‘p é uma proposição’ é equivalente a dizer que ‘p implica p’” (RUSSELL, 1903, p. 15, tradução nossa)<sup>264</sup>, que é simbolizado por  $p \supset p$ . Em relação às funções proposicionais, explicadas na seção 2.2.3, pode-se dizer sucintamente que são entidades do tipo /x é um homem/ e, em si mesmas, não são nem verdadeiras nem falsas. O valor de uma função proposicional é uma proposição quando, no lugar de x, for colocado um termo qualquer que passará a ser um dos constituintes do próprio valor da função proposicional. Diante disso, uma função proposicional pode ser considerada como representando uma classe de proposições que possuem a mesma forma esquemática e que variam apenas no termo que ocupa o lugar de x.

A relação lógica profunda que a teoria dos conceitos denotativos possui com a filosofia da matemática de Russell está implícita naquela afirmação que abriu o primeiro capítulo de *The Principles of Mathematics*. Nela, vê-se a presença da proposição  $p \supset q$ , que contém apenas constantes lógicas e variáveis. Portanto, para entender o alcance desse audacioso projeto de Russell, é preciso explicar o que seriam essas entidades lógicas. Em outras palavras, é preciso explicar o que Russell entendeu por constante lógica e por variável. A partir daí, torna-se mais clara a relação íntima que essas entidades lógicas possuem com as proposições da matemática

---

<sup>263</sup> No original: “Pure Mathematics is the class of all propositions of the form ‘p implies q’ where p and q are propositions containing one or more variables, the same in the two propositions, and neither p nor q contains any constants except logical constants”. Anos mais tarde, na introdução da segunda edição de *The Principles of Mathematics*, Russell reconheceu que, nessa frase, duas observações deveriam ser registradas. A primeira é: no lugar de “p e q são proposições contendo uma ou mais variáveis”, seria, sem dúvida, mais correto dizer que elas são funções proposicionais” (RUSSELL, 1903, p. VII, tradução nossa). No original: “p and q are propositions containing one or more variables’, it would, of course, be more correct to say that they are propositional functions”. A segunda observação é: “a forma ‘p implica q’ é apenas uma das muitas formas lógicas que as proposições matemáticas podem assumir” (RUSSELL, 1903, p. VII, tradução nossa). No original: “The form ‘p implies q’ is only one of many logical forms that mathematical propositions may take”.

<sup>264</sup> No original: “Hence to say, ‘p is a proposition’ is equivalent to saying, ‘p implies p’”.

pura. Além disso, também fica evidente a forma como a filosofia da matemática de *The Principles of Mathematics* estava ligada logicamente à teoria dos conceitos denotativos. Em primeiro lugar, a distinção entre as constantes lógicas e as variáveis:

A distinção entre uma variável e uma constante é um tanto obscurecida pelo uso matemático. É habitual, por exemplo, falar de parâmetros como constantes em algum sentido, mas esse é um uso que teremos de rejeitar. Uma constante é algo absolutamente definido sobre o qual não há nenhuma ambiguidade. Assim 1, 2, 3, *e*,  $\pi$ , Sócrates são constantes; e assim são *homem* e a raça humana, passado, presente e futuro, considerados coletivamente. Proposição, implicação, classe etc. são constantes; mas uma proposição, qualquer proposição, alguma proposição, não são constantes, pois essas frases não denotam um objeto definido. E assim, os chamados parâmetros são simplesmente variáveis. (RUSSELL, 1903, p. 6, tradução nossa)<sup>265</sup>.

Russell apresentou uma enumeração de constantes lógicas de diferentes naturezas. A semelhança entre todas é o fato de serem termos não ambíguos, ao passo que a natureza dos termos variáveis é essencialmente ambígua. Explicada dessa forma, a distinção entre ambos não é de difícil assimilação, e vários são os exemplos que podem ser usados para mostrar a natureza da diferença entre essas entidades. Apenas para ilustrar e enriquecer a análise, vale a pena citar o exemplo que foi utilizado por John Passmore:

Uma “constante” é definida como “algo absolutamente definido, relativamente ao qual não existe ambiguidade”. Assim, *Sócrates* em “Sócrates é um homem” é uma “constante”, em contraste com o *x* de “se *x* é um homem, *x* é mortal”, que não se refere a qualquer pessoa específica e é, portanto, uma “variável”. (PASSMORE, 1966, p. 217, tradução nossa)<sup>266</sup>.

Entretanto, quer-se retornar à afirmação feita por Russell no início de *The Principles of Mathematics*. O motivo é analisar mais especificamente o significado lógico da afirmação de que, na matemática pura, todas as suas proposições são da forma */p* implica *q/*, contendo apenas variáveis e constantes lógicas. Na expressão “ $p \supset q$ ”, as constantes lógicas presentes são a implicação e as proposições */p/* e */q/*. Sendo que */p/* e */q/* contêm variáveis, o melhor seria interpretá-las como funções proposicionais. Assim, para realizar uma análise criteriosa da

---

<sup>265</sup> No original: “The distinction between a variable and a constant is somewhat obscured by mathematical usage. It is customary, for example, to speak of parameters as in some sense constants, but this is a usage which we shall have to reject. A constant is to be something absolutely definite, concerning which there is no ambiguity whatever. Thus 1, 2, 3, *e*,  $\pi$ , Sócrates, are constants; and so are *man*, and the human race, past, present and future, considered collectively. Proposition, implication, class, etc. are constants; but a proposition, any proposition, some proposition, are not constants, for these phrases do not denote one definite object. And thus, what are called parameters are simply variables”.

<sup>266</sup> No original: “A ‘constant’ is defined as ‘something absolutely definite, concerning which there is no ambiguity whatever’. Thus, *Socrates* in ‘Socrates is a man’ is a ‘constant’, as contrasted with the *x* of ‘if *x* is a man, *x* is mortal’, which does not refer to any specific person and is therefore a ‘variable’”.

afirmação de Russell, interessa, principalmente, analisar as noções lógicas de implicação e de variável, pois estas têm ligação direta com a relação de denotação. Para corroborar com tal afirmação, cita-se um trecho de Russell e, logo a seguir, passa-se a explicar as noções de implicação e variável.

Sempre afirmamos na matemática que se uma certa afirmação  $p$  é verdadeira para qualquer entidade  $x$ , ou para qualquer conjunto de entidades  $x, y, z, \dots$ , então alguma outra afirmação  $q$  é verdadeira para essas entidades; mas não afirmamos  $p$  ou  $q$  separadamente de nossas entidades. Afirmamos uma relação entre as afirmações  $p$  e  $q$ , que chamarei de *implicação formal*. As proposições matemáticas não são apenas caracterizadas pelo fato de afirmarem implicações, mas também pelo fato de conterem *variáveis*. A noção de variável é uma das mais difíceis com as quais a Lógica deve lidar, e não se deve esperar encontrar no presente trabalho uma teoria satisfatória sobre a sua natureza, apesar da extensa discussão. Por enquanto, desejo apenas deixar claro que existem variáveis em todas as proposições matemáticas, mesmo onde à primeira vista elas possam parecer ausentes. A aritmética elementar pode ser considerada uma exceção:  $1 + 1 = 2$  parece não conter variáveis nem afirmar uma implicação. Mas de fato, [...], o verdadeiro significado dessa proposição é: “Se  $x$  é um e  $y$  é um, e  $x$  difere de  $y$ , então  $x$  e  $y$  são dois”. E essa proposição contém variáveis e afirma uma implicação. Sempre descobriremos, em todas as proposições matemáticas, que as palavras *qualquer* ou *algum* ocorrem; e essas palavras são as marcas de uma variável e de uma implicação formal. (RUSSELL, 1903, pp. 5-6, tradução nossa)<sup>267</sup>.

Esse trecho é muito importante por dois motivos. Primeiro, Russell explicitou a forma como analisava e transformava as expressões matemáticas do tipo  $1 + 1 = 2$  em proposições que envolvem uma implicação lógica. Por meio desse exemplo, é possível ter uma perspectiva do procedimento utilizado por Russell para garantir logicamente que todas as proposições da matemática pura possam ser reduzidas à forma lógica do tipo  $/p \supset q/$ . Segundo, Russell afirmou que todas as expressões da matemática pura contêm a presença da variável e da implicação formal simbolizadas por palavras como “qualquer”, “algum” e similares. Dessa forma, do ponto de vista formal da lógica, tais palavras ocupam a função lógica de indicar conceitos que comumente são conhecidos como quantificadores. Além disso, da perspectiva da gramática filosófica, o tratamento semântico que Russell deu a essas expressões foi o que originou a teoria dos conceitos denotativos.

---

<sup>267</sup> No original: “We assert always in mathematics that if a certain assertion  $p$  is true of any entity  $x$ , or of any set of entities  $x, y, z, \dots$ , then some other assertion  $q$  is true of those entities; but we do not assert either  $p$  or  $q$  separately of our entities. We assert a relation between the assertions  $p$  and  $q$ , which I shall call *formal implication*. Mathematical propositions are not only characterized by the fact that they assert implications, but also by the fact that they contain *variables*. The notion of the variable is one of the most difficult with which Logic has to deal, and in the present work a satisfactory theory as to its nature, in spite of much discussion, will hardly be found. For the present, I only wish to make it plain that there are variables in all mathematical propositions, even where at first sight they might seem to be absent. Elementary Arithmetic might be thought to form an exception:  $1+1=2$  appears neither to contain variables nor to assert an implication. But as a matter of fact, [...], the true meaning of this proposition is: ‘If  $x$  is one and  $y$  is one, and  $x$  differs from  $y$ , then  $x$  and  $y$  are two’. And this proposition both contains variables and asserts an implication. We shall find always, in all mathematical propositions, that the words *any* or *some* occur; and these words are the marks of a variable and a formal implication”.

A teoria lógica da implicação de Russell em *The Principles of Mathematics* possuiu duas noções distintas de implicação: a implicação material e a implicação formal. Segundo Russell, “ambas as noções são necessárias no cálculo proposicional, mas é o estudo da implicação material que distingue especialmente esse assunto, pois a implicação formal ocorre em toda a matemática” (RUSSELL, 1903, p. 14, tradução nossa)<sup>268</sup>. Mesmo assim, ambas as relações de inferência foram tratadas em termos estritamente lógicos, pois Russell fez questão de afastar qualquer possibilidade de que elementos psicológicos fossem introduzidos nas suas demonstrações lógicas.

Na discussão da inferência, é comum permitir a intromissão de algum elemento psicológico e considerar a nossa aquisição de novos conhecimentos por seus meios. Mas é claro que, onde inferimos validamente uma proposição de outra, fazemos isso em virtude de uma relação mantida pelas duas proposições, quer a percebamos ou não: a mente, de fato, é tão puramente receptiva na inferência quanto o senso comum supõe que seja na percepção de objetos sensíveis. A relação em virtude da qual é possível para nós inferirmos validamente é o que chamo de implicação material. (RUSSELL, 1903, p. 33, tradução nossa)<sup>269</sup>.

A citação deixa claro o quanto o logicismo de Russell foi fortemente marcado por seu antipsicologismo, uma vez que a lógica matemática estava profundamente articulada com a metafísica do realismo lógico. Isso significou que, para Russell, as relações de inferências ocorrem entre as proposições independentemente das condições de nossas mentes. Essa medida contra o psicologismo na lógica impossibilitou que elementos psicológicos entrassem até pela porta dos fundos, como aconteceu com a lógica e a teoria do juízo de Bradley. Outra evidência importante na citação é que, ao ter tratado a mente como puramente receptiva, Russell deu créditos à tese de que a noção de *acquaintance* estava presente em sua filosofia desde *The Principles of Mathematics*.

No que diz respeito à relação lógica de implicação material, Russell diz: “o cálculo proposicional é caracterizado pelo fato de que todas as suas proposições têm como hipótese e como consequente a asserção de uma implicação material. Em geral, a hipótese tem a forma ‘ $p$  implica  $p$ ’ etc., que equivale à asserção de que as letras no consequente são proposições”

<sup>268</sup> No original: “Both notions are required in the propositional calculus, but it is the study of material implication which specially distinguishes this subject, for formal implication occurs throughout the whole of mathematics”.

<sup>269</sup> No original: “In the discussion of inference, it is common to permit the intrusion of a psychological element, and to consider our acquisition of new knowledge by its means. But it is plain that where we validly infer one proposition from another, we do so in virtue of a relation which holds between the two propositions whether we perceive it or not: the mind, in fact, is as purely receptive in inference as common sense supposes it to be in perception of sensible objects. The relation in virtue of which it is possible for us validly to infer is what I call material implication”.



(RUSSELL, 1903, p. 13, tradução nossa)<sup>270</sup>. Assim, a implicação material é uma relação lógica entre duas proposições, onde /p/ implica materialmente /q/, se e somente se, não se têm /p/ verdadeira e /q/ falsa. É o que ocorre, por exemplo, com a proposição expressa pela sentença “Há um gato na minha frente”. Esta implica materialmente a proposição expressa pela sentença “Homero escreveu a *Ilíada* ou Há um gato na minha frente”, independentemente de haver ou não um gato na minha frente.

Contudo, a relação de implicação formal, herdada da lógica de Peano, é uma relação lógica mais complexa. A implicação formal é uma relação entre funções proposicionais, se e somente se, uma função proposicional implica a outra função proposicional para todos os valores da variável que ocorre em ambas as funções proposicionais. Russell deu o seguinte exemplo: “‘ $x$  é um homem implica  $x$  é um mortal para todos os valores de  $x$ ’. Essa proposição é equivalente a ‘Todos os homens são mortais’, ‘Cada homem é mortal’ e ‘Qualquer homem é mortal’. Mas parece altamente duvidoso que elas sejam a mesma proposição” (RUSSELL, 1903, p. 36, tradução nossa)<sup>271</sup>. Tais proposições equivalentes são suficientes para mostrar que, sob o ponto de vista formal da lógica e da matemática formuladas por Russell em *The Principles of Mathematics*, é a relação lógica de implicação formal que expressa a generalidade. No entanto, em relação à gramática filosófica, Russell foi capaz de desenvolver uma teoria da denotação em que os termos como /todos/, /cada/ e /qualquer/ possuem uma única relação lógica de denotação com a classe que eles denotam, apesar de cada um deles denotar uma classe de forma lógica diferente. Por isso, Russell classificou as três proposições acima como equivalentes, mas não idênticas à implicação formal em razão de pressuporem a diferença entre os objetos denotados por cada um daqueles termos.

A implicação formal, embora possa ser entendida como uma relação entre duas asserções, precisa possuir uma unidade de tal maneira que a variável deve ser a mesma em ambas as asserções. A unidade da implicação formal, supostamente causada pela unicidade da variável, pode ter sido a razão de Russell ter afirmado que a implicação formal “‘ $x$  é um homem implica que  $x$  é mortal’ não é uma relação de duas funções proposicionais, mas é ela mesma uma única função proposicional que tem a elegante propriedade de ser sempre verdadeira”

---

<sup>270</sup> No original: “The propositional calculus is characterized by the fact that all its propositions have as hypothesis and as consequent the assertion of a material implication. Usually, the hypothesis is of the form ‘ $p$  implies  $p$ ’ etc., which is equivalent to the assertion that the letters which occur in the consequent are propositions”.

<sup>271</sup> No original: “‘ $x$  is a man implies  $x$  is a mortal for all values of  $x$ ’. This proposition is equivalent to ‘all men are mortal’, ‘every man is mortal’, and ‘any man is mortal’. But it seems highly doubtful whether it is the same proposition”. Simbolicamente, “ $x$  é um homem implica  $x$  é um mortal para todos os valores de  $x$ ” equivale a expressão “ $\phi(x)$ .  $\supset_x .\phi(x)$ ”.

(RUSSELL, 1903, p. 38, tradução nossa)<sup>272</sup>. A ideia subjacente ao pensamento de Russell é que a implicação formal deve ser analisada como um todo e, por isso, o valor da variável deve ser o mesmo em todas as suas ocorrências. Em razão da variável não ter um valor constante, a implicação formal é uma implicação variável, uma vez que valores diferentes são assumidos pela variável. Dessa maneira, a implicação formal representa uma classe de implicações materiais, e não uma única implicação.

Outra característica da implicação formal utilizada em *The Principles of Mathematics* foi que não houve restrições sobre quais seriam os valores que as variáveis poderiam assumir. Russell usou a noção de variável como uma entidade absolutamente irrestrita.

Devemos, portanto, permitir que o nosso  $x$ , onde quer que a verdade de nossa implicação formal não seja prejudicada, receba *todos* os valores sem exceção; e onde é necessária qualquer restrição à variabilidade, a implicação não deve ser considerada formal até que a referida restrição tenha sido removida por estar prefixada como hipótese. (RUSSELL, 1903, p. 38, tradução nossa)<sup>273</sup>.

A natureza irrestrita das variáveis foi uma das características importantes da lógica que Russell desenvolveu articulada com os princípios da metafísica do realismo lógico. De acordo com Russell, as variáveis devem ter um alcance irrestrito porque a lógica é uma linguagem universal, e a sua verdade é incondicionalmente independente do espaço e do tempo. Dada a metafísica do realismo lógico, se tudo é um termo, então a variável  $x$  pode ser qualquer termo, inclusive a proposição expressa pela sentença “Sócrates é sábio” etc. Assim, a relação de implicação formal, que ocorre na lógica e em todo o campo da matemática pura, contém variáveis que são irrestritas, pois são universalmente aplicáveis. Levando-se em conta o que foi explicado até agora sobre as noções de variável e de implicação formal, considera-se que o significado da afirmação de Russell de que a teoria da denotação é fundamental para a filosofia da matemática se tornou agora mais claro e consistente. Quer dizer, do ponto de vista do contexto da lógica e da filosofia da matemática, pode-se concluir que as noções de variável e de implicação formal estão diretamente ligadas à noção de generalidade.

Da perspectiva da gramática filosófica, a noção lógica de generalidade exigiu que Russell reconhecesse a presença de uma relação semântica diferente da indicação, pois palavras como “todo”, “qualquer”, “cada”, “algum” e similares não indicam diretamente os termos.

---

<sup>272</sup> No original: “‘ $x$  is a man implies  $x$  is a mortal’ is not a relation of two propositional functions but is itself a single prepositional function having the elegant property of being always true”.

<sup>273</sup> No original: “We must, therefore, allow our  $x$ , wherever the truth of our formal implication is thereby unimpaired, to take *all* values without exception; and where any restriction on variability is required, the implication is not to be regarded as formal until the said restriction has been removed by being prefixed as hypothesis”.

Portanto, a teoria dos conceitos denotativos foi um dos aspectos da gramática filosófica desenvolvidos por Russell desde *An Analysis of Mathematical Reasoning*, introduzindo na semântica lógica de *The Principles of Mathematics* a controversa relação de denotação. Hylton (2005) tem razão, a discussão em torno da relação semântica e lógica de denotação se deve ao fato de ela ter inserido um desvio no realismo direto, visto que Russell precisou explicar como é possível, no contexto da lógica, da matemática e do uso ordinário das palavras, denotar diferentes combinações de termos, denotar inequivocamente um único termo ou nenhum termo por meio de uma descrição indefinida ou definida. Contudo, Russell fez questão de deixar claro que a relação de denotação não tem origem psicológica, tampouco é baseada no uso ordinário da linguagem. Ele diz: “a noção de denotar, como a maioria das noções da lógica, foi obscurecida até agora por uma mistura indevida de psicologia” (RUSSELL, 1903, p. 53, tradução nossa)<sup>274</sup>. Assim, a relação de denotação consiste em uma relação lógica especial, pois diferente da relação de indicação, o que ocorre na teoria da denotação é que certas expressões linguísticas, chamadas de expressões denotativas, indicam conceitos denotativos que, por sua vez, denotam termos (se houverem). Em *The Principles of Mathematics*, Russell explicou desta forma a relação de denotação:

Um conceito *denota* quando, se ele ocorre em uma proposição, a proposição não é *sobre* o conceito, mas sobre um termo conectado de certa maneira peculiar ao conceito. Se digo “Eu encontrei um homem”, a proposição não é sobre *um homem*: esse é um conceito que não percorre as ruas, mas vive no limbo sombrio dos livros de lógica. O que eu encontrei foi uma coisa, não um conceito, um homem de verdade com um alfaiate e uma conta bancária, ou um bar e uma esposa bêbada. (RUSSELL, 1903, p. 53, tradução nossa)<sup>275</sup>.

O trecho citado mostra o quanto a compreensão de Russell sobre a peculiaridade lógica da relação de denotação aprimorou desde o primeiro tratamento dado a essa noção em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. A introdução da relação de denotação na gramática filosófica de *The Principles of Mathematics* fugiu à regra do realismo direto, pois uma sentença que contém uma expressão denotativa expressa uma proposição que *é sobre* a entidade denotada pelo conceito denotativo, mas o constituinte da proposição é o conceito denotativo, e não a entidade denotada. Isso significa que a mente tem *acquaintance* com o conceito denotativo, e

---

<sup>274</sup> No original: “The notion of denoting, like most of the notions of logic, has been obscured hitherto by an undue admixture of psychology”.

<sup>275</sup> No original: “A concept *denotes* when, if it occurs in a proposition, the proposition is not *about* the concept, but about a term connected in a certain peculiar way with the concept. If I say, ‘I met a man’, the proposition is not about *a man*: this is a concept which does not walk the streets but lives in the shadowy limbo of the logic-books. What I met was a thing, not a concept, an actual man with a tailor and a bank-account or a public-house and a drunken wife”.

não com a sua suposta denotação. Em razão disso, a teoria da denotação de Russell é uma exceção ao realismo direto; uma exceção à tese de que os termos *sobre* os quais a proposição *é sobre* estão entre os seus constituintes. No caso da denotação, o constituinte da proposição é o conceito denotativo, e através deste é que, indiretamente, pode-se afirmar proposições *sobre* a entidade denotada, se houver. O que ocorre nesses casos é o conhecimento por expressões denotativas. Dessa forma, o conceito denotativo cumpre o papel semântico de ser um elo intermediário e, por isso, pode-se afirmar que a relação de denotação é completamente distinta da relação de indicação. A comprovação a favor dessa explicação encontra-se no trecho abaixo. Russell utilizou o mesmo exemplo da citação anterior, /um homem/, para explicar a noção de significado no sentido lógico.

Mas conceitos como *um homem* têm significado em outro sentido: eles são, por assim dizer, simbólicos por sua própria natureza lógica, porque eles têm a propriedade que eu chamo de *denotar*. Ou seja, quando *um homem* ocorre em uma proposição (por exemplo, “eu encontrei um homem na rua”), a proposição não é sobre o conceito *um homem*, mas é sobre algo bem diferente, algum bípede real denotado pelo conceito. Assim, conceitos desse tipo têm significado em um sentido não psicológico. E, nesse sentido, quando dizemos “este é um homem”, estamos formando uma proposição na qual um conceito está em algum sentido ligado a algo que não é um conceito. (RUSSELL, 1903, p. 47, tradução nossa)<sup>276</sup>.

Essa é a questão controversa da teoria da denotação de *The Principles of Mathematics*. Russell admitiu que algumas expressões possuem uma dualidade semântica, uma vez que essas expressões não indicam diretamente o termo. Ao contrário, a ligação entre a expressão denotativa e a entidade denotada é através da noção de significado. Nesse momento, a comparação entre a noção de significado de Russell e a noção de sentido de Frege parece ser inevitável. Contudo, apesar das semelhanças da semântica dualista, é necessário cuidado com as comparações, visto que Russell restringiu a noção de significado lógico apenas às expressões denotativas, enquanto Frege delegou a noção de sentido a todas expressões da linguagem. Além disso, as semânticas das teorias de Frege e Russell são completamente diferentes. Apesar de os dois corroborarem com o ponto de vista de que uma proposição verdadeira é um fato da realidade, a diferença se apresenta quando Frege entende que uma sentença assertiva é um nome de um valor de verdade, que é a sua referência. Russell, por sua vez, postulou que a sentença

---

<sup>276</sup> No original: “But such concepts as *a man* have meaning in another sense: they are, so to speak, symbolic in their own logical nature, because they have the property which I call *denoting*. That is to say, when *a man* occurs in a proposition (e.g., ‘I met a man in the street’), the proposition is not about the concept *a man*, but about something quite different, some actual biped denoted by the concept. Thus, concepts of this kind have meaning in a non-psychological sense. And in this sense, when we say, ‘this is a man’, we are making a proposition in which a concept is in some sense attached to what is not a concept”.

expressa uma proposição que, em última instância, contém, ela própria, os seus constituintes. Portanto, as diferenças entre as teorias de Frege e Russell superam as pontuais semelhanças.

Como dito em 2.1.3, Russell deu os primeiros passos na elaboração da teoria da denotação em *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Nesse manuscrito, Russell analisou a relação entre as proposições e as classes e concluiu que as classes são denotadas pelos conceitos denotativos. Em *The Principles of Mathematics*, Russell distinguiu o conceito-classe, o conceito de classe e a própria classe denotada. Segundo Russell, um conceito-classe, como /homem/, tem como característica a capacidade lógica de formar uma classe. No entanto, conceitos-classe diferem apenas verbalmente de conceitos que são predicados porque, segundo Russell, “existe, conectada com todo predicado, uma grande variedade de conceitos intimamente relacionados, os quais, uma vez que são distintos, é importante distinguir” (RUSSELL, 1903, p. 55, tradução nossa)<sup>277</sup>. Nesse sentido, a forma encontrada por Russell para distinguir um conceito-classe de um conceito de classe consistiu em perceber que quando um conceito-classe é precedido por alguns termos especiais, a união resultante é um conceito de classe ou conceito denotativo. Segundo Russell, existem “seis palavras, de ocorrência constante na vida cotidiana, mas que também são características da matemática: essas são as palavras *todo, cada, qualquer, um, algum e o*” (RUSSELL, 1903, p. 55, tradução nossa)<sup>278</sup> que, com exceção da última, todas expressam termos quantificadores. Em relação à classe, ela mesma é uma certa combinação de termos que é denotada pelos conceitos de classe. Cada um desses conceitos denotativos distingue-se dos demais, e todos têm a propriedade lógica de denotar uma classe<sup>279</sup> diferente.

---

<sup>277</sup> No original: “There is, connected with every predicate, a great variety of closely allied concepts, which, in so far as they are distinct, it is important to distinguish”.

<sup>278</sup> No original: “Six words, of constant occurrence in daily life, are also characteristic of mathematics: these are the words *all, every, any, a, some* and *the*”. Ou então, “uma expressão denotativa, podemos agora dizer, consiste sempre em um conceito-classe precedido por uma das seis palavras acima ou algum sinônimo de uma delas” (RUSSELL, 1903, p. 56, tradução nossa). No original: “A denoting phrase, we may now say, consists always of a class-concept preceded by one of the above six words or some synonym of one of them”.

<sup>279</sup> Russell reconheceu que essas combinações de termos chamadas de “classes” são objetos um tanto paradoxais. Ele diz em nota de rodapé: “usarei a palavra *objeto* em um sentido mais amplo do que *termo* para abranger tanto o singular quanto o plural e, também, casos de ambiguidade, como ‘um homem’. O fato de uma palavra poder ser concebida com um significado mais amplo do que *termo* levanta graves problemas lógicos” (RUSSELL, 1903, p. 55, tradução nossa). No original: “I shall use the word *object* in a wider sense than *term*, to cover both singular and plural, and also cases of ambiguity, such as ‘a man’. The fact that a word can be framed with a wider meaning than *term* raises grave logical problems”. Por exemplo, Griffin (1980) destaca uma característica estranha desses objetos paradoxais: quando as classes são objetos plurais, os seus constituintes são coisas combinadas sem haver entre elas um conceito como uma relação, o que seria necessário para um termo complexo. Nesse sentido, a teoria da denotação de Russell de 1903 pode ser acusada de ser ontologicamente incoerente por admitir uma entidade mais ampla do que termo, tendo em vista que tudo é um termo, mas classes são objetos que não são termos. Segundo Richard Cartwright, “do ponto de vista de Russell, eles são ao menos em parte paradoxais porque eles não são termos: alguns não são ‘únicos’, e isso deixa aberta a questão se quaisquer deles podem ser constituintes de proposições” (CARTWRIGHT, 1987, p. 131, tradução nossa). No original: “From Russell’s point of view they

Parece, portanto, legítimo dizer que toda a diferença está nos objetos e que o denotar é o mesmo em todos os casos. [...]. Isso é mais evidente nos casos de *cada*, *qualquer* e *um*. Existe, então, algo definido, diferente em cada um dos cinco casos, que deve, em certo sentido, ser um objeto, mas é caracterizado como um conjunto de termos combinados de uma certa maneira, algo que é denotado por *todos homens*, *cada homem*, *qualquer homem*, *um homem* ou *algum homem*; e é a esse objeto muito paradoxal que dizem respeito as proposições nas quais o conceito correspondente é usado como denotativo. (RUSSELL, 1903, pp. 61-2, tradução nossa)<sup>280</sup>.

Russell desenvolveu uma minuciosa teoria da denotação em *The Principles of Mathematics* com o intuito de dar conta de cada relação específica dos seis casos de conceitos denotativos e de suas respectivas denotações. Apesar da relação de denotar ser a mesma nos seis casos, a diferença entre os conceitos denotativos se encontra nos seus respectivos significados e nos diferentes objetos denotados. Assim sendo, a gramática filosófica tem uma explicação para cada um dos seis casos de conceitos denotativos, que pode ser resumida da seguinte forma. Segundo Russell, o conceito denotativo /o a/<sup>281</sup> pressupõe unicidade, pois denota um objeto definido singular e significa: “em relação a um conceito-classe do qual existe apenas *uma* instância” (RUSSELL, 1903, p. 62, tradução nossa)<sup>282</sup>. Os demais cinco casos

---

are paradoxical at least in part because they are not terms: some are not ‘one’, and it is open to question whether any can be constituents of propositions”. Para aqueles que se interessarem em um tratamento alternativo desses objetos paradoxais de Russell, recomenda-se a leitura do artigo “Russell’s early views On Denoting”, de Terence D. Parsons, que explora a ontologia da teoria da denotação de 1903 através do Cálculo Lambda.

<sup>280</sup> No original: “It seems therefore legitimate to say that the whole difference lies in the objects, and that denoting itself is the same in all cases. [...]. This is more evident in the case of *every*, *any*, and *a*. There is, then, a definite something, different in each of the five cases, which must, in a sense, be an object, but is characterized as a set of terms combined in a certain way, which something is denoted by *all men*, *every man*, *any man*, *a man* or *some man*; and it is with this very paradoxical object that propositions are concerned in which the corresponding concept is used as denoting”.

<sup>281</sup> Russell tomou essa noção da lógica de Peano. Russell diz: “essa noção foi enfatizada simbolicamente por Peano, com grande vantagem em seu cálculo; mas aqui deve ser discutida filosoficamente. O uso da identidade e a teoria da definição dependem dessa noção, que tem, portanto, a mais alta importância filosófica” (RUSSELL, 1903, p. 62, tradução nossa). No original: “This notion has been symbolically emphasized by Peano, with very great advantage to his calculus; but here it is to be discussed philosophically. The use of identity and the theory of definition are dependent upon this notion, which has thus the very highest philosophical importance”. Simbolicamente, a letra *iota* (*i*) foi usada para simbolizar a classe unitária e o *iota* invertido (*ι*) para representar o único membro dessa classe. Contudo, não se pode deixar de ressaltar a semelhança, nesse ponto, com a semântica de Frege no que diz respeito ao tratamento de descrições definidas que expressam um significado e que são tratadas como um tipo de nomes próprios. Russell, no apêndice A de *The Principles of Mathematics*, confirmou a semelhança que se está destacando: “parece-me que somente podemos dizer que têm significado certos nomes próprios que são derivados de conceitos por meio do *o*” (RUSSELL, 1903, p. 502, tradução nossa). No original: “It seems to me that only such proper names as are derived from concepts by means of *the* can be said to have meaning”. Assim, o conceito denotativo /o a/ é importante para a filosofia da matemática por significar a unicidade do termo denotado, quando houver. Por isso, o significado de /o a/ possibilitou a definição de termos matemáticos, pois o termo *a* ser definido passa a ser a única instância do conceito denotativo. Ao mesmo tempo, o significado de /o a/ é importante para a teoria da identidade, uma vez que podemos ter *acquaintance* com diferentes conceitos denotativos do tipo /o a/, /o b/, /o c/ e outros, que denotam um único termo com significados diferentes. Para maiores detalhes da influência de Peano e Frege sobre Russell em relação às descrições definidas, sugere-se a leitura do artigo “Frege, Peano and Russell on descriptions: a comparison” de Rodríguez-Consuegra.

<sup>282</sup> No original: “In relation to a class-concept of which there is only *one* instance”.

denotam objetos plurais, ou seja, cada um denota uma diferente combinação lógica de termos e, por isso, eles funcionam como uma descrição indefinida porque denotam ambigualmente. O conceito denotativo /Todos *a*'s/ denota uma conjunção numérica e significa: “os termos de *a* tomados todos juntos” (RUSSELL, 1903, p. 58, tradução nossa)<sup>283</sup>. O conceito denotativo /Cada *a*/ denota uma conjunção proposicional e significa: “embora ele ainda denote todos os *a*'s, ele os denota de uma forma diferente, isto é, separada, ao invés de coletivamente” (RUSSELL, 1903, p. 58, tradução nossa)<sup>284</sup>. O conceito denotativo /Qualquer *a*/ denota uma conjunção variável e significa: “denota apenas um *a*, mas é totalmente irrelevante qual ele denota, e o que é dito será igualmente verdadeiro, seja o que for” (RUSSELL, 1903, p. 58, tradução nossa)<sup>285</sup>. O conceito denotativo /Algum *a*/ denota uma disjunção constante e significa: “denota apenas um termo da classe *a*, mas o termo que ele denota pode ser qualquer termo da classe” (RUSSELL, 1903, p. 59, tradução nossa)<sup>286</sup>. E dos cinco casos de denotação ambígua, o último é o conceito denotativo /Um *a*/ que denota uma disjunção variável e significa: “que nenhum em particular deve ser considerado, assim como em *Todos a*'s, não devemos considerar qualquer um em particular” (RUSSELL, 1903, p. 59, tradução nossa)<sup>287</sup>.

Russell tratou cada um desses conceitos denotativos como uma única entidade, como qualquer outro termo da metafísica do realismo lógico. Nesses casos, Russell diz “parece, então, que ‘*Todos u*'s’ não é validamente analisável em *Todos* e *u*, e que a linguagem, nesse caso, como em alguns outros, é um guia enganoso. A mesma observação será aplicada a *cada, qualquer, algum, um e o*” (RUSSELL, 1903, p. 73, tradução nossa)<sup>288</sup>. Essa observação deve ser ponderada para não causar mal-entendidos. Ela não significa que Russell abandonou o ponto de vista de que a gramática filosófica era o melhor guia para a elaboração de uma lógica correta. A teoria da denotação de 1903 não negou a visão de que a sentença que expressa uma unidade denotativa tem a capacidade de espelhar a forma proposicional integralmente. Por exemplo, a sentença “Todo número é par ou ímpar” expressa um significado ao mesmo tempo que espelha a forma proposicional que contém como um dos seus constituintes o conceito denotativo /Todo número/, além do verbo e do predicado. Nesse sentido, na citação anterior em que Russell acusou a linguagem de ser um guia enganoso, parece que ele estava se referindo tacitamente e

<sup>283</sup> No original: “The terms of *a* taken all together”.

<sup>284</sup> No original: “Though it still denotes all the *a*'s, denotes them in a different way, i.e., severally instead of collectively”.

<sup>285</sup> No original: “Denotes only one *a* but it is wholly irrelevant which it denotes, and what is said will be equally true whichever it may be”.

<sup>286</sup> No original: “Denotes just one term of the class *a*, but the term it denotes may be any term of the class”.

<sup>287</sup> No original: “That no one in particular must be taken, just as in all *a*'s we must not take any one in particular”.

<sup>288</sup> No original: “It would seem, then, that ‘*all u*'s’ is not validly analyzable into *all* and *u*, and that language, in this case as in some others, is a misleading guide. The same remark will apply to *every, any, some, a, and the*”.

criticamente à teoria semântica de Frege. Para este último, expressões quantificadoras como “todo” e “algum” foram classificadas como conceitos de segunda ordem e, portanto, de natureza insaturada a ser completada por um conceito de primeira ordem. Em razão disso, o ponto de vista dos quantificadores de Frege difere nitidamente da visão de Russell, que considerou os conceitos denotativos como autênticos termos. E como se ressaltou, para Russell, termos são sinônimos de unidade, indivíduo e entidade.

A estranheza que a teoria da denotação de Russell causou na sua gramática filosófica foi que a proposição que contém um dos conceitos denotativos *é sobre* uma outra entidade que não é um dos seus constituintes. Alberto Coffa ressalta muito bem esse ponto ao analisar que “um conceito denotativo, Russell explicou, de nenhuma forma precisa assemelhar-se ao que ele denota” (COFFA, 1991, p. 105, tradução nossa)<sup>289</sup>. Coffa destaca que essa característica dos conceitos denotativos foi tratada como uma certa vantagem por Russell, tendo em vista que, através da teoria da quantificação de *The Principles of Mathematics*, Russell conseguira explicar como se pode lidar com a noção de infinito na filosofia da matemática. Nas palavras de Russell, quando se lida com classes infinitas, “por exemplo, a classe dos números, deve-se observar que o conceito *todo número*, embora não seja infinitamente complexo, denota ainda um objeto infinitamente complexo. Esse é o segredo mais íntimo do nosso poder para lidar com o infinito” (RUSSELL, 1903, p. 73, tradução nossa)<sup>290</sup>. Por isso, nesse aspecto a teoria dos conceitos denotativos constituiu-se vantajosa para a filosofia da matemática de Russell porque a teoria da denotação deu conta de explicar como a mente pode manipular combinações infinitas de termos tendo *acquaintance*<sup>291</sup> apenas com conceitos denotativos que não são infinitos. Essa capacidade de afirmar proposições *sobre* objetos com os quais não se tem *acquaintance* introduziu, na filosofia de Russell, a distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento denotativo. Após *The Principles of Mathematics*, Russell voltou a sua atenção

---

<sup>289</sup> No original: “A denoting concept, Russell explained, need in no way resemble what it denotes”.

<sup>290</sup> No original: “Say the class of numbers, it is to be observed that the concept *all numbers*, though not itself infinitely complex, yet denotes an infinitely complex object. This is the inmost secret of our power to deal with infinity”.

<sup>291</sup> Graham Stevens também destaca a utilidade da teoria dos conceitos denotativos no que diz respeito à capacidade de compreender proposições *sobre* o infinito. Ele diz: “similarmente, e mais pertinente a um trabalho sobre os fundamentos da matemática, entendo a proposição que todos os números naturais são objetos matemáticos, mas não há como eu estar *acquainted* com a totalidade infinita dos números naturais. Como, pelo princípio de *acquaintance*, deve haver *algo* com o qual estejamos *acquainted* para explicar a nossa compreensão de proposições sobre o infinito, Russell concluiu que constituintes proposicionais especiais, tais como os conceitos denotativos, eram necessários” (STEVENS, 2011, pp. 54-5, tradução nossa). No original: “Similarly, and more pertinent to a work on the foundations of mathematics, I understand the proposition that all-natural numbers are mathematical objects but there is no way I can be acquainted with the infinite totality of natural numbers. As, by the principle of acquaintance, there must be *something* we are acquainted with in order to explain our understanding of propositions about the infinite, Russell concluded that special propositional constituents such as denoting concepts must be required”.



para questões epistemológicas e articulou com maior precisão essa distinção.

Porém, a teoria dos conceitos denotativos não trouxe somente vantagens para Russell. Como Hylton (1990 e 2005) sugere, Russell pareceu não ter percebido todas as consequências da sua teoria da denotação de *The Principles of Mathematics*, pois esta alterou drasticamente a perspectiva filosófica do realismo direto. Por conseguinte, originou um potencial problema para a metafísica do realismo lógico, uma vez que, supostamente, a verdade ou a falsidade das proposições contendo conceitos denotativos dependem da proposição denotada. Hylton explica o problema da seguinte forma:

Uma proposição que contém, digamos, o conceito denotativo *o professor de Platão* é sobre Sócrates porque a verdade da proposição original depende da verdade de uma proposição diferente, a saber, uma que contém Sócrates onde a proposição original contém o conceito denotativo. [...]. A ideia da verdade ou falsidade de uma proposição dependendo da de outra é claramente estranha ao Atomismo Platônico. Isso equivale, de fato, à introdução de algo como a teoria da correspondência da verdade para o caso especial daquelas proposições que contêm conceitos denotativos: a verdade de tais proposições depende da existência de um fato correspondente, onde um fato é uma proposição verdadeira que não contém um conceito denotativo ou uma combinação de tais proposições. (HYLTON, 1990, p. 209, tradução nossa)<sup>292</sup>.

Efetivamente, a teoria da verdade como correspondência é absolutamente contrária aos fundamentos da metafísica do realismo lógico. De acordo com a interpretação de Hylton, existem dificuldades para se explicar o valor de verdade de proposições que contêm conceitos denotativos, exceto se a explicação vier associada ao princípio de que o valor de verdade da proposição denotativa depende da proposição denotada. A teoria da denotação parece implicar esse estranho resultado devido à duplicidade dos conceitos denotativos e da relação lógica do significado denotar a denotação. Por algum motivo, Russell não analisou as consequências imediatas da teoria da denotação em *The Principles of Mathematics*. Na seção 3 adiante, será preciso retornar a esse assunto, pois com o desenvolvimento da filosofia de Russell, o problema para o qual Hylton chama a atenção foi abordado. Por enquanto, pode-se concluir que esse assunto ficou implícito na teoria da denotação de *The Principles of Mathematics*.

Na próxima seção é analisado outro problema oriundo da teoria da proposição e da

---

<sup>292</sup> No original: “A proposition containing, say, the denoting concept *the teacher of Plato* is about Socrates because the truth of the original proposition depends upon the truth of a different proposition, namely one which contains Socrates where the original proposition contains the denoting concept. [...]. The idea of the truth or falsehood of one proposition depending upon that of another is clearly quite alien to Platonic Atomism. It amounts, indeed, to the introduction of something like the correspondence theory of truth for the special case of those propositions which contain denoting concepts: whether such a proposition is true depends upon whether there is a corresponding fact, where a fact is a true proposition which does not contain a denoting concept, or a combination of such propositions”. Rodríguez-Consuegra (1990) também chama a atenção para o fato de que a teoria da denotação de *The Principles of Mathematics* comprometeu Russell, em certa medida, com a teoria da verdade como correspondência com fatos. Estes últimos, nesse estágio da filosofia de Russell, são proposições verdadeiras.

metafísica assumida por Russell em *The Principles of Mathematics*. A controvérsia consiste nas interpretações, que oscilam entre a favor ou contra, quanto a Russell ter endossado uma filosofia similar à teoria dos objetos de Meinong. São analisadas as opiniões de alguns comentadores a fim de concluir se Russell estava comprometido de fato com alguma metafísica extravagante.

### 2.2.5 Considerações a respeito da suposta metafísica extravagante

A polêmica sobre a metafísica do realismo lógico de *The Principles of Mathematics* consiste na discussão a respeito de qual é a melhor maneira de se interpretar alguns trechos dessa obra, na qual Russell deu indícios de defender uma teoria semelhante à filosofia do austríaco Alexius Meinong. Este e Twardowski foram além do seu mentor Brentano, pois separaram radicalmente o conteúdo de uma ideia, de um lado, e o objeto, do outro. Apesar das filosofias de ambos nascerem da psicologia descritiva de Brentano, do ponto de vista filosófico, eles fizeram parte do importante movimento em direção à objetividade e à independência dos objetos em relação às mentes. Meinong e Twardowski defenderam que todas as nossas experiências ou fenômenos psíquicos podem ser explicados por três distintos elementos: um ato mental, denominado de ideia; um conteúdo, que direciona a ideia ao objeto; e o próprio objeto, que é completamente independente da mente.

Meinong é conhecido principalmente por sua teoria dos objetos. De acordo com Findlay (1963) e Farrell Smith (1895), Meinong distinguiu três categorias gerais de objetos: os objetos existentes (objetos concretos que estão dentro do espaço e do tempo); os objetos subsistentes (objetos abstratos como relações e Objetivos); e os objetos inexistentes (objetos além do Ser e do não Ser, como o círculo quadrado, o atual Rei do Brasil etc.). Meinong teria elaborado essa classificação como forma de explicar a distinção entre o conteúdo de uma ideia e o seu objeto. Findlay (1963) apresenta dois motivos implícitos nas razões de Meinong. Primeiro, o conteúdo e a ideia necessariamente existem, embora o objeto não precise existir. E segundo, o conteúdo e a ideia são mentais, enquanto o objeto pode apresentar propriedades que nenhum existente mental pode possuir. A categoria de objetos mais peculiar da filosofia psicológica de Meinong são os objetos inexistentes. Estes são objetos além do Ser e do não Ser e, portanto, impossibilitados de existirem ou subsistirem. Porém, a não existência do círculo quadrado não impede que se tenha uma ideia do círculo quadrado. Para Meinong, o conteúdo da ideia de círculo quadrado não é nem circular e nem quadrada, pois o conteúdo é mental e existe, e nada que existe pode envolver contradição. Por isso, apesar de os objetos inexistentes poderem ser alvos de atos mentais, no caso do círculo quadrado, esse objeto é daqueles que não tem Ser de

qualquer tipo, uma vez que envolvem necessariamente uma contradição.

Por causa dessa e de outras peculiaridades, a teoria dos objetos de Meinong é, às vezes, interpretada como extravagante por fazer um inventário de objetos que vão além do real<sup>293</sup>. É certo que Russell flertou com tal teoria, mas é polêmico afirmar, como fazem Findlay (1963) e Farrell Smith (1895), que Russell em 1903 estendera a sua categoria do Ser para cobrir ambos os casos de objetos subsistentes e inexistentes de Meinong. Se esse tivesse sido mesmo o posicionamento de Russell, então *The Principles of Mathematics* possuiria de fato uma metafísica extravagante. Por outro lado, é comum a interpretação de que a teoria dos objetos de Meinong implique o compromisso no qual se assume como princípio semântico que todo e qualquer termo singular, ocupando a posição de sujeito lógico nas proposições, refere ou denota algum objeto, mesmo que seja um objeto inexistente<sup>294</sup>. Esta parece ser a interpretação de Graham Stevens.

O meinongianismo, como eu o defini, considera que a falha da referência é uma ilusão. Termos singulares vazios são apenas aparentemente vazios; embora eles não se refiram a nada existente, eles se referem mesmo assim a algo inexistente. Esse algo é uma entidade simplesmente em virtude de ser nomeada. (STEVENS, 2011, p. 51, tradução nossa)<sup>295</sup>.

No contexto da metafísica de *The Principles of Mathematics*, pode-se afirmar que, no centro dessa discussão, estão a noção de termo, a distinção entre Ser e existir e o papel semântico referencial que expressões como os nomes próprios e as descrições definidas cumprem nas proposições. Sendo assim, a seguir são analisadas diferentes interpretações que sustentam essa controvérsia, à luz dos trechos de Russell de *The Principles of Mathematics*, a

---

<sup>293</sup> Meinong classificou, como o preconceito em favor do real, as ciências que excluem os objetos irrealis do seu campo de investigação. Na visão de Meinong, a metafísica possui essa limitação, uma vez que a metafísica é a ciência que estuda a realidade. Por isso, a teoria dos objetos de Meinong pode ser considerada uma nova ciência, e acusá-la de ser uma teoria “extravagante” talvez seja replicar um preconceito.

<sup>294</sup> A rigor, a teoria dos objetos de Meinong precisa ser interpretada de forma cautelosa, pois, segundo esse autor, qualquer experiência mental é voltada para algum objeto. Contudo, não se pode compreender literalmente que todo e qualquer termo singular se refere a algum objeto que tenha Ser. A dificuldade está em se determinar a natureza dos objetos inexistentes em relação à função lógica e semântica que estes cumprem em afirmações existenciais. Como explicam Findlay (1963) e Farrell Smith (1895), para ser justo com Meinong, deve-se levar em conta dois princípios intimamente articulados da sua *Theory of Objects*, de 1904. Um deles é o *Principle of Independence of Being-so from Being* (Princípio da Independência do Ser-assim do Ser), que permite que o objeto possua propriedades, independente de ele ser ou não. Dessa forma, objetos além do Ser e do não Ser assumem os seus predicados a despeito do seu *status* existencial. Assim, sentenças verdadeiras e falsas podem ser feitas *sobre* objetos inexistentes. E, o outro é o *Principle of the Indifference of Pure Objects to Being* (Princípio da Indiferença dos objetos puros ao Ser), que permite que objetos inexistentes sejam considerados sem qualquer vínculo com a existência ou a subsistência. Com esses dois princípios, a teoria dos objetos de Meinong pode ser interpretada como livre das contradições que usualmente lhe são atribuídas.

<sup>295</sup> No original: “Meinongianism, as I have defined it, thus takes reference-failure to be an illusion. Empty singular terms are only apparently empty; though they do not refer to anything existent, they refer all the same to something non-existent. That something is an entity simply by virtue of being named”.

fim de compreender os pontos de vistas envolvidos em questão.

As razões para interpretar que Russell tinha a mesma visão de Meinong, aparentemente, não são poucas. Russell, ao definir a noção de termo como todo possível objeto do pensamento, tornou-a suficientemente abrangente para cobrir qualquer entidade que ocorresse em proposições verdadeiras ou falsas. Assim, se segundo Russell tudo é um termo, à primeira vista, parece não haver restrições metafísicas e semânticas sobre quais entidades podem ocorrer no lugar do sujeito lógico das proposições. Além disso, um incentivo às interpretações dessa natureza é uma declaração do próprio Russell afirmando ter acreditado na perspectiva metafísica e semântica de Meinong antes de ter elaborado a teoria das descrições de 1905.

Ele [Meinong] argumentou, se você diz que a montanha de ouro não existe, é óbvio que existe algo que você está dizendo que não existe, a saber, a montanha de ouro; portanto, a montanha de ouro deve subsistir em algum mundo sombrio platônico do ser, pois, do contrário, sua afirmação de que a montanha de ouro não existe não teria significado. Confesso que, até me deparar com a teoria das descrições, esse argumento me pareceu convincente. (RUSSELL, 1959, p. 84, tradução nossa)<sup>296</sup>.

Declarações como essa, somadas às características metafísicas da noção de termo, influenciaram interpretações de alguns especialistas<sup>297</sup>. Essa influência fez com que esses

---

<sup>296</sup> No original: “He argued, if you say that the golden mountain does not exist, it is obvious that there is something that you are saying does not exist namely, the golden mountain; therefore, the golden mountain must subsist in some shadowy Platonic world of being, for otherwise your statement that the golden mountain does not exist would have no meaning. I confess that, until I hit upon the theory of descriptions, this argument seemed to me convincing”.

<sup>297</sup> Pode-se citar, como exemplo, a interpretação feita por David Pears que diz: “Russell acreditava [*em POM*] que toda expressão, longa ou curta, deve denotar algo, ou então carecer de sentido. Ora, essa teoria não implica que uma palavra como ‘dragão’ denote uma espécie real de animal, ou que a expressão ‘a filha de Hitler’ denote uma mulher real. Mas, quando uma expressão não possui uma denotação real, a teoria credita a ela uma denotação que não pertence ao mundo real. Os Dragões e os filhos de Hitler deveriam existir em outro mundo” (PEARS, 1967, p. 13, tradução nossa). No original: “Russell had believed [*in POM*] that every phrase, long or short, must denote something, or else be meaningless. Now that theory does not imply that a word like ‘dragon’ denotes an actual species of animal, or that the phrase ‘the daughter of Hitler’ denotes an actual woman. But, when a phrase lacks an actual denotation, the theory would credit it with a denotation nor belonging to the actual world. Dragons and Hitler’s children are supposed to exist in another world”. Outro exemplo é a interpretação feita por Alfred Ayer que diz: “qualquer coisa que pudesse ser mencionada era considerada um termo; e qualquer termo poderia ser o sujeito lógico de uma proposição; e qualquer coisa que pudesse ser o sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeada. Seguiu-se que, em princípio, alguém poderia usar nomes para se referir não apenas a qualquer coisa em particular que exista em qualquer lugar ou tempo, mas a entidades abstratas de todos os tipos, a coisas inexistentes como o atual Czar da Rússia, a entidades mitológicas como o Ciclope, e até mesmo a entidades logicamente impossíveis, como o maior número primo” (AYER, 1971, p. 28, tradução nossa). No original: “Anything that could be mentioned was said to be a term; and any term could be the logical subject of a proposition; and anything that could be the logical subject of a proposition could be named. It followed that one could in principle use names to refer not only to any particular thing that existed at any place or time, but to abstract entities of all sorts, to nonexistent things like the present Tsar of Russia, to mythological entities like the Cyclops, even to logically impossible entities like the greatest prime number”. E, como último exemplo, pode-se citar Janet Farrel Smith que diz: “o ponto de vista de 1903 de que ‘Ser é aquilo que pertence a todos termos concebíveis, a todos objetos de pensamento possíveis’, atribuiu ser a entidades imaginárias e ficcionais como Apolo, a quimera, Hamlet” (SMITH, 1985, p. 313, tradução nossa). No original: “The 1903 view that ‘Being is that which belongs to every conceivable term, to every possible object of thought’ assigned being to imaginary and fictional entities such as Apollo, the

estudiosos construísem uma narrativa que colocou Russell como, de fato, um adepto por completo da teoria dos objetos de Meinong em *The Principles of Mathematics*. Talvez a interpretação mais famosa seja a de Quine em “Russell’s Ontological Development”, de 1966, pois a leitura que ele demonstra ter feito, colocou Russell como um defensor de uma ontologia intoleravelmente indiscriminada.

Em *Principles of Mathematics*, 1903, a ontologia de Russell era irrestrita. Cada palavra se referia a algo. [...]. Ora, essa é uma ontologia intoleravelmente indiscriminada. Pois, tome números impossíveis: números primos divisíveis por 6. Deve, em certo sentido, ser falso que existam; e deve ser falso no sentido em que é verdade que existem números primos. Nesse sentido, existem quimeras? As quimeras são tão sólidas quanto os bons números primos e mais sólidas que os primos divisíveis por 6? Russell pode ter pretendido admitir certas quimeras (as possíveis) no reino do ser e, ainda assim, excluir os primos divisíveis por 6 como impossíveis. Ou ele pode, como Meinong, ter desejado um lugar até mesmo para os objetos impossíveis. Não vejo que, em *Principles of Mathematics*, Russell tenha enfrentado essa questão. (QUINE, 1966, p. 658, tradução nossa)<sup>298</sup>.

Aqueles que, como Quine, interpretaram a metafísica de *The Principles of Mathematics* com essa perspectiva, certamente, fazem parte de um dos polos dessa polêmica. Ao que parece, segundo esses intérpretes, sustentados pelas próprias palavras de Russell, não restariam dúvidas a respeito da subsistência de certos objetos, nomeados por expressões como “Apolo” ou “a montanha de ouro”, habitando algum reino platônico do Ser. O raciocínio subjacente a essas interpretações supõe uma irrestrita subsistência de objetos em um reino atemporal do Ser, e se Russell foi um adepto dessa tese, não haveria motivos para ele rejeitar o princípio semântico de que a falha referencial é uma ilusão. Porém, essa parece ser uma visão enganosa, pois o fato é que, em *The Principles of Mathematics*, tem-se explicitamente o reconhecimento de que alguns conceitos denotativos simplesmente não denotam coisa alguma.

Todos os conceitos denotativos, como vimos, são derivados de conceitos-classe; e  $a$  é um conceito-classe; quando “ $x$  é um  $a$ ” é uma função proposicional. Os conceitos denotativos associados com  $a$  não irão denotar nada quando e somente quando “ $x$  é um  $a$ ” for falso para todos os valores de  $x$ . Essa é uma definição completa de um conceito denotativo que não denota nada; e, nesse caso, diremos que  $a$  é um conceito-classe nulo e que “todos  $a$ ’s” é um conceito de classe nulo. (RUSSELL, 1903, p. 74,

---

chimera, Hamlet”.

<sup>298</sup> No original: “In *Principles of Mathematics*, 1903, Russell’s ontology was unrestrained. Every word referred to something. [...]. Now it is an intolerably indiscriminate ontology. For, take impossible numbers: prime numbers divisible by 6. It must in some sense be false that there are such; and this must be false in some sense in which it is true that there are prime numbers. In this sense, are there chimeras? Are chimeras then as firm as the good prime numbers and firmer than the primes divisible by 6? Russell may have meant to admit certain chimeras (the possible ones) to the realm of being, and still exclude the primes divisible by 6 as impossible. Or he may, like Meinong, have intended a place even for impossible objects. I do not see that in *Principles of Mathematics* Russell faced that question”.

tradução nossa)<sup>299</sup>.

Ao contrário do que Quine afirmou, Russell, na citação acima, enfrentou a questão da falha referencial e não a tratou como uma simples ilusão. O reconhecimento da ocorrência de conceitos de classe nulo é um duro golpe na interpretação meinongiana radical de *The Principles of Mathematics*, pois eliminou a possibilidade de Russell ter se comprometido metafisicamente com objetos impossíveis ou inexistentes. Por exemplo: dado o conceito denotativo /um número primo divisível por 6/, a função proposicional / $x$  é um número primo divisível por 6/ tem como valor uma proposição falsa para todos os valores de  $x$ . Sendo assim, o conceito denotativo /um número primo divisível por 6/ é um conceito de classe nulo. Esse resultado, do ponto de vista do projeto de Russell de fundamentar a matemática em termos puramente lógicos, é natural, visto que o argumento logicista não poderia ter resultados consistentes se Russell delegasse Ser a números impossíveis.

Russell chegou a esse resultado ao analisar a classe nula. Para Russell, uma classe é sempre uma extensão (finita ou infinita) e, por isso, ela não pode ser vazia, ou seja, não há “classe vazia”. Há conceitos de classe que não denotam nada, por exemplo, /o atual Rei da França/, /a montanha de ouro/, /o círculo quadrado/ etc. Tais conceitos denotativos não denotam a mesma coisa, isto é, esses conceitos não denotam a “classe vazia”, eles simplesmente não denotam nada. Assim, na perspectiva de Russell, é um contrassenso falar em “classe vazia” porque uma classe é constituída por seus componentes e por nada mais. Se não há componentes, não há classe. Se há um só componente, esse único componente é a classe. Se há dois componentes, os dois componentes são a classe etc. Dessa forma, para Russell “classe vazia” é uma contradição em termos, pois se é classe, não pode ser vazia.

Contudo, aqueles que interpretam a metafísica de *The Principles of Mathematics* como um exemplo da teoria dos objetos de Meinong podem sempre apelar aos trechos nos quais Russell tratou de temas metafísicos gerais a respeito da noção de termo. Hylton ponderou a perspectiva metafísica de Russell, mas parece ter se deixado levar pela interpretação exagerada.

A abordagem de Russell da matemática exige que a noção de denotar deve, desde o início, permitir a possibilidade de conceitos denotativos que não denotam nada. Devemos ser capazes de dizer que não há membros de uma determinada classe, que não há um número maior do que todos e assim por diante. [...]. Russell parece, no entanto, perder de vista essa possibilidade nas partes dos *Principles* em que questões

---

<sup>299</sup> No original: “All denoting concepts, as we saw, are derived from class-concepts; and  $a$  is a class-concept when ‘ $x$  is an  $a$ ’ is a propositional function. The denoting concepts associated with  $a$  will not denote anything when and only when ‘ $x$  is an  $a$ ’ is false for all values of  $x$ . This is a complete definition of a denoting concept which does not denote anything; and in this case we shall say that  $a$  is a null class-concept, and that ‘all  $a$ ’s’ is a null concept of a class”.

metafísicas gerais estão sendo discutidas. Embora a teoria dos conceitos denotativos permita a Russell, nos *Principles*, negar que o atual Rei da França tem ser, não há sinal de que ele perceba esse fato. Mais importante, talvez, é que não há sinal de que ele veja qualquer razão para negar ser ao atual Rei da França. Nesse livro, ele está notoriamente disposto a atribuir ser a qualquer suposto objeto que possamos nomear. [...]. Pelo contrário: fora do contexto da matemática, Russell de bom grado afirma que toda expressão que parece se referir a algo se refere de fato a uma entidade real, que tem Ser mesmo que não exista no espaço e no tempo. (HYLTON, 1990, p. 241, tradução nossa)<sup>300</sup>.

A interpretação de Hylton também é polêmica e parece equivocada. Se de um lado, Hylton reconhece que a teoria da denotação de 1903 possuía formas de evitar uma ontologia meinongiana, mesmo sem saber se Russell era consciente disso, do outro lado, Hylton dá créditos à ideia de que Russell, fora do contexto da matemática, estava disposto a delegar Ser irrestritamente a qualquer tipo de objeto que possa ser nomeado. Por isso, é melhor ir direto à fonte da controvérsia e analisar a natureza do problema. Abaixo, reuniu-se os trechos polêmicos de *The Principles of Mathematics* para facilitar a presente análise.

Um homem, um momento, um número, uma classe, uma relação, uma quimera ou qualquer outra coisa que possa ser *mencionada* certamente será um termo; e negar que tal e tal coisa seja um termo deve sempre ser falso. (itálico nosso) (RUSSELL, 1903, p. 43, tradução nossa)<sup>301</sup>.

Todo par de termos, sem exceção, pode ser combinado da maneira indicada por *A* e *B*, e se nem *A* nem *B* forem muitos, então *A* e *B* são dois. *A* e *B* podem ser quaisquer entidades concebíveis, quaisquer objetos possíveis de pensamento, podem ser pontos ou números, proposições verdadeiras ou falsas ou eventos ou pessoas, enfim, qualquer coisa que possa ser contada. Uma colher de chá e o número 3, ou uma quimera e um espaço quadridimensional, são certamente dois. Portanto, nenhuma restrição deve ser colocada em *A* e *B*, exceto que nenhum deles deve ser muitos. Deve-se observar que *A* e *B* não precisam existir, mas devem, como qualquer coisa que possa ser *mencionada*, ter Ser. (itálico nosso) (RUSSELL, 1903, p. 71, tradução nossa)<sup>302</sup>.

‘*A* não é’ deve sempre ser falso ou sem sentido. Pois, se *A* não fosse nada, não se

<sup>300</sup> No original: “Russell’s account of mathematics demands that the notion of denoting must, from the outset, allow for the possibility of denoting concepts which do not denote anything. We must be able to say that there are no members of a given class, that there is no greatest number, and so on. [...]. Russell seems, however, to lose sight of this possibility in those portions of *Principles* where more general metaphysical questions are under discussion. Even though the theory of denoting concepts would enable Russell, in *Principles*, to deny that the present King of France has being, there is no sign that he realizes this fact. More important, perhaps, there is no sign there that he sees any reason to deny being to the present King of France. In that book he is, notoriously, willing to attribute being to any putative object we can name. [...]. On the contrary: outside the context of mathematics, Russell willingly asserts that every expression which seems to refer to something does in fact refer to a real entity, which has Being even if it does not exist in space and time”.

<sup>301</sup> No original: “A man, a moment, a number, a class, a relation, a chimaera, or anything else that can be mentioned, is sure to be a term; and to deny that such and such a thing is a term must always be false”.

<sup>302</sup> No original: “Every pair of terms, without exception, can be combined in the manner indicated by *A* and *B*, and if neither *A* nor *B* be many, then *A* and *B* are two. *A* and *B* may be any conceivable entities, any possible objects of thought, they may be points or numbers or true or false propositions or events or people, in short anything that can be counted. A teaspoon and the number 3, or a chimaera and a four-dimensional space, are certainly two. Thus, no restriction whatever is to be placed on *A* and *B*, except that neither is to be many. It should be observed that *A* and *B* need not exist, but must, like anything that can be mentioned, have Being”.

poderia dizer que ele não é; ‘A não é’ implica que existe um termo *A* cujo ser é negado e, portanto, que *A* é. Assim, a menos que ‘A não é’ seja um som vazio, ele deve ser falso – seja o que for que seja *A*, ele certamente é. Números, os deuses homéricos, relações, quimeras e espaços quadridimensionais, todos têm ser, pois, se não fossem entidades de um tipo, não poderíamos fazer proposições sobre eles. Assim, ser é um atributo geral de tudo, e *mencionar* qualquer coisa é mostrar que ela é. (itálico nosso) (RUSSELL, 1903, p. 449, tradução nossa)<sup>303</sup>.

Esses três trechos são os que supostamente comprometeram Russell com a controvérsia em questão. Não à toa, esses trechos são constantemente citados como indícios por aqueles intérpretes que são a favor da leitura da metafísica de *The Principles of Mathematics* como semelhante à teoria dos objetos de Meinong. Contudo, pode-se dizer que ao menos as interpretações mais radicais devem ser descartadas, pois Russell admitiu abertamente a ocorrência de conceitos denotativos nulos. Entretanto, ainda é necessário apresentar a interpretação do polo oposto da polêmica e, por conseguinte, entender como essa interpretação explica o que Russell quis dizer quando afirmou que qualquer termo que for mencionado nas proposições tem Ser. Nesse sentido, é apresentada a interpretação feita por Nicholas Griffin (1991 e 1996) referente a esses trechos enigmáticos. Nesta tese, compreende-se que a leitura de Griffin é bastante fiel aos princípios metafísicos do realismo lógico de Russell.

Na minha interpretação, no entanto, devemos concluir que Russell está se referindo aqui aos próprios conceitos denotativos, não aos termos que parecem denotar. Pois, o próprio conceito denotativo é sempre um termo, embora, a meu ver, frequentemente não exista um termo adicional denotado por ele. Essa leitura da passagem, eu concordo, é tensa na ausência de qualquer indicação explícita de que Russell esteja mencionando conceitos denotativos. No entanto, é de fato o que eu acho que ele quis dizer. (GRIFFIN, 1996, p. 54, tradução nossa)<sup>304</sup>.

A interpretação oferecida por Griffin<sup>305</sup> apresenta uma boa solução para a polêmica ao

---

<sup>303</sup> No original: “‘A is not’ must always be either false or meaningless. For if *A* were nothing, it could not be said not to be; ‘A is not’ implies that there is a term *A* whose being is denied, and hence that *A* is. Thus unless ‘A is not’ be an empty sound, it must be false – whatever *A* may be, it certainly is. Numbers, the Homeric gods, relations, chimeras and four-dimensional spaces all have being, for if they were not entities of a kind, we could make no propositions about them. Thus, being is a general attribute of everything, and to mention anything is to show that it is”.

<sup>304</sup> No original: “On my interpretation, however, we must conclude that Russell is referring here to the denoting concepts themselves, not to the terms they appear to denote. For the denoting concept itself is always a term, though, in my view, there will often be no further term denoted by it. This reading of the passage will, I concede, seem strained in the absence of any explicit indication that Russell is mentioning denoting concepts. Yet it is in fact what I think he meant”.

<sup>305</sup> Graham Stevens também propõe uma interpretação similar, senão idêntica à de Griffin. Graham diz: “na proposição de que o atual Rei da França é calvo, o atual Rei da França não é encontrado, apenas o conceito denotativo /o atual Rei da França/ está presente em seu lugar. Mas, nesse caso, o argumento anteriormente adotado para garantir o ser de *a* irá somente, quando transposto para esse caso, assegurar o ser do conceito /o atual Rei da França/, ele não irá assegurar o ser de uma entidade meinongiana idêntica ao atual Rei da França. Em suma, o argumento para as entidades meinongianas, como dado até agora, não é um argumento para aceitar que o atual Rei da França esteja enumerado entre os objetos meinongianos. Pois, uma vez admitidos os conceitos denotativos,



passo que se mantém fiel aos três trechos citados acima. Além disso, Griffin não descaracteriza a metafísica de *The Principles of Mathematics*, pelo menos para os casos dos conceitos denotativos. Em primeiro lugar, o fato de haver conceitos denotativos nulos não significa que os conceitos denotativos não sejam alguma coisa. Eles continuam sendo conceitos denotativos, isto é, eles são o significado lógico de expressões denotativas e são os constituintes das proposições. Esse parece ser o pensamento subjacente à afirmação de Russell, “é claro que existe um conceito como *nada* e que, em certo sentido, nada é alguma coisa” (RUSSELL, 1903, p. 73, tradução nossa)<sup>306</sup>. Assim, uma sentença como “O atual Rei da França é calvo” não deixa de expressar uma proposição porque o conceito denotativo /o atual Rei da França/ é nulo. O constituinte da proposição é o conceito denotativo /o atual Rei da França/, e é com essa entidade que as mentes possuem *acquaintance* quando se compreende a proposição /O atual Rei da França é calvo/. Dessa forma, levando-se em conta a interpretação de Griffin, há fortes indícios de que Russell não se comprometeu com uma ontologia extravagante porque não há a necessidade de haver um objeto que seja denotado por cada um dos conceitos denotativos nulos. O que Russell parece ter admitido é o Ser do conceito denotativo, e tal compromisso metafísico é condizente com a metafísica do realismo lógico, pois o conceito denotativo é um termo, e cada termo é uma entidade atemporal, eterna, imutável e autossubsistente.

Em segundo lugar, a interpretação de Griffin encontra respaldo nos três trechos polêmicos citados acima. Apesar de Griffin reconhecer que o ponto fraco da sua interpretação é não haver indícios explícitos de que Russell estava mencionando os conceitos denotativos, estranhamente se encontram em todos os três trechos a explícita indicação de que Griffin reclama estar ausente. Por isso, o itálico nas três citações para destacar a presença do termo “mencionar”. É fato que Russell não é totalmente claro em marcar a sua intenção de mencionar os termos exemplificados, mas talvez isso seja de menor importância, dado que ele fez questão de usar a palavra “menção” nos três trechos citados acima. Esse é um forte indício de que Russell tinha em mente a menção do conceito denotativo, e não o uso dele, pois, do contrário, ele se comprometeria a ter de responder qual seria o objeto nomeado quando usamos a

---

tudo o que é necessário é permitir casos em que alguns conceitos não denotam, a fim de evitar o meinongianismo (para esses casos)” (STEVENS, 2011, p. 56, tradução nossa). No original: “In the proposition that the present King of France is bald, the Present King of France is not to be found, only the denoting concept /the present King of France/ is present in his place. But, in this case, the argument previously taken to ensure the being of *a* will only, when transposed to this case, ensure the being of the concept /the present King of France/, it will not ensure the being of a meinongian entity identical with the present King of France. In short, the argument for meinongian entities, as given thus far, is not an argument for accepting that the present King of France is numbered among meinongian objects. For once we admit denoting concepts, all that is required is to allow for cases where some concepts do not denote in order to avoid meinongianism (for those cases)”.

<sup>306</sup> No original: “It is plain that there is such a concept as *nothing*, and that in some sense nothing is something”.

expressão denotativa “o atual Rei da França” ou “a montanha de ouro”. Portanto, a interpretação de Griffin para os conceitos denotativos, talvez, seja mais razoável do que a interpretação do lado oposto da polêmica.

Porém, não se pode dar a polêmica como resolvida porque o caso mais complicado de se chegar a alguma conclusão ainda não foi analisado. A questão que merece a maior atenção, pois talvez nela se concentre a verdadeira controvérsia, é o caso dos nomes próprios vazios<sup>307</sup>. O que faz a ocorrência dos nomes próprios realmente complicada é o fato de Russell, nos três trechos citados acima, não ter mencionado nenhum nome próprio. Todos os exemplos mencionados por Russell foram de conceitos denotativos, e não se encontra, em nenhum lugar de *The Principles of Mathematics*, uma declaração de Russell do tipo: o nome “Apolo” indica um objeto que tem Ser ou subsiste em algum reino platônico. Decerto, o indiscutível para Russell, na gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*, é que os nomes próprios indicam os seus termos diretamente e não possuem significados como os conceitos denotativos. Abaixo dois trechos que comprovam a afirmação em tela.

Entre os termos, é possível distinguir dois tipos, que chamarei respectivamente de *coisas* e *conceitos*. Os primeiros são os termos indicados pelos nomes próprios, os últimos os indicados por todas as outras palavras. Aqui, os nomes próprios devem ser entendidos em um sentido um pouco mais amplo do que o habitual, e as coisas também devem ser entendidas como abrangendo todos os pontos e instantes particulares, e muitas outras entidades que normalmente não são chamadas de coisas. (RUSSELL, 1903, p. 44, tradução nossa)<sup>308</sup>.

E no apêndice A, Russell, ao analisar a teoria semântica de Frege, diz:

Essa teoria da indicação é mais abrangente e geral do que a minha, como transparece no fato de que *todo* nome próprio deve ter os dois lados. Parece-me que é apenas a respeito dos nomes próprios derivados de conceitos por meio do *o* que podemos dizer que eles têm significado, e que palavras como *John* meramente indicam sem significar. (RUSSELL, 1903, p. 502, tradução nossa)<sup>309</sup>.

Sendo assim, na época de *The Principles of Mathematics*, era inconcebível para Russell

---

<sup>307</sup> Nessa polêmica, os nomes próprios vazios dizem respeito aos nomes de seres fictícios ou de pessoas e eventos imaginários, e não de personagens históricos.

<sup>308</sup> No original: “Among terms, it is possible to distinguish two kinds, which I shall call respectively *things* and *concepts*. The former are the terms indicated by proper names, the latter those indicated by all other words. Here proper names are to be understood in a somewhat wider sense than is usual, and things also are to be understood as embracing all particular points and instants, and many other entities not commonly called things”.

<sup>309</sup> No original: “This theory of indication is more sweeping and general than mine, as appears from the fact that *every* proper name is supposed to have the two sides. It seems to me that only such proper names as are derived from concepts by means of *the* can be said to have meaning, and that such words as *John* merely indicate without meaning”.

tratar os nomes próprios como descrições definidas disfarçadas. Pelo menos não se encontrou nenhuma afirmação de Russell nessa obra que levasse a pensar assim. O que alimenta a polêmica é Russell não ter tratado os casos dos nomes próprios vazios. Todos os seus exemplos foram a respeito de “John” e “Eduardo VII”, ou seja, Russell somente usou exemplos de casos de seres existentes em que as entidades nomeadas são os constituintes das proposições. Agora, se a teoria da denotação também é importante para a teoria da identidade, como pensou Russell, “se nós dizemos ‘Eduardo VII é o Rei’, nós afirmamos uma identidade” (RUSSELL, 1903, p. 64, tradução nossa)<sup>310</sup>, então o que dizer a respeito da sentença “Apolo é o Deus do Sol”? Graham Stevens, que é um dos intérpretes do polo oposto à interpretação extravagante de *The Principles of Mathematics*, encara essa polêmica sobre os nomes próprios vazios:

A análise da denotação de Russell estava em um estado de quase constante fluxo durante o período em questão – incluindo o período em que o capítulo sobre denotação nos *Principles* foi escrito. A concepção declarada nos *Principles* não é, portanto, mais completa, nem mais permanente, do que qualquer outra visão expressa na longa linha de evolução de seu pensamento sobre o tema antes de ele finalmente se estabelecer na teoria apresentada em “On Denoting”. Visto fora desse contexto, passagens como a do §427 dos *Principles*, citado anteriormente, parecem firmes declarações de fidelidade a compromissos ontológicos grotescos. Voltando ao contexto mais amplo, no entanto, eles não têm o mesmo significado. No entanto, o meinongiano-nominal é capaz de responder, tomado como um intervalo de tempo, não importa o quão pequeno, o desenvolvimento ontológico de Russell, os *Principles* parecem capturar um período em que Russell pensou que os objetos meinongianos eram os referentes de nomes vazios. Se for esse o caso, no entanto, o intervalo de tempo captura uma notável aberração no pensamento de Russell. (STEVENS, 2011, p. 59, tradução nossa)<sup>311</sup>.

A perspectiva histórica colocada por Graham Stevens sobre o desenvolvimento gradual e contínuo da teoria dos conceitos denotativos até a elaboração de “On Denoting” é correta. No entanto, parece que a intenção de Graham Stevens é oferecer uma visão do todo, do panorama do desenvolvimento do pensamento de Russell e, por isso, a sua análise extrapola os limites de *The Principles of Mathematics*. Para se livrar da interpretação extravagante a todo custo, Graham Stevens propõe que se analisem os nomes próprios vazios em *The Principles of Mathematics* como descrições definidas disfarçadas.

---

<sup>310</sup> No original: “If we say, ‘Edward VII is the King’, we assert an identity”.

<sup>311</sup> No original: “Russell’s analysis of denoting was in a state of almost constant flux during the period in question – including the period when the chapter on denoting in the *Principles* was written. The view stated in the *Principles* is thus no more complete, nor permanent, than any other view expressed in the long line of evolution of his thinking on the topic before he finally settled on the theory given in ‘On Denoting’. Viewed out of this context, passages like that from § 427 of the *Principles* quoted earlier look like firm statements of allegiance to grotesque ontological commitments. Returned to the wider context, however, they do not command the same significance. Nonetheless, the Nominal-Meinongian is apt to reply, taken as a time-slice, no matter how slender, of Russell’s ontological development, the *Principles* looks to capture a period when Russell thought Meinongian objects were the referents of empty names. If this is the case, however, the time-slice captures a remarkable aberration in Russell’s thought”.

Tudo o que é necessário para eliminar o meinongianismo nominal é a percepção de que esse tratamento de descrições vazias pode ser estendido também a nomes vazios. Portanto, a ontologia dos *Principles* não deve abrir mais as suas portas para os deuses homéricos do que para a denotação do conceito denotativo *nada*. Os significados /Apolo/ e /o atual Rei da França/ têm Ser, mas Apolo e o atual Rei da França não. (STEVENS, 2011, pp. 61-2, tradução nossa)<sup>312</sup>.

Entretanto, esse posicionamento foi adotado por Russell somente nos textos intermediários, isto é, entre *The Principles of Mathematics* e “On Denoting”. Por isso, essa sugestão de Graham Stevens para os nomes próprios vazios não encontra nenhum respaldo teórico em *The Principles of Mathematics*<sup>313</sup>. De uma perspectiva epistemológica, esse problema parece se agravar. Pois de que maneira a noção de *acquaintance* explicaria a relação da mente com o objeto Apolo, uma vez que o nome próprio “Apolo” não tem significado da mesma forma que a descrição definida “o Deus do Sol”? Sabe-se que Russell não se propôs nessa obra à elaboração de uma teoria epistemológica complexa que inibisse compromissos ontológicos bizarros, tendo em vista que a noção de *acquaintance* foi usada sem qualquer indício de restrições sobre os tipos de objetos com os quais as mentes poderiam ter contato direto e imediato. Contudo, é certo que Russell não se comprometeu em afirmar nada idêntico com a teoria dos objetos de Meinong. O que sustenta essa afirmação é a análise que Russell apresentou sobre os conceitos denotativos nulos e a total rejeição aos objetos inexistentes de Meinong. Assim, uma vez proposta fidelidade à gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*, precisa-se reconhecer que há uma dúvida nessa obra em relação aos nomes próprios vazios. Na próxima seção é explicado como Russell eliminou a presente dúvida. Em vista da análise apresentada, chega-se à conclusão de que a metafísica e a epistemologia do realismo lógico de *The Principles of Mathematics* eram teorias instáveis, em evolução, considerando-se que Russell não explorou todas as consequências dessas teorias.

Dessa forma, fecha-se a análise da filosofia e, principalmente, da teoria da proposição

---

<sup>312</sup> No original: “All that is needed to dispose of Nominal-Meinongianism is the realization that this treatment of empty descriptions can be extended to empty names as well. Hence, the ontology of the *Principles* ought no more to open its doors to Homeric gods than to the denotation of the denoting concept *nothing*. The meanings /Apollo/ and /the present King of France/ have being, but Apollo and the present King of France do not”.

<sup>313</sup> Richard Cartwright e Graham Stevens destacam outro problema decorrente da semântica dos nomes próprios em *The Principles of Mathematics*. Richard Cartwright afirma que os nomes próprios não foram tratados como descrições definidas disfarçadas, então ele diz: “a questão de como, então, pode valer a pena afirmar tal proposição de que Twain é Clemens não é abordada” (CARTWRIGHT, 1987, p. 104, tradução nossa). No original: “The question how, then, it can be worthwhile to affirm such a proposition as that Twain is Clemens is not addressed”. Graham Stevens aborda o problema da seguinte forma: “surpreendentemente, Russell não reconhece o fracasso de sua teoria semântica em explicar a mesma qualidade de afirmações contendo dois nomes próprios” (STEVENS, 2011, p. 54, tradução nossa). No original: “Surprisingly, Russell does not acknowledge the failure of his semantic theory to explain the same quality of statements containing two proper names”.

de Russell de *The Principles of Mathematics*. A seguir é apresentada a parte final do desenvolvimento da filosofia de Russell, que culminou na teoria das descrições definidas de 1905. A análise tem como referência vários artigos e manuscritos escritos por Russell entre *The Principles of Mathematics* e “On Denoting”.

### 3 RUSSELL: OS TEXTOS INTERMEDIÁRIOS DE 1903 A 1905

Esta seção primária apresenta uma análise dos últimos passos do processo de desenvolvimento da filosofia de Russell que culminaram na teoria das descrições definidas do artigo “On Denoting”. Uma justa interpretação da gênese da teoria de “On Denoting” deve dar atenção aos diversos aspectos da filosofia de Russell que o levaram à teoria das descrições de 1905. Por conta disso, a seção primária anterior analisou o início dessa história e, subtraindo o valor histórico daquela narrativa, do ponto de vista filosófico, constatou-se que a trajetória de Russell do idealismo britânico ao realismo lógico de *The Principles of Mathematics* de forma alguma o deixou em situação confortável. As questões que passaram a preocupar Russell foram os novos problemas que eclodiram nessa obra de 1903. O principal problema foi a descoberta do paradoxo da classe de todas as classes que não são membros de si mesmas. Até encontrar a forma de evitar essa contradição, Russell e Whitehead trabalharam com afinco na teoria dos tipos, proposta no apêndice B de *The Principles of Mathematics*. Versões diferentes dessa teoria dos tipos foram propostas, mas todas fracassaram. Inesperadamente, em 1905, um lampejo de esperança veio com a descoberta de como eliminar os conceitos denotativos e, posteriormente, aplicando a mesma técnica, Russell pôde eliminar as próprias classes. Em suas memórias, registradas em *My Philosophical Development*, Russell confirmou a relação positiva entre o desenvolvimento da teoria dos tipos e a teoria das descrições de 1905.

Ao longo de 1903 e 1904, meu trabalho foi quase totalmente dedicado a esse assunto, mas sem qualquer vestígio de sucesso. Meu primeiro sucesso foi a teoria das descrições, na primavera de 1905, da qual falarei em breve. Aparentemente, essa não estava relacionada com as contradições, mas com o tempo, surgiu uma conexão inesperada. (RUSSELL, 1959, p. 79, tradução nossa)<sup>314</sup>.

Sendo assim, não restam dúvidas de que, após *The Principles of Mathematics*, Russell esteve engajado na solução do paradoxo de classes. Contudo, ao mesmo tempo, os seus textos escritos de 1903 a 1905 mostram que interessantes problemas relacionados à metafísica do realismo lógico, à teoria do conhecimento e à filosofia da linguagem ocuparam também um espaço relevante nas suas preocupações. Não se trata de afirmar que Russell “lutou guerras” diferentes depois de 1903, uma vez que a sua preocupação principal convergiu em desenvolver

---

<sup>314</sup> No original: “Throughout 1903 and 1904, my work was almost wholly devoted to this matter, but without any vestige of success. My first success was the theory of descriptions, in the spring of 1905, of which I will speak presently. This was, apparently, not connected with the contradictions, but in time an unsuspected connection emerged”.

a sua lógica e a sua filosofia para evitar objetos contraditórios, sejam eles a classe<sup>315</sup> de todas as classes que não pertencem a si mesmas ou o círculo quadrado. Dito de outra forma, Russell sabia que o trabalho fundacional da matemática avançaria enquanto evitasse objetos que produzissem verdadeiro caos matemático e que violassem os princípios gerais da lógica. Durante 1903 a 1905, ele encarou esses problemas em diferentes textos e de diferentes formas, mas nem sempre com igual sucesso.

A interpretação que esta tese recomenda é que, imerso nesse complexo contexto filosófico, lógico e matemático, Russell percebeu a necessidade de desenvolver e articular duas noções que se tornaram cruciais para a teoria de “On Denoting”: o princípio de *acquaintance* e a noção de símbolo incompleto. Ao longo desta seção é explicada a forma como o desenvolvimento de ambas ocorreu de forma independente de “On Denoting”. Isso significa que o desenvolvimento de cada uma aconteceu em momentos diferentes e envolveu problemas particulares, mas Russell conseguiu articulá-las em prol da nova teoria das descrições de 1905. Para analisar essa história é preciso dividir esta seção primária em duas seções secundárias.

Na primeira, o objetivo é compreender o desenvolvimento do princípio de *acquaintance*. Segundo a perspectiva desta tese, a mola propulsora para o desenvolvimento desse princípio foi o artigo “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, de 1903. Nesse texto, surpreendentemente pouco explorado pela literatura secundária, constam variadas reflexões de Russell a respeito de temas ligados principalmente à teoria do conhecimento e à relação desta com a lógica e a psicologia. Apesar da variedade de temas e problemas abordados nesse artigo, interessam mais a esta tese as evidências de que Russell acabou voltando a atenção para os aspectos epistemológicos da sua filosofia e da sua noção de *acquaintance* ao refletir sobre a filosofia de Meinong. Compreende-se que esse acontecimento foi fator determinante para o desenvolvimento da filosofia de Russell até 1905. Sendo assim, ao longo desta seção secundária são exploradas as causas e as consequências da mudança da perspectiva de Russell que se refletiram tanto na elaboração final do princípio de *acquaintance* quanto na classificação mais rigorosa da diferença entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição.

Na segunda, o objetivo é analisar de que forma Russell introduziu a noção de símbolo incompleto na sua filosofia. É analisado o desenvolvimento da filosofia de Russell que o levou

---

<sup>315</sup> Vale lembrar a nota de rodapé 275 deste trabalho, na qual destacou-se que Russell, em *The Principles of Mathematics*, reconheceu que as classes são objetos paradoxais. Uma interessante relação é feita por Griffin (1980) entre as classes de Russell e os objetos paradoxais de Meinong. Segundo Griffin, Russell teria usado a palavra “objeto” inspirado em Meinong, pois assim conseguiria usar essa palavra em um sentido mais amplo do que ele próprio usava “termo”. Essa influência de Meinong é interessante, uma vez que reforça a conexão entre o problema da contradição e a teoria da denotação.

a abandonar a ideia de que as funções denotativas seriam indefiníveis. Isso fez Russell adotar uma nova forma de definição, que eliminou os conceitos denotativos por meio da definição contextual. Alguns textos são importantes para essa discussão, mas o texto principal dessa seção secundária é o artigo “On Fundamentals”, de 1905, uma vez que a noção de símbolo incompleto emergiu em suas páginas. O ponto final é explicar como a nova teoria das descrições depende da articulação filosófica das noções de símbolo incompleto e o princípio de *acquaintance*. A perspectiva defendida é que, com a noção de símbolo incompleto, Russell retomou o realismo direto, outrora desafiado pela duplicidade dos conceitos denotativos. Portanto, na nova teoria das descrições, a mente passou a ter *acquaintance* com as entidades lógicas que são os autênticos constituintes das proposições expressadas pelas sentenças que contêm símbolos incompletos. Esses verdadeiros constituintes das proposições são as funções proposicionais, as variáveis e outras entidades lógicas.

A interpretação que se apresenta nesta seção tem como fonte bibliográfica alguns textos intermediários, que foram escritos entre *The Principles of Mathematics* e “On Denoting”. Esses textos mostram a filosofia de Russell em conflito com os seus próprios problemas, mas em constante evolução. Mais precisamente, trata-se de artigos e manuscritos que, na imensa maioria, não foram publicados na época, mas que se tornaram disponíveis ao grande público somente a partir da publicação do volume 4 dos *Collected Papers of Bertrand Russell* em 1994. A história da gênese da teoria das descrições definidas de Russell está definitivamente impressa nas páginas dessa coletânea. Contudo, isso não significa que o desabrochar dessa célebre teoria seja de fácil acesso e que ela não esteja sujeita a diferentes interpretações. Ao longo da presente seção, duas coisas são esclarecidas: primeiro, a interpretação recomendada por esta pesquisa em relação à gênese da teoria das descrições de Russell e, segundo, em quais pontos essa interpretação se contrapõe à de outros acadêmicos. De acordo com Urquhart (1994), não é possível determinar com exatidão as datas em que os textos intermediários foram escritos por Russell. Mesmo assim, Urquhart sugere datas levando em conta as evidências internas e externas aos textos. Nesta pesquisa, adotaram-se as sugestões dessas datas, pois a datação feita por Urquhart é, em ampla medida, aceita pela literatura secundária, e não se encontrou nenhum grave desacordo em relação às outras abordagens da gênese da teoria das descrições de Russell.

Por conseguinte, considera-se que a ordem cronológica dos textos intermediários é de suma importância, pois nesta tese, desde o início, a ordem dos fatos históricos está atrelada à análise filosófica que se apresenta. Assim, a análise dos textos intermediários observa a seguinte ordem: “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” (escrito no primeiro semestre de 1903, mas publicado somente em 1904), “On the Meaning and Denotation of Phrases” (escrito



no segundo semestre de 1903), “On Functions, Classes and Relations” (escrito no primeiro semestre de 1904), “Points about Denotation” (escrito no primeiro semestre de 1904), “On Meaning and Denotation” (escrito no primeiro semestre de 1904), “The Existential Import of Propositions” (escrito no primeiro semestre de 1905 e publicado no mesmo ano), “The Nature of Truth” (escrito no primeiro semestre de 1905) e “On Fundamentals” (escrito no primeiro semestre de 1905). Como se pode ver, apenas dois desses textos foram publicados na época, e os seis restantes foram publicados na coletânea de 1994. Existem outros textos intermediários que porventura podem ser utilizados, mas acredita-se que esse conjunto selecionado fornece uma boa base para a análise que é feita.

Devido aos inúmeros holofotes direcionados à teoria das descrições de Russell, não é de se surpreender a enorme quantidade de diferentes leituras a respeito da sua origem e de sua finalidade. Sem dúvidas, as mais confiáveis abordagens são aquelas leituras que contemplam os textos intermediários. Aquelas que ignoram tais textos apresentam uma leitura mutilada. Essas interpretações são as mais fáceis de serem criticadas. Contudo, a presente pesquisa também abre divergências com aqueles acadêmicos que analisaram os textos intermediários. Nesse sentido, é necessário esclarecer que esta tese não tem a intenção de refutar em cada ponto as leituras feitas por todos esses pesquisadores. Portanto, da mesma forma que ocorreu na seção 2 anterior, a presente tese se apoia em algumas interpretações que são citadas à frente, exceto nas diferenças importantes para as quais este trabalho aponta no que diz respeito aos detalhes nas interpretações dos textos intermediários.

Enfim, ao levar em conta a seção 2 deste trabalho e ao analisar os textos intermediários, juntamente com as outras interpretações que serão citadas oportunamente, chegou-se à compreensão de que é possível abrir dois tipos de divergências. Em primeiro lugar, entende-se que alguns dos mais importantes textos intermediários ou são ignorados ou foram analisados de forma polêmica por alguns comentadores. Em segundo lugar, é mostrado que algumas interpretações perderam detalhes fundamentais que ajudam a compor melhor o cenário filosófico envolvido na gênese da teoria das descrições de Russell. O objetivo último desta seção é contextualizar essas divergências e apresentá-las ao debate. Enfim, acredita-se que ao se jogar luz sobre regiões ainda pouco exploradas da filosofia de Russell, pode surgir outra perspectiva da paisagem antes vista diversas vezes.

### 3.1 O QUE RUSSELL APRENDEU COM A FILOSOFIA DE MEINONG

Esta seção apresenta uma análise de três artigos escritos por Russell em 1903. Esses

textos foram intitulados “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” e foram escritos logo após a publicação de *The Principles of Mathematics*. Ao longo desses artigos, Russell comparou os seus pontos de vista com os de Meinong e, em larga medida, as suas reflexões respondem ao último de forma negativa. Apesar de Russell elogiar o método investigativo científico de Meinong e a sua sagacidade lógica, as divergências entre ambos existem e decorrem das diferenças entre os respectivos modelos filosóficos<sup>316</sup>. Estas podem ser explicadas tendo como fundamento a diferença de abordagem filosófica entre a lógica de Russell e a teoria dos objetos de Meinong. É razoável afirmar que “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” é praticamente um extenso debate sobre a teoria do conhecimento e a sua relação com a lógica e a psicologia. As reflexões críticas de Russell são voltadas às teses que Meinong defendeu no artigo “About objects of a higher order and their relationship to inner perception”, de 1899, e no livro *On Assumptions*, de 1902. Em suma, a fonte dos desacordos é que Meinong tratou a teoria do conhecimento através da sua filosofia psicológica, ao passo que Russell defendeu uma abordagem estritamente lógica da teoria do conhecimento. A seguir, são destacados pontos importantes de cada uma das três partes desse texto de Russell.

Na primeira parte, Russell comentou o artigo de 1899. O tema central é nossa percepção de objetos simples e complexos. Para Russell e Meinong, o critério de simplicidade e complexidade de objetos estava ligado às noções de parte proposicional e proposição. Russell tinha em mente a sua noção de *acquaintance* e, portanto, discordou de Meinong, pois para este a percepção dos objetos, de forma geral, não é direta e imediata. Para entender a questão é preciso contextualizar que, de acordo com a filosofia psicológica de Meinong, todos os fenômenos psíquicos são constituídos por uma ideia ou apresentação, um conteúdo mental, que é parte da ideia e, por último, pelo objeto externo. No artigo de 1899, Meinong explicou um pouco a diferença entre essas noções.

Se tenho uma ideia de uma torre de igreja ou de um pico de montanha, um sentimento ou um desejo, uma relação de diversidade ou causalidade ou qualquer outra coisa, estou em cada caso tendo uma ideia. Apesar, portanto, da variedade ilimitada de seus objetos, todos esses processos mentais manifestam uma característica comum que os torna ideias, e esse é o ato de ter uma ideia. Por outro lado, as ideias, enquanto são ideias de objetos distintos, não podem ser totalmente semelhantes; embora possamos conceber a relação da ideia para o seu objeto, a diversidade do objeto deve de alguma forma remontar à diversidade da ideia. Aquele elemento, portanto, em que as ideias de objetos distintos diferem, apesar de sua concordância no ato, pode ser apropriadamente denominado de o conteúdo da ideia. Este existe, é, portanto, real e

---

<sup>316</sup> O debate entre Russell e Meinong durou de 1904 a 1920, mas os anos mais intensos foram de 1904 a 1907. O debate teve como motivação principal a violação das leis lógicas clássicas e a forma correta de se analisar declarações de existência. Para entender melhor o contexto geral desse rico debate filosófico, recomenda-se a leitura do artigo “The Russell-Meinong Debate” de Janet Farrell Smith.

presente e é, com certeza, mental, mesmo quando o objeto apresentado com seu auxílio não existe, não está presente e não é mental. (MEINONG, apud FINDLAY, 1963, p. 22, tradução nossa)<sup>317</sup>.

Por causa da existência dos conteúdos mentais, a relação entre a ideia e o objeto nunca pode ser simples, direta e imediata, uma vez que as nossas experiências se referem aos objetos por mediação dos conteúdos mentais. Esse é o exato ponto de divergência com a noção de *acquaintance* do realismo lógico de Russell, pois a objetividade do objeto acaba sendo diminuída por sua vinculação necessária a um elemento intermediário mental, que dá singularidade às ideias. A doutrina dos conteúdos mentais de Meinong é de suma importância para a sua teoria dos objetos, pois os objetos nunca são partes das ideias. Assim, cabe aos conteúdos direcionar o ato mental ao objeto. Portanto, segundo Meinong, qualquer experiência é vivida através dos conteúdos mentais.

Na segunda parte do artigo, Russell comentou a primeira edição de *On Assumptions*. Russell concentrou a sua análise na distinção de Meinong entre ideia, suposição e juízo, mas também examinou a relação desses três com o objeto e o conteúdo mental. Meinong viu a necessidade de distinguir ideia e suposição porque cada uma se direciona a um tipo diferente de objeto e estabelece uma experiência diferente com cada tipo de objeto. A principal crítica de Russell foi que, segundo Meinong, pode-se ter ideias somente de objetos simples, enquanto a apreensão de objetos complexos de ordem superior sempre exige suposições ou juízos, que são formados por justaposição dos conteúdos das ideias dos objetos simples.

Meinong desenvolveu uma teoria da intencionalidade baseada na de seu professor Brentano. O ponto central dessa teoria é que a particularidade dos fenômenos mentais é a habilidade de se direcionarem para algo diferente de si mesmos. Findlay comenta que, na teoria da intencionalidade de Brentano, há três fundamentais tipos de intenção:

O tema da psicologia torna-se, portanto, o estudo das várias maneiras pelas quais um estado da mente pode se dirigir a um objeto, dos vários tipos fundamentais de “intenção”: destes, Brentano afirmou que só poderia haver três. O mais fundamental deles era a *Vorstellung*, uma palavra intraduzível, para a qual “ideia” ou “apresentação” podem servir como equivalentes inadequados. [...]. Um juízo se distingue de uma *Vorstellung* porque quando julgamos, aceitamos algo como verdadeiro ou rejeitamos algo como falso; [...]. Finalmente, temos “os fenômenos do

---

<sup>317</sup> No original: “Whether I have an idea of a church-steeple or a mountain-peak, a feeling or a desire, a relation of diversity or causality or any other thing whatsoever, I am in every case having an idea. In spite, therefore, of the unlimited variety of their objects, all these mental processes manifest a common feature, which makes them ideas, and this is the act of having an idea. On the other hand, ideas, in so far as they are ideas of distinct objects, cannot be altogether alike; however, we may conceive the relation of the idea to its object, diversity of object must in some way go back to diversity of idea. That element, therefore, in which ideas of distinct objects differ, in spite of their agreement in the act, may be properly called the content of the idea. This exists, is therefore real and present, and is of course mental, even when the object presented by its aid does not exist, is not present, and is not mental”.

amor e do ódio”, nos quais algo é aceito como bom ou rejeitado como mau. (FINDLAY, 1963, p. 4, tradução nossa)<sup>318</sup>.

Na filosofia psicológica de Meinong, essa teoria da intencionalidade aparece da seguinte maneira: objetos simples são experienciados pela mente por meio de um estado intencional nominal (ideia ou apresentação, que Meinong chamou de *Vorstellung*), e objetos complexos de ordem superior são experienciados pela mente através de atitudes proposicionais (suposições ou juízos, que Meinong chamou de *Annahme* e *Urteil*)<sup>319</sup>. Na ideia, encontra-se uma potencial direção para o objeto da experiência, contudo, o ato intencional de se ter uma ideia por si só não é suficiente para proporcionar a completa apreensão do objeto. A completa apreensão somente acontece com a experiência ativa da suposição ou juízo. Na visão de Meinong, a diferença entre a ideia, a suposição e o juízo é que a experiência da ideia é de uma atitude mental de pura contemplação de um objeto. Diferentemente da suposição e do juízo, uma vez que no juízo há a presença da convicção e da afirmação ou negação, ao passo que nas suposições a convicção está ausente. Nesse sentido, a suposição é um tipo peculiar de experiência localizada entre a pura ideia e o juízo. Russell se contrapôs a essa perspectiva, pois do ponto de vista lógico, a noção de suposição de Meinong deve ser entendida simplesmente como a ideia ou a apresentação de qualquer tipo de objeto. Segundo Russell:

Duas atitudes distintas ocorrem em relação aos objetos, uma é apresentação, e a outra é o juízo. Este último só é possível para objetos complexos, mas a primeira é possível para todos os objetos. Podemos dizer que a primeira dá *acquaintance*, enquanto o segundo dá conhecimento, ou pelo menos crença. Essas duas atitudes em relação ao mesmo objeto diferem tanto no que diz respeito ao ato quanto no que diz respeito ao conteúdo. Adotando a terminologia de Meinong, segundo a qual as palavras *expressam* um estado da mente, mas *indicam* (*bedeuten*) um objeto, “a morte de César” e “César morreu” indicam o mesmo objeto, mas expressam um diferente estado da mente: a primeira apenas apreende o objeto em questão, enquanto o último o afirma; a primeira é uma *suposição*, o último é um *juízo*. (RUSSELL, 1903, p. 463, tradução nossa)<sup>320</sup>.

<sup>318</sup> No original: “The subject-matter of psychology becomes therefore the study of the various ways in which a state of mind can direct itself to an object, of the various fundamental types of ‘intention’: of these Brentano held that there could only be three. The most fundamental of them was the *Vorstellung*, an untranslatable word, for which ‘idea’ or ‘presentation’ may serve as inadequate equivalents. [...]. A judgement distinguishes itself from a *Vorstellung* in that, when we judge, we accept something as true or reject something as false; [...]. Finally, we have ‘the phenomena of love and hate’, in which something is accepted as good or rejected as bad”.

<sup>319</sup> Segundo Farrell Smith, “Meinong apresenta uma versão linguística da doutrina de Brentano da intencionalidade, na qual as experiências mentais são ‘direcionadas’ para objetos, ou *Gegenstände* na terminologia de Meinong. Os *Gegenstände* se dividem em *Objekte* (‘objetos’) e *Objektive* (‘objetivos’). Os primeiros são objetos de ideias. Os últimos são objetos de suposições ou juízos” (FARRELL SMITH, 1985, p. 313, tradução nossa). No original: “Meinong’s presents a linguistic version of the Brentano doctrine of intentionality, that mental experiences are ‘directed towards’ objects, or *Gegenstände* in Meinong’s terminology. *Gegenstände* break down into *Objekte* (translated as ‘objects’) and *Objektive* (‘objectives’). The former are objects of ideas. The latter are objects of assumptions or judgments”.

<sup>320</sup> No original: “Two distinct attitudes occur towards objects, one that of presentation, the other that of judgment. The latter is only possible towards complex objects, but the former is possible towards all objects. We may say

Russell não endossou a distinção de Meinong entre ideia e suposição porque entendeu que não há a diferença entre elas. Do ponto de vista estritamente lógico, as duas experiências são igualmente capazes de proporcionar *acquaintance* com os objetos, enquanto os juízos fornecem conhecimento e/ou crença. Na visão crítica de Russell, Meinong não reconhece que é possível ter ideias ou apresentações de objetos complexos porque a sua teoria emergiu do psicologismo. Isso explicaria o fato de Meinong afirmar que objetos complexos, como  $/aRb/$ , são apreendidos apenas através de uma atividade intelectual que justapõe os conteúdos das ideias de  $a$ ,  $R$  e  $b$ . Segundo Russell, “a proposição ‘ $a$  tem a relação  $R$  com  $b$ ’ é um objeto que não deve ser obtido pela justaposição de  $a$  e  $R$  e  $b$ ; ele é um novo objeto, que tem aquele tipo especial de unidade que caracteriza as proposições” (RUSSELL, 1903, p. 455, tradução nossa)<sup>321</sup>. Em resumo, na segunda parte de “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, o debate novamente girou em torno da noção de *acquaintance* de Russell. Este defendeu que a apreensão de objetos simples e de proposições é sempre direta e imediata, e nunca se deve exigir inferências através das suposições. Ao contrário de Meinong, Russell não distinguiu a atitude de *acquaintance* em relação a uma proposição, quando esta é assumida, da atitude de *acquaintance* em relação aos objetos simples, quando se tem uma ideia deles.

Por fim, na terceira parte do artigo, Russell concluiu que, em todas as experiências de *acquaintance* e em todos os atos de juízos, o objeto é transcendente, no sentido de ser absolutamente independente e exterior ao sujeito. O artigo termina com uma análise de cinco diferentes teorias do conhecimento, que produzem uma grade na qual Russell identifica as teorias de Meinong com as seguintes teses: (1) em relação às ideias, os objetos destas são transcendentos quando existem e/ou subsistem, e os objetos são imanentes quando são inexistentes; (2) em relação aos juízos, admite-se a distinção entre conteúdo e objeto, mas os objetos são sempre imanentes<sup>322</sup>. A interpretação de Russell sobre a natureza do objeto

---

that the first gives acquaintance, while the second gives knowledge, or at least belief. These two attitudes towards the same object differ both as regards the act and as regards the content. Adopting Meinong’s terminology, according to which words *express* a state of mind, but *indicate* (*bedeuten*) an object, ‘the death of Caesar’ and ‘Caesar died’ indicate the same object but express a different state of mind: the former merely apprehends the object in question, while the latter asserts it; the former is an *assumption*, the latter a *judgment*”.

<sup>321</sup> No original: “The proposition ‘ $a$  has the relation  $R$  to  $b$ ’ is an object not to be obtained by juxtaposing  $a$  and  $R$  and  $b$ ; it is a new object, having that special kind of unity that characterizes propositions”.

<sup>322</sup> Nas palavras de Russell: “(2) Podemos admitir a distinção de conteúdo e objeto, mas sustentar que o último é simplesmente imanente. (3) Podemos sustentar que o objeto é imanente quando falso, transcendente quando verdadeiro. [...]. Mas no caso da apresentação [ideia], teremos, no lugar de (3), que o objeto é transcendente quando existe, ou então quando (alternativamente) tem Ser e que, de outra forma, é imanente. [...]. Meinong sustenta (3) no que diz respeito às apresentações, e (2) no que diz respeito aos juízos” (RUSSELL, 1903, p. 464, tradução nossa). No original: “(2) We may admit the distinction of content and object but hold that the latter is merely immanent. (3) We may hold that the object is immanent when false, transcendent when true. [...]. But in the case

imaneente na filosofia de Meinong é polêmica, tendo-se em vista que, em algumas passagens de “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, o primeiro considerou o objeto como uma parte mental da experiência<sup>323</sup>. Mas o fato é que o objeto, para Meinong, é sempre transcendente, seja o objeto existente, subsistente ou inexistente. De acordo com Findlay (1963), a imprecisão está nos textos de Meinong que Russell estava comentando. Em alguns lugares dos seus primeiros textos, Meinong usou as palavras “conteúdo” e “objeto” de forma ambígua. A origem dessa ambiguidade foi que Meinong, por vezes, dera ênfase à relação do conteúdo mental com o pensamento e, nesse sentido, o conteúdo mental poderia ser chamado de um objeto imanente. Foi dessa forma indiscriminada de se expressar que surgiu a impressão de um objeto imanente. Todavia, a causa do objeto imanente é sempre um objeto transcendente<sup>324</sup>. Provavelmente, Russell foi levado a essa confusão pela filosofia psicológica de Meinong dar muita relevância à noção de conteúdo mental, pois é por meio deste último que é possível fazer referência aos objetos. Russell, por sua vez, se identificou com a teoria assumida por Frege e Moore, isto é, aquela na qual o objeto é sempre transcendente e a *acquaintance* com este não é explicada por um viés psicológico, que enfatiza a função de intermediário do conteúdo mental. No caso das proposições, sejam elas verdadeiras ou falsas,

---

of presentation we shall have, in place of (3), that the object is transcendent when it exists, or when it has Being (these are alternatives), and that otherwise it is immanent. [...]. Meinong holds to (3) in regard to presentations, and (2) in regard to judgments”.

<sup>323</sup> Russell parece ter interpretado dessa forma por causa da função mediadora dos conteúdos mentais em qualquer experiência do conhecimento. Por conta disso, Russell considerou que, segundo Meinong, a natureza da percepção externa é, de certa forma, dependente da percepção interna dos objetos. Essa leitura de Russell pode ter sido a causa de afirmações do tipo: “Uma apresentação, com os três elementos de ato, conteúdo e objeto, é considerada totalmente psíquica, e o objeto, como os outros dois, é considerado parte do estado mental total – pelo menos algumas passagens sugerem. Assim, o objeto é chamado de ‘imanente’ e, no caso da torre, diz-se que a percepção interna nos assegura da ‘torre apresentada’, não da real” (RUSSELL, 1903, p. 441, tradução nossa). No original: “A presentation, with the three elements of act, content and object, is taken to be wholly psychical, and the object like the other two, is supposed to be part of the total mental state – so at least some passages suggest. Thus, the object is spoken of as ‘immanent’ and in the case of the steeple, internal perception is said to assure us of the ‘presented steeple’, not of the real one”.

<sup>324</sup> Para contextualizar essa situação, Findlay cita uma passagem da *Logic* de Höfler, de 1890, escrita em colaboração com Meinong: “(1) o que chamamos de ‘conteúdo da apresentação e do juízo’ está inteiramente dentro do sujeito, a exemplo da apresentação ou do próprio ato de julgar. (2) a palavra ‘Objeto’ (*Gegenstand* ou *Objekt*) é usada em dois sentidos: por um lado, significa a coisa que existe independentemente [...] para a qual a nossa apresentação ou juízo se dirige, por outro lado, significa a imagem mais ou menos precisa de tal realidade que existe em nossa mente; essa quase imagem, ou melhor, signo, é idêntica ao conteúdo que mencionamos acima. Para distingui-la do objeto que consideramos independente de nosso pensamento, chamamos o conteúdo de uma apresentação ou juízo (ou de um sentimento ou de um ato de vontade) de ‘objeto imanente ou intencional’ desses fenômenos mentais” (HÖFLER, apud FINDLAY, 1963, p. 7, tradução nossa). No original: “(1) what we have called the ‘content of the presentation and the judgment’ lies entirely within the subject, like the presenting or the judging act itself. (2) the word ‘Object’ (*Gegenstand* or *Objekt*) is used in two senses: on the one hand it means the independently existing thing [...] to which our presentation or judgment directs itself, on the other hand it means the more or less accurate image of such a reality, which exists in our mind; this quasi-image, or rather sign, is identical with the content which we mentioned above. In order to distinguish it from the object which we take to be independent of our thinking we call the content of a presentation or judgment (or of a feeling or act of will) the ‘immanent or intentional object’ of these mental phenomena”.

ambas subsistem, e paga-se o preço por não conseguir explicar, sem circularidade, a diferença entre a falsidade e a verdade.

O fato de Russell ter entrado em contato com a filosofia de Meinong e ter se interessado por ela, a ponto de escrever “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, foi determinante para a gênese da teoria das descrições de 1905. Russell se interessou pela teoria dos objetos de Meinong, pois, de certa forma, encontrara nela afinidades com a sua própria noção metafísica de termo, típica do realismo lógico de 1903. Não à toa, como foi analisado em 2.2.5, essas semelhanças confundem intérpretes que se arriscam em afirmar que Russell adotara um meinongianismo completo. No entanto, qualquer leitura meinongiana de *The Principles of Mathematics* precisa ajustar os objetos inexistentes de Meinong na estrutura do realismo lógico de Russell. Nesta pesquisa, compreende-se que qualquer tentativa nessa direção está fadada ao fracasso. Entretanto, ainda restaram dúvidas da seção 2 anterior, e é preciso refletir sobre o motivo de Russell não ter se posicionado explicitamente em *The Principles of Mathematics* a respeito dos casos dos nomes próprios vazios como, por exemplo, “Apolo”.

A resposta que esta tese oferece em 2.2.5 é que a metafísica e a epistemologia de *The Principles of Mathematics* eram teorias em evolução. Acredita-se que detalhes dessa natureza somente entraram no radar de Russell durante e depois da época em que ele escreveu “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”. Por isso, esse artigo é fundamental para se entender a gênese da teoria das descrições, uma vez que ele marcou um momento importante da filosofia de Russell. A partir das reflexões que fez sobre a teoria dos objetos de Meinong, Russell passou a dar mais atenção à sua própria noção de *acquaintance*, pois encontrou nessa noção uma forma de evitar tanto os objetos inexistentes quanto os objetos imanentes. Mas isso não quer dizer que Russell foi um meinongiano até 1903. O que os textos intermediários mostram é que uma crescente preocupação com problemas envolvendo lógica e epistemologia fizeram Russell refinar a sua noção de *acquaintance*. Em alguma medida, esse aprimoramento foi feito com a intenção de esclarecer as condições lógicas e epistemológicas dessa noção que não haviam sido expostas em *The Principles of Mathematics*, mas que já estavam presentes no pensamento de Russell. Isso está explicitado, por exemplo, em uma carta que Russell enviou a Meinong em 1904:

Sempre acreditei até agora que todo objeto deve ter, em algum sentido, *ser* e acho difícil admitir objetos irrealis. Em casos como aqueles da montanha dourada ou do quadrado redondo, deve-se distinguir entre *sentido* e *referência* (para usar os termos de Frege): o sentido é um objeto e tem ser; a referência, entretanto, não é um objeto. A diferença entre sentido e referência é mais bem ilustrada pelos exemplos matemáticos: “a raiz quadrada de 4” é um sentido complexo, cuja referência é o

número 2. (RUSSELL, apud URQUHART, 1994, p. XXXIV, tradução nossa)<sup>325</sup>.

De acordo com a interpretação desta pesquisa, o que Russell diz acima está plenamente de acordo com o realismo lógico de *The Principles of Mathematics*. O que esse trecho da carta reforça é exatamente o ponto de vista de Russell sobre a necessidade de se admitir a falha referencial dos conceitos denotativos nulos. Nesses casos, é possível concluir da citação acima que o objeto subsistente com o qual a mente pode ter *acquaintance* é o significado da expressão denotativa, isto é, o próprio conceito denotativo. Logo, compreende-se que a preocupação em esclarecer que não aceitava os objetos inexistentes tornou-se pauta do pensamento de Russell entre os anos mais intensos do debate com Meinong. Não surpreendentemente, nessa época Russell também estava preocupado em eliminar a contradição oriunda das classes. Esse é o grande legado que o debate Russell-Meinong deixou para a gênese da teoria de “On Denoting”.

Nesse aspecto, chega a ser incompreensível o fato de “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” ser praticamente ignorado por excelentes intérpretes de Russell. Isso faz com que se percam a riqueza dos detalhes e o encadeamento dos fatos que se sucederam. O erro mais comum é afirmar que Russell expulsou os objetos inexistentes de Meinong somente no artigo “On Denoting”. Por exemplo, encontram-se essas interpretações em Chrudzimski (2007), Ayer (1971) e Passmore (1966). Vale a pena apresentá-las:

Nos *Principles of Mathematics* (1903), Russell manteve uma posição semelhante, mas apenas dois anos depois, em “On Denoting”, ele criticou a abordagem meinongiana e formulou a teoria das descrições definidas no sentido de que todos os termos singulares que são aparentemente vazios poderiam ser reinterpretados como termos singulares aparentes. Dessa forma, ele esperava se livrar dos objetos meinongianos “além do ser e do não-ser”. (CHRUDZIMSKI, 2007, pp. 73-4, 2007, tradução nossa)<sup>326</sup>.

No entanto, não foi apenas o crescimento do seu senso de realidade que levou Russell a procurar uma explicação diferente da denotação. Ele descobriu que a posição que havia adotado em *The Principles of Mathematics* levantava problemas para os quais não podia fornecer uma resposta. Alguns desses problemas são apresentados em um artigo, “On Denoting”, que apareceu pela primeira vez na *Mind* em 1905 e foi reimpresso em *Logic and Knowledge*. (AYER, 1971, p. 29, tradução nossa)<sup>327</sup>.

<sup>325</sup> No original: “I have always believed until now that every object must in some senses have *being*, and I find it difficult to admit unreal objects. In such a case as that of the golden mountain or the round square one must distinguish between *sense* and *reference* (to use Frege’s terms): the sense is an object, and has being; the reference, however, is not an object. The difference between sense and reference is best illustrated by mathematical examples: ‘the square root of 4’ is a complex sense, the reference of which is the number 2”.

<sup>326</sup> No original: “In the *Principles of Mathematics* (1903) Russell held a similar position, but just two years later, in “On Denoting”, he criticized the Meinongian approach and formulated the theory of definite descriptions to the effect that all singular terms that are apparently empty could be reinterpreted as apparent singular terms. In this way he hoped to get rid of Meinongian objects “beyond being and non-being”.

<sup>327</sup> No original: “It was, however, not only the growth in his feeling for reality that led Russell to look for a different account of denotation. He found that the position which he had adopted in *The Principles of Mathematics* raised problems to which it could not supply an answer. Some of these problems are set out in an article “On Denoting”



Este é o ponto em que o senso de realidade que Russell acabara de descobrir se revoltou. Deve haver, pensou ele, outra saída, uma maneira que não envolva interpretar a frase “o Rei da França” como referindo-se a qualquer entidade. E é isso que ele buscou em sua nova teoria da denotação e, em particular, no que veio a chamar de “a teoria das descrições”. (PASSMORE, 1966, p. 227, tradução nossa)<sup>328</sup>.

É claro que descrever a origem da teoria das descrições definidas dessa forma tão simplificada é tudo o que esta tese quer evitar. Interpretações dessa natureza são confusas, uma vez que saltam inexplicavelmente de *The Principles of Mathematics* para “On Denoting”. A consequência disso é uma leitura incompleta, pois, em primeiro lugar, o atropelo passa a ideia de que Russell em *The Principles of Mathematics* tinha um “senso de realidade” (seja lá o que isso for...) idêntico ao de Meinong. Melhor dizendo, essas leituras induzem os leitores a acreditarem que Russell foi “acometido” por um robusto “senso de realidade” em 1905 e deixou de endossar a teoria dos objetos de Meinong. Como se pode ver no trecho acima de Passmore, parece que Russell em *The Principles of Mathematics* não tinha uma resposta para casos como “o Rei da França”. Mas então deve-se negligenciar completamente a discussão sobre os conceitos de classe nulo? Em segundo lugar, leituras como as três acima ignoram a evolução gradual da teoria da denotação. A impressão dada aos leitores é que, durante 1903 a 1905, Russell reafirmou todos os seus posicionamentos filosóficos, o que já é em si bastante improvável, conhecendo o referido filósofo. Como se isso não bastasse, como parecem pensar Chudzinski e Ayer acima, Russell resolveu de uma só vez todos os problemas da teoria da denotação de *The Principles of Mathematics* e escreveu “On Denoting” para mostrar as novidades. Sendo assim, vale repetir, interessam a esta pesquisa mais os detalhes do percurso do que o resultado final, ou seja, os textos intermediários são mais importantes do que “On Denoting” propriamente em si.

A despeito das interpretações acima, deve-se fazer justiça com aqueles comentadores que analisam a origem da teoria das descrições definidas e que não ignoram o papel do artigo “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” no desenvolvimento dela. O primeiro grupo de comentadores é formado por Griffin (1996 e 1980) e Rodriguez-Consuegra (1990). O presente trabalho deve muito às interpretações de ambos, pois eles frisam as diferenças filosóficas entre Russell e Meinong e, portanto, reconhecem que o debate Russell-Meinong foi importante para o desenvolvimento da teoria de “On Denoting”. No entanto, é preciso

---

which first appeared in *Mind* in 1905 and is reprinted in *Logic and Knowledge*”.

<sup>328</sup> No original: “This is the point at which Russell’s new-found sense of reality revolted. There must, he thought, be another way out, a way which does not involve interpreting the phrase ‘the King of France’ as referring to any entity whatsoever. And that is what he sought in his new theory of denoting, and, in particular, in what he came to call ‘the theory of descriptions’”.

reconhecer que apesar de Griffin e Rodriguez-Consuegra citarem “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, não analisam propriamente esse artigo e não conectam esse texto com o desenvolvimento da noção de *acquaintance* de Russell. Por causa disso, essa é a divergência que esta pesquisa levanta com esses autores. No geral, o comentário de ambos é focado nas diferenças entre Russell e Meinong e, nesse aspecto, não há do que se discordar.

O segundo grupo de comentadores é formado por Quine (1966) e Hylton (1990). Com esses intérpretes, a divergência que se apresenta é mais relevante. Aqui, considera-se que a leitura que Quine e Hylton fizeram de “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” é, pelo menos em parte, equivocada, pois ambos parecem não ter percebido as diferenças existentes entre as filosofias de Russell e de Meinong. Dessa forma, para fundamentar o presente dissenso é necessário apresentar a visão de ambos:

O longo artigo de Russell sobre Meinong saiu parcelado na *Mind* no ano seguinte. Nele, ele criticou detalhes do sistema de Meinong, mas ainda não protestara contra a exuberância do reino do ser de Meinong. No mesmo trimestre, três edições depois, no entanto, surge um Russell reformado: o Russell de “On Denoting” (1905), farto dos objetos impossíveis de Meinong. (QUINE, 1966, pp. 658-59, tradução nossa)<sup>329</sup>.

Meinong compartilhava da generosidade ontológica dos *Principles*, mas pensava nisso com mais rigor e estava mais ciente de seus potenciais problemas. É plausível supor, portanto, que ler e refletir sobre o trabalho ontológico de Meinong (e depois de seus seguidores) fez Russell notar as dificuldades da sua própria atitude ontológica, o que o levou a abandoná-la. Essa mudança, no entanto, não ocorreu imediatamente. No longo artigo que Russell publicou sobre Meinong em abril, julho e outubro de 1904, ele endossara a atitude ontológica dos *Principles* (e também de Meinong). (HYLTON, 1990, p. 243, tradução nossa)<sup>330</sup>.

A perspectiva apresentada por Quine possui uma séria desvantagem em relação à de Hylton. Sua exposição ignora quase todos os textos intermediários. Isso contribuiu para Quine não ter a visão do gradual desenvolvimento da teoria das descrições, e essa carência explica, por sua vez, a afirmação incorreta de que, inusitadamente, surgiu um Russell reformado em 1905. Além disso, duas outras imprecisões, ainda mais sérias, estão presentes no trecho acima. Primeiro, Quine se enganou ao associar os objetos impossíveis ao exuberante reino do Ser de

---

<sup>329</sup> No original: “Russell’s long article on Meinong came out in *Mind* in installments the following year. In it he criticized details of Meinong’s system, but still protested none against the exuberance of Meinong’s realm of being. In the same quarterly three issues later, however, a reformed Russell emerges: the Russell of ‘On Denoting’ (1905), fed up with Meinong’s impossible objects”.

<sup>330</sup> No original: “Meinong shared the ontological generosity of *Principles*, but had thought it through more rigorously, and was more aware of its potential problems. It is plausible to suppose, therefore, that reading and reflecting upon the ontological work of Meinong (and, later, his followers) made Russell realize the difficulties of his own ontological attitude and led him to give it up. This change did not, however, occur immediately. In the long article which Russell published on Meinong in April, July, and October of 1904, he endorses the ontological attitude of *Principles* (and also of Meinong)”.

Meinong. O correto é que os objetos impossíveis de Meinong se enquadram na classe dos objetos inexistentes. Segundo, em “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, Russell protestou sim contra o reino do Ser de Meinong. Aliás, esse é um ponto importante na interpretação que se está sugerindo, pois, a rigor, o reino do Ser de Russell era mais exuberante, no sentido de admitir mais objetos complexos do que o reino do Ser de Meinong.

Esse ponto parece não ter sido notado também por Hylton. Em *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*, Hylton não deixou passarem despercebidos os textos intermediários e inclusive reconheceu a importância de “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions” para a teoria das descrições definidas. Segundo Hylton, esse texto fez Russell repensar as suas posições sobre ontologia e epistemologia. Nesse aspecto, a presente pesquisa deve muito a Hylton, pois, como ele mostra muito bem, várias teses de “On Denoting” foram elaboradas independentemente e muito antes de 1905. No entanto, é preciso divergir de Hylton em razão de não ser correto dizer, como ele fez na passagem citada acima, que Russell endossou a atitude ontológica de Meinong e/ou que este endossou a generosidade ontológica de *The Principles of Mathematics*. Esse ponto de vista de Hylton pode ser explicado pelo fato de ele ter interpretado a metafísica de *The Principles of Mathematics* como similar à teoria dos objetos de Meinong. Como foi citado em 2.2.5, Hylton interpretou polemicamente que Russell, fora do contexto da matemática, estava disposto a atribuir Ser à denotação de /o atual Rei da França/ ou /Apolo/. Portanto, para divergir das interpretações de Quine e de Hylton, apresenta-se evidências que estão no próprio artigo de Russell sobre a filosofia de Meinong.

No artigo “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, Russell defendeu a mesma metafísica do realismo lógico de *The Principles of Mathematics*. Não é difícil chegar a essa conclusão, pois Russell iniciou o artigo justamente apresentando a perspectiva geral das teses que ele desenvolvera com Moore<sup>331</sup>. Contudo, na parte três desse artigo há um trecho muito ilustrativo no qual Russell contrapôs suas ideias às de Meinong. Esse trecho é fundamental para nossa divergência com Quine e Hylton, uma vez que se tornam notórias as

---

<sup>331</sup> As primeiras palavras de Russell foram: “Toda ideia e toda crença devem ter um objeto diferente de si e, exceto em certos casos em que existentes mentais estão envolvidos, extra mental; que aquilo que é comumente chamado de percepção tem como objeto uma proposição existencial, na qual entra como constituinte aquilo cuja existência está em causa, e não a ideia desse existente; que a verdade e a falsidade se aplicam não às crenças, mas aos seus objetos; e que o objeto de um pensamento, mesmo quando esse objeto não existe, tem um Ser que não depende de modo algum de que tal objeto seja um objeto do pensamento” (RUSSELL, 1903, p. 432, tradução nossa). No original: “Every presentation and every belief must have an object other than itself and, except in certain cases where mental existents happen to be concerned, extra-mental; that what is commonly called perception has as its object an existential proposition, into which enters as a constituent that whose existence is concerned, and not the idea of this existent; that truth and falsehood apply not to beliefs, but to their objects; and that the object of a thought, even when this object does not exist, has a Being which is in no way dependent upon its being an object of thought”.

diferenças das atitudes ontológicas de Russell e Meinong em relação ao reino do Ser. Russell, em certa altura do artigo, diz que os pontos examinados podem ser resumidos da seguinte forma:

Entre os objetos existem dois tipos, os simples e os complexos. Estes últimos são caracterizados por um certo tipo de unidade, aparentemente não passível de definição, e que não é constituinte dos complexos em que ocorre. De um certo ponto de vista, um complexo é a mesma coisa que uma proposição e é sempre verdadeiro ou falso, mas tem ser em ambos os casos; de outro ponto de vista, os únicos complexos são as proposições verdadeiras, e a falsidade é uma propriedade dos juízos que não têm Objetivos. (RUSSELL, 1903, p. 463, tradução nossa)<sup>332</sup>.

Esse trecho é suficiente para mostrar que as interpretações de Quine e de Hylton estão equivocadas. Como se sabe, a teoria dos objetos de Meinong admite três classes de objetos: os objetos existentes (objetos concretos que estão dentro do espaço e do tempo), os objetos subsistentes (objetos abstratos como relações e Objetivos) e os objetos inexistentes (objetos além do Ser e do não Ser como o círculo quadrado, a montanha dourada etc.). Por sua vez, a metafísica do realismo lógico de Russell não foi além da distinção entre os objetos existentes e os objetos subsistentes e, certamente, não havia lugar para os objetos inexistentes de Meinong. Isso, por si só, explica as diferenças entre Russell e Meinong. Contudo, outra evidência muito forte a favor da tese de que Russell e Meinong não compartilhavam da mesma atitude ontológica foi o fato de o primeiro ter atribuído Ser às proposições falsas. Segundo Russell, objetos complexos falsos eram considerados autênticos objetos transcendentais, com o mesmo *status* ontológico dos objetos complexos verdadeiros. Russell absolutamente não endossou a visão de Meinong de que somente os Objetivos verdadeiros são objetos complexos subsistentes, enquanto os Objetivos falsos não possuem qualquer tipo de Ser. Por isso, pode-se afirmar que, nesse aspecto, o reino do Ser de Russell era mais exuberante do que o reino do Ser de Meinong. Para este, os Objetivos falsos são objetos imanentes e só existem na presença do ato psicológico. Assim, segundo Meinong, a verdade e a falsidade se aplicam adequadamente ao juízo, enquanto a factualidade é a característica principal dos Objetivos verdadeiros.

Em suma, as diferenças ontológicas são enormes. Primeiro, Russell não admitiu os objetos inexistentes. Conforme Meinong, a lei da não contradição não se aplica a esses objetos impossíveis, mas somente aos objetos reais e possíveis. Do ponto de vista de Russell, segundo o qual a lógica é uma ciência universal, essa limitação da lei da não contradição era descabida.

---

<sup>332</sup> No original: “Among objects there are two kinds, the simple and the complex. The latter are characterized by a certain kind of unity, apparently not capable of definition, and not a constituent of the complexes in which it occurs. On one view, a complex is the same thing as a proposition, and is always either true or false, but has being equally in either case; on the other view, the only complexes are true propositions, and falsehood is a property of such judgments as have no Objectives”.

Depois, para Russell, um objeto imanente não é objeto algum, pois ser um objeto é não pertencer ao domínio da subjetividade, exceto quando o sujeito se refere à sua própria subjetividade. Mas quando isso não é o caso, os objetos subsistem independentemente de qualquer subjetividade, sejam eles simples ou complexos, sejam eles verdadeiros ou falsos.

É de fato enganoso afirmar que Russell e Meinong possuíam a mesma “generosidade ontológica”, mas Hylton assumiu o risco dessa interpretação. O fato de Hylton entender que Russell, tanto em *The Principles of Mathematics* quanto em “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, endossou a atitude ontológica de Meinong o fez levantar questões como esta: “se no início de 1905 Russell usou a teoria dos conceitos denotativos para eliminar a necessidade de supor que exista um atual Rei da França, por que não o fez em 1902, quando escreveu *Principles*?” (HYLTON, 1990, p. 243, tradução nossa)<sup>333</sup>. Trata-se de uma pergunta inadequada, pois dada as afirmações de Russell sobre os conceitos de classe nula em *The Principles of Mathematics*, não havia nada que o comprometesse com a denotação de /o atual Rei da França/ já em 1903. Entretanto, Hylton tem crédito por ter reconhecido que foi o estudo de Meinong que chamou a atenção de Russell para certos problemas. Hylton analisa um trecho importante de “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”:

Russell agora vê dificuldades nesse ponto de vista, embora, ele pareça não ter percebido isso quando escreveu os *Principles*. Assim ele diz: “no entanto, quando nós consideramos complexos como ‘a diferença entre  $a$  e  $b$ ’ que, de um modo ou de outro, teremos de admitir, parece claro que, quando  $a$  e  $b$  são idênticos, não existe diferença entre  $a$  e  $b$ , o que parece equivalente a ‘a diferença entre  $a$  e  $b$  não tem Ser’”. (RUSSELL, 1903, p. 463). Nesse artigo, o problema não foi resolvido; Russell está, no entanto, começando a se dar conta de que existem problemas causados pela atitude dos *Principles*. (HYLTON, 1990, p. 244, tradução nossa)<sup>334</sup>.

Da perspectiva de Hylton, o problema que Russell começara a perceber originou-se do seu comprometimento com a tese meinongiana de que toda expressão nominal realmente indica ou denota algum objeto. Nesse sentido, o conceito denotativo /a diferença entre  $a$  e  $b$ / deve denotar um objeto qualquer e, dado que  $a$  e  $b$  são idênticos, restaria reconhecer que /a diferença entre  $a$  e  $b$ / denota um objeto inexistente. Porém, se isso fosse assim, a filosofia de Russell em 1903 permitiria que ocorresse o paradoxo da referência com a proposição /a diferença entre  $a$  e

<sup>333</sup> No original: “If in early 1905 Russell used the theory of denoting concepts to eliminate the need to suppose that there is a present King of France, why did he not do so in 1902, when he wrote *Principles*?”.

<sup>334</sup> No original: “Russell now sees difficulties in this view, however, which he does not seem to have been aware of when he wrote *Principles*. Thus, he says: “Yet, when we consider such complexes as ‘the difference between  $a$  and  $b$ ’, which must be admitted by some door, it seems plain that, when  $a$  and  $b$  are identical there is no difference between  $a$  and  $b$ , which seems equivalent to ‘the difference between  $a$  and  $b$  does not have being’”. (RUSSELL, 1903, p. 463). In this article the problem is left as unsolved; Russell is, however, beginning to be aware that there are problems caused by the attitude of *Principles*”.

*b* não tem Ser/. Dessa forma, apenas em 1905, Russell teria encontrado uma forma de escapar do paradoxo da referência, pois em alusão ao terceiro *puzzle* de “On Denoting”, ele alertara que uma não entidade não poderia ser o sujeito de uma proposição. Logo, conforme a interpretação sugerida por Hylton, a atitude dos *Principles* teria feito Russell reconhecer tardiamente as dificuldades decorrentes da metafísica do realismo lógico de 1903. Mais especificamente, segundo Hylton, a atitude dos *Principles* complicava Russell, pois permitia que um objeto inexistente ocorresse como um termo na proposição.

Porém, na visão desta pesquisa, essa não é a melhor forma de interpretar o trecho acima. Russell percebeu o problema implícito em /a diferença entre *a* e *b*/ não por causa da sua atitude ontológica dos *Principles*, mas por causa da sua interpretação da filosofia de Meinong. Não à toa, Russell disse em “On Denoting” em relação ao terceiro *puzzle*:

Portanto, pareceria que deve ser sempre autocontraditório negar o ser de alguma coisa; mas vimos, em conexão com Meinong, que admitir o ser também conduz, algumas vezes, a contradições. Assim, se *A* e *B* não diferem, supor que exista ou não um objeto tal como ‘a diferença entre *A* e *B*’ parece igualmente impossível. (RUSSELL, 1905, p. 421, tradução nossa)<sup>335</sup>.

Vale a pena chamar a atenção para um detalhe da interpretação filosófica de Russell sobre Meinong. Nesta tese, concorda-se com Farrell Smith (1985) que o primeiro, algumas vezes, pareceu ignorar os princípios filosóficos do segundo. De acordo com o modelo teórico de Meinong, quando *a* e *b* são idênticos, a expressão “a diferença entre *a* e *b*” nomeia um objeto inexistente, além do Ser e do não Ser, que não possui qualquer vínculo com a existência ou a subsistência. Portanto, levando-se em consideração o Princípio da Independência do Ser-*assim* do Ser e o Princípio da Indiferença dos objetos puros ao Ser (explicados na nota de rodapé 290 deste trabalho), o paradoxo da referência fica impedido de surgir na filosofia de Meinong porque os objetos impossíveis não têm vínculo com a lei da não contradição<sup>336</sup>.

---

<sup>335</sup> No original: “Hence, it would appear, it must always be self-contradictory to deny the being of anything; but we have seen, in connection with Meinong, that to admit being also sometimes leads to contradictions. Thus, if *A* and *B* do not differ, to suppose either that there is, or that there is not, such an object as ‘the difference between *A* and *B*’ seems equally impossible”.

<sup>336</sup> Em “On Denoting”, Russell repetiu essa interpretação distorcida da filosofia meinongiana quando rejeitou a teoria de Meinong e quando equiparou a teoria ontológica de MacColl com a teoria dos objetos. Nesse segundo trecho, Russell diz: “O Sr. MacColl (*Mind*, n.s., N.º. 54, e novamente N.º. 55, p. 401) considera os indivíduos como de dois tipos, real e irreal; portanto, ele define a classe nula como a classe que consiste em todos os indivíduos irrealis. Isso pressupõe que frases como ‘o atual rei da França’, que não denotam um indivíduo real, denotam, no entanto, um indivíduo, mas irreal. Essa é essencialmente a teoria de Meinong, que encontramos razão para rejeitar porque ela se choca com a lei da contradição” (RUSSELL, 1905, p. 426, tradução nossa). No original: “Mr. MacColl (*Mind*, n.s., N.º. 54, and again N.º. 55, p. 401) regards individuals as of two sorts, real and unreal; hence he defines the null-class as the class consisting of all unreal individuals. This assumes that such phrases as ‘the present King of France’, which do not denote a real individual, do, nevertheless, denote an individual, but an unreal one. This is essentially Meinong’s theory, which we have seen reason to reject because it conflicts with the law of

Voltando para a teoria dos conceitos denotativos dos *Principles of Mathematics*, /a diferença entre  $a$  e  $b$ / é simplesmente um conceito de classe nulo, e não há nenhum paradoxo da referência causado pelo realismo lógico de Russell. Conforme o trecho citado na seção 2.2.5, no §73 de *The Principles of Mathematics*, Russell definiu que  $a$  é um conceito de classe nulo, se a função proposicional  $/x$  é um  $a$ / tiver como valor uma proposição falsa para todos os valores de  $x$ . É exatamente isso o que se tem no presente caso de  $/x$  é a diferença entre  $a$  e  $b$ /. Assim, discorda-se de Hylton em dois aspectos: (1) não é correto afirmar que o problema do paradoxo da referência foi causado pela atitude dos *Principles*; (2) não é correto afirmar que o problema não foi resolvido em “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”. Na interpretação desta tese, o problema do paradoxo da referência não se origina do realismo lógico de Russell. O problema torna-se real somente se a metafísica do realismo lógico for interpretada inusitadamente, *à la* Meinong, como Hylton e outros parecem recomendar. De acordo com as evidências textuais, Russell não teve problemas com os conceitos denotativos que supostamente denotam objetos inexistentes. A resposta já fora dada em *The Principles of Mathematics*: do ponto de vista lógico, os termos que não têm denotação são conceitos denotativos considerados conceitos de classe nulo e, da perspectiva epistemológica, a mente tem *acquaintance* somente com o significado dessas expressões denotativas.

Assim, de um lado concorda-se com Hylton que o estudo sobre a filosofia de Meinong causou mudanças na filosofia de Russell. Porém, essas mudanças não foram no sentido daquelas sugeridas por Hylton. Segundo a leitura de Hylton, essas mudanças fizeram Russell modificar a sua ontologia, porque causaram um grande impacto no seu “senso de realidade” a ponto de ele ter deixado de acreditar que o atual Rei da França ou Apolo ou a diferença entre  $a$  e  $a$  se encontrariam em algum “mundo sombrio platônico do Ser”. Como foi dito anteriormente, compreende-se que depois de “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, a filosofia de Russell mudou porque passou a dar ênfase aos temas ligados à teoria do conhecimento. Mas a ontologia de *The Principles of Mathematics* continuou intacta, pelo menos até a eliminação dos conceitos denotativos em “On Fundamentals”.

Para finalizar esta seção, a herança positiva que Meinong passou para Russell foi que a nova atitude filosófica do último atingira em cheio a sua própria noção de *acquaintance*. Grande parte das reflexões e do desenvolvimento da filosofia de Russell, do ano de 1903 em diante, culminaram no desenvolvimento do princípio de *acquaintance* e na definição mais precisa entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição. A seguir, com a ajuda de

---

contradiction”. É importante destacar que Russell apresentou crítica semelhante a essa no texto intermediário “The Existential Import of Propositions”, de 1905.

outros textos intermediários, esses temas serão objeto de análise.

### 3.1.1 O desenvolvimento do princípio de *acquaintance*

Conforme visto na seção 2.1.3, o princípio de *acquaintance* começou a ser elaborado desde *An Analysis of Mathematical Reasoning*. Nesse manuscrito, esse princípio cumpriu o seu papel especificamente na apreensão intuitiva dos significados dos conceitos da categoria pura que compõem certas proposições. Em 2.2.1, mostrou-se que, com o desenvolvimento do realismo lógico, a noção de *acquaintance* tornou-se explícita em *The Principles of Mathematics*. Nesse livro, o princípio de *acquaintance* exerceu um papel coadjuvante, mas foi importante na fundamentação do realismo direto de Russell. Depois, a análise apresentada em 2.2.4 constatou que a teoria da denotação de *The Principles of Mathematics* desconfigurou o realismo direto porque o fenômeno da descrição introduziu a possibilidade da compreensão de proposições *sobre* termos com os quais não se tem *acquaintance*. Devido a isso, Russell foi obrigado a inserir na sua filosofia a distinção epistemológica entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento denotativo (ou conhecimento por descrição). Dessa forma, a partir de todos esses resultados da seção 2, conclui-se que, apesar de estarem presentes, o princípio de *acquaintance* e a distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição não ocupavam um lugar de destaque até 1903.

Esse cenário mudou rapidamente no decorrer do ano de 1903. As reflexões sobre a filosofia de Meinong despertaram em Russell a necessidade de esclarecer e aprimorar a teoria epistemológica a respeito da capacidade da mente entrar em relação de *acquaintance* com certas entidades. Ao longo de todo esse processo do desenvolvimento do princípio de *acquaintance*, Russell se deparou com vários problemas epistemológicos e lógicos que o convenceram definitivamente de que era preciso abandonar a teoria da denotação de *The Principles of Mathematics*. É possível mostrar que Russell chegou a essa conclusão importante em 1904, sem precisar levar em conta o enigmático argumento da Elegia de Gray, que aparece nos artigos “On Fundamentals” e “On Denoting”, ambos de 1905. Toda essa situação é analisada nesta seção e, novamente, existem divergências com algumas interpretações de renomados acadêmicos. As discordâncias se concentram em duas vertentes. Primeiro, discorda-se das leituras que defendem que Russell adotou tanto o princípio de *acquaintance* quanto a distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição somente no ano de 1904. Segundo, também não há concordância com algumas interpretações a respeito de problemas decorrentes do desenvolvimento do princípio de *acquaintance* e a relação deste com



a teoria dos conceitos denotativos. Enfim, a principal perspectiva que é defendida nesta seção é que toda a evolução do princípio de *acquaintance* foi muito positiva para a teoria apresentada em “On Denoting”, uma vez que esse princípio foi um dos pilares da teoria das descrições.

O primeiro desacordo se dá com autores como Kaplan (2005) e Cartwright (1987), que ignoram a história da noção de *acquaintance* e os dois tipos de conhecimento associados a ela. Na leitura desses dois comentadores, essas noções centrais do realismo lógico de Russell só ganharam vida no texto intermediário “Points about Denotation”, de 1904. É importante citar a interpretação de cada um desses autores.

Ao que parece foi aí que nasceu a distinção. Não nos *PoM* [*The Principles of Mathematics*], mas no até então não publicado “Points About Denoting”, escrito mais de um ano antes de OD [“On Denoting”]. Aqui, *antes* de Russell abandonar os conceitos denotativos, estão as raízes da distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição, bem como as raízes do *princípio epistemológico* “Todo pensamento deve começar por *acquaintance*; mas conseguimos [através da denotação] pensar sobre muitas coisas com as quais não temos *acquaintance*”. Chamo a primeira metade disso, que todo pensamento deve começar por *acquaintance*, de o *princípio de acquaintance*. (KAPLAN, 2005, pp. 978-79, tradução nossa)<sup>337</sup>.

Aqueles familiarizados com os escritos posteriores de Russell irão lembrar-se neste ponto da sua distinção entre “conhecimento por *acquaintance*” e “conhecimento por descrição”. E penso que essa é a intenção da distinção presente. Ela é de fato introduzida como tal em outro dos manuscritos [“Points about Denotation”] anteriores a 1905: [...]. Assim, em geral, (IX): a fim de apreender uma proposição, é necessário ter conhecimento por *acquaintance* de cada um de seus termos. Agora, isso será reconhecido pelos fãs de Russell como um corolário do Princípio de *Acquaintance*. Portanto, não é surpreendente encontrar esse princípio enunciado no documento [“Points about Denotation”], no qual, até onde eu sei, a distinção entre “conhecimento por *acquaintance*” e “conhecimento por descrição” foi feita pela primeira vez. (CARTWRIGHT, 1987, pp. 113-14, tradução nossa)<sup>338</sup>.

Nitidamente, ambos não levam em conta a presença embrionária dessas noções na filosofia de Russell desde a época de *An Analysis of Mathematical Reasoning* e de *The Principles of Mathematics*. De acordo com a interpretação que esta tese recomenda, não faz

---

<sup>337</sup> No original: “As it turns out, that is where the distinction was born. Not in *PoM*, but in the hitherto unpublished ‘Points About Denoting’, written more than a year before OD. Here, *before* Russell abandoned denoting concepts, are the roots of the distinction between knowledge by acquaintance and knowledge by description, as well as the roots of the *epistemological principle* ‘All thinking has to start from acquaintance; but it succeeds [through denoting] in thinking about many things with which we have no acquaintance’. I call the first half of this, that all thinking has to start from acquaintance, the *principle of acquaintance*”.

<sup>338</sup> No original: “Those familiar with Russell’s later writings will be reminded at this point of his distinction between ‘knowledge by acquaintance’ and ‘knowledge by description’. And I think that this is the distinction here intended. It is in fact introduced as such in another of the early 1905 manuscripts: [...]. Thus, in general, (IX): in order to entertain a proposition, it is necessary to have knowledge by acquaintance of each of its terms. Now this will be recognized by fans of Russell as a corollary of the Principle of Acquaintance. It is therefore not surprising to find that principle enunciated in the document in which, as far I know, the distinction between ‘knowledge by acquaintance’ and ‘knowledge by description’ was first draw”.

sentido negligenciar o passado da noção de *acquaintance*, pois esta foi um dos pilares de Russell para o rompimento com o idealismo. No entanto, é preciso reconhecer que, em certa medida, somente em “Points about Denotation”, Russell proferiu declarações similares às que fez em “On Denoting”<sup>339</sup>. Sem dúvidas, a maneira e o lugar no qual ele declarou com maior nitidez o referido princípio são importantes, pois passam a impressão de que Russell somente adotara essas noções no decorrer de 1904. Por exemplo, em “Points about Denotation”, Russell apresentou a seguinte explicação do princípio de *acquaintance*: “é necessário, para a compreensão de uma proposição, ter *acquaintance* com o *significado* de cada constituinte do significado e do todo; não é necessário ter *acquaintance* com constituintes da denotação que não sejam constituintes do significado” (RUSSELL, 1904, p. 307, tradução nossa)<sup>340</sup>. E, em relação à distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição, Russell diz em “Points about Denotation”:

Algumas vezes nós sabemos que algo é denotado sem saber o quê. Isso ocorre em casos óbvios, como, p.ex., se eu perguntar: Smith é casado? e a resposta for afirmativa, então sei que a expressão “a esposa de Smith” é uma expressão denotativa, embora eu não saiba quem é a esposa de Smith. Nós podemos distinguir os termos com os quais temos *acquaintance* daqueles outros que são meramente denotados. [...]. Isso mostra que o conhecimento por descrição não é a mesma coisa que o conhecimento por *acquaintance*, pois “o pai de x” é uma descrição adequada no sentido de que, como questão de fato, existe somente uma pessoa a quem ela é aplicável. (RUSSELL, 1904, p. 306, tradução nossa)<sup>341</sup>.

---

<sup>339</sup> Vale lembrar as palavras de Russell em “On Denoting” sobre o princípio de *acquaintance*: “Todo pensamento deve começar por *acquaintance*; mas conseguimos pensar *sobre* muitas coisas com as quais não temos *acquaintance*” (RUSSELL, 1905, p. 415, tradução nossa). No original: “All thinking has to start from acquaintance; but it succeeds in thinking about many things with which we have no acquaintance”. Em relação à diferença entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição: “A distinção entre *acquaintance* e *conhecimento sobre* é a distinção entre as coisas das quais temos apresentações, e as coisas que só alcançamos por meio de frases denotativas. Frequentemente, sabemos que certa frase denota inequivocamente, embora não tenhamos *acquaintance* com o que ela denota; [...]. Na percepção, temos *acquaintance* com os objetos da percepção e, no pensamento, temos *acquaintance* com objetos de caráter lógico mais abstrato; mas não temos necessariamente *acquaintance* com os objetos denotados por frases compostas de palavras cujos significados estamos *acquainted*” (RUSSELL, 1905, p. 415, tradução nossa). No original: “The distinction between *acquaintance* and *knowledge about* is the distinction between the things we have presentations of, and the things we only reach by means of denoting phrases. It often happens that we know that a certain phrase denotes unambiguously, although we have no *acquaintance* with what it denotes; [...]. In perception we have *acquaintance* with the objects of perception, and in thought we have *acquaintance* with objects of a more abstract logical character; but we do not necessarily have *acquaintance* with the objects denoted by phrases composed of words with whose meanings we are *acquainted*”.

<sup>340</sup> No original: “It is necessary, for the understanding of a proposition, to have *acquaintance* with the *meaning* of every constituent of the meaning, and of the whole; it is not necessary to have *acquaintance* with such constituents of the denotation as are not constituents of the meaning”.

<sup>341</sup> No original: “That sometimes we know that something is denoted, without knowing what. This occurs in obvious instances, as e.g., if I ask: is Smith married? and the answer is affirmative, I then know that ‘Smith’s wife’ is a denoting phrase, although I don’t know who Smith’s wife is. We may distinguish the terms with which we are *acquaintance* from others which are merely denoted. [...]. This shows that to be known by description is not the same thing as to be known by *acquaintance*, for ‘the father of x’ is an adequate description in the sense that, as a matter of fact, there is only one person to whom it is applicable”.

Todavia, essa impressão é enganosa. De acordo com tudo o que foi exposto anteriormente nesta tese, entende-se que nada do que foi apresentado nesses dois trechos de “Points about Denotation” representou significativamente uma novidade no realismo lógico de Russell. O fato de Russell ter encontrado em “Points about Denotation” uma forma adequada de expressar o princípio de *acquaintance* e os dois tipos de conhecimentos não torna esse texto o lugar em que essas concepções nasceram. Sendo assim, a perspectiva sugerida por Kaplan e Cartwright não condiz completamente com a evolução da epistemologia de Russell. Ambos analisam a questão tendo como referência as definições apresentadas em “On Denoting”, mas esta tese mostrou, na seção 2, que é preciso retroceder alguns anos para se encontrar as verdadeiras raízes dessas noções essenciais do realismo lógico de Russell.

Mas, chegado a este ponto, deve-se perguntar: o que é o desenvolvimento do princípio de *acquaintance*? Quais foram as novidades implementadas nessa noção? Nos textos intermediários, notam-se duas novidades principais. A primeira novidade foi uma explicação tardia sobre os casos dos nomes próprios vazios. Russell não se preocupou em explicar o que pensava sobre essas expressões nem em *The Principles of Mathematics*, nem em “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”. Esse foi um descuido da parte de Russell, um deslize que custou a polêmica em torno da suposta influência meinongiana no seu realismo lógico. Nesta tese, já foram apresentadas as razões para se descartar que o realismo lógico de Russell seja idêntico à teoria dos objetos de Meinong. Entretanto, há uma dúvida que ainda permanece. No caso de proposições como /Apolo é o Deus do Sol/ e /Apolo é Apolo/, não há motivo para se duvidar de que são duas proposições significativas, e Russell não deixou registro algum sugerindo qual seria o termo com que se tem *acquaintance* quando se escuta o nome “Apolo”. Até o início de 1903, segundo as explicações de Russell, o que se sabe é que /Apolo/ não é um conceito denotativo e, por isso, não expressa significado como /o Deus do Sol/. Por outro lado, uma vez que “Apolo” é um nome próprio vazio, como essa expressão torna a proposição /Apolo é o Deus do Sol/ significativa? De acordo com a gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*, para se compreender uma proposição desse tipo, é necessário que a mente tenha *acquaintance* com o complexo expressado pela sentença. Sendo assim, como explicar a crença comum de que /Apolo é o Deus do Sol/ não é um completo absurdo?

A resposta apareceu no artigo “On the Meaning and Denotation of Phrases”, de 1903, outro texto intermediário pouco explorado por excelentes intérpretes de Russell. Por exemplo, Hylton (1990 e 2005) e Griffin (1996 e 1980) deixam de lado esse texto. No entanto, esse artigo contém informações muito valiosas que mostram a direção que tomou o desenvolvimento do

trabalho filosófico de Russell entre 1903 e 1905. A explicação dada por Russell para os casos de nomes próprios vazios representou uma genuína novidade na sua filosofia, sem que isso tenha se traduzido numa mudança em termos ontológicos, isto é, sem que ele tenha abandonado a supostamente “extravagante” ontologia meinongiana. A novidade adveio pelo viés epistemológico, visto que a relação de *acquaintance* com os nomes próprios vazios foi esclarecida levando em conta o conhecimento de uma descrição definida responsável por denotar o objeto indiretamente, caso ele existisse ou subsistisse. Segundo Russell:

Há, no entanto, claramente um uso apropriado e um uso inapropriado da palavra *Apolo*, do qual se segue que, uma vez que nada é denotado por ela, algo deve ser significado. Esse é, de fato, um princípio geral com pessoas ou eventos imaginários; eles não têm, como as reais, uma definição como *apenas isto*, mas são descritos por meio de uma coleção de características de cuja combinação eles são concebidos como a única instância. Assim, quando procuramos *Apolo* (se é que o fazemos) em um dicionário clássico, encontramos uma descrição que é realmente uma definição; mas quando procuramos (digamos) *Ésquilo*, descobrimos várias declarações sobre ele, nenhuma das quais é apenas uma definição, pois *Ésquilo* foi quem ele foi, e *cada* declaração sobre ele não é uma tautologia. Assim, *Apolo* não é um nome próprio como *Ésquilo*; e mesmo nomes próprios genuínos, quando pertencem às pessoas interessantes, tendem a se tornar nomes que têm significado. Se perguntarmos: “Existia uma pessoa como Homero?”, o *significado* da palavra *Homero* está fixado, e a questão é: Esse significado denota alguma coisa? Assim, nomes próprios imaginários são realmente substitutos para descrições. (RUSSELL, 1903, p. 285, tradução nossa)<sup>342</sup>.

Esse foi o primeiro lugar em que Russell defendeu a tese de que alguns nomes próprios<sup>343</sup> são descrições definidas disfarçadas e, conjuntamente, que a linguagem natural é

---

<sup>342</sup> No original: “There is, however, plainly a proper and an improper use of the word *Apollo*, from which it follows that, since nothing is denoted by it, something must be meant. This is, in fact, a general principle with imaginary persons or events; they have not, like actual ones, a definition as *just this*, but they are described by means of a collection of characteristics, of the combination of which they are conceived to be the only instance. Thus, when we look up *Apollo* (if we ever do) in a classical dictionary, we find a description which is really a definition; but when we look up (say) *Aeschylus*, we find a number of statements of which no single one is merely definition, for *Aeschylus* was who he was, and every statement about him is not tautologous. Thus, *Apollo* not a proper name like *Aeschylus*; and even genuine proper names, when they belong to interesting people, tend to become names which have meaning. If we ask: ‘Was there such a person as Homer?’, the *meaning* of the word *Homer* is fixed, and the question is: Does this meaning denote anything? Thus, imaginary proper names are really substitutes for descriptions”.

<sup>343</sup> Levando em conta somente os textos intermediários, Russell fez afirmações dessa natureza em dois outros textos. Em “On Meaning and Denotation”: “No caso de pessoas ou lugares imaginários, como Odisseu ou Utopia, o mesmo é verdadeiro. Estes parecem ser nomes próprios, mas na verdade não são. ‘Odisseu’ pode ser interpretado como *significando* ‘o herói da Odisseia’, onde o *significado* dessa frase está envolvido, e não o objeto imaginado designado. Se a Odisseia fosse história, e não ficção, seria a designação que estaria em questão: ‘Odisseu’ então não expressaria um significado, mas designaria uma pessoa, e ‘o herói da Odisseia’ não seria idêntico em *significado* a Odisseu, mas seria idêntico em designação” (RUSSELL, 1904, p. 318, tradução nossa). No original: “In the case of imaginary persons or places, such as *Odysseus* or *Utopia*, the same is true. These appear to be proper names, but as a matter of fact they are not so. ‘*Odysseus*’ may be taken to *mean* ‘the hero of the *Odyssey*’, where the *meaning* of this phrase is involved, and not the imagined object designated. If the *Odyssey* were history, and not fiction, it would be the designation that would be in question: ‘*Odysseus*’ would then not express a meaning, but would designate a person, and ‘the hero of the *Odyssey*’ would not be identical in *meaning* with

incapaz de espelhar fielmente a forma lógica da proposição. Como se sabe, Russell generalizou essa tese para todos os nomes próprios da linguagem natural em “On Denoting”, pois eles se tornaram expressões descritivas cujo significado é definido contextualmente. Mas isso é adiantar demais a história. Voltando ao estágio da teoria da denotação em 1903, no trecho acima, encontra-se simplesmente a primeira adesão à perspectiva de que alguns nomes próprios são nomes descritivos ou nomes próprios aparentes. E também está presente a tendência para estender esse mesmo tratamento aos nomes próprios genuínos de “pessoas interessantes”. É óbvio que a expressão “pessoas interessantes” é completamente relativa e carente de um critério que determina o grau de interesse que uma pessoa desperta nas demais. É muito provável que essa afirmação de Russell expressasse, nessa época, apenas uma hipótese rodeada de incertezas. De qualquer forma, a denotação não é necessária para a compreensão, ou o conhecimento de proposições, em que nomes próprios vazios são constituintes, pois a apreensão, ou o entendimento dessas proposições, ocorrem primeiramente pelos significados desses nomes. Com essa abordagem, os nomes próprios vazios entraram no grupo daquelas expressões nas quais o conhecimento por *acquaintance* ocorre através de um contato imediato entre a mente e o sentido da expressão. O objeto denotado pela expressão, caso houver, é alcançado indiretamente pelo conhecimento por descrição.

Enfim, vê-se que não se tratou de uma mudança na atitude ontológica de *The Principles of Mathematics*, mas de um ajuste na teoria epistemológica. A perspectiva de que a mente é capaz de ter conhecimento por *acquaintance* com complexos significativos que nada denotam já estava presente desde *The Principles of Mathematics* e foi fundamental para a explicação dos conceitos denotativos nulos. Assim, parece razoável afirmar que Russell pensasse o mesmo para a compreensão dos nomes próprios vazios, mas que não tivesse sentido a necessidade de explicitar esse tema porque somente se sentiu desafiado pelos objetos inexistentes da filosofia de Meinong quando escreveu “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”. Por esse motivo, desde o início desta tese, defende-se que Russell nunca foi comprometido ontologicamente com a designação de “Apolo” ou “Poseidon”. Portanto, a primeira novidade foi a adequação do princípio de *acquaintance* a essas expressões que ficaram pendentes desde *The Principles of Mathematics*.

---

Odysseus but would be identical in designation”. Em “The Existential Import of Propositions”: “A mesma explicação se aplica aos personagens míticos, Apolo, Príamo etc. Essas palavras têm um *significado* que pode ser encontrado ao procurá-las em um dicionário clássico; mas não têm *denotação*: não há entidade, real ou imaginária, para a qual elas apontem” (RUSSELL, 1905, p. 487, tradução nossa). No original: “The same explanation applies to mythical personages, Apollo, Priam etc. These words have a *meaning*, which can be found by looking them up in a classical dictionary; but they have not a *denotation*: there is no entity, real or imaginary, which they point out”.

Contudo, se de um lado a filosofia de Russell tornou-se mais coerente com a explicação dada aos nomes próprios vazios, do outro a teoria da denotação continuou sendo uma exceção ao seu realismo direto. Logo após ter introduzido a novidade dos nomes próprios vazios, Russell, em “On the Meaning and Denotation of Phrases”, apresentou duas perguntas que se tornaram decisivas para a erosão da teoria dos conceitos denotativos. Essas duas questões se referem diretamente à duplicidade contida nos termos denotativos e nas proposições em que eles ocorrem. Trata-se não só da diferença entre o significado e a denotação das expressões, mas também da relação lógica do significado denotar a denotação. Os problemas decorrentes dessa duplicidade se mostraram profundamente relacionados à visão epistemológica de Russell, uma vez que a distinção entre o significado e a denotação condicionou o tipo de conhecimento adequado aos termos e às proposições. Será necessário, portanto, analisar o desenrolar dos acontecimentos a partir das duas perguntas de “On the Meaning and Denotation of Phrases”.

A primeira pergunta feita em “On the Meaning and Denotation of Phrases” foi: “(1) O que devemos dizer de frases que têm significado e são da natureza daquelas que denotam indivíduos, mas na verdade não denotam nada?” (RUSSELL, 1903, p. 285, tradução nossa)<sup>344</sup>. Essa pergunta diz respeito aos conceitos denotativos nulos e aos nomes próprios vazios. À primeira vista, trata-se de uma pergunta de fácil resposta, essencialmente ligada ao fenômeno da descrição e ao possível conhecimento de objetos de forma indireta, caso houver. Todavia, Russell chegou a resultados epistemológicos estranhos e, como ainda não sabia como se livrar dos conceitos denotativos, precisou admitir esses resultados como consequências inevitáveis da sua teoria da denotação.

As reflexões a respeito da primeira pergunta em “On the Meaning and Denotation of Phrases” não introduziram, de imediato, nenhuma dificuldade para a filosofia de Russell. Após explicitar que os nomes próprios vazios são descrições definidas disfarçadas, Russell estava convicto de que, “quando perguntamos: ‘Existiu uma pessoa como Homero?’, a palavra *Homero* é sinônimo de ‘o autor da *Ilíada* e da *Odisseia*’. As frases que estamos tratando são aquelas formadas ao se colocar *o* antes de um conceito do qual não há designação” (RUSSELL, 1903, p. 285, tradução nossa)<sup>345</sup>. Então, a compreensão da palavra “Homero” depende necessariamente da *acquaintance* com o complexo significativo que é o sentido do nome próprio. Contudo, nos casos dos nomes próprios genuínos, Russell continuou afirmando: “um

---

<sup>344</sup> No original: “(1) What are we to say of phrases which have meaning and are of the nature of those that denote individuals, but as a matter of fact denote nothing?”.

<sup>345</sup> No original: “When we ask: Was there such a person as Homer? the word *Homer* is a synonym for ‘the author of the *Iliad* and the *Odyssey*’. The phrases we are concerned with are those formed by putting *the* before a concept of which there are no instances”.

nome próprio, como *Arthur Balfour*, é destituído de *significado*, mas *denota* um indivíduo” (RUSSELL, 1903, p. 284, tradução nossa)<sup>346</sup>. Esse compromisso é uma amostra do quanto Russell estava inseguro em 1903, pois apesar de estar inclinado a admitir que os nomes próprios de “pessoas interessantes” também expressam significados, além da denotação, por alguma razão ele não considerou Arthur Balfour uma pessoa interessante. Mesmo assim, encontram-se, em outros textos intermediários, evidências de que Russell experimentou trabalhar a sua gramática filosófica com a perspectiva de que todas as sentenças possuem a duplicidade de significado e denotação. Vale citar um trecho de “Points about Denotation”, no qual aparece essa nova abordagem de forma mais nítida.

Nesse caso, sugiro a seguinte solução de compromisso. Em um complexo, devemos distinguir o significado e a denotação. Se o significado for complexo, o todo é chamado de complexo, embora a denotação possa ser simples. [...]. Mas se eu disser, “Triphena tem olhos azuis”, então Triphena é um constituinte tanto do significado quanto da denotação. Isso levanta questões curiosas no que diz respeito à identidade: dois complexos podem ser idênticos em denotação e diferentes em significado, embora o oposto seja aparentemente impossível. Assim, “Triphena tem olhos azuis” e “A esposa de Smith tem olhos azuis” têm a mesma denotação, mas significados diferentes. O mesmo se aplica a “Triphena é a esposa de Smith” e “A esposa de Smith é a esposa de Smith” e “Triphena é Triphena”. (RUSSELL, 1904, pp. 306-07, tradução nossa)<sup>347</sup>.

Como se vê, Russell entre 1903 e 1904, tentou desenvolver uma gramática filosófica diferente da apresentada em *The Principles of Mathematics*. É inevitável não associar essa abordagem de Russell a alguma influência da semântica dualista decorrente da distinção de Frege entre o sentido e a referência das sentenças. Griffin, por exemplo, lembra que o trabalho de Russell em 1903, “foi fortemente influenciado por Frege e envolveu tentativas de desenvolver uma nova teoria da denotação” (GRIFFIN, 1996, p. 56, tradução nossa)<sup>348</sup>. Apesar de não discordar de Griffin, sugere-se cautela com a generalização da influência de Frege porque Russell desenvolveu a teoria ao seu próprio estilo.

As diferenças são facilmente apontadas. Na teoria de Frege, a separação entre o sentido e a referência das sentenças realmente resultou em duas entidades completamente distintas. Como se sabe, segundo Frege, o sentido da sentença é o Pensamento que ela expressa, e a

<sup>346</sup> No original: “A proper name, such as *Arthur Balfour*, is destitute of *meaning*, but *denotes* an individual”.

<sup>347</sup> No original: “In this matter, I suggest the following compromise. In a complex, we must distinguish the meaning and the denotation. If the meaning is complex, the whole is called a complex, although the denotation may be simple. [...]. But if I say ‘Triphena has blue eyes’, then Triphena is a constituent both of the meaning and of the denotation. This raises curious points with regard to identity: two complexes may be identical in denotation, and different in meaning, though the converse is apparently impossible. Thus, ‘Triphena has blue eyes’ and ‘Smith’s wife has blue eyes’ have the same denotation, but different meanings. The same applies to ‘Triphena is Smith’s wife’ and ‘Smith’s wife is Smith’s wife’ and ‘Triphena is Triphena’”.

<sup>348</sup> No original: “Was heavily influenced by Frege and took in attempts to develop a new theory of denotation”.

referência da sentença é um dos dois valores de verdade, o Verdadeiro ou o Falso. Dessa maneira, não há espaço para dúvidas de que a noção de Pensamento é absolutamente diferente dos valores de verdade. Já na teoria de Russell, a tentativa de expandir a distinção entre o significado e a denotação para todas as sentenças não obteve o mesmo sucesso. A questão central foi que Russell manteve fidelidade ao princípio do realismo direto de *The Principles of Mathematics*, segundo o qual quando um nome próprio genuíno ocorre em alguma sentença, o constituinte da proposição é o objeto indicado, ao mesmo tempo em que ocorre *acquaintance* com esse objeto. Dessa forma, “Triphena” indica a pessoa nomeada por esse nome que, por sua vez, é o constituinte da proposição. A complicação surge ao se tentar distinguir o significado de um lado e a denotação do outro nos casos de sentenças que possuem nomes próprios genuínos, pois assumindo que “Triphena” é um nome próprio genuíno, não ocorre a mesma relação lógica presente nos casos dos conceitos denotativos. Por exemplo: dada a sentença “Triphena tem olhos azuis”, o significado dessa sentença é um complexo proposicional no qual Triphena é um dos constituintes dessa proposição. Nesse caso, não há outro complexo proposicional que pode ser chamado de a denotação da sentença. O mesmo ocorre com a sentença “Triphena é Triphena”. O significado dessa sentença é um único complexo proposicional com que se tem *acquaintance*. Nesse complexo, os constituintes são Triphena e a relação de identidade. A situação seria diferente caso Russell tivesse assumido que todos os nomes próprios genuínos expressam um significado distinto da denotação. Se essa decisão tivesse sido tomada, ele teria se afastado do realismo direto, mas seria coerente distinguir o significado da denotação da sentença “Triphena tem olhos azuis”, pois Triphena seria constituinte apenas da denotação, enquanto o significado do nome seria um dos constituintes do significado proposicional.

Enfim, a lealdade de Russell aos preceitos do realismo direto de *The Principles of Mathematics* causaram o insucesso da sua experiência teórica de adotar uma semântica dualista para todas as sentenças. Pelo menos restou, para aqueles que hoje analisam o passado, a beleza do trabalho filosófico latente na inquietude e na insatisfação do pensador com a sua teoria.

Não tardou para Russell perceber a confusão causada por sua experiência. No artigo “On Meaning and Denotation”, de 1904, encontra-se um esclarecedor argumento no qual Russell expõe a dificuldade de se admitir a duplicidade de significado e denotação para todas as sentenças. Nesse argumento, Russell pede para supor que:  $a$  = “Arthur Balfour”,  $R$  = “é sobrinho de”,  $b$  = “Lord Salisbury” e  $c$  = “o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra”. O argumento é extenso, mas vale citá-lo na íntegra.



Mas antes de podermos admitir que as proposições têm os dois lados, de significado e denotação, devemos considerar certas dificuldades. Se tomarmos qualquer proposição  $aRb$  (significando que “ $a$  tem a relação  $R$  com  $b$ ”), parece claro que a proposição é complexa, e que, assumindo que “ $a$ ” e “ $R$ ” e “ $b$ ” sejam nomes próprios no sentido estrito, designando objetos simples, os constituintes da proposição são  $a$  e  $R$  e  $b$ . Mas o complexo assim formado parece ser o significado de  $aRb$ , uma vez que não pode haver nada mais que seja o seu significado. Se substituirmos “ $a$ ” por “ $c$ ”, onde “ $c$ ” designa  $a$ , mas expressa um significado complexo, obtemos uma proposição  $cRb$ , que deve ter a mesma denotação que  $aRb$ , mas diferir quanto ao significado. Portanto, se podemos distinguir o significado da denotação em  $aRb$ , segue-se que o significado de  $aRb$  não é a denotação de  $cRb$ . Nisso, à primeira vista, nada há de paradoxal; mas segue-se a consequência paradoxal de que não temos agora nenhuma razão particular para considerar  $a$  ou  $b$  como constituintes da denotação de  $aRb$  ou  $cRb$ . Pois era apenas do significado de  $aRb$  que  $a$  e  $b$  eram obviamente constituintes; e se eles devem ser também constituintes da denotação, devemos supor que eles sejam combinados de uma maneira pela denotação e de outra pelo significado. Mas a inspeção não revela, pelo menos para mim, nenhuma combinação dupla: a combinação envolvida no significado parece ser a única. Se admitirmos, no entanto, que  $a$  e  $b$  não são constituintes da denotação de  $aRb$ , então não podemos usar a denotação – pelo menos assim parece – para explicar o sentido em que  $aRb$  e  $cRb$  são ambos *sobre a*. E, no entanto, se isso é impossível, parece que chegamos a um impasse, pois encontramos razões absolutamente conclusivas contra a visão de que  $a$  é parte do significado de  $cRb$ . (RUSSELL, 1904, pp. 319-20, tradução nossa)<sup>349</sup>.

O argumento demonstra que o realismo direto de Russell se sobrepôs à tentativa de postular a distinção entre o significado e a denotação para todas as sentenças. Russell percebeu que era inútil tentar atribuir às proposições, /Arthur Balfour é sobrinho de Lord Salisbury/ e /O atual Primeiro-Ministro da Inglaterra é sobrinho de Lord Salisbury/, significado e denotação. Caso contrário, o resultado seria a limitação epistemológica de não se poder utilizar nem o significado nem a denotação para explicar o porquê de ambas serem *sobre Arthur Balfour*.

A justificativa de Russell baseou-se em: (1) não se pode usar a denotação porque a sentença “ $aRb$ ” não tem denotação, ela apenas expressa a proposição (o significado) / $aRb$ /; (2) não se pode usar o significado porque, na sentença “ $cRb$ ”, o termo / $a$ / não é constituinte do significado, apenas da denotação. A forma encontrada por Russell para evitar o resultado

---

<sup>349</sup> No original: “But before we can admit that propositions have the two sides, of meaning and denotation, we must consider certain difficulties. Taking any proposition  $aRb$  (meaning “ $a$  has the relation  $R$  to  $b$ ”), it seems plain that the proposition is complex, and that, assuming “ $a$ ” and “ $R$ ” and “ $b$ ” to be proper names in the narrow sense, designating simple objects, the constituents of the proposition are  $a$  and  $R$  and  $b$ . But the complex so formed seems to be the meaning of “ $aRb$ ”, since there can be nothing else which is its meaning. If now for “ $a$ ” we substitute “ $c$ ”, where “ $c$ ” designates  $a$  but expresses a complex meaning, we obtain a proposition  $cRb$ , which is to have the same denotation as  $aRb$ , but to differ in meaning. Hence, if we can distinguish the meaning from the denotation in  $aRb$ , it follows that the meaning of  $aRb$  is not the denotation of  $cRb$ . In this, at first sight, there is nothing paradoxical; but the paradoxical consequence follows, that we have now no particular reason to regard  $a$  or  $b$  as constituents of the denotation of  $aRb$  or  $cRb$ . For it was only of the meaning of  $aRb$  that  $a$  and  $b$  were obviously constituents; and if they are to be also constituents of the denotation, we must suppose that they are combined in one way by the denotation, and in another by the meaning. But inspection reveals, at least to me, no such twofold combination: the combination involved in the meaning appears to be the only one. If we admit, however, that  $a$  and  $b$  are not constituents of the denotation of  $aRb$ , then we cannot use the denotation – at least so it would seem – to explain the sense in which both  $aRb$  and  $cRb$  are about  $a$ . And yet, if this is impossible, we seem to have reached an impasse, since we found absolutely conclusive reasons against the view that  $a$  is part of the meaning of  $cRb$ ”.

paradoxal foi retornar à gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*, com suas relações de indicação e denotação. A diferença em “On Meaning and Denotation” foi apenas terminológica, pois Russell utilizou as expressões “designar” e “expressar” para nomear a relação das palavras com os termos, enquanto a expressão “denotar” continuou representando a relação lógica fundamental entre dois termos.

Mas tanto designar quanto expressar têm a ver com linguagem: a questão logicamente importante é a relação entre o que é expresso e o que é designado. Pois, quando um nome tanto designa quanto expressa, isso não é arbitrário, mas se deve a uma relação entre os objetos designados e expressados. Essa relação é o que chamarei de *denotação*. Portanto, é o significado, não o nome, que denota a denotação; e denotar é um fato que diz respeito à lógica, não à teoria da linguagem ou da nomeação. (RUSSELL, 1904, pp. 317-18, tradução nossa)<sup>350</sup>.

Toda essa volta na história mostra como Russell entre 1903 e 1904 não sabia como se livrar dos conceitos denotativos. A teoria da denotação continuava sendo uma exceção ao seu realismo direto, uma vez que o conceito denotativo denota algo de que as significações das partes não são partes. O problema era incontornável, e Russell se rendeu a ele em “On Meaning and Denotation”: “‘o pai de Sócrates’ contém Sócrates, mas o seu pai não o continha. Essa é a razão última para distinguir significado e denotação, e essa razão parece irrefutável” (RUSSELL, 1904, p. 357, tradução nossa)<sup>351</sup>. Devido a essa característica lógica do fenômeno da descrição, Russell em “On Meaning and Denotation” apresentou outros dois exemplos que comprovam a sua insatisfação com as consequências epistemológicas da teoria dos conceitos denotativos. Se, por um lado, a distinção entre conhecimento por *acquaintance* e conhecimento por descrição parecia dar conta do fenômeno do conhecimento indireto, por outro, parecia impossível evitar alguns resultados estranhos, como os dos exemplos abaixo:

E, no entanto, [a teoria] tem a estranha consequência de podermos conhecer uma proposição sobre um homem sem sabermos que se trata dele e mesmo sem nunca termos ouvido falar dele. Uma pessoa pode supor que Sr. Chamberlain fosse o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra e poderia julgar que o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra fosse a favor da retaliação. Ele estaria então fazendo um juízo verdadeiro sobre o Sr. Arthur Balfour, embora acreditasse que fosse sobre o Sr. Chamberlain, e possivelmente nunca tendo descoberto a existência do Sr. Arthur Balfour. (RUSSELL, 1904, p. 317, tradução nossa)<sup>352</sup>.

<sup>350</sup> No original: “But both designating and expressing have to do with language: the logically important matter is the relation between what is expressed and what is designated. For when one name both designates and expresses, this is not arbitrary, but is due to a relation between the objects designated and expressed. This relation is what I shall call *denoting*. Thus, it is the meaning, not the name, which denotes the denotation; and denoting is a fact which concerns logic, not the theory of language or of naming”.

<sup>351</sup> No original: “‘The father of Socrates’ contains Socrates, but his father did not. This is the ultimate ground for distinguishing meaning and denotation; and this ground seems irrefutable”.

<sup>352</sup> No original: “And yet it has the strange consequence that we may know a proposition about a man, without

É necessário, portanto, examinar o que queremos dizer quando dizemos que uma proposição é *sobre* fulano de tal. [...]. Suponha que digamos “o número de pessoas na reunião era muito grande” e suponha que o número fosse, de fato, 5.432; podemos dizer que estamos fazendo uma declaração sobre o número 5.432? Pela substituição dos idênticos, nossa declaração torna-se “5.432 era muito grande”; uma declaração tola, em que o tempo passado está fora de lugar. E nunca deveríamos ter feito o juízo se soubéssemos que o número era 5.432; nós deveríamos ter dito “o número de pessoas na reunião foi 5.432”. (RUSSELL, 1904, p. 317, tradução nossa)<sup>353</sup>.

Russell, em 1904, encontrava-se num beco sem saída. De acordo com a análise acima, as reflexões oriundas da primeira pergunta de “On the Meaning and Denotation of Phrases” o deixaram contrariado, pois o que os textos mostram é que ele não sabia como evitar a distorção do seu realismo direto e os estranhos resultados epistemológicos. Sem respostas para os problemas, Russell não encontrou motivos em “On Meaning and Denotation” para não reafirmar a visão de *The Principles of Mathematics*: “o fato parece ser simplesmente que denotar é indefinível e fundamental, que certos complexos têm a propriedade de denotar algo diferente de si mesmos e que, quando tais complexos são constituintes de proposições, estas não são sobre os complexos, mas sobre o que complexos denotam” (RUSSELL, 1904, p. 327, tradução nossa)<sup>354</sup>. O cenário tornou-se pior quando esses primeiros resultados indesejáveis somaram-se aos problemas oriundos da segunda pergunta feita em “On the Meaning and Denotation of Phrases”. A teoria dos conceitos denotativos começou a se tornar insustentável.

A segunda pergunta presente em “On the Meaning and Denotation of Phrases” foi: “(2) Quando frases desse tipo ocorrem como partes de outras frases, em que circunstâncias essas outras frases têm denotação?” (RUSSELL, 1903, p. 285, tradução nossa)<sup>355</sup>. Essa questão se refere ao problema da denotação ausente. A dificuldade é determinar o que é a possível denotação dessas proposições, pois não há motivos para duvidar de que elas expressam um significado. Russell, ao refletir sobre essas proposições, reafirmou o ponto de vista de *The*

---

knowing that it is about him, and without even having ever heard of him. A person might suppose that Mr. Chamberlain was the present Prime Minister of England and might judge that the present Prime Minister of England was in favour of retaliation. He would then be making a true judgment about Mr. Arthur Balfour, while believing it to be about Mr. Chamberlain, and having possibly never discovered the existence of Mr. Arthur Balfour”.

<sup>353</sup> No original: “It is necessary, therefore, to examine what we mean when we say that a proposition is *about* so-and-so. [...]. Suppose we say, “the number of people at the meeting was very great”, and suppose the number was, as a matter of fact, 5432; can we be said to be making a statement about the number 5432? By the substitution of identicals, our statement becomes “5432 was very great”; a foolish statement, in which the past tense is out of place. And we should never have made the judgment if we had known that the number was 5432; we should have said “the number of people at the meeting was 5432”.

<sup>354</sup> No original: “The fact seems to be simply that denoting is undefinable and fundamental, that certain complexes have the property of denoting something other than themselves, and that, when such complexes are constituents of propositions, these are not about the complexes, but are about what the complexes denote”.

<sup>355</sup> No original: “(2) When phrases of this sort occur as parts of other phrases, under what circumstances do these other phrases have denotation?”.

*Principles of Mathematics* de que as proposições denotativas expressam um significado e denotam uma denotação. Porém, o comprometimento de Russell com esse princípio o levou a compreender que a sua teoria da denotação poderia ser, de certa forma, associada à teoria da verdade como correspondência entre proposições<sup>356</sup>, algo certamente incompatível com o seu realismo lógico. Depois de tentar outra abordagem, Russell se convenceu de que a teoria dos conceitos denotativos deveria ser abandonada, mesmo que ainda não tivesse qualquer teoria alternativa para substituí-la.

Na seção 2.2.4 desta tese, foi dado os devidos créditos às interpretações de Hylton e de Rodríguez-Consuegra por terem sugerido que a teoria da verdade como correspondência entre proposições havia entrado no realismo lógico de Russell pela “porta dos fundos”. Esse perigo se deveu ao fato de que, se por um lado a Verdade e a Falsidade das proposições foram vistas como propriedades lógicas indefiníveis, por outro, na presença de conceitos denotativos, essas mesmas propriedades lógicas estão sujeitas a uma correspondência entre a proposição denotativa e a proposição que é a sua denotação. Em *The Principles of Mathematics*, não há nenhuma declaração de Russell reconhecendo esse problema. Portanto, tudo leva a crer que a situação passou mesmo despercebida. A resposta que Russell deu à segunda pergunta de “On the Meaning and Denotation of Phrases” ilustra muito bem essa situação:

Assim, embora o conceito [denotativo] seja parte do *significado* de “o atual Rei da França é calvo”, ele não faz parte da denotação (se houver). Assim, teremos que dizer que “o atual Rei da França é calvo” não é nem verdadeiro nem falso; pois verdade e falsidade têm a ver com o que uma sentença *denota*, não com o que ela *significa*; e devemos considerar como axiomático que o sujeito de uma proposição é parte da denotação da proposição. (RUSSELL, 1903, p. 286, tradução nossa)<sup>357</sup>.

Esse trecho ressalta três pontos importantes: (1) a teoria da denotação condiciona o valor de verdade da proposição denotativa a alguma espécie de correspondência com a proposição denotada; (2) é necessário haver denotação para que não ocorra lacuna de valor de verdade; (3) a citação reforça a interpretação desta tese de que Russell nunca foi um meinongiano, uma vez que /o atual Rei da França/ é tratado simplesmente como um conceito denotativo nulo. Para

---

<sup>356</sup> Para evitar confusões com a nomenclatura “teoria da verdade como correspondência”, é preciso reconhecer que, normalmente, o que se chama de “teoria da verdade como correspondência” envolve a correspondência de uma proposição ou sentença com algo que não seja outra proposição nem outra sentença. Em 1903, não era esse o caso da teoria de Russell. Nessa fase da filosofia de Russell apenas pode-se reconhecer que há uma similaridade com a teoria da correspondência, pois uma proposição verdadeira, no final das contas, é um fato da realidade.

<sup>357</sup> No original: “Thus although the concept is part of the *meaning* of ‘the present King of France is bald’, it is not part of the denotation (if any). Thus, we shall have to say that ‘the present King of France is bald’ is neither true nor false; for truth and falsehood have to do with what a sentence *denotes*, not with what it *means*; and we must take it as axiomatic that the subject of a proposition is part of the denotation of the proposition”.

exemplificar o tipo de correspondência entre proposições envolvida aqui, considere o seguinte exemplo. A proposição /o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra é o sobrinho do anterior Primeiro-Ministro da Inglaterra/ denota um certo fato, isto é, uma proposição verdadeira. O mesmo fato é denotado pela proposição /o Sr. Arthur Balfour é o sobrinho de Lord Salisbury/. Ambas as proposições possuem significados diferentes, e, segundo a citação acima, o valor de verdade de ambas depende de alguma maneira da denotação. Nesses dois casos, o fato correspondente é outra proposição verdadeira, a saber /Arthur Balfour é Arthur Balfour/. Sendo assim, caso se leve em conta esse trecho de “On the Meaning and Denotation of Phrases” e o exemplo com nomes próprios genuínos, parece mesmo que a teoria da denotação estava vinculada à teoria da verdade como correspondência entre proposições.

Mas a segunda pergunta refere-se a proposições com conceitos denotativos nulos e/ou nomes próprios vazios. Essas são as ocorrências difíceis, pois a proposta de Meinong de admitir objetos inexistentes nunca foi adotada por Russell. Vale citar um trecho de “On Denoting” que se encaixa perfeitamente bem aqui: “uma das primeiras dificuldades que enfrentamos quando adotamos a visão de que as frases denotativas *expressam* um significado e *denotam* uma denotação diz respeito aos casos em que a denotação parece estar ausente” (RUSSELL, 1905, p. 419, tradução nossa)<sup>358</sup>. Esse é exatamente o caso da famosa proposição citada acima, /o atual Rei da França é calvo/.

Ao refletir sobre as proposições dessa natureza, Russell chegou a um sério impasse. Primeiramente, Russell percebeu que /o atual Rei da França é calvo/ não se submete à lei do terceiro excluído, e isso deve ter perturbado o seu equilíbrio lógico. O resultado apresentado em “On the Meaning and Denotation of Phrases” é o mesmo do segundo *puzzle* de “On Denoting”.

Se considerarmos “ $x$  é careca”, onde  $x$  é variável,  $x$  aqui deve sempre denotar algo se quisermos ter uma proposição. Entre os valores de  $x$  para os quais “ $x$  é careca” é verdadeiro, o atual Rei da França não está incluso. Mas se “ $x$  é careca” é uma proposição e não é uma proposição verdadeira, então “ $x$  não é careca” é verdadeira. Mas, entre os valores de  $x$  para os quais ela é verdadeira, o atual Rei da França não está incluso. Assim, “o atual Rei da França é calvo” não é nem verdadeiro nem falso. Existe um conceito complexo, que é o *significado* de “o atual Rei da França é calvo”; e esse conceito tem a forma daqueles que denotam proposições. Mas, no caso particular considerado, o conceito não denota uma proposição. (RUSSELL, 1903, p. 286, tradução nossa)<sup>359</sup>.

<sup>358</sup> No original: “One of the first difficulties that confront us, when we adopt the view that denoting phrases *express* a meaning and *denote* a denotation concerns the cases in which the denotation appears to be absent”.

<sup>359</sup> No original: “If we consider ‘ $x$  is bald’, where  $x$  is variable,  $x$  here must always denote something, if we are to have a proposition at all. Among the values of  $x$  for which ‘ $x$  is bald’ is true, the present King of France is not included. But if ‘ $x$  is bald’ is a proposition at all, and is not a true proposition, then ‘ $x$  is not bald’ is true. But among the values of  $x$  for which this is true, the present King of France is not included. Thus ‘the present King of

Nessa citação, Russell analisou a função proposicional de forma diferente do que havia feito em *The Principles of Mathematics*. Conforme já foi citado, Russell havia definido que, quando um conceito de classe nulo /*a*/ ocorre em uma função proposicional /*x* é um *a*/, então o valor é sempre uma proposição falsa, seja o que for *x*. Disso, pode-se inferir que Russell não encontrou lacunas de valores de verdade em *The Principles of Mathematics*. A explicação para essa diferença talvez esteja no fato de que as consequências danosas da teoria da denotação tenham passado despercebidas naquele momento. Além disso, não se pode esquecer de que, na época de “On the Meaning and Denotation of Phrases”, Russell tentou desenvolver uma gramática filosófica inspirada em alguns resultados da filosofia de Frege. Como se sabe, este encontrou lacunas de valores de verdade e postulou uma referência arbitrária, a classe nula, para os procedimentos formais da lógica. Todavia, em “On the Meaning and Denotation of Phrases”, nada foi dito sobre a necessidade de se adotar uma denotação convencional. Dessa forma, esses dois fatores podem ter contribuído para Russell afirmar que um conceito de classe nulo produz lacunas de valores de verdade porque inexistente a denotação. Seja como for, a atitude gerou o impasse porque Russell quis estender o resultado de /o atual Rei da França é calvo/ para as proposições falsas.

Considere (digamos) ‘Shakespeare era cego’. Aqui não há uma falha de denotação nas partes, como em ‘o autor da *Iliada* era cego’. Mas pode-se dizer que há uma falha de denotação no todo, que a expressão deve denotar a cegueira de Shakespeare e que não existe tal entidade. Trata-se de uma questão difícil; ela será deixada em aberto no momento. Se decidirmos que, em todas as proposições falsas, há falha de denotação, devemos dizer que a verdade e a falsidade estão anexadas aos *significados*, não a denotações. (RUSSELL, 1903, pp. 286-87, tradução nossa)<sup>360</sup>.

À primeira vista, a justificativa para o impasse foi a estranha distinção entre falhas de denotação, seja nas partes ou no todo, dos dois complexos denotativos citados. No entanto, considera-se que esse motivo não esclarece suficientemente o impasse, pois, a rigor, toda proposição falsa carece igualmente de denotação como qualquer complexo denotativo do tipo /o atual Rei da França é calvo/. Nesse sentido, parece que o real motivo para o impasse foi o

---

France is bald’ is neither true nor false. There is a complex concept, which is the *meaning* of ‘the present King of France is bald’; and this concept has the form of those that denote propositions. But in the particular case considered, the concept does not denote a proposition”.

<sup>360</sup> No original: “Consider (say) ‘Shakespeare was blind’. Here there is not a failure of denotation in the parts, as in ‘the author of the *Iliad* was blind’. But it may be said that there is a failure of denotation in the whole; that the phrase should denote Shakespeare blindness, and that there is no such entity. This is a difficult question; it shall be left open at present. If we decide that in all false propositions there is a failure of denotation, we shall say that truth and falsehood attach to *meanings*, not denotations”.

compromisso de Russell com a tese de que o significado denota a denotação associada à sua primeira conclusão de que o valor de verdade da proposição depende de haver denotação. Essas foram as causas da aporia acima. Russell tinha à sua frente duas opções, mas preferiu deixar a questão em aberto. As duas alternativas eram ou contrariar a sua primeira conclusão, ou admitir fatos falsos para apoiarem a denotação das proposições falsas. “On the Meaning and Denotation of Phrases” é um texto aporético, mas marcou textualmente o momento em que Russell começou a perceber a dificuldade envolvida na correspondência entre proposições.

Em “Points about Denotation” e em “On Meaning and Denotation”, Russell tentou outra abordagem para solucionar o impasse. Em “Points about Denotation”, Russell diz: “não devemos tentar definir a verdade ou falsidade das proposições por referência à denotação, pois isso levaria a um círculo vicioso” (RUSSELL, 1904, p. 307, tradução nossa)<sup>361</sup>. Além disso, de acordo com um trecho de “On Meaning and Denotation”:

O que fica claro com os exemplos acima é que a questão de se um determinado complexo significado denota ou não depende da verdade ou da falsidade de uma proposição em que os constituintes do significado em questão ocorrem. Assim, pode parecer que a relação de denotar dependesse de alguma forma da verdade das proposições; e talvez isso possa ser o caso. [...]. Se isso de fato acontece no caso das proposições, isso tende a mostrar que denotar faz parte da natureza das proposições e não pode, portanto, sem risco de circularidade, ser explicado em termos de proposições. (RUSSELL, 1904, pp. 318-19, tradução nossa)<sup>362</sup>.

Com essa reviravolta, a verdade e a falsidade passaram a estar anexadas prioritariamente aos significados proposicionais, e a proposição denotada deve ser entendida apenas como uma extensão lógica das proposições denotativas verdadeiras. Mas, sobretudo, o ponto central da inversão está na perspectiva de que a proposição denotada, o fato, não é o que define o valor de verdade do significado proposicional. Na interpretação desta tese, essa reviravolta foi a tentativa de Russell de se afastar do fantasma da teoria da verdade como correspondência. Novamente, a intenção foi reafirmar os princípios do seu realismo lógico de *The Principles of Mathematics*. Ao retornar à perspectiva de que o valor de verdade está anexado ao significado proposicional, Russell retomou a concepção de proposição como uma entidade lógica que tem Ser imutável, atemporal e autossuficiente. Nessa concepção, a proposição verdadeira é um fato da realidade,

<sup>361</sup> No original: “We must not attempt to define the truth or falsehood of propositions by reference to denoting, for this would lead to a vicious circle”.

<sup>362</sup> No original: “What is made plain by the above instances is, that the question whether a given complex meaning denotes or not depends upon the truth or falsehood of a proposition in which the constituents of the meaning in question occur. Thus, it might seem as though the relation of denoting were in some way dependent upon the truth of propositions; and perhaps this may turn out to be the case. [...]. If this be indeed the case with propositions, it tends to show that denoting is part of the nature of propositions, and cannot therefore, without risk of circularity, be explained in terms of propositions”.

enquanto a proposição falsa não é um fato realizado, mas não deixa por isso de ser uma entidade. Além disso, a Verdade ou a Falsidade das proposições são propriedades lógicas absolutas e indefiníveis, no sentido de que a proposição possui uma conexão lógica necessária com o seu valor de verdade, independentemente de qualquer tipo de relação com outra proposição. Dessa forma, se essa nova abordagem de Russell prevaleceu, as interpretações de Hylton e Rodríguez-Consuegra perdem a força porque o valor de verdade do significado proposicional é independente da proposição denotada.

De certa forma, considera-se que essa abordagem trouxe dois pontos positivos para a gramática filosófica de Russell. Primeiro, a análise proposicional tornou-se mais coerente porque a nova análise decidiu a favor da visão de que todos os significados proposicionais falsos possuem alguma falha de denotação. Essa evidência é encontrada em “Points about Denotation”:

Parece que todo complexo é, ou pressupõe, uma proposição; é possível sustentar que, quando essa proposição é falsa, o complexo tem apenas significado e nenhuma denotação. Um complexo da forma “*the u*” envolve a proposição de que *u* é um conceito do qual existe uma e apenas uma instância. Quando essa proposição é verdadeira, o complexo denota a dita instância; quando falsa, não denota nada. Assim, “O Rei da Inglaterra” denota Edward VII, mas “o Rei da França” não denota nada. (RUSSELL, 1904, p. 307, tradução nossa)<sup>363</sup>.

De acordo com a citação, aquela estranha distinção entre falhas de denotação, seja em alguma parte, seja no todo da proposição, foi abandonada. Pela nova abordagem, tanto

---

<sup>363</sup> No original: “It would seem that every complex either is or presupposes a proposition; it is possible to maintain that when this proposition is false, the complex has only meaning and no denotation. A complex of the form ‘*the u*’ involves the proposition that *u* is a concept of which there is one and only one instance. When this proposition is true, the complex denotes the said instance; when false, it denotes nothing. Thus ‘The King of England’ denotes Edward VII, but ‘the King of France’ denotes nothing”. Pode ser encontrado o mesmo posicionamento em outro texto intermediário, “The Nature of Truth”, de 1905: “É natural afirmar que, quando uma proposição é verdadeira, há uma entidade conectada que tem ser e que, quando uma proposição é falsa, não existe tal entidade conectada. Seja a nossa proposição da forma ‘*A* difere de *B*’; então, quando essa proposição é verdadeira, há uma diferença entre *A* e *B*, enquanto quando é falsa não há diferença. Assim, a diferença entre *A* e *B* é uma entidade quando a proposição é verdadeira, mas não o contrário. Existem dificuldades quanto a esse ponto de vista; pois o *conceito* ‘a diferença entre *A* e *B*’ pode parecer ter um significado perfeitamente claro e definido, mesmo quando não há diferença. Mas penso que isso possa ser negado naqueles casos em que podemos dizer que, quando a proposição é verdadeira, esse conceito denota um objeto, que é a diferença entre *A* e *B*, enquanto quando a proposição é falsa, o conceito não denota um objeto. Se for assim, constitui uma diferença entre proposições verdadeiras e falsas”. (RUSSELL, 1905, p. 505, tradução nossa). No original: “It is natural to hold that when a proposition is true, there is a connected entity which has being, and that when a proposition is false there is no such connected entity. Let our proposition be of the form ‘*A* differs from *B*’; then when this proposition is true, there is a difference between *A* and *B*, while when it is false there is no difference. Thus, the difference between *A* and *B* is an entity when the proposition is true, but not otherwise. There are difficulties about this view; for the *concept* ‘the difference between *A* and *B*’ might seem to have a perfectly clear and definite meaning even when there is no difference. But I think this can be denied, in which case we may say that when the proposition is true this concept denotes an object, which is the difference between *A* and *B*, while when the proposition is false, the concept does not denote an object. If this is so, it does constitute a difference between true and false propositions”.



/Shakespeare era cego/ quanto /o autor da Ilíada era cego/ são consideradas proposições falsas. Ambas as sentenças expressam significados, mas carecem igualmente de denotação.

O segundo ponto positivo encontra-se em outro texto intermediário: “The Existential Import of Propositions”, de 1905. Nesse texto, Russell recuperou a antiga definição de conceito de classe nulo apresentada em *The Principles of Mathematics*. Russell retomou a perspectiva de que  $/x \text{ é um } a/$  tem sempre como valor uma proposição falsa para todos os valores de  $x$  somente se  $/a/$  é um conceito de classe nulo. Por exemplo, Russell diz “‘ $x$  é um centauro’ é falso para qualquer valor que dermos a  $x$ ” (RUSSELL, 1905, p. 487, tradução nossa)<sup>364</sup>. Por tudo isso, prevaleceu o bom senso lógico, pois essas decisões ajudaram a eliminar as lacunas de valores de verdade. Para os procedimentos formais da lógica, Russell em “On Meaning and Denotation” aceitou a proposta de Frege de adotar uma denotação convencional para todas as proposições falsas. Segundo Russell, “uma vez que ambas não têm denotação, todos os propósitos formais serão atendidos ao fornecerem a todas as proposições falsas alguma denotação convencional” (RUSSELL, 1904, p. 326, tradução nossa)<sup>365</sup>. Neste momento, cabe ressaltar o estado frágil da teoria da denotação em 1904, pois Russell em “On Denoting” rejeitou exatamente essa sua atitude e a de Frege. Em “On Denoting”, Russell diz “mas esse procedimento, embora possa não levar a um erro lógico real, é claramente artificial e não fornece uma análise exata do assunto” (RUSSELL, 1905, p. 420, tradução nossa)<sup>366</sup>. Portanto, apesar da nova abordagem de 1904 e dos dois pontos positivos vinculados a ela, a verdade é que ainda a teoria da denotação não se enquadrava no realismo direto de *The Principles of Mathematics*, e os problemas dessa anomalia se acumulavam repetidamente.

A questão central é que o fenômeno da descrição faz com que a proposição denotativa seja *sobre* outra proposição denotada. A teoria da denotação foi logicamente fundamentada na noção de *indirect aboutness*, por isso, a proposição denotativa não é *sobre* o conceito denotativo, mas *sobre* a entidade denotada. Por exemplo, o *indirect aboutness* faz com que haja uma relação lógica entre: por um lado, a verdade das duas proposições /o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra é o sobrinho do anterior Primeiro-Ministro da Inglaterra/ e /o Primeiro Conde de Balfour é o sobrinho de Lord Salisbury/; e, por outro lado, a proposição verdadeira (denotada pelas duas primeiras proposições) em que o Sr. Arthur Balfour ocorre como termo. Russell, em “On Meaning and Denotation”, quis escapar das consequências danosas do *indirect*

<sup>364</sup> No original: “‘ $x$  is a Centaur’ is false whatever value we give to  $x$ ”.

<sup>365</sup> No original: “Since both have no denotation, all formal purposes will be served by providing all false propositions with some conventional denotation”.

<sup>366</sup> No original: “But this procedure, though it may not lead to actual logical error, is plainly artificial, and does not give an exact analysis of the matter”.

*aboutness*, mas novamente terminou se rendendo à visão dos *Principles of Mathematics*.

A dificuldade é que as próprias proposições parecem ter os dois lados: uma frase que afirma algo parece tanto expressar um significado como designar o que podemos chamar de *fato*. De qualquer forma, algo do tipo é o caso, muitas vezes, se não sempre, de frases que afirmam proposições *verdadeiras*; com afirmações falsas, há motivos para pensar que a designação desapareceu. A suposta necessidade de admitir que tal fato, diferente do significado, é denotado, é baseada na aparente verdade de que as proposições acima, embora difiram em significado, em certo sentido dizem a mesma coisa. (RUSSELL, 1904, p. 319, tradução nossa)<sup>367</sup>.

Como se pode ver, a teoria da denotação de Russell assumiu como imperioso que as proposições denotativas expressem um significado e denotem uma denotação. Mas isso claramente distorceu o realismo direto de Russell. A noção de *aboutness* sempre foi a principal responsável pelo realismo direto desde *The Principles of Mathematics*, e isso permaneceu inalterado em “On Meaning and Denotation”. Tanto que Russell fez questão de reafirmar que “o que se quer dizer por *about* parece impossível de ser expresso em qualquer termo mais simples: *about* deve, penso eu, ser aceito como indefinível” (RUSSELL, 1904, p. 325, tradução nossa)<sup>368</sup>. Porém, o *indirect aboutness* desconfigurou uma parte da teoria, pois, mesmo que o complexo significativo seja uma entidade imutável, atemporal, autossuficiente e independentemente verdadeiro ou falso, ele ainda é logicamente *sobre* outra proposição denotada. Mesmo que a abordagem de 1904 tenha tentado desassociar o valor de verdade do significado proposicional do fato denotado, a presença do *indirect aboutness* introduziu uma relação lógica de dependência entre as proposições. Dessa forma, ainda que não seja absolutamente correto afirmar, como fazem Hylton e Rodríguez-Consuegra, que Russell permitiu a entrada da teoria da verdade como correspondência entre proposições no seu realismo lógico, por outro lado, é difícil não associar alguma relação de dependência entre o valor de verdade do significado proposicional e o valor de verdade da correspondente proposição denotada.

Do ponto de vista epistemológico, esse problema dos conceitos denotativos parece se tornar ainda mais claro. Digo, não é possível negar que, nos dias de hoje, somente se admite a verdade de /o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra é o sobrinho do anterior Primeiro-Ministro

---

<sup>367</sup> No original: “The difficulty is, that propositions themselves seem to have the two sides: a phrase which asserts something seems both to express a meaning and to designate what we may call a *fact*. At any rate, something of the kind is the case, often if not always, with phrases which assert *true* propositions; with such as assert false ones, there is reason to think that the designation has disappeared. The supposed necessity of admitting that such a fact, other than the meaning, is denoted, is based upon the apparent truth that the above propositions, though they differ in meaning, yet in some sense all say the same thing”.

<sup>368</sup> No original: “What is meant by *about* it would seem impossible to express in any simpler terms: *about* must, I think, be accepted as an indefinable”.

da Inglaterra/ em função de se reconhecer de forma indireta que, verdadeiramente, o Sr. Arthur Balfour possuiu tais e tais propriedades. Logo, é inegável que a teoria da denotação e a noção de *indirect aboutness* foram as responsáveis pela presença de uma relação similar à que ocorre na teoria da verdade como correspondência. Seja como for, Russell reconheceu mais esse problema, e a somatória de todos esses resultados indesejáveis o fez, em “On Meaning and Denotation”, convencer-se definitivamente de que “as dificuldades acima sugerem a necessidade de uma nova teoria quanto à relação de significado e denotação” (RUSSELL, 1904, p. 320, tradução nossa)<sup>369</sup>. Logo, desde já pode-se constatar que o argumento da Elegia de Gray é superestimado toda vez que se considera essa justificativa como sendo o argumento fatal contra a teoria dos conceitos denotativos. Compreende-se que o fracasso dos conceitos denotativos já estava posto em 1904, mas a nova teoria só emergiu no texto “On Fundamentals”, de 1905.

Antes do término desta seção, é preciso discutir a segunda novidade implementada no princípio de *acquaintance*. Com ela, Russell encontrou a orientação lógica e epistemológica adequada para esse princípio ser um dos pilares da nova teoria das descrições. A segunda novidade foi apresentada no texto intermediário “On Fundamentals”:

Este tópico é muito interessante no que diz respeito à teoria do conhecimento porque a maioria das coisas só nos são conhecidas por conceitos denotativos. Assim, Jones = a pessoa que habita o corpo de Jones. Não temos *acquaintance* com o próprio Jones, mas apenas com as suas manifestações sensíveis. Assim, se pensamos que conhecemos proposições sobre Jones, isso não está totalmente correto; somente conhecemos funções proposicionais que ele satisfaz, a menos que de fato *sejamos* Jones. Assim, não pode haver tal coisa como afeto por outras pessoas além de nós mesmos; devemos gostar ou das suas manifestações sensíveis, ou dos conceitos que os denotam. Não pode ser o último, pois seria absurdo dizer que amamos alguns deles e odiamos outros. Objetos denotados que conhecemos apenas *como* denotados podem ser identificados, sem grandes erros como em outros casos, com a soma de seus predicados; pois é apenas os seus predicados que conhecemos, e estes (todos ou alguns daqueles que conhecemos) devem ser visados por nós sempre que falamos de tais objetos. Mas só podemos conhecer um objeto denotado se estivermos *acquainted* com o conceito denotativo; assim, a *acquaintance* imediata com os constituintes do conceito denotativo é pressuposta no que podemos chamar de conhecimento *denotativo*. [Tudo isso é relevante para a afirmação de Stout, na qual ele concorda, com muitos filósofos, que tudo é a soma de seus predicados. Aqui podemos supor que *predicados* significa o mesmo que *conceitos denotativos*.]. (RUSSELL, 1905, p. 369, tradução nossa)<sup>370</sup>.

<sup>369</sup> No original: “The above difficulties suggest the necessity of a new theory as to the relation of meaning and denotation”.

<sup>370</sup> No original: “This topic is very interesting in regard to theory of knowledge, because most things are only known to us by denoting concepts. Thus Jones = the person who inhabits Jones’s body. We don’t have *acquaintance* with Jones himself, but only with his sensible manifestations. Thus, if we think we know propositions about Jones, this is not quite right; we only know propositional functions which he satisfies, unless indeed we *are* Jones. Thus, there can be no such thing as affection for persons other than ourselves; it must be either their sensible manifestations or the concepts denoting them that we like. It cannot be the latter, for it would be absurd to say that we loved some of these and hated others. Denoted objects only known to us *as* denoted may

A perspectiva filosófica afirmada acima, mostra que Russell mudou o foco da análise proposicional porque eliminara certos objetos individuais do escopo do princípio de *acquaintance*. Comparado com a versão que apareceu pela primeira vez em *An Analysis of Mathematical Reasoning* e depois em *The Principles of Mathematics*, as diferenças saltam aos olhos. Nessas obras, a orientação filosófica do princípio de *acquaintance* é que uma proposição sobre Jones contém o próprio Jones como um dos seus constituintes, e quem conhece essa proposição está em *acquaintance* com Jones. Em “On Fundamentals” a orientação filosófica desse princípio foi nitidamente modificada. O trecho citado acima, é verdade, ainda não tratou da eliminação dos conceitos denotativos pelo princípio da definição contextual, mas foi um ajuste necessário para essa cartada final. Pode-se apresentar duas razões para esta última afirmação. A primeira razão é que a exclusão de Jones da classe de objetos passíveis de *acquaintance* demonstrou que Russell alterara também a sua categoria de termos considerados nomes próprios genuínos. Na interpretação desta tese, o trecho acima de “On Fundamentals” é uma evidência de que Russell expandiu a sua análise de que a linguagem natural é enganosa, uma vez que adotara a visão de que os nomes próprios da linguagem natural e as descrições definidas são apenas nomes aparentes, isto é, nomes descritivos. Como se sabe, de acordo com a teoria das descrições de “On Denoting”, a análise proposicional vai além da superfície gramatical das sentenças, e os nomes próprios aparentes desaparecem da forma lógica proposicional. De acordo com Russell, as entidades lógicas com que se tem *acquaintance* quando se alcança a estrutura lógica profunda das proposições são as funções proposicionais, as variáveis e outras entidades lógicas. Sendo assim, Russell em “On Fundamentals” começou a buscar os nomes logicamente próprios. Estes, segundo Russell, são expressões muito raras em nossa linguagem natural, dado que um nome logicamente próprio não pode ocorrer significativamente em uma proposição, exceto que haja algo que ele nomeie e que a pessoa esteja em *acquaintance* com tal objeto. Nesse sentido, não existem nomes próprios vazios na nova teoria da denotação de 1905. O difícil é determinar que objetos são denotados por esses nomes logicamente próprios. Se apenas se pode ter *acquaintance* com as manifestações sensíveis de Jones, então, exceto Jones, as outras pessoas somente podem descrever proposições

---

be identified, without such great error as in other cases, with the sum of their predicates; for it is only their predicates that we know, and these (all or some of those we know) must be meant by us whenever we speak of such objects. But we can only know an object as denoted if we are *acquainted* with the denoting concept; thus, immediate acquaintance with the constituents of the denoting concept is presupposed in what we may call *denotative* knowledge. [All this is relevant to Stout’s contention, in which he agrees with many philosophers, that everything *is* the sum of its predicates. Here we may suppose *predicates* to mean the same as *denoting concepts*.]”.

sobre Jones. A princípio, parece que Russell introduziu em “On Fundamentals” a sua teoria sobre os *sense datas*, mas faltam outras evidências para esta presente suposição.

A segunda razão é que nesse estágio do desenvolvimento do princípio de *acquaintance*, Russell deu um passo importante para o triunfo do realismo direto. Visto os problemas envolvidos em se admitir termos do tipo /Arthur Balfour/ ou /o atual Primeiro-Ministro da Inglaterra/ ou /o atual Rei da França/ como genuínos constituintes de proposições, então Russell restringiu o alcance da noção de *acquaintance* às propriedades ou às funções proposicionais que esses supostos objetos eventualmente satisfazem. Além do trecho citado acima de “On Fundamentals”, há um segundo no qual Russell admitiu a relação de *acquaintance* com as funções proposicionais.

Sempre que um conceito denotativo ocorre em uma proposição, é o significado dele, não a denotação, que ocorre. Disto segue-se que, a menos que estejamos *acquainted* com a denotação e saibamos que ela é a denotação, não podemos conhecer nenhuma proposição sobre ela, embora possamos conhecer várias funções proposicionais que ela satisfaz e saber que ela as satisfaz. (RUSSELL, 1905, p. 368, tradução nossa)<sup>371</sup>.

O triunfo do realismo direto só é plenamente entendido na próxima seção, onde é analisado o surgimento da noção de símbolo incompleto em “On Fundamentals”, juntamente com a definitiva eliminação dos conceitos denotativos pela definição contextual. Dessa forma, o triunfo do realismo direto foi somente estabelecido segundo os moldes da nova abordagem lógica, ontológica e epistemológica da nova teoria das descrições, uma vez que não ocorrem mais elementos intermediários na estrutura lógica profunda das proposições. Entretanto, com a intenção de começar desde já a ressaltar a importância de “On Fundamentals”, vale conferir como Russell tratou esse assunto em “On Denoting”:

Assim, em cada proposição que podemos apreender (ou seja, não apenas aquelas cuja verdade ou falsidade podemos julgar, mas em tudo o que podemos pensar), todos os constituintes são realmente entidades com as quais temos imediata *acquaintance*. Ora, coisas como a matéria (no sentido de que a matéria ocorre na física) e as mentes de outras pessoas são conhecidas por nós apenas por frases denotativas, ou seja, nós não estamos *acquainted* com elas, mas as conhecemos como o que tem tais e tais propriedades. Portanto, embora possamos formar funções proposicionais  $C(x)$  que devem subsumir tal e tal partícula material, ou a mente de Fulano, não estamos *acquainted* com as proposições que afirmam essas coisas que sabemos que devem ser verdadeiras porque não podemos apreender as entidades reais em questão. O que sabemos é “Fulano tem uma mente que possui tais e tais propriedades”, mas não sabemos “A tem tais e tais propriedades”, em que A é a mente em questão. Nesse caso,

---

<sup>371</sup> No original: “Whenever a denoting concept occurs in a proposition, it is the meaning, not the denotation, that occurs. It follows that, unless we happen to be acquainted with the denotation, and know that it is the denotation, we can know no proposition about it, although we may know numbers of propositions functions which it fulfils, and know it fulfils them”.

conhecemos as propriedades de uma coisa sem ter conhecimento da própria coisa e sem, conseqüentemente, conhecer qualquer proposição da qual a própria coisa seja um constituinte. (RUSSELL, 1905, p. 427, tradução nossa)<sup>372</sup>.

A similaridade entre os dois trechos citados de “On Fundamentals” com o de “On Denoting” é incrível. Na próxima seção, todo esse contexto filosófico fica ainda mais evidente com os passos finais para o surgimento da nova teoria das descrições.

### 3.2 O ADVENTO DA NOÇÃO DE SÍMBOLO INCOMPLETO

Nesta seção secundária é apresentada uma interpretação sobre o nascimento da noção de símbolo incompleto na filosofia de Russell. Com a introdução dessa noção na análise proposicional, compreende-se por que a nova teoria das descrições de 1905 depende fundamentalmente da engenhosa vinculação da noção de símbolo incompleto com o princípio de *acquaintance*. Os textos intermediários que são objetos de estudo desta seção são: “On Functions, Classes and Relations”, de 1904; “On Meaning and Denotation”, de 1904; e “On Fundamentals”, de 1905. De acordo com a leitura aqui proposta, essa seleção de textos intermediários fornece suficientes informações sobre a forma como Russell conseguiu articular, com bastante eficácia, a lógica simbólica com a epistemologia, visando alcançar a real estrutura da proposição. O ponto de vista recomendado por este estudo é que, com essa vinculação, Russell conseguiu harmonizar a metafísica do realismo lógico com a lógica simbólica de uma forma muito mais eficaz e elegante do que ele havia feito com a teoria dos conceitos denotativos. Em outras palavras, a lógica simbólica passou a dar a estrutura última do sentido, de forma que, na estrutura lógica, pode-se encontrar a estrutura ontológica do mundo. Para apresentar essa interpretação, esta seção será dividida em duas seções terciárias.

Na primeira seção, são analisados os textos “On Functions, Classes and Relations” e “On Meaning and Denotation”. Esses dois textos são relevantes porque mostram o momento em que Russell mudou o seu tratamento em relação às funções proposicionais e às funções

---

<sup>372</sup> No original: “Thus in every proposition that we can apprehend (*i.e.*, not only in those whose truth or falsehood we can judge of, but in all that we can think about), all the constituents are really entities with which we have immediate acquaintance. Now such things as matter (in the sense in which matter occurs in physics) and the minds of other people are known to us only by denoting phrases, *i.e.*, we are not *acquainted* with them, but we know them as what has such and such properties. Hence, although we can form propositional functions  $C(x)$  which must hold of such and such a material particle, or of So-and-so’s mind, yet we are not acquainted with the propositions which affirm these things that we know must be true, because we cannot apprehend the actual entities concerned. What we know is ‘So-and-so has a mind which has such and such properties’, but we do not know ‘A has such and such properties’, where *A* is the mind in question. In such a case, we know the properties of a thing without having acquaintance with the thing itself, and without, consequently, knowing any single proposition of which the thing itself is a constituent”.

denotativas. Estas últimas correspondem aos conceitos denotativos da gramática filosófica. Em “On Functions, Classes and Relations”, Russell ainda tinha concepções muito próximas àquelas apresentadas em *The Principles of Mathematics*. Isso quer dizer que a variável irrestrita, as funções proposicionais e as funções denotativas definidas e indefinidas eram consideradas fundamentais e indefiníveis. A principal mudança ocorreu em “On Meaning and Denotation”. Russell percebeu que as funções denotativas não precisam ser consideradas indefiníveis, uma vez que elas são derivadas das funções proposicionais. Isso foi um passo importante para a eliminação dos conceitos denotativos, o que ainda não havia ocorrido em “On Meaning and Denotation”, dado que Russell continuava comprometido com a duplicidade da relação entre o significado e a denotação.

Na segunda seção, é analisado “On Fundamentals”. Esse é o texto intermediário mais importante para se contextualizar a gênese da teoria das descrições de Russell. Nele Russell fez uma correção ontológica na sua filosofia, uma vez que expulsou os conceitos denotativos do *hall* das entidades fundamentais do seu realismo lógico. “On Fundamentals” representa uma nova abordagem aos problemas da teoria da denotação, pois partindo da distinção entre o significado e a denotação das expressões denotativas, Russell conseguiu explicar o círculo vicioso envolvido quando se tenta falar *sobre* os significados ou a denotação das expressões denotativas. Algumas partes do texto estão literalmente presentes em “On Denoting” e são conhecidas como o controverso argumento da Elegia de Gray. Em “On Fundamentals”, a exposição desse argumento é um tanto mais clara acerca do problema envolvido e, na interpretação desta pesquisa, não é necessário sobrevalorizá-lo, mas entendê-lo como mais um problema da teoria dos conceitos denotativos, igualmente àqueles mostrados na seção 3.1.1. Depois dessa parte do texto, Russell deu o passo decisivo para desenvolver a sua nova teoria das descrições, pois pela primeira vez incorporou nela a noção de símbolo incompleto. Com essa noção, foi possível eliminar todas as funções denotativas por meio da definição contextual, além de reduzir as estruturas das sentenças contendo símbolos incompletos às estruturas lógicas proposicionais pré-existentes. Com a ausência dos conceitos denotativos, os constituintes proposicionais foram reduzidos às funções proposicionais, às variáveis e a outras entidades lógicas.

Portanto, é com a análise de algumas passagens de “On Fundamentals” que este estudo termina a sua interpretação sobre a gênese da teoria das descrições de Russell. A perspectiva apresentada nesta seção sugere que, ao eliminar as funções denotativas e rejeitar o isomorfismo entre as sentenças da linguagem natural e a estrutura proposicional, restou à mente ter *acquaintance* com as entidades lógicas que são os autênticos constituintes das proposições.

Logo, foi dessa forma que Russell solucionou os problemas da teoria dos conceitos denotativos e recuperou o realismo direto de *The Principles of Mathematics*.

### 3.2.1 Primeiras considerações

Depois de ter apresentado a primeira versão da teoria dos tipos no apêndice B de *The Principles of Mathematics*, Russell e Whitehead continuaram trabalhando na construção de um conjunto de princípios lógicos que bloqueassem a contradição da classe de todas as classes que não são membros de si mesmas. Os detalhes do trabalho de ambos e das tentativas frustradas que se seguiram não são objetos de análise desta tese. A história completa é encontrada, por exemplo, em Urquhart (1994). Este descreve com muita competência o desenvolvimento das primeiras versões da teoria dos tipos, além de registrar as reviravoltas emocionais de Russell, que alternavam, conforme o andamento do trabalho, entre momentos de profunda depressão e momentos de enorme felicidade. Um desses vários momentos de total desesperança em encontrar a solução da contradição foi no final de 1903. Russell resolveu abandonar o trabalho na lógica e lançou-se em uma campanha a favor do livre comércio, fazendo muitos discursos sobre o tema entre janeiro e março de 1904. O retorno ao trabalho sobre os fundamentos da lógica ocorreu em abril de 1904 e durou vários meses até ser interrompido novamente em janeiro de 1905. A comprovação disso está em uma carta enviada a Philip Jourdain, datada de 15 de março de 1906:

Em abril de 1904, comecei a trabalhar na Contradição novamente e continuei, com breves intervalos, até janeiro de 1905. Estive por muito tempo ocupado com a questão da Denotação, que pensei ser provavelmente relevante, como provou ser. [...]. A primeira coisa que descobri em 1904 foi que a função denotativa variável deve ser deduzida da função proposicional variável, e não deve ser tomada como indefinível. Tentei trabalhar sem o  $\iota$  como um indefinível, mas falhei; meu sucesso posterior, no artigo “On Denoting”, foi a fonte de todo o meu progresso subsequente. (RUSSELL, apud URQUHART, 1994, p. XXXIII, tradução nossa)<sup>373</sup>.

Por duas razões, o trecho dessa carta é muito importante para esta pesquisa e será usado como o nosso guia ao longo desta seção. De um lado, ele não deixa dúvidas de que a busca pela solução da contradição esteve fortemente atrelada às tentativas para se resolver os problemas

---

<sup>373</sup> No original: “In April 1904 I began working at the Contradiction again, and continued at it, with few intermissions, till January 1905. I was throughout much occupied by the question of Denoting, which I thought was probably relevant, as it proved to be. [...]. The first thing I discovered in 1904 was that the variable denoting function is to be deduced from the variable propositional function, and is not to be taken as an indefinable. I tried to do without  $\iota$  as an indefinable, but failed; my success later, in the article ‘On Denoting’, was the source of all my subsequent progress”.



oriundos da complicada relação entre o significado e a denotação. De outro, ele mostra resumidamente os últimos passos do desenvolvimento filosófico da teoria das descrições de 1905 que possibilitou o ulterior sucesso do trabalho lógico de Russell. Dentre os textos intermediários escritos por Russell de abril de 1904 a janeiro de 1905, “On Functions, Classes and Relations” e “On Meaning and Denotation” trazem informações relevantes que correspondem ao trecho da carta citada. Portanto, antes de analisar o surgimento da noção de símbolo incompleto, é necessário apontar brevemente de que forma esses dois textos contribuíram para a grande inovação apresentada em “On Fundamentals”.

Primeiramente, vale trazer à tona algumas conclusões já apresentadas nesta pesquisa, pois tais resultados foram o pano de fundo para o recomeço do trabalho de Russell a partir de abril de 1904. Em *The Principles of Mathematics*, Russell deixou as seguintes perspectivas:

- (1) as funções proposicionais, as variáveis irrestritas e os conceitos denotativos são termos indefiníveis e primitivos;
- (2) as funções matemáticas de Frege não são termos, pois termos não são insaturados;
- (3) as noções de implicação formal e o *the*, juntamente com a forma notacional, foram herdadas da lógica de Peano;
- (4) em relação à gramática filosófica, tem-se duas noções de significado: indicação (relação linguística) e denotação (relação lógica não linguística).

Além disso, na primeira parte de “On Meaning and Denotation”, Russell se convenceu definitivamente de que:

- (1) a denotação convencional precisava ser adotada para todas as proposições falsas;
- (2) a teoria dos conceitos denotativos deveria ser abandonada, pois os problemas filosóficos decorrentes da duplicidade da relação entre o significado e a denotação eram insolúveis.

Voltando à perspectiva de abril de 1904, o primeiro texto intermediário que merece atenção é “On Functions, Classes and Relations”. Nesse pequeno artigo, Russell retomou o seu trabalho de construção de um sistema lógico que impedisse a contradição. Percebe-se que a intenção de tal texto é uma das várias tentativas de ajustar a teoria dos tipos associada à filosofia do realismo lógico. Nesse sentido, em “On Functions, Classes and Relations”, encontra-se uma classificação de vários tipos de funções seguindo a ordem crescente de complexidade. De

acordo com Russell: “existem três tipos indefiníveis de funções, [...]. Os três tipos são: 1. Funções em geral; 2. Funções proposicionais; 3. Funções denotativas de funções proposicionais” (RUSSELL, 1904, p. 86, tradução nossa)<sup>374</sup>. Sendo assim, pode-se explicar resumidamente os três tipos indefiníveis de funções da seguinte forma:

- (1) Funções em geral: “uma função é qualquer forma de denotar ambigualmente um conjunto de entidades” (RUSSELL, 1904, p. 86, tradução nossa)<sup>375</sup>. Nessa categoria estão inclusos os dois tipos possíveis de funções dentro do realismo lógico, digo, as funções proposicionais e as funções denotativas definidas e indefinidas. Isso é esclarecido quando Russell diz, ainda sem muitos detalhes: “a própria função, em oposição a qualquer um de seus valores, é aquela que denota ambigualmente os valores ou os complexos que denotam os valores” (RUSSELL, 1904, p. 86, tradução nossa)<sup>376</sup>. Essa disjunção é explicada a seguir na segunda categoria de função. De qualquer modo, é plausível afirmar que a categoria das funções em geral se ajusta à rejeição de Russell das funções insaturadas da lógica de Frege, pois a ontologia subjacente à teoria dos tipos em 1904 foi desenvolvida a partir da distinção fundamental entre complexos funcionais que denotam e aqueles que não denotam.
- (2) Funções proposicionais: “uma função é *proposicional* quando os seus valores são significados complexos contendo os seus respectivos argumentos como constituintes, da maneira como um constituinte de uma proposição está contido em uma proposição” (RUSSELL, 1904, p. 86, tradução nossa)<sup>377</sup>. Nessa categoria, estão contidas todas as funções que definitivamente possuem proposições como valores, uma vez que, mesmo levando em conta os diferentes tipos de funções proposicionais, a hierarquia sempre encontra no fim uma proposição como valor. Russell diz: “funções do tipo proposicional são classificadas do seguinte modo: (a) os seus valores não são funções, (b) os seus valores são funções proposicionais cujos valores não são funções, (c) os seus valores são funções proposicionais cujos valores são funções proposicionais cujos valores não são funções e assim por diante”

<sup>374</sup> No original: “There are three undefinable kinds of functions, [...]. The three kinds are: 1. Functions in general; 2. Propositional functions; 3. Denoting functions of propositional functions”.

<sup>375</sup> No original: “A function is any way of ambiguously denoting a set of entities”.

<sup>376</sup> No original: “The function itself, as opposed to any of its values, is that which ambiguously denotes either the values, or complexes which denote the values”.

<sup>377</sup> No original: “A function is *propositional* when its values are complex meanings containing their respective arguments as constituents, in the way in which a constituent of a proposition is contained in a proposition”.

(RUSSELL, 1904, p. 86, tradução nossa)<sup>378</sup>. Seja como for, na sua forma elementar, a função proposicional contém a variável  $/x/$ . Por isso, Russell usou a expressão “função proposicional variável” na carta de 1906, pois a presença da variável na função proposicional é o que a faz denotar ambigualmente os seus indeterminados valores, que são sempre proposições.

- (3) Funções denotativas de funções proposicionais: “essas funções diferem radicalmente das funções proposicionais. Em primeiro lugar, elas necessariamente têm funções proposicionais como argumentos – à parte das convenções que as estendem às outras funções. Em segundo lugar, a função, em oposição aos seus valores, não denota ambigualmente os valores, mas denota ambigualmente complexos significados que denotam inequivocamente os valores. Em terceiro lugar – e isso está relacionado com o ponto anterior – os valores da variável não são em geral constituintes dos valores da função. [...]. Em quarto lugar, as funções denotativas, em geral, têm como valores entidades que não são nem proposições nem funções, mas entidades ordinárias” (RUSSELL, 1904, pp. 87-8, tradução nossa)<sup>379</sup>. Tais características demonstram que essa categoria possui uma relevância particular para a lógica e a matemática, justamente pelo poder de individualizar e definir as entidades. Não à toa, Russell deu destaque à função denotativa formada pelo *the*: “‘o pai de Sócrates’ é ‘a entidade  $x$  para a qual ‘ $x$  gerou Sócrates’ é verdadeiro’. O argumento aqui é ‘ $x$  gerou Sócrates’; o valor da função é um certo ateniense. E a função certamente não é um constituinte do ateniense” (RUSSELL, 1904, p. 87, tradução nossa)<sup>380</sup>. Nesse caso, seguindo o tratamento dado em *The Principles of Mathematics*, a função denotativa expressa um significado que encontrará uma denotação, caso a possível entidade satisfaça os critérios de existência e unicidade.

---

<sup>378</sup> No original: “Functions of the sort called propositional are classified according as (a) their values are not functions, (b) their values are propositional functions whose values are not functions, (c) their values are propositional functions whose values are propositional functions whose values are not functions, and so on”.

<sup>379</sup> No original: “These functions differ radically from propositional functions. In the first place, they necessarily have propositional functions as arguments – apart from conventions extending them to other functions. In the second place, the function, as opposed to its values, does not ambiguously denote the values, but ambiguously denotes complex meanings which unambiguously denote the values. In the third place – and this is connected with the preceding point – the values of the variable are not in general constituents of the values of the function. [...]. In the fourth place, denoting functions in general have as values entities which are neither propositions nor functions, but ordinary entities”.

<sup>380</sup> No original: “‘The father of Socrates’ is ‘the entity  $x$  for which ‘ $x$  beget Socrates’ is true’. The argument here is ‘ $x$  beget Socrates’; the value of the function is a certain Athenian. And the function is certainly not a constituent of the Athenian”.

Além do que já foi exposto resumidamente, é importante ressaltar que Russell, em “On Functions, Classes and Relations”, também dividiu as funções denotativas em outros três tipos indefiníveis: as descrições definidas, as classes e as relações. A presente análise se concentra no caso das descrições definidas. Segundo Russell, “ $(\iota x)(\phi x)$  representa uma certa função denotativa de  $\phi x$ , que, se  $\phi x$  é verdadeiro para um e somente um valor de  $x$ , denota esse valor, mas em qualquer outro caso denota  $(p).p$ ”<sup>381</sup>. Nesse trecho, mais uma vez a função denotativa variável é notacionalmente representada com o simbolismo inspirado em Peano, pois o iota invertido corresponde ao único membro que satisfaz a função proposicional. A influência de Frege também está presente, uma vez que explicitamente Russell adotou a denotação convencional,  $(p).p$ , para as funções denotativas que não satisfazem as exigências da existência e da unicidade. Nessa época,  $(p).p$  foi uma expressão padronizada para o Falso. É uma proposição afirmando que todas as proposições são verdadeiras, o que é logicamente falso. No que diz respeito aos problemas filosóficos envolvendo a relação entre o significado e a denotação, não há nada a dizer, a não ser que Russell não abordou essas questões.

Para concluir a apresentação desses pontos importantes de “On Functions, Classes and Relations”, se comparado com a carta de 1906 citada acima, vê-se que esse texto intermediário foi escrito pouco antes de “On Meaning and Denotation”. A razão para essa afirmação está relacionada ao fato de que as funções denotativas ainda são consideradas indefiníveis em “On Functions, Classes and Relations”. Portanto, esse ponto de vista não corresponde ao da carta de 1906, pois naquela as funções denotativas são deduzidas das funções proposicionais.

Russell percebeu em “On Meaning and Denotation” que as funções denotativas não precisam ser consideradas indefiníveis. Na segunda parte desse artigo, o trabalho seguiu a mesma linha de “On Functions, Classes and Relations”, ou seja, as reflexões continuaram em torno do desafio de encontrar as noções fundamentais da lógica que bloqueassem a contradição. Russell analisou os casos das expressões funcionais nos quais se tem significado constante e denotação variável (ambígua), isto é, “discutirei, primeiro, os casos comuns de denotação variável; em segundo lugar, a variável independente, conforme exigido na matemática; em terceiro lugar, a variável dependente; em quarto lugar, a variável cujos valores são variáveis dependentes” (RUSSELL, 1904, p. 328, tradução nossa)<sup>382</sup>. Para esclarecer, vale apresentar as

---

<sup>381</sup> No original: “ $(\iota x)(\phi x)$  represents a certain denoting function of  $\phi x$ , which, if  $\phi x$  is true for one and only one value of  $x$ , denotes that value, but in any other case denotes  $(p).p$ ”.

<sup>382</sup> No original: “I shall discuss, first, common cases of variable denotation; secondly, the independent variable as it is required in mathematics; thirdly, the dependent variable; fourthly, the variable whose values are dependent variables”.

características principais dessas noções.

- (1) Os casos comuns de denotação variável: “‘um Primeiro-Ministro da Inglaterra’ é uma frase perfeitamente apropriada. Agora, parece que temos novamente, como antes, um significado complexo, denotando algo diferente de si mesmo. Mas a diferença agora é que o objeto denotado não é mais determinado: ele é *qualquer* ou *todo* ou *algum* dos vários Primeiros-Ministros, e não podemos dizer qual deles. Tais expressões de significado constante e denotação variável são muito frequentes na linguagem comum: os exemplos são totalmente desnecessários” (RUSSELL, 1904, p. 329, tradução nossa)<sup>383</sup>. Apesar de Russell não oferecer exemplos, não há dúvidas de que ele se referiu aos cinco casos dos conceitos denotativos de *The Principles of Mathematics*, uma vez que neste último trecho citado, em nota de rodapé, há uma indicação de leitura do capítulo V desse livro. Portanto, tem-se um claro sinal de que os problemas da denotação variável correspondem aos problemas da duplicidade entre significado e denotação. Além desses casos comuns, Russell apontou os indexicais como exemplos de expressões que causam dificuldades na filosofia, embora não nos fundamentos da matemática. “Aqui”, “agora”, “eu” etc., no entanto, “diferem do tipo anterior de denotação variável pelo fato de que a sua variação é definida e sujeita a leis, e não completamente irrestrita” (RUSSELL, 1904, p. 329, tradução nossa)<sup>384</sup>. Logo, os indexicais, na perspectiva de Russell, apesar de expressarem um significado constante e denotação variável, ainda assim diferem dos cinco casos de *The Principles of Mathematics* porque a denotação dos indexicais não é logicamente ambígua, uma vez que a ambiguidade pode ser sanada pelas regras gramaticais e pelo contexto de proferimento dessas expressões.
- (2) A variável independente: uma das noções primitivas e indefiníveis do realismo lógico é a variável irrestrita. Desde *The Principles of Mathematics*, a variável independente foi utilizada como um dos componentes fundamentais da lógica, pois sendo a última uma linguagem universal digna de expressar verdades incondicionalmente independentes do espaço e do tempo, a variável precisou ter um

---

<sup>383</sup> No original: “‘A Prime Minister of England’ is a perfectly proper phrase. Now here we seem to have again, as before, a complex meaning, denoting something other than itself. But the difference is now that the object denoted is no longer determinate: it is *any* or *all* or *some* of the various Prime Ministers, and we cannot say which of them. Such phrases of constant meaning and variable denotation are very frequent in common speech: instances are quite unnecessary”.

<sup>384</sup> No original: “Differs from the previous kind of variable denotation by the fact that its variation is definite and subject to laws, not perfectly unfettered”.

alcance irrestrito. O significado da variável independente é /qualquer coisa/ e denota o que /qualquer coisa/ denota. Segundo Russell, “o *significado* da variável independente é algo peculiar, e a maneira como esse significado denota é peculiar; mas não há um objeto novo e único que possa ser chamado de sua denotação. Uma proposição em que ocorre uma variável independente é *sobre* qualquer coisa ou tudo; mas não é *sobre* um objeto cujo nome é ‘qualquer coisa’ ou ‘tudo’. Cada coisa é denotada pela variável independente, e a forma de denotar é perfeitamente imparcial e distributiva” (RUSSELL, 1904, p. 330, tradução nossa)<sup>385</sup>. Dessa forma, a variável independente, por si mesma, denota logicamente os termos denotados pelo seu significado. Nesse sentido, a variável independente é um caso típico da relação de *indirect aboutness*.

- (3) A variável dependente: “qualquer complexo contendo uma variável independente é uma variável dependente. Assim, ‘x é um homem’, ‘se x é um homem, x é um mortal’,  $x^2$ , seno de x,  $e^x$  etc. são todas variáveis dependentes” (RUSSELL, 1904, p. 331, tradução nossa)<sup>386</sup>. Russell distinguiu dois tipos de variáveis dependentes: “quando os valores da variável dependente são proposições ou significados complexos, os valores correspondentes da variável independente são constituintes reais dos valores da variável dependente. [...]. Mas, se tomarmos um caso como *seno de x*, todo valor de nossa variável dependente é algo denotado por um significado correspondente, e o valor de *x* não é um constituinte” (RUSSELL, 1904, p. 331, tradução nossa)<sup>387</sup>. O primeiro tipo de variável dependente são as funções não denotativas. Russell usou o exemplo /x é um homem/ no qual Sócrates é o valor da variável independente. Nesse caso, a variável dependente é uma função proposicional, pois, da perspectiva do valor da variável independente, Sócrates é um autêntico constituinte da proposição /Sócrates é um homem/. O segundo tipo de variável dependente são as funções denotativas. O caso típico citado por Russell é /o pai de x/, uma vez que o valor da variável independente não é constituinte do

---

<sup>385</sup> No original: “The *meaning* the independent variable is something peculiar, and the way in which this meaning denotes is peculiar; but there is not a new single object which can be called its denotation. A proposition in which an independent variable occurs *is about* anything, or everything; but it is not about an object whose name is ‘anything’ or ‘everything’. Each thing is denoted by the independent variable, and the way of denoting is perfectly impartial and distributive”.

<sup>386</sup> No original: “Any complex containing an independent variable is a dependent variable. Thus ‘x is a man’, ‘if x is a man, x is a mortal’,  $x^2$ ,  $\sin x$ ,  $e^x$  etc. are all dependent variables”.

<sup>387</sup> No original: “When the values of the dependent variable are propositions or complex meanings, the corresponding values of the independent variable are actual constituents of the values of the dependent variable. [...]. But if we take such a case as *sin x*, every value of our dependent variable is something denoted by a corresponding meaning, and the value of *x* is not a constituent”.

valor da variável dependente.

- (4) A variável dependente variável: “segue-se que, se quisermos uma variável cujos valores sejam variáveis dependentes contendo  $x$ , devemos ter uma nova variável de um tipo diferente, e ela deve conter  $x$  em sua expressão. Na matemática, a variável dependente variável é comumente representada por  $f(x)$  ou  $F(x)$  ou  $\phi(x)$ , ou algum símbolo desse tipo” (RUSSELL, 1904, p. 334, tradução nossa)<sup>388</sup>. A peculiaridade da variável dependente variável é a ocorrência de duas variáveis. No caso de funções do tipo  $/f(x)/$ , a análise lógica pode tomar o valor de  $/x/$  como constante, enquanto  $/f/$  sendo a variável ou vice-versa. Isso ocorreria quando “ $x = \text{Sócrates}$ ” e “ $f$ ” tendo como valor qualquer declaração possível acerca de Sócrates. A análise contrária segue-se naturalmente quando “ $f = x$  é filósofo” e “ $x$ ” tendo diferentes valores satisfazendo essa função. Portanto, qualquer que seja a variável em  $/f(x)/$ , o valor da variável dependente variável será sempre uma variável dependente.

Após apresentar resumidamente as características do trabalho sobre os fundamentos da lógica que Russell desenvolveu em “On Meaning and Denotation”, como se pode relacionar esse trabalho com o desenvolvimento da teoria das descrições de 1905? A referência para a análise continua sendo a carta de 1906 citada no início desta seção. Naquele trecho da carta, consta que as funções proposicionais são mais fundamentais do que as funções denotativas, e isso significa que as funções denotativas não são indefiníveis, pois são deduzidas das funções proposicionais. Russell não somente diferenciou os dois tipos de variáveis dependentes, mas também percebeu qual é a mais simples e fundamental entre as duas. Na parte de “On Meaning and Denotation” intitulada *Private notes*, lê-se: “mas a razão pela qual as funções proposicionais parecem mais simples é que, em ‘ $x$  é humano’, por exemplo, há apenas um predicado envolvido, não uma relação como em ‘o pai de  $x$ ’. Isso sugere que o tipo de função com que devemos começar é a função proposicional com uma variável” (RUSSELL, 1904, p. 340, tradução nossa)<sup>389</sup>. Ao que parece, a característica que tornou a função proposicional fundamental foi a ideia de ter como base uma proposição *sobre*  $/x/$ , na qual  $/x/$  é um constituinte da proposição.

---

<sup>388</sup> No original: “It follows that, if we want a variable whose values are to be dependent variables containing  $x$ , we must have a new variable of a different kind, and it must contain  $x$  in its expression. In mathematics, the variable dependent variable is commonly represented by  $f(x)$  or  $F(x)$  or  $\phi(x)$  or some such symbol”.

<sup>389</sup> No original: “But the reason why propositional functions seem simpler is that, in ‘ $x$  is human’ for example, there is only a predicate involved, not a relation, as in ‘the father of  $x$ ’. This suggests that the type of function to start with is the propositional function with one variable”.

Na interpretação que a presente pesquisa sugere, essa escolha foi outra tentativa de Russell se livrar da relação de *indirect aboutness* e fazer prevalecer o realismo direto da sua filosofia do realismo lógico. O trabalho de Russell foi pautado pela seguinte perspectiva: as funções cujos valores não denotam são mais fundamentais do que as funções cujos valores denotam<sup>390</sup>. Dessa forma, essa compreensão tornou possível transformar as funções denotativas do tipo /o pai de x/ em relações, como /y = o pai de x/, contendo como constituintes duas variáveis. Assim, levando em conta que na lógica qualquer ocorrência da variável é sempre dentro de um todo proposicional, pode-se concluir que na classificação dos tipos de funções, /y = o pai de x/ pressupõe e pode ser deduzida da noção de função proposicional.

Porém, Russell não conseguiu eliminar a relação de *indirect aboutness*, pois as funções denotativas ainda se faziam presentes no seu sistema. Para que a relação /y = o pai de x/ seja verdadeira, a função denotativa /o y tal que y gerou x/ deve denotar um único e existente valor para /y/. Entretanto, o valor dessa função satisfaz essas duas condições através de *indirect aboutness*, uma vez que /o pai de x/ originalmente é uma entidade significativa contendo /x/, e esse significado denota um valor que não é propriamente o seu constituinte. Toda a teoria estava atrelada a esse problema porque Russell persistiu na indefinibilidade da função denotativa *the* (o iota invertido de Peano). Isso condiz com o trecho da carta de 1906, mais precisamente com a parte em que Russell reconheceu que falhou ao tentar eliminar o  $\iota$  através de definições. Rodriguez-Consuegra comenta o ocorrido da seguinte forma:

Em um dos muitos “experimentos” lógicos que sempre caracterizam o seu método, ele [Russell] chega à possibilidade de dispensar o “the” por meio de definições precedidas de certas hipóteses. Ele finalmente escreve: “Está claro que  $\iota$  é uma noção lógica fundamental, e que seria apenas uma evasão inventar uma esQUIVA para continuar sem usá-la”. (RODRIGUEZ-CONSUEGRA, 1904, p. 113, tradução nossa)<sup>391</sup>.

<sup>390</sup> Encontra-se em “On Meaning and Denotation”: “Uma função proposicional  $g\xi$  denota proposições  $gx$  nas quais o  $x$  é um constituinte. Mas uma função como ‘o pai de  $\xi$ ’ denota significados contendo  $x$ , mas que denotam, eles próprios, termos que não contêm  $x$ . A diferença essencial não é (ao que parece) entre funções proposicionais e outras funções, mas entre funções cujos valores não denotam e funções cujos valores denotam” (RUSSELL, 1904, p. 351, tradução nossa). No original: “A propositional function  $g\xi$  denotes propositions  $gx$  in which the  $x$  is a constituent. But a function such as ‘the father of  $\xi$ ’ denotes meanings containing  $x$ , but themselves denoting terms not containing  $x$ . The essential difference is not (it would seem) between propositional and other functions, but between functions whose values do not denote, and functions whose values do denote”.

<sup>391</sup> No original: “In one of the many logical ‘experiments’ which always characterize his method, he arrives at the possibility of dispensing with ‘the’ through the use of definitions preceded by certain hypotheses. He finally writes: ‘It is plain that  $\iota$  is a fundamental logical notion, and that it would be merely shirking to invent a dodge for getting on without using it’”. Em outro trecho das *Private notes* de “On Meaning and Denotation”, onde Russell está refletindo sobre se as funções proposicionais são mais fundamentais do que as funções denotativas, ele afirmou: “deve-se observar que, uma vez que  $\iota$  e denotação devem ser indefiníveis, não há sentido em adiar a introdução deles” (RUSSELL, 1904, p. 341, tradução nossa). No original: “It is to be observed that since  $\iota$  and denoting must be indefinable, there is no point in postponing the introduction of them”.



De fato, é preciso concordar com Rodriguez-Consuegra, pois, nas *Private notes*, Russell realçou a importância das funções denotativas descritivas acompanhadas do iota invertido. No final de “On Meaning and Denotation”, Russell disse: “decidimos que todas as funções denotativas são derivadas do  $\iota$ ; ora,  $\iota$  deve ser colocado antes de uma função *proposicional*, [...]. Ou seja, a fórmula geral para uma função denotativa de  $x$  é  $\iota f(x, \eta)$ ” (RUSSELL, 1904, p. 355, tradução nossa)<sup>392</sup>. Essa forma notacional da função denotativa de  $/x/$  pretende mostrar que ela foi deduzida ou derivada de uma função proposicional contendo  $/x/$ . Sendo assim, uma das conclusões de Russell nas *Private notes* é que a forma correta do significado da função denotativa  $/o y$  tal que  $y$  gerou  $x/$  deve ser  $/o ‘\eta$  gerou  $x’/$ . Mas, apesar de algum relativo desenvolvimento da teoria ao se assumir que as funções denotativas são deduzidas das funções proposicionais, o problema principal é que a expressão funcional “ $\iota f(x, \eta)$ ” ainda continuou associada às duas entidades, o seu significado e a possível denotação. Assim, quando “ $\iota f(x, \eta)$ ” ocorre em um todo proposicional, o significado dessa expressão é a entidade constituinte do significado da proposição, mas a proposição é *sobre* a possível denotação. Isso prova que a relação de *indirect aboutness* estava impregnada na teoria de Russell.

Como dito na seção 3.1.1, Russell terminou “On Meaning and Denotation” consciente de que a teoria da denotação deveria ser abandonada, mesmo sem saber como substituí-la. A solução para a teoria da denotação, como foi citado na carta de 1906, acabou impulsionando o sucesso no trabalho dos fundamentos da matemática. Isso ocorreu somente depois da eliminação completa dos conceitos denotativos (as funções denotativas). Contudo, a solução não nasceu em “On Denoting”. Sobre tal questão, este estudo discorda daquela carta de 1906, pois os primeiros passos para a saída do emaranhado teórico está em “On Fundamentals”.

### 3.2.2 O nascimento da noção de símbolo incompleto

De acordo com Urquhart (1994), em janeiro de 1905, outra crise de desânimo e infertilidade filosófica assolou Russell. Essa tormenta psicológica durou por alguns meses, e existem desabafos angustiantes sobre o ocorrido registrados em cartas que Russell enviou a Lucy Donnelly. Pelas informações de Urquhart, no fim do mês de abril de 1905, Russell mudou de residência, e isso foi um movimento positivo para amenizar a sua depressão. Em carta datada de 10 de abril de 1905, Russell escreveu a Lucy Donnelly: “estarei instalado em Oxford por

---

<sup>392</sup> No original: “We have decided that all denoting functions are derived from  $\iota$ ; now  $\iota$  must be put before a *propositional* function, [...]. I.e., the general formula for a denoting function of  $x$  is  $\iota f(x, \eta)$ ”.

volta do dia 24, e então voltarei ao trabalho, o que por um tempo resolverá todos os meus problemas” (RUSSELL, apud URQUHART, 1994, p. XXX, tradução nossa)<sup>393</sup>. Outra carta, datada de 16 de maio de 1905, descreve esse momento de reviravolta psicológica. Russell escreveu a Gilbert Murray: “estou trabalhando muito; e vivendo sem intercorrências” (RUSSELL, apud URQUHART, 1994, p. XXX, tradução nossa)<sup>394</sup>. O cenário aqui narrado permite inferir que dessa vez o retorno ao trabalho foi extremamente frutífero, pois Russell começou a escrever “On Fundamentals” em 7 de junho de 1905. Finalmente, os seus dias de luta contra a teoria dos conceitos denotativos estavam contados.

“On Fundamentals” é um manuscrito extenso e complexo, por esse motivo uma análise completa desse texto extrapola inteiramente o objetivo desta seção. Além disso, há vários trechos que, da perspectiva desta pesquisa, são enigmáticos e incompreensíveis<sup>395</sup>. Para a presente análise, esse texto é dividido em três partes. A terceira parte é a que menos interessa diretamente ao nosso estudo porque ela representa o trabalho lógico inconclusivo de Russell sobre variados assuntos. Entre eles, a teoria dos tipos, o paradoxo do mentiroso, a contradição das classes, a lógica dos quantificadores etc. No entanto, as duas primeiras partes são importantes para a gênese da teoria das descrições. A primeira parte, intitulada *Summary of preceding*, segundo Urquhart (1994), é de algum material anterior não mais existente. Mesmo assim, de acordo com a interpretação aqui apresentada, o que restou do texto original é de fundamental relevância, tendo em vista que o começo para a solução dos problemas está exposto em suas páginas. A segunda parte é composta por uma série de parágrafos enumerados, na qual encontram-se a primeira aparição da distinção entre a ocorrência primária e a ocorrência secundária, o argumento da Elegia de Gray e, por fim, a eliminação contextual dos conceitos denotativos através da noção de símbolo incompleto.

A característica principal de *Summary of preceding*, pelo menos aos olhos desta pesquisa, é que Russell aborda a distinção entre os complexos denotativos e os complexos não denotativos a partir dos tipos de ocorrências dessas expressões no interior de outros complexos proposicionais. Os dois tipos básicos de ocorrências são como ser [*being*] e como significado

---

<sup>393</sup> No original: “I shall be settled in Oxford by about the 24th, and then I shall get back to work, which for a time will solve all my problems for me”.

<sup>394</sup> No original: “I am working very hard; and living uneventfully”.

<sup>395</sup> Também na interpretação de Cartwright, “o documento como um todo representa um trabalho em andamento – um trabalho sobre os fundamentos filosóficos da lógica matemática, aparentemente destinado apenas aos olhos de Whitehead. Sua primeira parte contém uma onda de novos *insights* intercalados com falsos começos, reversões abruptas, inconsistências e obscuridades” (CARTWRIGHT, 1987, pp. 115-16, tradução nossa). No original: “The document as a whole represents work in progress – work on the philosophical underpinnings of mathematical logic, apparently intended for Whitehead’s eyes only. Its first part contains a rush of fresh insights interspersed with false starts, abrupt reversals, inconsistencies, and obscurities”.

[*meaning*]. A princípio, essa forma de abordagem não foi necessariamente uma novidade no trabalho de Russell, considerando que, em *An Analysis of Mathematical Reasoning* e *The Principles of Mathematics*, existem análises a respeito de quando um termo ocorre como termo na proposição em oposição à ocorrência de um conceito. Porém, compreende-se que a perspectiva da análise proposicional foi radicalmente modificada em “On Fundamentals”, uma vez que a ontologia do realismo lógico foi reformulada. Para se ter uma melhor compreensão, no trecho abaixo de *Summary of preceding*, encontram-se as principais características da nova análise proposicional:

Penso que a linha a seguir é esta: todo complexo tem significado e ser. *Qua* significado, ele não é uma entidade, mas um composto de várias. Um complexo pode ocorrer de duas maneiras, como significado ou como entidade. Os complexos podem diferir como significado sem diferir como entidade. O que o complexo *é [is]* é o que chamamos de sua denotação. Não existe entidade que *é [is]* o complexo como significado, porque o complexo como significado não é uma entidade. Um complexo *proposicional* é aquele que é uma proposição: uma proposição não é o que é afirmado, pois isso diz respeito ao complexo como significado. Quando o complexo como significado é afirmado, o que o complexo *é [is]* é verdadeiro. [...]. Desse modo, não podemos usar uma única letra, como *C*, para representar “qualquer complexo”, porque um complexo só se distingue pela *estrutura*; no que diz respeito ao seu ser, não é diferente de uma entidade em geral. Portanto, qualquer notação geral para um complexo deve ter estrutura. Podemos usar  $(Cx)$  para um complexo geral contendo  $x$ . (RUSSELL, 1905, p. 366, tradução nossa)<sup>396</sup>.

Nessa parte introdutória, Russell apresentou duas mudanças radicais na sua filosofia. Essas duas novidades são importantíssimas em razão de terem preparado o caminho para a aplicação da noção de símbolo incompleto na segunda parte de “On Fundamentals”. A primeira grande novidade foi Russell ter deixado de considerar o significado das expressões denotativas como termos, isto é, como autênticas entidades. Com essa nova abordagem, entende-se que Russell começou a corrigir a ontologia do seu realismo lógico, ao mesmo tempo que, do ponto de vista epistemológico, buscou eliminar o *indirect aboutness*. Por ter afirmado que o complexo como significado não é uma entidade, esta pesquisa compreende que o complexo não é a expressão denotativa, mas é o conceito denotativo, isto é, Russell afirmou que o significado das expressões denotativas não é uma entidade. Nesse sentido, uma vez que o significado das

---

<sup>396</sup> No original: “I think the line to take is this: Every complex has meaning and being. *Qua* meaning, it is not one entity, but a compound of several. A complex may occur in two ways, as meaning or as entity. Complexes may differ as meaning without differing as entity. What the complex *is* is what we have called its denotation. There is no entity which *is* the complex as meaning, because the complex as meaning is not one entity. A *propositional* complex is one which is a proposition: a proposition is not what is asserted, since this concerns the complex as meaning. When the complex as meaning is asserted, what the complex *is* is true. [...]. Thus, we cannot use a single letter, such as *C*, to stand for “any complex”, because a complex is only distinguished by *structure*; as far as its being is concerned, it is not different from an entity in general. Thus, any general notation for a complex must have structure. We may use  $(Cx)$  for a general complex containing  $x$ ”.

expressões denotativas são complexos significativos, pode-se concluir que Russell eliminou os conceitos denotativos da ontologia do realismo lógico. Do ponto de vista epistemológico ou da perspectiva do princípio de *acquaintance*, aquela entidade intermediária indicada pela linguagem natural e responsável pela denotação deixou de ser um objeto na mobília do realismo lógico. Evidentemente, isso ainda não representou a eliminação contextual dos conceitos denotativos, mas é uma evidência de que Russell começou a preparar a sua teoria para fazer prevalecer o realismo direto fundamental para o seu realismo lógico.

É importante ressaltar que, mesmo com essa primeira novidade, Russell manteve a característica das expressões denotativas de expressarem os seus significados. Porém, do ponto de vista da ocorrência da entidade, e esse é o ponto central da questão, somente a denotação é o ser do complexo. Rodriguez-Consuegra interpreta da seguinte forma tal decisão de Russell: “embora continuemos a manter a distinção entre significado e denotação, e os complexos denotativos tenham ambos (o que é essencial para a solução dos paradoxos da identidade), o significado agora é algo linguístico e simbólico (como era a indicação nos *Principles*)” (RODRIGUEZ-CONSUEGRA, 1992, p. 200, tradução nossa)<sup>397</sup>.

Na leitura de Rodriguez-Consuegra, Russell reduziu o significado à linguagem e a denotação à realidade. Em parte, Rodriguez-Consuegra tem razão, tendo em vista que a gramática filosófica de *The Principles of Mathematics* admite duas noções semânticas de significados, uma linguística e outra lógica, como foi analisado na seção 2.2.1. Todavia, entende-se que a opinião de Rodriguez-Consuegra não explica completamente a nova situação. Na gramática filosófica de *The Principles of Mathematics*, a relação de indicação associava a palavra a alguma coisa ou a algum conceito, e não se pode perder de vista que coisas e conceitos eram autênticos termos ou, se preferir, entidades. Ora, não é essa visão que está presente em *Summary of preceding*, uma vez que a expressão denotativa pode indicar um significado, mas tal significado não é mais considerado um termo ou entidade. Sendo assim, como explicar o significado expressado pela linguagem natural? Ao que parece, foi nesse momento que Russell abandonou completamente o ponto de vista de 1903, no qual a expressão denotativa da linguagem natural espelha a real entidade indicada pela palavra. Na nova análise proposicional de 1905, a denotação das expressões denotativas foi reduzida à realidade, enquanto o conceito denotativo, isto é, o significado da expressão denotativa, perdeu o *status* de entidade. Portanto, é nesse sentido que o significado aparente se configurou uma noção psicológica associada à

---

<sup>397</sup> No original: “Although we continue to maintain the distinction between meaning and denotation, and denoting complexes have both (which is essential for the solution of the identity paradoxes), meaning is now something linguistic and symbolic (as indication was in the *Principles*)”.

linguagem natural.

A segunda grande novidade foi a recomendação de que a nova análise proposicional deve encontrar os reais constituintes da proposição nas estruturas lógicas proposicionais pré-existentes. Nesse sentido, admitindo que os conceitos denotativos foram eliminados, Russell utilizou as entidades fundamentais da sua lógica filosófica, as funções proposicionais e a variável irrestrita para dar a estrutura última do sentido. Essa foi uma consequência natural da correção ontológica de 1905, pois considerando que os significados aparentes da linguagem natural não são entidades, eles não podem ser os verdadeiros constituintes das proposições. Com isso, na nova análise proposicional de 1905, Russell priorizou encontrar a estrutura formal da proposição em detrimento da gramática filosófica de superfície da linguagem natural. Considera-se que essa tomada de decisão foi importante para o triunfo do realismo direto, pois somente na real estrutura lógica da proposição, pode-se encontrar a estrutura ontológica do mundo. Logo, apenas através de uma análise lógica da linguagem natural é possível exibir as entidades com que se tem efetivo *acquaintance*.

De acordo com o trecho acima de *Summary of preceding*, não há motivos para se concluir que houve o abandono do ponto de vista de que as proposições são autênticas entidades do realismo lógico. O que mudou foi o tratamento que a noção de proposição passou a receber. Isso significa que Russell conseguiu desenvolver uma análise proposicional na qual foi possível identificar e articular essa noção mais profundamente com a lógica simbólica. Na interpretação aqui sugerida, parece que isso ocorreu quando Russell deu relevância à estrutura formal como a característica fundamental de um complexo proposicional. Na filosofia do realismo lógico, essa característica encontrou uma contraparte ontológica, pois de acordo com a citação acima de *Summary of preceding*, Russell fez questão de destacar que o ser desse complexo proposicional não é diferente das demais entidades. Por isso, vale salientar, na esteira das análises de “On Functions, Classes and Relations” e “On Meaning and Denotation”, pode-se compreender que um dos passos da grande reviravolta da teoria de 1905 foi a redução das sentenças da linguagem natural às entidades com estrutura lógica do tipo /Cx/, isto é, uma função proposicional contendo /x/. É possível esclarecer um pouco essa estratégia analisando outro trecho de *Summary of preceding*:

Este ponto pode ser ilustrado assim: suponha que  $(C\hat{y}) = \text{o pai de } \hat{y}$ . Então,  $(C)(\text{Alexandre}) = \text{o pai de Alexandre}$ . Também,  $\text{o pai de Alexandre} = \text{Felipe}$ ; daí  $(C)(\text{Alexandre}) = \text{Felipe}$ . No entanto, podemos supor que dificilmente podemos considerar Felipe como um exemplo de “o pai de  $\hat{y}$ ”, da mesma forma que “o pai de Alexandre” é um exemplo. Mas isso parece ser um erro. As instâncias de  $(C\hat{y})$  devem ser  $(Cy)$  como ser, não como significado, porque o significado não é uma entidade.

Portanto, se  $(C\hat{y}) = \text{“o pai de } \hat{y}\text{”}$ , então  $(C\hat{y})$  denota ambigualmente os membros da classe dos pais. (RUSSELL, 1905, p. 367, tradução nossa)<sup>398</sup>.

De modo geral, o raciocínio acima é um exemplo de redução ao absurdo. Em primeiro lugar, pela substituíbilidade dos idênticos, /Felipe/ é uma instância de /o pai de  $\hat{y}$ /. No entanto, formalmente, esse é um resultado inadequado, pois /Felipe/ é um termo simples, ao passo que /o pai de  $\hat{y}$ / é um termo complexo com determinada estrutura. Porém, Russell alerta para outro erro, se for levado em consideração que o significado /o pai de Alexandre/ é uma instância do significado /o pai de  $\hat{y}$ /. O que Russell quer mostrar com esse raciocínio? Parece que a intenção é esclarecer que /o pai de  $\hat{y}$ / e /o pai de Alexandre/ não podem ser instâncias da função proposicional / $C\hat{y}$ /, uma vez que /o pai de  $\hat{y}$ / e /o pai de Alexandre/ não são entidades, sendo apenas os significados aparentes do respectivo complexo. De fato, como Russell concluiu, a real instância de / $C\hat{y}$ / é a estrutura lógica / $Cy$ /. Assim, / $Cy$ / é a verdadeira entidade significativa e é uma função proposicional, dado que se trata de um complexo que possui como valor uma proposição.

Com essa interpretação, esta pesquisa entende que Russell assumiu que as funções proposicionais são as entidades significativas pré-existentes, isto é, são essas entidades significativas que são os reais constituintes das proposições com as quais se tem *acquaintance*. Em outro trecho Russell diz: “o ponto essencial quando as variáveis são usadas em complexos é que elas expressam um significado ambíguo, bem como denotam um objeto ambíguo” (RUSSELL, 1905, p. 367, tradução nossa)<sup>399</sup>. Ou seja, retomando o exemplo de Russell, dada a expressão “o pai de  $\hat{y}$ ” e analisando-a logicamente, pode-se concluir que o significado ambíguo dessa expressão é logicamente da forma / $C\hat{y}$ /<sup>400</sup> que, por sua vez, denota ambigualmente um e apenas um membro da classe dos pais. Assim, /o pai de Alexandre = Felipe/ é o valor da função proposicional / $C\hat{y} = \hat{w}$ /. Portanto, foi dessa forma que Russell terminou *Summary of preceding*. As duas grandes novidades que foram analisadas, continuam presentes na segunda parte de “On Fundamentals” e dão o suporte teórico necessário para a cartada final da nova teoria das descrições, a introdução da noção de símbolo incompleto.

Na segunda parte de “On Fundamentals”, páginas antes da emergência da nova teoria das

<sup>398</sup> No original: “This point may be illustrated thus: suppose  $(C\hat{y}) = \text{the father of } \hat{y}$ . Then  $(C)(\text{Alexander}) = \text{the father of Alexander}$ . Also, the father of Alexander = Philip; hence  $(C)(\text{Alexander}) = \text{Philip}$ . Nevertheless, we can, one would suppose, hardly regard Philip as an instance of ‘the father of  $\hat{y}$ ’ in quite the same way as ‘the father of Alexander’ is an instance. But this seems to be a mistake. The instances of  $(C\hat{y})$  must be  $(Cy)$  as being, not as meaning, because the meaning is not one entity. Hence if  $(C\hat{y}) = \text{‘the father of } \hat{y}\text{’}$ , then  $(C\hat{y})$  ambiguously denotes the members of the class of fathers”.

<sup>399</sup> No original: “The essential point when variables are used in complexes is that they express an ambiguous meaning as well as denoting an ambiguous object”.

<sup>400</sup> Evidentemente trata-se de uma exposição geral de Russell e, por isso, não foi usado formalmente o  $\hat{y}$ .

descrições, encontra-se a primeira aparição da distinção entre as ocorrências primária e secundária e também o argumento da Elegia de Gray. Considerando que esses dois assuntos são importantes para “On Denoting”, é relevante analisar como eles surgiram em “On Fundamentals”. Primeiramente, Russell retomou o par de ocorrências de um complexo como significado ou como ser. Por sinal, nessa segunda parte do texto, há o seguinte critério para distingui-los: “quando um complexo ocorre como ser, qualquer outro complexo tendo a mesma denotação, ou a própria denotação, pode ser substituído sem alterar a verdade ou a não verdade do complexo em que o dito complexo ocorre” (RUSSELL, 1905, p. 369, tradução nossa)<sup>401</sup>. Disso pode-se inferir que, se um complexo ocorre como significado, a substituição dele por outro altera o valor de verdade do complexo proposicional. Logo em seguida, Russell chama a atenção para um terceiro tipo de ocorrência.

Se um complexo A ocorre em um complexo B, e B ocorre como entidade em um complexo C, então A não ocorre como entidade em C. Assim, por exemplo, considere “As pessoas ficaram surpresas que Scott era o autor de Waverley”. Aqui A = o autor de Waverley, B = Scott era o autor de Waverley, C = as pessoas ficaram surpresas que Scott era o autor de Waverley. Aqui A ocorre como entidade em B: podemos, sem alterar a verdade ou falsidade de B, substituir A por Scott ou qualquer complexo que denota Scott. Mas se substituirmos Scott por A em C, encontramos: “As pessoas ficaram surpresas que Scott era Scott”, de modo que uma proposição verdadeira foi transformada em falsa. Portanto, A não ocorre como entidade em C. A forma de ocorrência de “o autor de Waverley” no caso acima é peculiar. Ele tem uma das marcas da ocorrência como entidade, a saber, que qualquer outra entidade pode ser posta em seu lugar sem perda de significado; mas não tem a outra marca, que um complexo com a mesma denotação pode ser posto em seu lugar sem alterar a verdade ou falsidade da proposição. Assim, parece existir um terceiro modo de ocorrência de um complexo, em que a ocorrência é uma ocorrência de entidade no que diz respeito ao significado e uma ocorrência de significado no que diz respeito à verdade. (RUSSELL, 1905, p. 370, tradução nossa)<sup>402</sup>.

Esse terceiro tipo de ocorrência de um complexo diz respeito às atitudes proposicionais, um tema que até 1905 Russell parece não ter abordado em qualquer texto. Em contextos de atitudes proposicionais do tipo, “X quer saber se  $p$ ”, caso  $p$  seja uma proposição e contenha

---

<sup>401</sup> No original: “When a complex occurs as being, any other complex having the same denotation, or the denotation itself, may be substituted without altering the truth or non-truth of the complex in which the said complex occurs”.

<sup>402</sup> No original: “If a complex A occurs in a complex B, and B occurs as entity in a complex C, then A does not occur as entity in C. Thus e.g., consider ‘People were surprised that Scott was the author of Waverley’. Here A = the author of Waverley, B = Scott was the author of Waverley, C = people were surprised that Scott was the author of Waverley. Here A occurs as entity in B: we may, without altering the truth or falsehood of B, substitute for A either Scott or any complex which denotes Scott. But if we substitute Scott for A and C, we find: ‘People were surprised that Scott was Scott’, so that a true proposition has been turned into a false one. Hence A does not occur as entity in C. The manner of occurrence of ‘the author of Waverley’ in the above case is peculiar. It has one of the marks of occurrence as entity, namely that any other entity can be substituted without loss of significance; but it has not the other mark, that a complex with the same denotation can be substituted without altering the truth or falsehood of the proposition concerned. Thus, there would seem to be a third mode of occurrence of a complex, in which the occurrence is an entity-occurrence as regards significance, and a meaning-occurrence as regards truth”.

uma descrição definida, a substituição da descrição em  $p$  por um nome com a mesma denotação pode alterar o valor de verdade do todo. Por isso, segundo o exemplo da citação acima,  $A$  ocorre como entidade em  $B$ , mas  $A$  ocorre como significado em  $C$ . Essa diferença tem o seguinte resultado: a proposição /As pessoas ficaram surpresas que Scott era o autor de Waverley/ é verdadeira, e a proposição /As pessoas ficaram surpresas que Scott era Scott/ é falsa. Tal caso foi retomado em “On Denoting” na forma do primeiro *puzzle*. Nele, Russell resolveu o primeiro *puzzle* mostrando que a proposição /George IV quer saber se Scott é o autor de Waverley/ é ambígua, uma vez que a descrição definida “o autor de Waverley” desaparece da real estrutura da proposição depois que a análise proposicional esclarece que a descrição pode ter duas ocorrências, uma primária e outra secundária. Logo, o paradoxo da identidade é bloqueado porque em ambas as ocorrências não há nenhum constituinte da forma real da proposição que possa ser substituído por “Scott”.

O desenvolvimento das noções de ocorrência primária e ocorrência secundária e a grande utilidade dessa distinção para a análise proposicional somente foram apresentados em “On Denoting”. Nesse artigo, Russell aplicou essa distinção na resolução dos três *puzzles* lógicos. Sem dúvidas, é uma das contribuições da nova teoria das descrições de 1905, pois através dela é possível eliminar ambiguidades e resolver enigmas produzidos pela linguagem natural ao se associar as duas ocorrências com as diferenças do escopo dos quantificadores e do conectivo da negação. Em “On Fundamentals”, Russell não atingiu esse nível de desenvolvimento, uma vez que apenas formulou as bases para a referida distinção<sup>403</sup>.

---

<sup>403</sup> Na verdade, Russell apresentou em “On Fundamentals” cinco distintos pares de tipos de ocorrências de uma entidade no interior de um complexo. São eles: (a) ou como significado ou como entidade; (b) ou primária ou secundária; (c) ou uma ocorrência de denotação ou de não denotação; (d) ou uma ocorrência analisável ou não analisável; (e) ou uma ocorrência implicada ou não implicada. A classificação em detalhes dos cinco pares de ocorrências e as suas mútuas relações originou uma parte do texto que é altamente confusa e, pode-se dizer, pouco frutífera para o destino da teoria. O que ratifica essa visão é o fato de Russell ter abandonado tais distinções depois de analisar as suas mútuas relações, e no restante de “On Fundamentals” não se encontra nenhuma referência a esses pares de ocorrências. A impressão é que a teoria se tornou inutilmente complexa de tal forma que Russell resolveu abandonar esse experimento porque ele se mostrara ineficaz. Depois disso, o único par que foi objeto de análise de Russell foi o de ocorrências como significado ou como entidade. Hylton corrobora essa perspectiva: “assim que Russell começa a levar em conta essa questão, a teoria resultante se torna muito complicada. Ele traça seis [cinco] distinções inter-relacionadas para acompanhar as várias maneiras pelas quais os conceitos denotativos podem ocorrer dentro de entidades mais complexas. Mesmo assim, parece que a teoria precisa ser ainda mais elaborada para fazer o que é exigido dela. Dessa forma, não há, como eu disse, nenhum argumento demolidor aqui. Há, no entanto, uma discussão tão complexa e tão carente de poder explicativo, que se tem a sensação de uma teoria prestes a ruir sob o seu próprio peso. Os argumentos que Russell toma como decisivos contra a teoria dos conceitos denotativos parecem ser aqueles que envolvem a relação do significado com a denotação” (HYLTON, 1990, p. 254, tradução nossa). No original: “As soon as Russell begins to take this issue into account, the resultant theory becomes very complicated. He draws six [five] interrelated distinctions to keep track of the various ways in which denoting concepts can occur within more complex entities. Even so, it appears that the theory needs to be yet more elaborate if it is to do what is required of it. Thus, there is, as I have said, no knock-down argument here. There is, however, a discussion which is so complex, and so lacking in explanatory power, that one gets the sense of a theory about to collapse under its own weight. The arguments that Russell takes as decisive against the



Quando um complexo *denotativo* A ocorre em um complexo B, ele pode ocorrer de tal maneira que o valor de verdade de B não seja alterado pela substituição de A por qualquer coisa que tenha a mesma denotação. [...]. Esse é o caso de “o autor de Waverley” em “Scott foi o autor de Waverley”, mas não em “as pessoas ficaram surpresas que Scott era o autor de Waverley”. Esse caso só tem importância quando o complexo B é uma proposição, do contrário, como B nunca é verdadeiro, a substituição de A por outras coisas não faz diferença. Chamaremos A de um *constituente primário* de B quando apenas a denotação de A for relevante para o valor de verdade de B, e chamaremos a ocorrência de A de *ocorrência primária* nesse caso; do contrário, falaremos de A como um *constituente secundário* e de sua ocorrência como *ocorrência secundária*. (RUSSELL, 1905, p. 374, tradução nossa)<sup>404</sup>.

Nessa passagem há uma identificação entre, de um lado, um complexo ocorrendo como entidade e um constituinte primário e, do outro, um complexo ocorrendo como significado e um constituinte secundário. Por conta disso, a ocorrência da expressão “o autor de Waverley” na proposição /As pessoas ficaram surpresas que Scott era o autor de Waverley/ é secundária, pois ela ocorre como significado. Ao passo que a ocorrência da mesma expressão na proposição /Scott é o autor de Waverley/ é primária, dado que ela ocorre como ser. Pode-se ver que a distinção entre as ocorrências primária e secundária foi apresentada em “On Fundamentals” de forma ainda rudimentar e páginas antes de Russell introduzir a noção de símbolo incompleto. Assim, é difícil fazer uma comparação imediata com a teoria de “On Denoting”. Contudo, mesmo na forma embrionária, com algum esforço é possível projetar a natureza dessa distinção em atitudes proposicionais. Por exemplo, considerando “X quer saber se p”. Se p for uma proposição, então se a descrição que ocorre em p for substituída apenas em p, obtém-se a ocorrência secundária. Mas, se a descrição que ocorre em p for substituída como um todo na proposição, então obtém-se a ocorrência primária. Mesmo que não se encontre explícita essa interpretação de Russell na época em que trabalhou em “On Fundamentals”, o fato de ele ter associado a ocorrência primária com o complexo denotativo ocorrendo como entidade é bastante esclarecedor. Digo, a ideia fundamental é que, nas ocorrências primárias, qualquer substituição de expressões com a mesma denotação não altera o valor de verdade do complexo

---

theory of denoting concepts appear to be those involving the relation of meaning to denotation”. Isso explica o motivo de, na análise aqui apresentada, dar-se destaque apenas aos dois pares de ocorrências que foram determinantes para o desenvolvimento da nova teoria das descrições, isto é, o par de ocorrências como significado e como entidade e o par de ocorrências como primária e como secundária.

<sup>404</sup> No original: “When a *denoting* complex A occurs in a complex B, it may occur in such a way that the truth-value of B is unchanged by the substitution for A of anything having the same denotation. [...]. This is the case with ‘the author of Waverley’ in ‘Scott was the author of Waverley’, but not in ‘people were surprised that Scott was the author of Waverley’. This case only has importance when the complex B is a proposition, for otherwise, since B is never true, the substitution of other things for A cannot make any difference. We will call A an *primary constituent* of B when only the denotation of A is relevant to the truth-value of B, and we will call the occurrence of A an *primary occurrence* in this case; otherwise, we will speak of A as a *secondary constituent*, and of its occurrence as a *secondary occurrence*”.

proposicional. Dessa forma, essa ideia deu suporte para que em “On Denoting” se encontre a seguinte análise proposicional nos casos em que ocorre falha na denotação, por exemplo, quando se usa o nome “Apolo”: se a ocorrência for primária, a proposição é falsa, se a ocorrência for secundária, a proposição pode ser verdadeira.

Em relação ao argumento da Elegia de Gray, na interpretação que esta pesquisa sugere, tal argumento não precisa ser visto como o argumento fatal contra a teoria dos conceitos denotativos. Entende-se que Russell não tem o argumento fatal contra a relação envolvida entre o significado e a denotação, mas sim um conjunto de problemas que ele encontrou nos textos intermediários. Mais uma vez, vale destacar que na seção 3.1.1 desta pesquisa, mostrou-se que, principalmente em “On Meaning and Denotation”, Russell encontrara vários motivos para reformular a teoria da denotação de *The Principles of Mathematics*. Portanto, o argumento da Elegia de Gray é voltado para um problema importante, mas não o único e/ou o principal da teoria dos conceitos denotativos.

A exposição do argumento da Elegia de Gray feita em “On Fundamentals” parece ser mais esclarecedora a respeito do problema envolvido em se admitir entidades do tipo dos conceitos denotativos. O principal problema origina-se do ponto de vista de que o significado das expressões denotativas é uma entidade e pode ser denotado. Nesse sentido, se o significado pode ser denotado, então existem nomes para esses significados da mesma forma que há proposições que são *sobre* essas entidades. Em *Summary of preceding*, Russell antecipou o argumento da Elegia de Gray, mas o deixou inconclusivo, pois sugeriu que a solução para se nomear e denotar o significado trata-se apenas de uma convenção linguística.

Parece que, se desejamos colocar um significado denotativo em uma posição de entidade e dizer algo sobre o próprio significado só podemos fazê-lo por meio de um conceito denotativo; pois se, em vez de um conceito denotativo, colocarmos o significado em questão, então, uma vez que a posição é uma posição de entidade, estaremos falando não intencionalmente sobre a denotação do significado, em vez de sobre o significado. Assim, só podemos falar de um significado denotativo por meio de conceitos denotativos que denotam o significado em questão. Isso é o que as aspas fazem: elas dão um conceito denotativo que denota o significado do que está entre as aspas. (RUSSELL, 1905, p. 363, tradução nossa)<sup>405</sup>.

Como se pode ver, Russell adotou o recurso linguístico das aspas para se transformar o

---

<sup>405</sup> No original: “It seems that if we wish to put a denoting meaning in an entity-position, and say something about the meaning itself, we can only do so by means of a denoting concept; for if, instead of a denoting concept, we put the meaning in question, then, since the position is an entity-position, we shall be talking unintentionally about the denotation of the meaning instead of about the meaning. Thus, a denoting meaning can only be spoken of by means of denoting concepts which denote the meaning in question. This is what inverted commas do: they give a denoting concept which denotes the meaning of what is between the inverted commas”.

significado em uma entidade que possa ser denotada. A solução ali proposta é demasiada simples, pois é suficiente colocar a expressão denotativa entre aspas para se falar *sobre* o significado daquela expressão. Nesse sentido, “C” denota o significado de C. Visto que *Summary of preceding* é o que restou de um texto inacabado, não é possível saber se Russell tinha consciência da ineficácia desse primeiro ponto de vista. A questão deixada em aberto foi: as aspas resolvem o problema que não é de natureza linguística, mas de natureza lógica e ontológica? Na segunda parte de “On Fundamentals”, Russell retornou ao tema.

Quando um conceito tem significado e denotação, se queremos dizer algo sobre o significado, devemos colocá-lo em uma posição de *entidade*; mas se o colocarmos em uma posição de entidade, estaremos realmente falando sobre a denotação, não sobre o significado, pois isso sempre acontece quando um complexo denotativo é colocado em qualquer posição de entidade. Assim, para falar sobre o significado, devemos substituir o significado por algo que *denota* o significado. Portanto, os significados dos complexos denotativos somente podem ser abordados por meio de complexos que denotam esses significados. Isso é o que fazem os complexos entre aspas. Se dizemos “‘qualquer homem’ é um complexo denotativo”, “qualquer homem” representa “o significado do complexo ‘qualquer homem’”, que é um conceito denotativo. Mas isso é circular; pois usamos “qualquer homem” para explicar “qualquer homem”. E o círculo é inevitável. Pois, se dissermos “o significado de qualquer homem”, isso representará o significado da denotação de qualquer homem, que não é o que queremos. (RUSSELL, 1905, pp. 381-82, tradução nossa)<sup>406</sup>.

No trecho acima, há a identificação do círculo vicioso envolvido quando se tenta falar *sobre* os significados ou a denotação das expressões denotativas, pois conceitos denotativos são de fato coisas que não podem ter ser. Essas entidades colocaram Russell em um verdadeiro dilema: se os conceitos denotativos são entidades, então há proposições *sobre* os conceitos denotativos; ao mesmo tempo, quando se coloca o conceito denotativo em uma posição de entidade, descobre-se que não há proposições *sobre* os conceitos denotativos. Kaplan, com razão, destaca outra consequência indesejável da teoria dos conceitos denotativos. Segundo ele, “a longa e difícil passagem da Elegia de Gray é um ataque frontal aos conceitos denotativos. Ela pretende mostrar que não poderia haver tais coisas, ou, se houvessem, elas teriam propriedades inaceitáveis (como ser inominável)” (KAPLAN, 2005, p. 972, tradução nossa)<sup>407</sup>.

---

<sup>406</sup> No original: “When a concept has meaning and denotation, if we wish to say anything about the meaning, we must put it in an *entity*-position; but if we put it itself in an entity-position, we shall be really speaking about the denotation, not the meaning, for that is always the case when a denoting complex is put in any entity-position. Thus, in order to speak about the meaning, we must substitute for the meaning something which *denotes* the meaning. Hence the meanings of denoting complexes can only be approached by means of complexes which denote those meanings. This is what complexes in inverted commas are. If we say “‘any man’ is a denoting complex”, ‘any man’ stands for “the meaning of the complex ‘any man’”, which is a denoting concept. But this is circular; for we use ‘any man’ in explaining ‘any man’. And the circle is unavoidable. For if we say, ‘the meaning of any man’, that will stand for the meaning of the denotation of any man, which is not what we want”.

<sup>407</sup> No original: “The long and difficult Gray’s Elegy passage is a head-on attack on denoting concepts. It purports to show that there could not be such things, or, if there were, they would have unacceptable properties (such as

A saída para esses problemas, a princípio, foi o uso das aspas para representar a expressão que denota o significado. Porém, de acordo com a natureza lógica dos conceitos denotativos, as aspas são ineficazes devido à mútua aplicação das noções de significado e denotação. Sendo assim, o resultado não pode ser outro, tendo em vista que a natureza lógica dos conceitos denotativos necessariamente implica em um círculo vicioso, isto é, sempre que se fala *sobre* o significado ou a denotação de uma expressão denotativa, alcança-se como resultado outras expressões que possuem também significado e denotação, e esse ciclo leva a um regresso ao infinito<sup>408</sup>. A característica da dualidade das expressões denotativas juntamente com a mútua aplicação das noções de significado e denotação estão ilustradas na seguinte passagem de “On Fundamentals”:

(1) Se C é um complexo denotativo, “o significado de C” não *denota* o significado de C, mas o significado da denotação de C. (2) Se C é um complexo denotativo, “a denotação de C” não *significa* a denotação de C, mas “a denotação de C”. Esses dois fatos mostram a indissociabilidade do significado e da denotação, e a impossibilidade de construir um simbolismo que irá evitar a necessidade de distinguir os dois lados nos complexos. Pois ambos, “o significado de C” e “a denotação de C”, têm os dois lados e são, portanto, de nenhuma forma menos ambíguo do que “C”. (RUSSELL, 1905, pp. 382-83, tradução nossa)<sup>409</sup>.

---

being unnameable)”.  
 being unnameable)”).

<sup>408</sup> Essa leitura da Elegia de Gray não é novidade entre os estudiosos da teoria da denotação. Por exemplo, encontram-se leituras semelhantes em Hylton e Rodriguez-Consuegra. Hylton entende que “vamos colocar essas questões em termos de nosso exemplo. Começamos com a ideia de que *o professor de Platão* denota Sócrates. Uma proposição que afirma isso, vimos, não pode conter ela mesma o conceito denotativo que ela *é sobre*. Para que haja tal proposição, ela deve conter um outro conceito denotativo, um conceito denotativo de segundo nível, poderíamos dizer, que denota o conceito denotativo *o professor de Platão*. Mas agora está claro que estamos diante de uma hierarquia infinita de conceitos denotativos. [...] A regressão que temos discutido é certamente deste último tipo, vicioso” (HYLTON, 1990, pp. 250-51, tradução nossa). No original: “Let us put these issues in terms of our example. We began with the idea that *the teacher of Plato* denotes Socrates. A proposition which states this, we saw, cannot itself contain the denoting concept which it is about. If there is to be such a proposition, it must contain a further denoting concept, a second-level denoting concept, we might say, which denotes the denoting concept *the teacher of Plato*. But now it is clear that we are faced with an infinite hierarchy of denoting concepts. [...] The regress that we have been discussing is surely of the latter, vicious, sort”. Por sua vez, Rodriguez-Consuegra explica que “qualquer tentativa de falar sobre o significado ou a denotação de uma frase denotativa nos leva a outras frases que, se a teoria estiver correta, também precisam ter significado e denotação, que é enfim circular. Portanto, os argumentos difíceis de ‘On Denoting’ tornam-se um tanto simplificados, assim que se percebe que o tipo de círculo vicioso que Russell tinha em mente era da forma de uma regressão ao infinito, o que não fica muito claro em ‘On Denoting’” (RODRIGUEZ-CONSUEGRA, 1992, p. 203, tradução nossa). No original: “any attempt to speak about the meaning or the denotation of a denoting phrase leads us to other phrases which, if the theory is correct, also need to have meaning and denotation, which is finally circular. Therefore, the difficult arguments from ‘On Denoting’ become somewhat simplified, as soon as one realizes that the type of vicious circle Russell had in mind was of the form of an endless regress, which is not made very clear in ‘On Denoting’”.

<sup>409</sup> No original: “(1). If C is a denoting complex, ‘the meaning of C’ does not *denote* the meaning of C, but the meaning of the denotation of C. (2). If C is a denoting complex, ‘the denotation of C’ does not *mean* the denotation of C, but ‘the denotation of C’. These two facts show the indissolubility of meaning and denotation and the impossibility of inventing a symbolism which will avoid the necessity of distinguishing the two sides in complexes. For ‘the meaning of C’ and ‘the denotation of C’ both have the two sides and are therefore in no way less two-fold than ‘C’ itself”.

Dessa forma, a indissociabilidade das noções de significado e denotação é inescapável. A indissociabilidade é a causa da impossibilidade de haver proposições *sobre* os conceitos denotativos. Todavia, essa indissociabilidade é a causa comum de todos os problemas que fizeram Russell compreender, em outros textos intermediários já analisados, que a sua teoria da denotação estava definitivamente arruinada. Sendo assim, se Russell não tinha o argumento fatal contra a teoria dos conceitos denotativos, ao menos ele identificou o grande problema causador de várias anomalias em sua teoria desde 1903.

Todos esses defeitos comprometeram a teoria de forma acachapante, uma vez que o significado e a denotação das expressões denotativas são noções logicamente inseparáveis. Por isso, qualquer recurso linguístico, as aspas ou outro qualquer, são inteiramente ineficazes porque não se avança em nada, do ponto de vista do poder explicativo, ao se assumir qualquer convenção linguística. Dessa maneira, a importância do argumento da Elegia de Gray é colocar em evidência três pontos fracos da teoria dos conceitos denotativos. Uma dificuldade é de natureza lógica, pois Russell não conseguiu explicar a relação lógica entre “C” e C. Dito de outra forma, a teoria carece de uma explicação suficiente sobre a forma como o significado denota a denotação. A outra dificuldade é de natureza ontológica, dado que no realismo lógico de Russell os conceitos denotativos são termos e tudo pode ocorrer como termo nas proposições. Contudo, não há proposições *sobre* os conceitos denotativos. A última dificuldade é de natureza epistemológica, uma vez que a impossibilidade de haver proposições *sobre* os conceitos denotativos não é impedimento para a mente ter *acquaintance* com os significados das expressões denotativas. Sendo assim, o argumento da Elegia de Gray tem o seu lugar de relevância, mas esse argumento não precisa ser entendido como o argumento fatal porque esses três pontos fracos, separados ou simultaneamente, estão implícitos em todos os outros problemas da teoria da denotação desde 1903.

Com essa interpretação do argumento da Elegia de Gray é possível entender como a primeira parte, *Summary of preceding*, está estritamente ligada à segunda parte de “On Fundamentals”, pois ela antecedeu a solução definitiva para os problemas da teoria dos conceitos denotativos. No final da exposição do argumento da Elegia de Gray, exatamente no parágrafo que antecede a introdução da noção de símbolo incompleto, Russell fez a seguinte afirmação: “temos agora não um complexo com os dois aspectos de significado e denotação, mas duas entidades, ‘C’, o complexo, e C, a denotação de ‘C’” (RUSSELL, 1905, p. 383, tradução nossa)<sup>410</sup>.

---

<sup>410</sup> No original: “We have now not one complex with the two aspects of meaning and denotation but two entities, ‘C’, the complex, and C, the denotation of ‘C’”.

As duas mudanças radicais na filosofia de Russell, analisadas anteriormente naquele trecho de *Summary of preceding*, possuem estreita relação com essa última citação. Em primeiro lugar, encontra-se a mesma perspectiva da primeira novidade de *Summary of preceding*. Russell promoveu uma correção ontológica no seu realismo lógico, pois eliminou a possibilidade de as expressões denotativas estarem associadas às duas entidades, o significado e a denotação. A correção ontológica se deu estritamente no fato de o significado das expressões denotativas deixarem de ser considerados termos, ou seja, entidades autossuficientes. Em segundo lugar, da mesma forma que na segunda novidade de *Summary of preceding*, Russell reduziu o significado a uma noção linguística e identificou a denotação com a realidade. Isso significa que, na nova análise proposicional, o significado aparente das expressões denotativas da linguagem natural é enganador, pois as expressões denotativas escondem as reais entidades que são os constituintes das proposições. O verdadeiro complexo significativo são as funções proposicionais, que informalmente Russell chamou de o complexo “C”. A segunda entidade, Russell representou por C, e essa é a realidade, uma vez que C é a denotação de “C”, quando houver denotação. Portanto, o caminho estava aberto para a grande reviravolta na filosofia de Russell.

O próximo passo, e realmente o mais importante, foi a introdução da noção de símbolo incompleto. Isso ocorreu no parágrafo 40 de “On Fundamentals”. Nesse parágrafo, Russell adotou uma diferente análise lógica da proposição e apresentou as ideias básicas da nova teoria das descrições, que se tornaram famosas no artigo “On Denoting”. Porém, essa informação muitas vezes não está presente nas interpretações de importantes pesquisadores. É comum encontrar relevantes leituras sobre a origem, tanto da teoria das descrições de 1905 quanto da noção de símbolo incompleto, que perdem de vista os detalhes de “On Fundamentals”. A seguir, destacam-se alguns exemplos que corroboram essa injusta perspectiva.

Penso que não há dúvida de que *OD* [*On Denoting*] e a noção de um símbolo incompleto ali desenvolvida desempenharam um papel crucial em permitir que Russell alcançasse tudo o que ele desejava alcançar por uma teoria de classes sem assumir que existem classes. (HYLTON, 1990, p. 266, tradução nossa)<sup>411</sup>.

O poder da teoria substitucional vem da maneira como ela explora a noção de um símbolo incompleto. Essa noção, embora não esse nome, aparece pela primeira vez em “On Denoting” (abreviarei esse artigo como O.D.), mas a concentração em descrições definidas torna o assunto difícil de entender em sua plena generalidade. (HYLTON, 2005, p. 95, tradução nossa)<sup>412</sup>.

<sup>411</sup> No original: “There is, I think, no doubt that *OD*, and the notion of an incomplete symbol developed there, played a crucial role in enabling Russell to achieve everything that he wished to achieve by a theory of classes without assuming that there are classes”.

<sup>412</sup> No original: “The power of the substitutional theory comes from the way in which it exploits the notion of an

De qualquer forma, o uso da expressão “símbolo incompleto” em Russell é novamente posterior à teoria das descrições *per se*. (RODRÍGUEZ-CONSUEGRA, 2000, p. 12, tradução nossa)<sup>413</sup>.

Russell passou a chamar as expressões às quais esse princípio se aplica de “símbolos incompletos”. Um uso significativo dessa ideia ocorre em *PM* [*Principia Mathematica*], onde a expressão para a extensão de uma função proposicional é tratada como um símbolo incompleto. (KAPLAN, 2005, p. 951, tradução nossa)<sup>414</sup>.

A principal realização *técnica* de “On Denoting” foi, como vimos, a regra de tradução específica destinada a eliminar descrições definidas de todos os contextos sentenciais. [...]. Com essa imagem em mente, definimos um símbolo como *incompleto* quando ele não contribui com nenhum constituinte simples ou complexo para a proposição que ajuda a transmitir. (COFFA, 1991, p. 110, tradução nossa)<sup>415</sup>.

Descrições definidas, argumentou Russell, são “símbolos incompletos”. [...]. Elas têm um uso em sentenças, mas não nomeiam entidades. O mesmo é verdade, sugere o *Principia Mathematica*, para as “classes”; as classes também são “convenções linguísticas simbólicas”, usadas para fazer afirmações sobre funções de funções proposicionais. (PASSMORE, 1996, p. 229, tradução nossa)<sup>416</sup>.

Todos esses excelentes autores ou associam o surgimento da noção de símbolo incompleto ao artigo “On Denoting” ou acabam dando mais importância à maneira com que Russell encontrou para aplicá-la como um dispositivo eliminativo nos *Principia Mathematica*. Contudo, essa não é a melhor forma de se abordar a gênese da teoria das descrições de Russell, pois não faz sentido negligenciar o exato lugar do nascimento da noção de símbolo incompleto. Sendo assim, guiado por esse objetivo é necessário recuar e analisar o parágrafo 40 de “On Fundamentals”. O trecho no qual ocorreu o abandono completo da teoria dos conceitos denotativos é o seguinte: “nessa concepção, ‘o autor de Waverley’ não tem nenhum significado por si só, mas as proposições nas quais ocorre têm significado. Assim, no que diz respeito a expressões denotativas desse tipo, a questão do significado e da denotação deixa de existir” (RUSSELL, 1905, p. 384, tradução nossa)<sup>417</sup>.

---

incomplete symbol. This notion, although not this name, first appears in ‘On Denoting’ (I shall abbreviate this article as O.D.), but the concentration on definite descriptions there makes the matter hard to grasp in its full generality”.

<sup>413</sup> No original: “In any case, the use of the expression ‘incomplete symbol’ in Russell is again later than the theory of descriptions *per se*”.

<sup>414</sup> No original: “Russell came to call expressions to which this principle applies ‘incomplete symbols’. A significant use of this idea occurs in *PM* where the expression for the extension of a propositional function is treated as an incomplete symbol”.

<sup>415</sup> No original: “The main *technical* achievement of ‘On Denoting’ was, as we saw, the particular translation rule intended to eliminate definite descriptions from all sentential contexts. [...]. With this image in mind, we define a symbol as *incomplete* when it contributes no simple or complex constituent to the proposition it helps convey”.

<sup>416</sup> No original: “Definite descriptions, Russell had argued, are ‘incomplete symbols’. [...]. They have a use in sentences, but they do not name entities. The same is true, *Principia Mathematica* suggests, of ‘classes’; classes, too, are ‘symbolic linguistic conventions’, used in order to make statements about functions of propositional functions”.

<sup>417</sup> No original: “On this view, ‘the author of Waverley’ has no significance at all by itself, but propositions in which it occurs have significance. Thus, in regard to denoting phrases of this sort, the question of meaning and

De fato, é preciso reconhecer que, nesse parágrafo e no restante de “On Fundamentals”, Russell não usou a expressão “símbolo incompleto” para qualificar as expressões denotativas. Todavia, entende-se que a ausência dessa nomenclatura não descaracteriza a utilização da técnica eliminativa por definição contextual. Ao ter qualificado a expressão “o autor de Waverley” da forma que fez, Russell claramente estava definindo-a com o expediente da noção de símbolo incompleto, pois essa expressão por si só é desprovida de significado, apesar de contribuir para o significado superficial da sentença. Dessa forma, trata-se de uma definição eliminativa, pois a análise lógica mostra que as sentenças que possuem expressões denotativas do tipo “o autor de Waverley” não expressam proposições nas quais /o autor de Waverley/ é uma entidade constituinte da estrutura lógica da proposição. Portanto, a correção ontológica do realismo lógico estava concluída porque os significados das expressões denotativas não são qualquer entidade nas proposições, isto é, os conceitos denotativos deixaram de ser termos autossuficientes e/ou unidades lógicas<sup>418</sup>.

Como dito anteriormente na análise de *Summary of preceding*, a correção ontológica também levou Russell a abandonar o ponto de vista de que a forma sentencial aparente espelha a real estrutura proposicional. A noção de símbolo incompleto realiza em plenitude essa perspectiva, pois apesar de as expressões denotativas contribuírem contextualmente para os significados das sentenças, Russell mostrou que essa contribuição é apenas superficial e associada psicologicamente à linguagem natural. A ideia fundamental é que a análise lógica das sentenças que contêm símbolos incompletos termina em outra sentença capaz de espelhar verdadeiramente a estrutura formal da proposição. Dessa maneira, essa estrutura formal qualifica-se como uma linguagem logicamente perfeita, na qual nada se corresponde às descrições contidas nas sentenças da linguagem natural. Portanto, a noção de símbolo incompleto introduziu no método de análise da proposição um novo critério balizador: o princípio de que somente a análise lógica pode mostrar a real forma da proposição.

---

denotation ceases to exist”.

<sup>418</sup> Encontra-se em *My Philosophical Development* “uma prova” que levou Russell a analisar a descrição definida como um símbolo incompleto: “o ponto central da teoria das descrições era que uma expressão pode contribuir para o significado de uma sentença sem ter nenhum significado isoladamente. Disso, no caso de descrições, existe uma prova precisa: se ‘o autor de Waverley’ significasse outra coisa que não ‘Scott’, ‘Scott é o autor de Waverley’ seria falso, o que não é. Se ‘o autor de Waverley’ significasse ‘Scott’, ‘Scott é o autor de Waverley’ seria uma tautologia, o que não é. Portanto, ‘o autor de Waverley’ não significa ‘Scott’ nem qualquer outra coisa, isto é, ‘o autor de Waverley’ não significa nada, Q.E.D.” (RUSSELL, 1959, p. 85, tradução nossa). No original: “The central point of the theory of descriptions was that a phrase may contribute to the meaning of a sentence without having any meaning at all in isolation. Of this, in the case of descriptions, there is precise proof: If ‘the author of Waverley’ meant anything other than ‘Scott’, ‘Scott is the author of Waverley’ would be false, which it is not. If ‘the author of Waverley’ meant ‘Scott’, ‘Scott is the author of Waverley’ would be a tautology, which it is not. Therefore, ‘the author of Waverley’ means neither ‘Scott’ nor anything else, i.e., ‘the author of Waverley’ means nothing, Q.E.D.”.



Russell começou com a definição eliminativa dos conceitos denotativos formados pelo “*the*”, justamente no parágrafo 40 de “On Fundamentals”. Há uma relação direta entre a escolha de se definir primeiramente o  $\iota$  e a declaração feita naquela carta enviada a Philip Jourdain, datada de 15 de março de 1906 e citada no início de 3.2.1. Nessa carta, Russell reforçou a importância de ter conseguido definir o  $\iota$  para o sucesso do seu trabalho posterior. Isso talvez explique o porquê de Russell ter, tanto em “On Fundamentals” quanto em “On Denoting”, concentrado-se principalmente na explicação das descrições definidas. Seja como for, a primazia das descrições definidas em relação aos outros conceitos denotativos reforça a importância filosófica e matemática dessas expressões para a teoria da identidade e a teoria da definição. Não à toa, no final de “On Denoting”, Russell escreveu dois parágrafos para destacar as vantagens da sua nova teoria das descrições para o campo da filosofia da matemática. Sendo assim, em relação à definição eliminativa dos conceitos denotativos com o “*the*”, Russell fez os seguintes passos em “On Fundamentals”.

Seja C um complexo denotativo inequívoco (podemos agora eliminar as aspas); então nós temos [1]  $(\exists y): C$  denota  $y: C$  denota  $z. \supset_z. z=y$ .

Então, o que é comumente expresso por  $\phi'C$  será substituído por [2]  $(\exists y): C$  denota  $y: C$  denota  $z. \supset_z. z=y: \phi'y$ .

Assim, por exemplo,  $\phi'$ (o autor de Waverley) torna-se [3]  $(\exists y):$  “o autor de Waverley” denota  $y: \text{“o autor de Waverley”}$  denota  $z. \supset_z. z=y: \phi'y$ .

Assim, “Scott é o autor de Waverley” torna-se [4]  $(\exists y):$  “o autor de Waverley” denota  $y: \text{“o autor de Waverley”}$  denota  $z. \supset_z. z=y: \text{Scott}=y$ .

Isso, então, foi o que surpreendeu as pessoas, bem como poderia. Nessa visão, não devemos introduzir  $\iota'u$  de forma alguma, mas colocaremos

[5]  $\phi'\iota'u. = :(\exists y): y \in u: z \in u. \supset_z. z=y: \phi'y$ . Isso define todas as proposições sobre  $\iota'u$ , que é tudo o que precisamos. (RUSSELL, 1905, pp. 383-84, tradução nossa)<sup>419</sup>.

As passagens de [1] a [5] mostram gradativamente a definição eliminativa do conceito denotativo /o autor de Waverley/. As análises de [1] a [4] ainda encontram uma sentença que expressa uma proposição que possui o significado de “o autor de Waverley” como constituinte. O passo final é dado em [5], dele é possível inferir que “o autor de Waverley” é um símbolo incompleto, uma vez que o significado de “o autor de Waverley” não se corresponde a nenhuma entidade na proposição. Russell não se preocupou em registrar os motivos ou citar as referências que o levaram a [5]. Contudo, há evidências de que novamente a influência de Peano foi

<sup>419</sup> No original: “Let C be an unambiguously denoting complex (we may now drop the inverted commas); then we have  $(\exists y): C$  denotes  $y: C$  denotes  $z. \supset_z. z=y$ . Then what is commonly expressed by  $\phi'C$  will be replaced by  $(\exists y): C$  denotes  $y: C$  denotes  $z. \supset_z. z=y: \phi'y$ . Thus e.g.  $\phi'$ (the author of Waverley) becomes  $(\exists y):$  ‘o author of Waverley’ denotes  $y: \text{‘o author of Waverley’}$  denotes  $z. \supset_z. z=y: \phi'y$ . Thus ‘Scott is the author of Waverley’ becomes  $(\exists y):$  ‘o author of Waverley’ denotes  $y: \text{‘o author of Waverley’}$  denotes  $z. \supset_z. z=y: \text{Scott}=y$ . This, then, was what surprised people, as well it might. On this view, we shall not introduce  $\iota'u$  at all, but put  $\phi'\iota'u. = :(\exists y): y \in u: z \in u. \supset_z. z=y: \phi'y$ . This defines all propositions about  $\iota'u$ , which is all we need”.

determinante, pois a definição enunciada em [5] assemelha-se simbolicamente aos recursos da lógica de Peano. Segundo Urquhart, Russell tinha conhecimento que Peano havia utilizado a definição contextual em um dos seus textos. Urquhart explica que “ele [Peano] define  $\iota a$  como o único elemento da classe  $a$ , desde que  $a$  tenha exatamente um membro. Em suas notas para essa definição condicional, ele observa que, embora o sinal  $\iota a$  não seja definido diretamente, o sinal pode ser eliminado em qualquer contexto em que ocorra” (URQUHART, 1994, p. XXXVI, tradução nossa)<sup>420</sup>.

Portanto, é muito provável que a noção de símbolo incompleto tenha as suas raízes na lógica de Peano. Apesar dessa inspiração, Russell aprimorou a noção de símbolo incompleto e utilizou as funções proposicionais no lugar da noção de membro pertencente à classe. Por isso, em “On Denoting”, a análise lógica de  $\phi$ (o pai de Charles II) alcança a forma lógica  $\exists y (y \text{ gerou Charles II} \wedge (x)(x \text{ gerou Charles II} \supset x=y) \wedge \phi y)$ <sup>421</sup>. Outra questão interessante presente em [5] é que a forma lógica  $\exists y (y \in u : z \in u. \supset_z. z=y : \phi' y)$  também reivindica as três condições de existência, unicidade e predicção. Dessa forma, a proposição  $\exists y (y \in u : z \in u. \supset_z. z=y : \phi' y)$  é verdadeira se somente se satisfazer cada uma dessas três condições. Para se ter uma visão mais clara a respeito dos diferentes recursos simbólicos que Russell utilizou, vale a pena colocar lado a lado as respectivas condições e a tradução formal de “o pai de Charles II foi executado”.

Condições	“On Fundamentals”	“On Denoting”
Existência: que existe algo que é o pai de Charles II.	$\exists y : y \in u$	$\exists y (y \text{ gerou Charles II})$
Unicidade: que somente uma coisa é o pai de Charles II.	$z \in u. \supset_z. z=y$	$(x)(x \text{ gerou Charles II} \supset x=y)$
Predicação: que a única coisa que é o pai de Charles II também foi executado.	$\phi' y$	$\phi' y$

Assim, pode-se ver que a definição lógica do  $\iota$  que Russell fez em “On Fundamentals” não foi idêntica simbolicamente à apresentada em “On Denoting”, mas as ideias básicas são as mesmas. De modo geral, em “On Denoting”, Russell aplicou um sistema de lógica similar ao sistema que se conhece hoje como a lógica de primeira ordem com identidade. Em vista disso,

<sup>420</sup> No original: “He defines  $\iota a$  as the unique element of the class  $a$  provided  $a$  has exactly one member. In his notes to this conditional definition, he remarks that although the sign  $\iota a$  is not defined directly, the sign can be eliminated in any context in which it occurs”. Rodríguez-Consuegra (2000) também explora essa influência de Peano em Russell a respeito da definição eliminativa do  $\iota$ . Para maiores detalhes, sugere-se a leitura do artigo “Frege, Peano and Russell on descriptions: a comparison”.

<sup>421</sup> A tradução literal utilizada por Russell é: “Não é sempre falso de  $x$  que  $x$  gerou Charles II e que  $x$  foi executado e que ‘se  $y$  gerou Charles II,  $y$  é idêntico a  $x$ ’ é sempre verdadeiro de  $y$ ” (RUSSELL, 1905, p. 417, tradução nossa). No original: “It is not always false of  $x$  that  $x$  begat Charles II and that  $x$  was executed and that ‘if  $y$  begat Charles II,  $y$  is identical with  $x$ ’ is always true of  $y$ ”.

para se manter fiel aos fatos, é preciso recuperar os créditos de “On Fundamentals” e o seu devido lugar na celebrada teoria das descrições de Russell. No que diz respeito aos outros casos dos conceitos denotativos, há poucas informações a respeito. Contudo, também é possível encontrar as ideias preliminares surgindo através da definição eliminativa dos conceitos denotativos formados pelo “*a*” e pelo “*every*”.

A mesma teoria, ao que parece, pode ser aplicada para complexos denotativos ambíguos como “um homem”. Diremos que “um homem” não significa nada por si só, mas que

$\phi$ ‘(um homem)  $\text{.}=\text{.} (\exists x). x \varepsilon \text{ homem} . \phi'x$  Df.

$\phi$ ‘(todo homem)  $\text{.}=\text{.} (x): x \varepsilon \text{ homem} . \supset . \phi'x$  Df.

(RUSSELL, 1905, p. 385, tradução nossa)<sup>422</sup>.

Russell, mais uma vez, expressou-se à moda da lógica de Peano. Mas, em “On Denoting”, as funções proposicionais foram incorporadas na análise. Nesse último artigo,  $C$ (um homem) significa  $\text{.} / (\exists x)(Cx \wedge x \text{ é humano}) /$  e  $C$ (todo homem) significa  $\text{.} / (x)(x \text{ é humano} \supset Cx) /$ <sup>423</sup>. Já foi explicado, nas seções anteriores desta pesquisa, que uma das funções da teoria dos conceitos denotativos em *The Principles of Mathematics* foi dar conta da teoria da quantificação e da variável irrestrita. Nesse livro de 1903, Russell tinha a consciência de que a variável era um dos elementos primitivos da lógica e da matemática. Porém, devido à natureza ambígua dessa noção, a variável foi tida como um dos elementos que levantam mais discussões. Pode-se verificar, em “On Fundamentals”, a mesma atitude de Russell, pois a variável passou a estar ainda mais em evidência, mesmo sendo uma noção inexplicável.

O ponto interessante que descobrimos acima é que *any* é genuinamente mais fundamental do que outros conceitos denotativos; estes últimos podem ser explicados por aquele, mas não o contrário. E o próprio *any* não é fundamental de modo geral, mas apenas na forma de *anything*. *Anything* parece ser exatamente o mesmo que *a variável*. Quando dizemos “ $\phi$  ‘*anything*’”, dizemos exatamente o mesmo quando dizemos “ $\phi$  ‘*x*’”. Deveríamos, é claro, simplesmente dizer que “*anything*” é uma ideia primitiva, se não fosse pelo fato de que não podemos esclarecer a relação de seu significado com a sua denotação. (RUSSELL, 1905, pp. 387-88, tradução nossa)<sup>424</sup>.

<sup>422</sup> No original: “The same theory, it would seem, may be applied to ambiguously denoting complexes such as ‘a man’. We shall say that ‘a man’ means nothing at all by itself, but that  $\phi$ ‘(a man)  $\text{.}=\text{.} (\exists x). x \varepsilon \text{ man} . \phi'x$  Df.  $\phi$ ‘(every man)  $\text{.}=\text{.} (x): x \varepsilon \text{ man} . \supset . \phi'x$  Df.”

<sup>423</sup> A tradução literal utilizada por Russell é: “‘ $C$ (um homem)’ significa ‘É falso que ‘ $C(x)$  e  $x$  é humano’ é sempre falso’. ‘ $C$ (todo homem)’ significa “Se  $x$  é humano, então  $C(x)$  é verdadeiro’ é sempre verdadeiro” (RUSSELL, 1905, p. 417, tradução nossa). No original: “‘ $C$ (a man)’ means ‘It is false that ‘ $C(x)$  and  $x$  is human’ is always false’. ‘ $C$ (all men)’ means “If  $x$  is human, then  $C(x)$  is true’ is always true”.

<sup>424</sup> No original: “The interesting point which we have elicited above is that *any* is genuinely more fundamental than other denoting concepts; they can be explained by it, but not it by them. And *any* itself is not fundamental in general, but only in the shape of *anything*. *Anything* seems to be exactly the same as *the variable*. When we say ‘ $\phi$  ‘*anything*’, we say just the same as when we say ‘ $\phi$  ‘*x*’. We should, of course, simply say that ‘*anything*’ is a primitive idea, if it were not for the fact that we cannot get clear as to the relation of its meaning to its denotation”.

Quando Russell eliminou os conceitos denotativos do seu realismo lógico, a variável e a função proposicional assumiram o papel de constituírem as reais entidades proposicionais. Russell parece ter seguido esse caminho na citação acima, uma vez que */anything/* traz consigo todos os problemas insolúveis da relação entre o significado e a denotação. Por outro lado, a perspectiva de 1905 é de que não há proposições do tipo  $\phi$  *'anything/*, tendo em vista que a estrutura formal da proposição é constituída pela entidade  $\phi$  *'x/*<sup>425</sup>. Com isso, a nova análise da proposição, iniciada em “On Fundamentals”, alterou radicalmente a análise proposicional de *The Principles of Mathematics* e dos textos intermediários. Com a noção de símbolo incompleto e a eliminação dos conceitos denotativos, a tentativa malsucedida de “On Meaning and Denotation” de se livrar da relação de *indirect aboutness* pôde satisfatoriamente ser realizada em “On Fundamentals”. O trecho seguinte dá suporte a essa afirmação:

A teoria acima nos leva ao resultado de que *todas* as funções denotativas não são significativas em si mesmas, e somente são significativas quando ocorrem como constituintes de proposições. Daí, todos os complexos tornam-se não denotativos: eles serão algo como proposições, funções proposicionais, modos de combinação etc. (RUSSELL, 1905, p. 384, tradução nossa)<sup>426</sup>.

Dessa forma, Russell foi além de apenas mostrar que todas as funções denotativas são derivadas de funções proposicionais. Esse primeiro passo foi dado em “On Meaning and Denotation”, mas somente isso não foi o suficiente para eliminar os problemas da relação entre o significado e a denotação e, conseqüentemente, a relação de *indirect aboutness*. Todavia, uma vez que no realismo lógico de 1905 somente há complexos não denotativos, Russell conseguiu reestabelecer o realismo direto de *The Principles of Mathematics*. Nesses termos, todos os complexos foram reduzidos às estruturas proposicionais *sobre /x/* e, o que é fundamental para o realismo direto, */x/* é um constituinte da proposição. De acordo com o ponto de vista de 1905, a análise das sentenças da linguagem natural termina quando forem encontradas as reais entidades lógicas proposicionais com que se tem *acquaintance*. Dado que essas entidades são as funções proposicionais e as variáveis, é de se esperar que essa teoria tenha causado alguma

---

<sup>425</sup> No início de “On Denoting”, Russell expressou esse ponto de vista: “minha teoria, resumidamente, é a seguinte. Considero a noção de *variável* como fundamental; uso ‘C(x)’ para significar uma proposição [função proposicional] na qual x é um constituinte, onde x, a variável, é essencialmente e totalmente indeterminada” (RUSSELL, 1905, p. 416, tradução nossa). No original: “My theory, briefly, is as follows. I take the notion of the *variable* as fundamental; I use ‘C(x)’ to mean a proposition [propositional function] in which x is a constituent, where x, the variable, is essentially and wholly undetermined”.

<sup>426</sup> No original: “The above theory leads to the result that *all* denoting functions are meaningless in themselves, and are only significant when they occur as constituents of propositions. Hence all complexes become undenoting: they will be such as propositions, propositional functions, modes of combination, etc”.

surpresa. Urquhart, por exemplo, cita uma troca de cartas entre Moore e Russell. Moore escreveu a Russell dia 23 de outubro de 1905, “você diz que ‘todos os constituintes das proposições que apreendemos são entidades com as quais temos *acquaintance* imediato’. Temos, então, *acquaintance* imediato com a variável? E que tipo de entidade é ela?” (MOORE, apud URQUHART, 1994, p. XXXV, tradução nossa)<sup>427</sup>. Russell respondeu dois dias depois:

Admito que a pergunta que você levanta sobre a variável é intrigante, assim como todas as perguntas sobre ela. O ponto de vista ao qual usualmente me inclino é que temos *acquaintance* imediato com a variável, mas ela não é uma entidade. Depois, outras vezes, acho que é uma entidade, mas indeterminada. No primeiro ponto de vista, ainda há um problema de significado e denotação no que diz respeito à própria variável. Confesso que apenas reduzi o problema da denotação ao problema da variável. Esta última é terrivelmente difícil, e parece haver objeções igualmente fortes a todos os pontos de vista em que pude pensar. (RUSSELL, apud URQUHART, 1994, p. XXXV, tradução nossa)<sup>428</sup>.

Por esse motivo, a noção de símbolo incompleto e o princípio de *acquaintance* estão filosoficamente articulados e são fundamentais para a teoria das descrições de “On Denoting”. É importante ressaltar que preocupações sobre a ontologia e a epistemologia caminharam lado a lado com o desenvolvimento das investigações sobre a lógica e os fundamentos da matemática na filosofia de Russell. Desde a época de *An Analysis of Mathematical Reasoning* e *The Principles of Mathematics*, as reflexões sobre a relação entre a mente e as entidades fundamentais da lógica filosófica tinham o pressuposto de que essa relação era familiar, direta e imediata. Em 1905, esse traço da teoria permaneceu idêntico, exceto que a noção de símbolo incompleto modificou as entidades com que a mente pode ter *acquaintance*.

Para concluir esta seção, a teoria dos conceitos denotativos foi uma anomalia na filosofia do realismo lógico de Russell que o incomodou até 1905. A solução parcial para essa anomalia está nas páginas de *Summary of preceding*, e a cartada final está na segunda parte de “On Fundamentals”. Em decorrência dessa constatação, “On Fundamentals” faz jus aos méritos por ser considerado o texto original da teoria das descrições de Russell.

---

<sup>427</sup> No original: “You say ‘all the constituents of propositions we apprehend are entities with which we have immediate acquaintance’. Have we, then, immediate acquaintance with the variable? And what sort of entity is it?”.

<sup>428</sup> No original: “I admit that the question you raise about the variable is puzzling, as are all questions about it. The view I usually incline to is that we have immediate acquaintance with the variable, but it is not an entity. Then at other times I think it is an entity, but an indeterminate one. In the former view, there is still a problem of meaning and denotation as regards the variable itself. I only profess to reduce the problem of denoting to the problem of the variable. This latter is horribly difficult, and there seem equally strong objections to all the views I have been able to think of”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta tese foi colocada sob análise a longa trajetória filosófica percorrida por Russell até a elaboração final da teoria das descrições de 1905. Até certo ponto, se levar-se em consideração que este estudo apresenta uma interpretação a respeito da gênese da teoria de “On Denoting”, não há nada de incomum. Contudo, a curiosidade latente e a vontade de ir além aguçaram o desejo de retroceder a investigação até os manuscritos que deram origem ao famoso artigo. Normalmente, os comentadores optam por traçar a origem da teoria das descrições na teoria dos conceitos denotativos de *The Principles of Mathematics*. Com o avançar desta pesquisa, o desconforto com várias “pontas soltas” nessa leitura padrão foi aumentando e, em função disso, adotou-se a estratégia de retrair o caminho percorrido por Russell nos manuscritos que antecederam “On Denoting”. Isso permitiu definir uma perspectiva histórica e filosófica que recompõe o pano de fundo complexo do desenvolvimento teórico de Russell.

Ao resgatar as influências históricas e filosóficas de Russell ficaram claros os motivos que o fizeram, em primeiro lugar, tentar construir uma filosofia idealista inspirada em elementos das filosofias de Bradley, Ward e Kant e, em segundo lugar, romper com essa tradição e desenvolver a perspectiva filosófica do realismo lógico em parceria com Moore. Essa reviravolta teórica de Russell não foi fortuita, tendo-se em vista que ela foi guiada pelo projeto maior de fundamentar a matemática em princípios lógico-filosóficos, inaugurando uma parceria de vários anos de trabalho com Whitehead.

Russell trabalhou no projeto fundacional da matemática entre os anos de 1894 e 1898 através do ambicioso projeto idealista de uma dialética das ciências. Porém esse projeto viria a fracassar, uma vez que Russell encontrara a contradição da relatividade em todo o campo da matemática. Foi preciso algum tempo para Russell compreender que a causa dessa contradição era exclusivamente a sua teoria idealista das relações internas. Do ponto de vista desta pesquisa, esse obstáculo mostrou-se bastante relevante para a gênese da teoria das descrições. Russell tornou-se de fato consciente da contradição da relatividade no manuscrito *An Analysis of Mathematical Reasoning*, que fora abandonado em meados de 1898. Nesse manuscrito, a teoria das relações internas chocou-se com a primeira teoria realista e pluralista dos termos e das proposições de Russell. A forma que ele encontrou para apaziguar esse choque foi introduzir na gramática filosófica a noção de protorrelação. No entanto, as protorrelações se mostraram ineficazes quando Russell avançou na análise das relações transitivas assimétricas da matemática. Esse fracasso foi determinante para ele abandonar o idealismo e a teoria das relações internas. Em 1899, no artigo “The Classification of Relations”, Russell foi adiante com

a filosofia do realismo lógico, uma vez que adotara completamente o pluralismo dos termos, incluindo a externalidade e a irreduzibilidade das relações.

Por conta disso, *An Analysis of Mathematical Reasoning* e “The Classification of Relations” merecem destaque nesta tese porque marcam o momento do rompimento de Russell com o idealismo e o início do desenvolvimento da filosofia do realismo lógico. Para a gênese da teoria das descrições, *An Analysis of Mathematical Reasoning* é igualmente fundamental, pois foram em suas páginas que nasceram os precursores dos conceitos denotativos e do princípio de *acquaintance*. Depois desse manuscrito, Russell aprimorou várias teses da filosofia do realismo lógico, incluindo sua metafísica, sua epistemologia e a sua análise proposicional, além de apresentar uma nova abordagem fundacionalista com o programa logicista. De fato, esses acontecimentos marcaram o início de uma nova trajetória de trabalho no projeto fundacional da matemática. O conhecimento matemático de Russell evoluiu bastante com a compreensão das teorias de autores como Cantor, Dedekind e Weierstrass. Na área da lógica, Russell se surpreendeu com a aplicabilidade técnica da lógica simbólica de Peano e, pouco tempo depois, conheceu a lógica simbólica de Frege. O resultado de todo esse progresso intelectual apareceu em 1903 no livro *The Principles of Mathematics*. Nesta tese, analisaram-se vários temas que foram aperfeiçoados por Russell em *The Principles of Mathematics*. Vale a pena enumerar aqueles que possuem relação direta com o problema da denotação:

- 1) A perspectiva epistemológica de Russell reforçou o antipsicologismo na lógica e colocou a mente como passiva e receptora dos objetos do conhecimento, uma vez que as entidades no realismo lógico são autossuficientes e imunes às restrições das mentes. A noção de *acquaintance* foi usada de forma irrestrita, no sentido de que a mente é capaz de ter conhecimento direto e imediato, seja com objetos concretos, seja com objetos abstratos. O princípio de *acquaintance* não foi textualmente enunciado, mas foi usado implicitamente para explicar a apreensão e o conhecimento das proposições.
- 2) A metafísica do realismo lógico expandiu a noção de termo, o que o afastou definitivamente da epistemologia de Kant. Russell elaborou a metafísica pluralista e realista através da noção primitiva de “termo”, centrada na ideia básica de que cada um dos termos tem Ser independente de nós o pensarmos e das suas relações com o espaço e o tempo. A proposição, seja ela verdadeira ou falsa, possui Ser e é constituída por termos com o mesmo *status* ontológico.
- 3) A gramática filosófica evoluiu para uma segunda teoria dos termos e das

proposições. Russell refinou a análise proposicional por meio de uma classificação específica da ocorrência lógica dos termos no interior da unidade proposicional. Apesar de tudo ser um termo, estes podem ocorrer nas proposições como coisas ou conceitos. Nas proposições, coisas só podem ocorrer como termos, mas os conceitos podem ocorrer como termos e/ou como conceitos. O que caracteriza a ocorrência de um autêntico termo na proposição é a natureza lógica da proposição *ser sobre* [*to be about*] ele.

- 4) Russell utilizou duas relações semânticas em sua gramática filosófica: a indicação e a denotação. A relação de indicação é linguística: trata-se da relação entre uma palavra e um termo. Por exemplo: (a) um nome próprio indica o objeto nomeado, e este somente pode ocorrer como termo na proposição; (b) um adjetivo indica um conceito-classe, e este pode ocorrer como termo e/ou conceito na proposição; e (c) um verbo indica uma relação, e esta pode ocorrer como termo e/ou como conceito na proposição. A relação de denotação é lógica, pois ocorre entre dois termos. Russell introduziu a teoria da denotação para dar conta da generalidade e da variável irrestrita na lógica e na matemática. A denotação acontece quando um conceito-classe se transforma num conceito denotativo. Isso acontece quando o conceito-classe é precedido por termos quantificacionais e/ou por um termo que pressupõe unicidade. Por exemplo: (a) um termo pode denotar inequivocamente um único termo quando precedido pelo */the/*; (b) um termo pode denotar ambigualmente uma classe de termos quando precedido por */all/*, */every/*, */any/*, */a/*, */some/* e similares; e (c) um termo pode não denotar termo algum quando for um conceito denotativo da classe nula.

Uma das principais singularidades da noção de proposição de Russell é que a proposição contém os termos indicados pelas palavras. Essa perspectiva caracteriza o realismo direto de Russell, pois nos casos das proposições nas quais os termos constituintes foram indicados, a relação de *acquaintance* com a proposição é direta porque não há termos intermediários entre a sentença e a proposição. Por outro lado, a teoria dos conceitos denotativos alterou radicalmente essa tese do realismo lógico de Russell, uma vez que introduziu na gramática filosófica o conceito de *indirect aboutness*. Este pode ser explicado assim: a proposição que contém um conceito denotativo não é *sobre* o conceito denotativo, mas é *sobre* outra entidade que não é um dos seus constituintes. Dessa forma, a entidade com a qual a mente possui *acquaintance* é o significado da expressão denotativa e, havendo relação com o termo denotado



(o que nem sempre ocorre), essa relação é indireta. Com isso, Russell introduz, no nível epistemológico, a distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento *about something* (ou conhecimento denotativo ou conhecimento por descrição).

De 1903 a 1905, Russell se deu conta dos problemas que o *indirect aboutness* introduzira no seu realismo lógico. A tomada de consciência se deu quando Russell refletiu sobre a filosofia psicológica de Meinong no artigo “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”. Essas reflexões fizeram Russell voltar a sua preocupação para a sua teoria epistemológica e a relação desta com a lógica filosófica. Com a intenção de reforçar a sua objeção à teoria dos objetos de Meinong, especialmente aos objetos inexistentes e aos objetos imanes, Russell refinou o seu princípio de *acquaintance* e a distinção entre o conhecimento por *acquaintance* e o conhecimento por descrição. Antes de elaborar a nova teoria das descrições, Russell precisou implementar duas novidades no princípio de *acquaintance*:

- 1) A primeira foi que a relação de *acquaintance* com os nomes próprios vazios passou a ser através do significado do nome (um conceito denotativo na forma de uma descrição definida) que denota o objeto indiretamente. Assim, Russell admitiu pela primeira vez que alguns nomes próprios são nomes descritivos ou nomes próprios aparentes. Nesse sentido, esse também foi o momento em que Russell começou a entender que a linguagem natural não espelha fielmente a forma lógica da proposição. Essa novidade se encontra no artigo “On the Meaning and Denotation of Phrases” de 1903.
- 2) A segunda foi a expansão da primeira novidade, isto é, Russell restringiu o alcance da noção de *acquaintance* às propriedades ou às funções proposicionais. Dessa forma, esse passo significou que Russell compreendeu que toda a linguagem natural é enganosa, uma vez que todos os nomes próprios são nomes descritivos. Russell começara a buscar os nomes logicamente próprios. Essa novidade foi apresentada no artigo “On Fundamentals” de 1905.

Contudo, apesar das novidades acima, a teoria dos conceitos denotativos e o *indirect aboutness* continuavam trazendo perturbações ao realismo direto de Russell. Pode-se destacar dois problemas centrais que levaram ao fracasso da teoria dos conceitos denotativos:

- 1) A teoria dos conceitos denotativos introduziu no realismo lógico uma relação similar à que ocorre na teoria da verdade como correspondência porque há uma

dependência entre o valor de verdade do significado proposicional e o valor de verdade da correspondente proposição denotada. Russell tomou consciência desse problema em 1904 no artigo “On Meaning and Denotation”, e isso o fez declarar que a teoria da denotação deveria ser abandonada.

- 2) O problema do famoso argumento da Elegia de Gray, cuja primeira aparição foi em 1905 no artigo “On Fundamentals”. Nesse argumento, Russell tentou mostrar o círculo vicioso envolvido quando se tenta falar sobre o significado ou a denotação das expressões denotativas. Esta tese sugere que esse argumento ressalta três fraquezas da teoria dos conceitos denotativos. A primeira é de natureza lógica, uma vez que Russell não dá conta de explicar a relação lógica entre “C” e C, isto é, a teoria dos conceitos denotativos não explica como o significado denota a denotação. A segunda é de natureza ontológica, pois os conceitos denotativos são autênticos termos e tudo pode ocorrer como termo nas proposições. Porém, não há proposições *sobre* os conceitos denotativos. A terceira é de natureza epistemológica, dado o fato de não haver proposições *sobre* os conceitos denotativos não impedirem a mente de ter *acquaintance* com os significados das expressões denotativas.

O primeiro avanço feito por Russell para se livrar da teoria dos conceitos denotativos foi compreender que estes últimos não precisavam ser considerados termos primitivos e indefiníveis da sua lógica filosófica. Assim, Russell abandonou o ponto de vista de “On Functions, Classes and Relations” de 1904 e em “On Meaning and Denotation” de 1904, Russell assumiu a tese de que as funções proposicionais são os termos fundamentais e as funções denotativas podem ser deduzidas daquelas. A vantagem dessa visão para o seu realismo direto é que os valores das funções proposicionais seriam proposições não denotativas. Todavia, Russell, em 1904, ainda não tinha recursos para a definição eliminativa do *the* e, portanto, o *indirect aboutness* persistia no seu realismo lógico.

O passo decisivo foi apresentado em “On Fundamentals” de 1905. Por isso, esta tese recomenda que esse artigo seja reconhecido como o verdadeiro lugar de nascimento da teoria das descrições de 1905. Em “On Fundamentals”, Russell reformulou a ontologia do seu realismo lógico, e isso alterou tanto a análise proposicional quanto a perspectiva epistemológica da sua lógica filosófica. As mudanças na filosofia de Russell estão listadas abaixo:

1. Os significados das expressões denotativas não são mais autênticos termos, isto

é, os conceitos denotativos foram eliminados da ontologia do realismo lógico. A proposição passou a ser analisada de forma diferente, pois Russell abandonara definitivamente o ponto de vista de que as expressões denotativas da linguagem natural correspondem a alguma entidade na proposição. Não se trata de negar que as expressões denotativas expressam significados, mas sim de associar esses significados aparentes às noções linguísticas ou psicológicas. Isso quer dizer que, no nível lógico proposicional, os reais constituintes da proposição são as funções proposicionais e a variável irrestrita. Assim, são essas estruturas formais pré-existentes que dão a estrutura lógica do sentido proposicional; e a denotação da proposição é reduzida à realidade.

2. O fato de os conceitos denotativos terem sido eliminados da ontologia do realismo lógico também atingiu diretamente o *indirect aboutness*. Do ponto de vista epistemológico, não havia mais espaço para as entidades intermediárias entre a palavra e o termo denotado, de tal forma que o princípio de *acquaintance* restringiu o conhecimento de proposições ao conhecimento de funções proposicionais contendo /x/. Portanto, considera-se que o realismo direto retomou a primazia no realismo lógico de Russell, uma vez que é na estrutura lógica da proposição que se encontra a estrutura ontológica do mundo.
3. Essas duas mudanças prepararam o caminho para a introdução da noção de símbolo incompleto no parágrafo 40 de “On Fundamentals”. Com a noção de símbolo incompleto Russell introduziu na sua lógica filosófica um dispositivo eliminativo dos conceitos denotativos através da definição contextual. Com esse expediente, completou-se a gênese da teoria das descrições, porque restaram apenas complexos não denotativos no realismo lógico de Russell. Isto posto, compreende-se que o realismo direto de *The Principles of Mathematics* foi reestabelecido em 1905 na nova teoria das descrições. No entanto, o pano de fundo filosófico da teoria de 1905 é completamente diferente daquela de 1903, pois a teoria de 1905 dependeu da articulação filosófica entre a noção de símbolo incompleto e o princípio de *acquaintance*. Mas como se mostrou nesta tese, a forma como Russell chegou a essas noções em 1905 dependeu de um longo e complexo desenvolvimento do seu pensamento.

Para concluir, talvez se pudesse esperar que esta seção final fosse uma análise pormenorizada de “On Denoting”. Mas, desde o início desta tese, deixou-se claro que o foco da

pesquisa não estava no texto “On Denoting” em si mesmo, mas em vários textos de Russell que são ignorados ou pouquíssimo explorados por renomados pesquisadores. E, nesse sentido, a análise que este trabalho apresenta parece satisfazer a esse objetivo. No entanto, esta seção final não deixará “On Denoting” passar despercebido, posto que a seguir apresenta-se uma tabela com o objetivo de mapear as origens das passagens importantes desse artigo. Nessa tabela, segue-se a divisão em quatro partes feita por Russell do seu texto: (1) apresentação da nova teoria das descrições; (2) discussão das teorias de Frege e Meinong e por que essas teorias são incoerentes; (3) as razões em favor da nova teoria das descrições; e (4) as consequências filosóficas da nova teoria das descrições<sup>429</sup>. A tabela está organizada em duas colunas: na primeira, encontra-se a sequência temática dos parágrafos de “On denoting”; e, na segunda, identifica-se nos escritos anteriores a “On Denoting” a origem desses temas, além de se fazer menção às páginas desta tese nas quais esses temas foram analisados.

Primeira parte.	
ON DENOTING	TEXTOS ANTERIORES
Russell inicia o artigo definindo que uma expressão é denotativa em virtude da sua forma. Russell apresenta três casos distintos.	Os três casos apresentados por Russell estão entre os seis tipos de conceitos denotativos de <i>The Principles of Mathematics</i> . Págs.: 164 a 166, 172 e 173.
Russell explica a importância do tema da denotação para a teoria do conhecimento utilizando o princípio de <i>acquaintance</i> . Russell também distingue o conhecimento por <i>acquaintance</i> e o conhecimento por descrição.	O princípio de <i>acquaintance</i> e os dois tipos de conhecimentos associados a ele surgiram em <i>An Analysis of Mathematical Reasoning</i> e <i>The Principles of Mathematics</i> . Essas noções foram sendo refinadas ao longo dos textos intermediários. Págs.: 65, 120 a 123, 163, 167, 198 a 204, 218 a 220.

<sup>429</sup> As palavras de Russell são: “O curso do meu argumento será o seguinte. Começarei expondo a teoria que pretendo defender; discutirei então as teorias de Frege e Meinong, mostrando por que nenhuma delas me satisfaz; então darei os fundamentos em favor de minha teoria; e, finalmente, indicarei brevemente as consequências filosóficas de minha teoria” (RUSSELL, 1905, pp. 415-16, tradução nossa). No original: “The course of my argument will be as follows. I shall begin by stating the theory I intend to advocate; I shall then discuss the theories of Frege and Meinong, showing why neither of them satisfies me; then I shall give the grounds in favour of my theory; and finally I shall briefly indicate the philosophical consequences of my theory”.

<p>Russell apresenta a nova análise proposicional levando em conta as funções proposicionais e a variável como elementos fundamentais e indefiníveis da sua lógica filosófica. Os conceitos denotativos são tratados como símbolos incompletos.</p>	<p>Em <i>The Principles of Mathematics</i> e “On the Meaning and Denotation”, Russell já considerava as noções de variável e função proposicional como fundamentais e indefiníveis. Porém, em “On Fundamentals”, a análise proposicional foi modificada com a introdução da noção de símbolo incompleto. Págs.: 148, 149, 156 a 161, 227 a 230, 236, 246 a 251.</p>
<p>Segunda parte.</p>	
<p>ON DENOTING</p>	<p>TEXTOS ANTERIORES</p>
<p>Russell analisa a proposta de Meinong a respeito dos casos de sentenças com denotação ausente. A solução de Meinong é rejeitada, pois na visão de Russell os objetos inexistentes não respeitam a lei da contradição.</p>	<p>No artigo “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, encontram-se trechos similares dessa interpretação polêmica de Russell sobre os objetos inexistentes de Meinong. Págs.: 170, 195 e 196.</p>
<p>Russell analisa a proposta de Frege a respeito dos casos de sentenças com denotação ausente. Russell rejeita essa proposta porque entende que adotar a denotação convencional é uma solução artificial.</p>	<p>Nos artigos “On the Meaning and Denotation of Phrases”, “Points about Denotation”, “The Existential Import of Propositions”, “On Meaning and Denotation” e “On Functions, Classes and Relations”, Russell analisou os casos da denotação ausente e adotou a denotação convencional para evitar lacunas de valores de verdade. Págs.: 212 a 216 e 227.</p>
<p>Terceira parte.</p>	
<p>ON DENOTING</p>	<p>TEXTOS ANTERIORES</p>
<p>Puzzle 1: a substitutividade da identidade.</p>	<p>Em “On Fundamentals” Russell analisou o caso: /As pessoas ficaram surpresas que Scott era o autor de Waverley/ (V). Substituindo /Scott/ pela descrição: /As pessoas ficaram surpresas que Scott era Scott/ (F). Págs.: 238 e 239.</p>

Puzzle 2: a lei do terceiro excluído.	Ao longo da discussão sobre a denotação ausente, no texto “On the Meaning and Denotation of Phrases”, Russell cogitou que: /o atual Rei da França é calvo/ e /o atual Rei da França não é calvo/, não são ambas nem verdadeiras nem falsas. Pág.: 212 e 213.
Puzzle 3: uma não entidade não pode ser o sujeito lógico de uma proposição.	Em “Meinong’s Theory of Complexes and Assumptions”, Russell analisou o problema de afirmar /a diferença entre $a$ e $b$ não tem Ser/ quando $a$ e $b$ são idênticos. Págs.: 196 e 197.
O argumento da Elegia de Gray.	O argumento da Elegia de Gray apareceu em “On Fundamentals”. Págs.: 241 a 244.
A resolução dos três puzzles.	Na resolução dos três puzzles, Russell utilizou a noção de símbolo incompleto e a distinção entre as ocorrências primárias e secundárias. Págs.: 239 a 241, 245 e 247.
Quarta parte.	
ON DENOTING	TEXTOS ANTERIORES
Russell explica a importância da sua teoria das descrições tanto para a interpretação das definições matemáticas quanto para a teoria da identidade.	Nessas passagens Russell destaca a relevância da noção de símbolo incompleto para a nova análise proposicional. Porém, em <i>The Principles of Mathematics</i> , Russell já sabia da importância do conceito denotativo /o $x$ / para a filosofia da matemática. Pág.: 165.
Russell cita o princípio de <i>acquaintance</i> . Além disso, Russell afirma que a mente de outras pessoas e a matéria física só são conhecidas através de funções proposicionais.	O princípio de <i>acquaintance</i> nasceu em <i>An Analysis of Mathematical Reasoning</i> e <i>The Principles of Mathematics</i> . A <i>acquaintance</i> com funções proposicionais apareceu somente em “On Fundamentals”. Págs.: 65, 121 e 218 a 220.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSIS, A. K. T. A Experiência do Balde de Newton. In: *Reflexões sobre os Fundamentos da Física Moderna*, pp. 49-61. Edited by A. F. Siqueira and J. B. Bastos Filho. Maceio: Edufal, 1997.
2. AYER, A. J. *Russell and Moore: The Analytical Heritage*. United Kingdom: Macmillan Press LTD, 1971.
3. BEISER, F. C. *Late German Idealism: Trendelenburg and Lotze*. United Kingdom: Oxford University Press, 2013.
4. BLANCHÉ, R. *História da Lógica de Aristóteles a Bertrand Russell*. Tradução de Antônio J. Pinto Ribeiro. São Paulo: Edições 70, 1985.
5. BOYER, C. B. *História da Matemática*. Tradução Elza F. Gomide. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1996.
6. BRADLEY, F. H. *The Principles of Logic*. United Kingdom: Kegan Paul, Trench, & CO, 1883.
7. \_\_\_\_\_. *Appearance and Reality: A Metaphysical Essay*. 3ª ed. New York: The Macmillan Company, 1899.
8. CARTWRIGHT, R. On the origins of Russell's Theory of Descriptions. In: *Philosophical Essays*, pp. 95-133. England: The MIT Press, 1987.
9. \_\_\_\_\_. Russell and Moore, 1898-1905. In: *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*, pp. 108-127. Edited by Nicholas Griffin. New York: Cambridge University Press, 2003.
10. CHRUDZIMSKI, A. Meinong's version of the Description Theory. *Russell*. N.S. 27, pp. 73-85, summer 2007.
11. COFFA, J. A. *The semantic tradition from Kant to Carnap: to the Vienna Station*. Edited by Linda Wessels. USA: Cambridge University Press, 1991.
12. FINDLAY, J. N. *Meinong's Theory of Objects and Values*. 2ª ed. United Kingdom: Oxford Clarendon Press, 1963.
13. FREGE, G. [1879]. Begriffsschrift: eine der aritmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens (Selections Preface and Part I). In: *The Frege Reader*, pp. 47-78. Edited by Michael Beaney. USA: Blackwell Publishing Ltd, 1997.
14. \_\_\_\_\_. [1884]. *The Foundations of Arithmetic: a logico-mathematical enquiry into the concept of number*. Traduzido por J. L. Austin. USA: Basil Blackwell & Mott, 1960.
15. \_\_\_\_\_. [1891]. Letter to Husserl. In: *The Frege Reader*, pp. 149-150. Edited by Michael Beaney. USA: Blackwell Publishing Ltd, 1997.

16. \_\_\_\_\_. [1891]. Function and Concept. In: *The Frege Reader*, pp. 130-148. Edited by Michael Beaney. USA: Blackwell Publishing Ltd, 1997.
17. \_\_\_\_\_. [1892]. On Concept and Object. In: *The Frege Reader*, pp. 181-193. Edited by Michael Beaney. USA: Blackwell Publishing Ltd, 1997.
18. \_\_\_\_\_. [1892]. On Sinn and Bedeutung. In: *The Frege Reader*, pp. 151-171. Edited by Michael Beaney. USA: Blackwell Publishing Ltd, 1997.
19. \_\_\_\_\_. [1897]. Logic. In: *Gottlob Frege: The Posthumous Writings*, pp. 126-151. Edited by Hans Hermes; Friedrich Kambartel; Friedrich Kaulbach. Traduzido por Peter Long; Roger White. Oxford: Basil Blackwell, 1979.
20. \_\_\_\_\_. [1904]. Letter Frege to Russell. In: *Gottlob Frege Mathematical and Philosophical Correspondence*, pp. 160-165. Edited by Gottfried Gabriel; Hans Hermes; Friedrich Kambartel; Christian Thiel; Albert Veraart. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
21. \_\_\_\_\_. [1918]. The Thought. In: *The Frege Reader*, pp. 325-345. Edited by Michael Beaney. USA: Blackwell Publishing Ltd, 1997.
22. GALAUGHER, J. *Russell's Philosophy of Logical Analysis: 1897-1905*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2013.
23. GARCIADIEGO, A. R. *Bertrand Russell and the Origins of the Set-theoretic Paradoxes*. USA: Birkhauser Verlag Basel, 1992.
24. GONZÁLEZ PORTA, M. A. Platonismo e Intencionalidade: a propósito de Bernard Bolzano I. *Syntese*, V. 29, N°. 94, pp. 251-275, 2002.
25. \_\_\_\_\_. A polêmica em torno ao Psicologismo de Bolzano a Heidegger. *Syntese*, V. 31, N°. 99, pp. 107-131, 2004.
26. GRATTAN-GUINNESS. How did Russell write *The Principles of Mathematics* (1903)? *Russell*. N.S. 16, pp. 101-127, winter 1996-97.
27. GRIFFIN, N. *Russell's Idealist Apprenticeship*. USA: Oxford University Press, 1991.
28. \_\_\_\_\_. Russell's Philosophical Background. In: *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*, pp. 84-107. Edited by Nicholas Griffin. USA: Cambridge University Press, 2003.
29. \_\_\_\_\_. Russell on the Nature of Logic (1903-1913). *Syntese*, V. 45, pp. 117-188, 1980.
30. \_\_\_\_\_. Denoting Concepts in *The Principles of Mathematics*. In: *Bertrand Russell and the origins of Analytical Philosophy*, pp. 23-64. Edited by Ray Monk and Anthony Palmer. United Kingdom: Thoemmes Press, 1996.
31. GRIFFIN, N.; GODDEN, D. Psychologism and the Development of Russell's account of Propositions. *History and Philosophy of Logic*, V. 30, N° 2, pp. 171-186, 2009.



32. HYLTON, P. *Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy*. USA: Oxford Clarendon Press, 1990.
33. \_\_\_\_\_. *Propositions, Functions, and Analysis: Selected Essays on Russell's Philosophy*. USA: Oxford Clarendon Press, 2005.
34. KAPLAN, D. Reading 'On Denoting' on its Centenary. *Mind*, V. 114, N° 456, pp. 933-1003, 2005.
35. MOORE, G. E. The Nature of Judgment. *Mind*, New Series, V. 8, N° 30, pp. 176-193, 1898.
36. \_\_\_\_\_. [1901-1902]. Truth and Falsity. In: *G. E. Moore Selected Writings*, pp. 20-22. Edited by Thomas Baldwin. London: Routledge, 1993.
37. \_\_\_\_\_. [1903]. The Refutation of Idealism. In: *G. E. Moore Selected Writings*, pp. 23-44. Edited by Thomas Baldwin. London: Routledge, 1993.
38. \_\_\_\_\_. Review of Russell 'An Essay on the Foundations of Geometry'. *Mind*, V. 8, N° 31, pp. 397-405, 1899.
39. NIEL, L. I. Semántica y Ontología. Reflexiones em torno a la Wissenschaftslehre de Bolzano. *Pensamiento*, V. 69, N°. 261, pp. 939-962, 2013.
40. PARDEY, U. *Frege on Absolute and Relative Truth: an introduction to the practice of interpreting philosophical texts*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2012.
41. PARSONS, T. D. Russell's early views 'On Denoting'. In: *Philosophical Analysis*, pp. 17-44. United Kingdom: Kluwer Academic Publishers, 1988.
42. PASSMORE, J. *A Hundred Years of Philosophy*. 2<sup>a</sup> ed. England: Penguin Books, 1966.
43. PEARS, D. F. *Bertrand Russell and the British Tradition in Philosophy*. United Kingdom: Collins, 1967.
44. QUINE, W. V. Russell's Ontological Development. *The Journal of Philosophy*, V. LXIII, N°. 21, pp. 657-667, 1966.
45. RICHARDS, J. Pré 'On Denoting' Manuscripts in the Russell Archives. *Russell*, N.S. 21-2, pp. 28-34, 1976.
46. RODRÍGUEZ-CONSUEGRA, F. A. The origins of Russell's theory of descriptions according to the unpublished manuscripts. *Russell*, N.S. 9, pp. 99-132, winter 1990.
47. \_\_\_\_\_. Frege, Peano and Russell on Descriptions: a comparison. *Russell*. N.S. 20, pp. 5-25, summer 2000.
48. \_\_\_\_\_. A new angle on Russell's 'Inextricable Tangle' over Meaning and Denotation. *Russell*. N.S. 12, pp. 197-207, winter 1992.
49. ROSENKRANTZ, M. A Reconstruction of Russell's Gray's Elegy Argument. *Journal for*

*the History of Analytical Philosophy*. V. 6, N° 2, pp. 1-31, 2017.

50. RUSSELL, B. [1893]. Paper on Epistemology I, II and III. In: *Cambridge Essays, 1888-99 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 1)*, pp. 120-150. Edited by Kenneth Blackwell; Andrew Brink; Nicholas Griffin; Richard Rempel; John Slater. London: Allen and Unwin, 1983.
51. \_\_\_\_\_. [1894]. Paper on Descartes II. In: *Cambridge Essays, 1888-99 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 1)*, pp. 179-184. Edited by Kenneth Blackwell; Andrew Brink; Nicholas Griffin; Richard Rempel; John Slater. London: Allen and Unwin, 1983.
52. \_\_\_\_\_. *An Essay on Foundations of Geometry*. Cambridge: University Press, 1897.
53. \_\_\_\_\_. [1896-1898]. Various notes on Mathematical Philosophy. In: *Philosophical Papers, 1896-99 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 2)*, pp. 11-28. Edited by Nicholas Griffin and Albert Lewis. London: Allen and Unwin, 1990.
54. \_\_\_\_\_. [1898]. An Analysis of Mathematical Reasoning being an Inquiry into the Subject-Matter, the Fundamental Conceptions, and the Necessary Postulates of Mathematics. In: *Philosophical Papers, 1896-99 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 2)*, pp. 162-238. Edited by Nicholas Griffin and Albert Lewis. London: Allen and Unwin, 1990.
55. \_\_\_\_\_. [1899]. The Classification of Relations. In: *Philosophical Papers, 1896-99 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 2)*, pp. 138-146. Edited by Nicholas Griffin and Albert Lewis. London: Allen and Unwin, 1990.
56. \_\_\_\_\_. [1899]. On the Principles of Arithmetic. In: *Philosophical Papers, 1896-99 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 2)*, pp. 247-260. Edited by Nicholas Griffin and Albert Lewis. London: Allen and Unwin, 1990.
57. \_\_\_\_\_. [1899]. The Fundamental Ideas and Axioms of Mathematics. In: *Philosophical Papers, 1896-99 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 2)*, pp. 265-305. Edited by Nicholas Griffin and Albert Lewis. London: Allen and Unwin, 1990.
58. \_\_\_\_\_. [1899-1900]. The Principles of Mathematics: Draft of 1899-1900. In: *Towards the Principles of Mathematics, 1900-02 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 3)*, pp. 9-105. Edited by Gregory H. Moore. London: Routledge, 1993.
59. \_\_\_\_\_. [1901]. On the Notion of Order. In: *Towards the Principles of Mathematics, 1900-02 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 3)*, pp. 287-309. Edited by Gregory H. Moore. London: Routledge, 1993.
60. \_\_\_\_\_. [1901]. Recent Italian Work on The Foundations of Mathematics. In: *Towards the Principles of Mathematics, 1900-02 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 3)*, pp. 350-362. Edited by Gregory H. Moore. London: Routledge, 1993.
61. \_\_\_\_\_. [1901]. Recent Work on The Principles of Mathematics. In: *Towards the Principles of Mathematics, 1900-02 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 3)*, pp. 363-379. Edited by Gregory H. Moore. London: Routledge, 1993.

62. \_\_\_\_\_. [1903]. *The Principles of Mathematics*. 2<sup>a</sup> ed. United Kingdom: Allen and Unwin, 1937.
63. \_\_\_\_\_. [1903]. Meinong's Theory of Complexes and Assumptions I, II e III. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 431-474. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
64. \_\_\_\_\_. [1903]. On the Meaning and Denotation of Phrases. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 283-296. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
65. \_\_\_\_\_. [1903]. Dependent Variables and Denotation. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 297-304. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
66. \_\_\_\_\_. [1904]. On Functions, Classes and Relations. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 297-304. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
67. \_\_\_\_\_. [1904]. Points about Denoting. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 305-313. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
68. \_\_\_\_\_. [1904]. On Meaning and Denotation. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 314-358. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
69. \_\_\_\_\_. [1904]. Letter Russell to Frege. In: *Gottlob Frege Mathematical and Philosophical Correspondence*, pp. 166-169. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. United Kingdom: Basil Blackwell, 1980.
70. \_\_\_\_\_. [1905]. On Fundamentals. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 359-413. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
71. \_\_\_\_\_. [1905]. The Existential Import of Propositions. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 486-489. Edited by por Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
72. \_\_\_\_\_. [1905]. The Nature of Truth. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 492-506. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
73. \_\_\_\_\_. [1905]. On Denoting. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. 414-427. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
74. \_\_\_\_\_. *My Philosophical Development*. London: Allen and Unwin, 1959.

75. \_\_\_\_\_. *Autobiography*. United Kingdom: Routledge, 2009a.
76. \_\_\_\_\_. *Portraits from Memory and Other Essays*. New York: Simon and Schuster, 1956.
77. \_\_\_\_\_. *The Basic Writings of Bertrand Russell*. Edited by Robert E. Egner and Lester E. Denonn. Londres: Routledge, 2009b.
78. SLUGA, H. H. *Gottlob Frege*. Edited by Ted Honderich. USA: Routled & Kegan Paul, 1980. (Series the Arguments of the Philosophers).
79. SMITH, J. F. The Russell-Meinong Debate. *Philosophical and Phenomenological Research*. V. 45, N° 3, pp. 305-350, 1985.
80. STEVENS, G. *The Theory of Descriptions: Russell and the Philosophy of Language*. United Kingdom: University of Manchester, Palgrave Macmillan, 2011.
81. SUNDHOLM, B. G. When, and why, did Frege read Bolzano? In: *The Logica Yearbook 1999*, pp. 164-174. Edited by Timothy Childers. Czech Republic: Fil. Publishers, 2000.
82. URQUHART, A. Introduction. In: *Foundations of Logic, 1903-1905 – (Collected Papers of Bertrand Russell; V. 4)*, pp. xiii-xliv. Edited by Alasdair Urquhart and Albert C. Lewis. London: Allen and Unwin, 1994.
83. WAHL, R. On Denoting and the Principle of Acquaintance. *Russell*. N.S. 27, pp. 7-23, summer 2007.